

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

MARTA AGUIAR DA SILVA

**ASSÉDIO SEXUAL CONTRA MULHERES EM TRANSPORTE
PÚBLICO: UMA ANÁLISE DISCURSIVO-CRÍTICA DE NOTÍCIAS DO
JORNAL *ON-LINE A GAZETA***

VITÓRIA
2022

MARTA AGUIAR DA SILVA

**ASSÉDIO SEXUAL CONTRA MULHERES EM TRANSPORTE
PÚBLICO: UMA ANÁLISE DISCURSIVO-CRÍTICA DE NOTÍCIAS DO
JORNAL *ON-LINE A GAZETA***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Linguística, na área de concentração Estudos sobre Texto e Discurso.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Micheline Mattedi Tomazi

VITÓRIA

2022

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

S586a Silva, Marta Aguiar da, 1991-
Assédio sexual contra mulheres em transporte público : uma análise discursivo-crítica de notícias do jornal on-line A Gazeta / Marta Aguiar da Silva. - 2022.
239 f. : il.

Orientadora: Micheline Mattedi Tomazi.
Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Assédio sexual. 2. Análise crítica do discurso. 3. Mídia. 4. Ideologia. I. Tomazi, Micheline Mattedi. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 80

MARTA AGUIAR DA SILVA

**ASSÉDIO SEXUAL CONTRA MULHERES EM TRANSPORTE
PÚBLICO: UMA ANÁLISE DISCURSIVO-CRÍTICA DE NOTÍCIAS DO
JORNAL ON-LINE A GAZETA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Linguística, na área de concentração Estudos sobre Texto e Discurso.

Aprovada em 31 de outubro de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente
 MICHELINE MATTEDI TOMAZI
Data: 01/11/2022 14:06:10-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof.^a Dr.^a Micheline Mattedi Tomazi (UFES)
Orientadora e Presidente da Comissão Examinadora

Documento assinado digitalmente
 AMANDA HEIDERICH MARCHON
Data: 14/11/2022 11:31:09-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof.^aDr.^a Amanda Heiderich Marchon (UFES)
Examinadora interna

Documento assinado digitalmente
 JANAYNA BERTOLLO COZER CASOTTI
Data: 15/11/2022 21:58:01-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof.^a Dr.^a Janayna Bertollo Cozer Casotti (UFES)
Examinadora interna

Documento assinado digitalmente
 VIVIANE CRISTINA VIEIRA
Data: 13/11/2022 13:39:46-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof.^a Dr.^a Viviane Cristina Vieira (UnB)
Examinadora externa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por MAYARA DE OLIVEIRA NOGUEIRA - SIAPE 09992113 Departamento de Línguas e Letras - DLL/COHN Em 10/11/2022 às 08:22

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link: <https://api.leptima.ufes.br/arquivos-assinados/600855?tipoArquivo=0>

Prof.^a Dr.^a Mayara de Oliveira Nogueira (MULTIVIX)
Examinadora externa

AGRADECIMENTOS

À minha família, especialmente minha mãe Marlene e minha irmã Raquel, que me deu todo o suporte necessário para que chegasse ao doutorado e me apoiou, não permitindo que eu desistisse nos momentos mais difíceis.

À Daniela Amorim, por todo amor, carinho, compreensão e companheirismo nos momentos mais complicados. O seu apoio me deu força e motivação.

À Juliana Baltar, pelo tempo, empenho e conselhos. O mundo seria melhor com mais profissionais como você nele.

À minha orientadora Prof.^a Dr.^a Micheline Mattedi Tomazi, pela confiança, respeito, compreensão e por me guiar durante o desenvolvimento da pesquisa científica.

Ao Grupo de Estudos sobre o Discurso da Mídia (GEDIM), na figura dos colegas que durante quatro anos compartilharam leituras e foram fundamentais para reflexões sobre questões relacionadas à pesquisa.

À Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGEL), na figura dos professores e colegas que compartilharam comigo parte de suas vivências e conhecimentos.

Aos professores Dr. Décio Bessa da Costa e Dr.^a Lúcia Helena Peyroton da Rocha pelo tempo e pelas contribuições ao trabalho na Qualificação.

Às professoras da banca examinadora pelo interesse e disponibilidade.

Aos professores e professoras que durante todo o caminho, como estudante, prepararam-me para ter a capacidade de concluir o doutorado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro.

RESUMO

O assédio sexual em transportes públicos de uso coletivo é um problema sociocultural que amedronta e constrange mulheres por meio de abordagens indesejadas de cunho sexual. A mídia pode reforçar essas ações ao estimular a objetificação do corpo feminino e naturalizar comportamentos criminosos dos homens. Por consequência, os leitores podem formar modelos mentais ideológicos sobre o assédio sexual em espaços públicos e suas vítimas e serão induzidos a suscitar interpretações machistas construídas quando lerem outras notícias. A pesquisa se justifica, dessa forma, pela necessidade de discutir a influência do discurso midiático sobre o problema do assédio sexual contra mulheres em decorrência da relevância da temática. Por isso, o objetivo deste trabalho é analisar estratégias linguístico-discursivas em notícias, publicadas no jornal *on-line A Gazeta*, sobre assédio sexual contra mulheres em transporte público, e se (ou como) as estruturas linguístico-discursivas funcionam como estratégias de ideologia e podem ser usadas por instituições jornalísticas para normalizar ações de violência. A metodologia qualitativa inclui coleta e seleção de notícias para posterior análise, utilizando, principalmente, a abordagem da Análise Crítica do Discurso de Teun A. van Dijk (2017 [2011], 2012 [2008], 2011, 2005, 2001, 1999, 1992, 1990, 1980). Visto o caráter multidisciplinar da ACD, discutimos também sobre o tema social e a mídia jornalística. Para abordar o assédio sexual, pontuamos acerca das relações de gênero; a mulher e o homem nos espaços sociais; levantamento de trabalhos nacionais e da América Latina acerca do tema; leis brasileiras e internacionais; e dados do Instituto Patrícia Galvão/Locomotiva (2019; 2021) e da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (SESP, 2022). Para isso, utilizamos os trabalhos de Scott (1995), Saffioti (2004), Bourdieu (2002), Biroli (2018), Paul (2016), Butler (2003), entre outros. Para abordar o veículo de comunicação, apresentamos um panorama histórico do jornal *A Gazeta*, discutimos ainda sobre mudanças no jornalismo, características do gênero notícia *on-line* e resultados de pesquisas sobre violência contra mulheres no veículo de comunicação pesquisado. Nessa discussão, autores como Bakhtin (2011), Lage (1993), Hall *et al.* (1993) Traquina (2008); Jorge (2013), Xavier (2010), Natale (2015; 2019; 2020), Tomazi (2019; 2020) e outros foram fundamentais. O resultado das análises das notícias indica aspectos positivos, como: topicalizar, nas manchetes, o assediador e o crime;

representar mulheres como vítimas e identificar a ação social estudada, assédio sexual, como crime de importunação sexual; dar voz às vítimas; e abordar conhecimentos feministas e jurídicos. Contudo, os aspectos negativos são maioria: tendência de usar manchetes com macroproposições na passiva que apagam atores sociais importantes; a representação das mulheres está associada aos lugares para onde estavam indo, por isso há uma representação menos negativa, por exemplo, para as mulheres que andam acompanhadas e se armam para tentar reagir ao crime; as representantes mulheres da Justiça e Segurança Pública possivelmente receberem voz por causa do cargo de valor hierárquico superior como juíza e delegadas. Além disso, o jornal deixa de promover um debate sobre o tema quando legitima a opinião de um professor de Direito ao escolher excluir da notícia informações jurídicas. Dessa maneira, esses aspectos negativos podem influenciar na construção, manutenção e reprodução de ideologias machistas e de nenhuma contribuição para prevenir e/ou acabar com a violência de gênero.

Palavras-chave: Assédio sexual. Análise crítica do discurso. Mídia. Ideologia.

ABSTRACT

Sexual harassment in public transportation is a socio-cultural problem, which frightens and embarrasses women through unwanted approaches of sexual imprint. The media can reinforce these actions by encouraging the objectification of the female body and naturalizing male criminal behavior. As a result, readers may form wrong mental models about sexual harassment in public spaces and its victims and may be induced to evoke constructed sexist interpretations when reading news. The need to discuss the influence of the media discourse on the problem of sexual harassment against women due to the relevance of the theme, therefore, justifies this research. The objective of this work is to analyze linguistic-discursive strategies in news, published in the online newspaper *A Gazeta*, about women victims of sexual harassment in public transportation, and if the linguistic-discursive structures work as strategies of ideology which can be used by journalistic institutions to normalize violent actions. The qualitative methodology includes the collection and selection of news, mainly using the Critical Discourse Analysis (CDA) approach by Teun A. van Dijk (2017 [2011], 2012 [2008], 2011, 2005, 2001, 1999, 1992, 1990, 1980). Considering the multidisciplinary character of the CDA, we also discuss the social issue and the journalistic media. To address sexual harassment, we punctuate about gender relations; women and men in social spaces; a survey of national and Latin American works on the subject; Brazilian and international laws; and data from Instituto Patrícia Galvão/Locomotiva (2019; 2021) and the State Secretariat for Public Security and Social Defense (SESP, 2022). For this, we used the works of Scott (1995), Saffioti (2004), Bourdieu (2002), Biroli (2018), Paul (2016), Butler (2003), among others. To approach the communication vehicle, we present a historical overview of the newspaper *A Gazeta*. We also consider changes in journalism, characteristics of the online news genre and violence against women in the newspaper *A Gazeta*. In this discussion, authors such as Bakhtin (2011), Lage (1993), Hall *et al.* (1993) Traquina (2008); Jorge (2013), Xavier (2010), Natale (2015; 2019; 2020), Tomazi (2019; 2020) and others were fundamental. The result of the analysis of the news indicates positive aspects, such as: topicalizing, in the headlines, the advisor and the crime; represent women as victims and identify the social action addressed, sexual harassment, as a crime of sexual harassment; give victims a voice; and addresses feminist and legal knowledge. However, the negative aspects are the

majority: tendency to use headlines with macro propositions in the passive that erase important social actors; the representation of women is associated with the places where they were going, so there is a less negative representation, for example, for women who walk recurrently and arm themselves to try to react to the crime; Women representatives of Justice and Public Security can be given a voice because of their higher hierarchical position as judge and delegates. In addition, the newspaper fails to promote a debate on the subject when it legitimizes the opinion of a law professor by choosing to exclude legal information from the news. In this way, these negative aspects can influence the construction, maintenance and reproduction of sexist ideologies and make no contribution to preventing and/or ending gender violence.

Keywords: Sexual harassment. Critical discourse analysis. Media. Ideology.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Principal meio de transporte utilizado	39
Gráfico 2 - Meio em que as mulheres estavam quando os assédios ocorreram	40
Gráfico 3 - Sexo % das denúncias registradas por vítimas de assédio sexual	55
Gráfico 4 - Denúncias de crimes de assédio sexual entre 2016 e 2021	56
Gráfico 5 - Locais dos crimes de assédio sexual no Espírito Santo	57
Gráfico 6 - Idade das vítimas de assédio sexual, no momento do crime, no ES	58
Gráfico 7 - Período do dia em que ocorreram os crimes de assédio sexual	61

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação de notícias sobre assédio sexual contra mulheres no jornal <i>online A Gazeta</i> (2016-2019)	18
Quadro 2 - Relação de notícias que compõem o corpus	20
Quadro 3 - Categorias de análise linguístico-discursivas	22
Quadro 4 - Sumarização de tópicos das notícias N10 e N11	114
Quadro 5 - Sumarização de tópicos das notícias N18 e N19	117
Quadro 6 - Representação social de vítimas de assédio em transporte público	120
Quadro 7 - Representação social de assediadores sexuais em transporte público	131
Quadro 8 - Representação da ação social assediar e importunar	142
Quadro 9 - Verbos de relato	148

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 MULHERES E ESPAÇOS PÚBLICOS: assédio sexual em transporte público	26
2.1 A EMERGÊNCIA DA DISCUSSÃO SOBRE O ASSÉDIO SEXUAL CONTRA MULHERES EM ESPAÇOS PÚBLICOS: escolhas teóricas e metodológicas para análise dos dados	27
2.2 VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES EM ESPAÇOS PÚBLICOS	32
2.3 ASSÉDIO SEXUAL EM ESPAÇOS PÚBLICOS: caracterização	38
2.4 LEGISLAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL	46
2.5 ASSÉDIO SEXUAL NO ESPÍRITO SANTO	54
3 JORNAL ON-LINE A GAZETA E A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES	65
3.1 A GAZETA: história, política e mudanças estruturais	65
3.2 GÊNERO DISCURSIVO NOTÍCIA	71
3.3 MUTAÇÕES DO JORNALISMO IMPRESSO PARA O ON-LINE	75
3.4 VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO JORNAL A GAZETA	78
4 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: fundamentação teórico-metodológica	82
4.1 ABORDAGEM SOCIOCOGNITIVA	82
4.2 MODELOS DE CONTEXTO	85
4.3 MODELOS MENTAIS	87
4.4 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	88
4.5 IDEOLOGIA E PODER	89
4.6 CATEGORIAS DE ANÁLISE	93
4.6.1 Tópicos	93
4.6.2 Representação de Atores sociais	95
4.6.3 Representação de Ações sociais	97
4.6.4 Fonte	98
4.6.5 Conhecimento	100
5 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS	102
5.1 TÓPICOS: o que é relevante para o jornal <i>on-line A Gazeta</i> dizer sobre o assédio sexual contra mulheres em transporte público no Espírito Santo	103
5.1.1 Mesmo acontecimento, tópicos diferentes	111

5.2 REPRESENTAÇÃO DE ATORES SOCIAIS: como as vítimas e os assediadores são identificados nas notícias	119
5.3 REPRESENTAÇÃO DE AÇÕES SOCIAIS: como o jornal <i>on-line A Gazeta</i> descreve e identifica o assédio sexual contra mulheres em transporte público	136
5.4 FONTE: as vozes que narram o assédio sexual em transporte público no ES .	146
5.4.1 As vítimas como fontes de informação	146
5.4.2 Os assediadores	149
5.4.3 Os representantes da Justiça e da Segurança Pública como fonte	151
5.4.4 As testemunhas e a Ceturb	159
5.5 CONHECIMENTO: as crenças compartilhadas nas notícias do jornal <i>on-line A Gazeta</i> sobre assédio sexual contra mulheres	162
5.5.1 Discurso feminista como conhecimento	162
5.5.2 Discurso jurídico como conhecimento	165
5.5.3 O conhecimento do advogado	167
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	170
6.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS DOS DADOS ANALISADOS	170
6.2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO JORNAL <i>ON-LINE A GAZETA</i>	180
6.3 PROPOSTAS PARA MELHORAR O DISCURSO MUDIÁTICO SOBRE MULHERES VÍTIMAS DE ASSÉDIO SEXUAL EM TRANSPORTES PÚBLICOS ..	181
REFERÊNCIAS	187
ANEXOS	203
ANEXO A - Corpus de análise	203

CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO

As reflexões sobre temas como papéis sociais de gênero, machismo, patriarcado e violência contra a mulher começaram a ganhar força nas minhas pesquisas¹ desenvolvidas na graduação e no mestrado. O trabalho de conclusão de curso e a dissertação versavam sobre o discurso midiático destinado às mulheres em situação de rua.

No trabalho de conclusão de curso, investiguei a maneira como jornais, representativos da mídia nacional, se referem às mulheres em situação de rua, por meio de uma análise discursivo-crítica, com base no trabalho de Norman Fairclough (2001; 2003) em notícias. Nessa investigação, considerei, a partir de elementos linguísticos (gênero discursivo, intertextualidade, interdiscurso, escolhas lexicais e representação de agentes sociais), as relações com práticas sociais e ideologia.

Os resultados da pesquisa indicaram que o discurso presente na mídia sobre o problema sociocultural, muitas vezes, é utilizado para causar impacto e chamar a atenção do leitor para a notícia. Apesar de a situação de rua dos homens estar imbricada à das mulheres, para elas, segundo as análises de notícias publicadas nos jornais pesquisados (*Folha de S. Paulo*, *Correio Brasiliense* e *Correio da Bahia*), há possibilidade de explorar a beleza, bem como receber olhar diferenciado, negativo ou positivo, por causa da maternidade e da sugerida fragilidade física.

Na dissertação, analisei os imaginários sociodiscursivos sobre a mulher em situação de rua em notícias de jornais impressos de Minas Gerais e Rio de Janeiro com base, principalmente, na Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau (2006; 2011; 2014), considerando o sentido implícito na configuração verbal e não-verbal.

As análises indicaram que os imaginários sociodiscursivos, associados às mulheres em situação de rua, estão relacionados às temáticas violência, maternidade, emoção e corpo. No que se refere à violência, a maioria dos imaginários são negativos, porque o tema está associado à pobreza, à sujeira e ao sexo. Quanto à maternidade, os imaginários são negativos por causa da cobrança às mulheres a partir de

¹ Neste trabalho optei por utilizar no “Capítulo 1” os pronomes na primeira pessoa do singular. A escolha foi feita para ressaltar a importância das experiências acadêmicas anteriores que contribuíram para o desenvolvimento desta tese. Nos outros capítulos, utilizei os pronomes na primeira pessoa do plural.

qualidades que a sociedade espera que uma mulher mãe possua. As emoções são vinculadas à fragilidade e, conseqüentemente, à mulher. Por fim, os imaginários sobre o corpo referem-se à aparência por meio de termos como “atraente” e “bela”, adjetivos dificilmente associados às mulheres em situação de rua.

À medida que refletia acerca dos resultados e de problemas vinculados à situação de rua da mulher, aumentava a intenção de trabalhar com os assuntos “formas de violência contra mulheres” e “o controle sobre o corpo feminino”. Ademais, inteirar-me das discussões que apareceram na mídia em 2017, no ano de conclusão do mestrado, foram determinantes para a escolha do tema desta tese.

Um dos eventos que gerou debates naquele ano ocorreu na manhã de 2 de setembro de 2017, Diego Novais assediou sexualmente uma mulher, ao ejacular nela, dentro de um ônibus que estava perto da Av. Paulista, Centro de São Paulo. O criminoso apesar da repercussão midiática de ter sido denunciado outras 16 vezes por crimes sexuais semelhantes nos oito anos anteriores e de ser preso pela polícia por esse evento, foi solto no dia seguinte, dado que, naquele momento, foi autuado por contravenção penal. A tipificação previa apenas multa sem a prisão do agressor. Entretanto, três dias depois foi preso novamente por outro evento, compreendido como o mesmo delito.

A polícia registrou o segundo crime como estupro porque o criminoso tentou impedir a vítima de fugir do assédio. Contudo, ao ser julgado, foi condenado somente a dois anos de prisão, pena considerada mais branda pelas pesquisadoras Baggio e Luz (2019) no artigo “A impunidade do assédio sexual de rua: um vácuo jurídico sustentado pela cultura da violência contra a mulher”. O juiz do caso afirmou: “Entendo que a conduta pela qual o indiciado foi preso melhor se amolda à contravenção penal do artigo 61, Lei das Contravenções Penais, do que ao crime de estupro” (FIGUEIREDO, 2017).

A impotência da justiça, diante do ocorrido, devido à não existência de uma lei, naquele momento, que mantivesse o indivíduo na prisão pelo primeiro crime e que lhe punisse devidamente na segunda ocorrência gerou discussão na sociedade civil e na mídia. O caso repercutiu nos jornais televisivos *Jornal Nacional*, *Jornal da Band*, *Jornal do SBT*, entre outros. Além disso, foi noticiado por grandes sites, como *G1*,

Folha de S. Paulo, Estadão, Estado de Minas, O Tempo, A Gazeta, UOL, BBC Brasil, Folha Vitória e muito comentado nas redes sociais. A discussão versava sobre a decisão do juiz e a legislação nacional sobre o tema.

A polêmica despertou interesse por buscar dados sobre o assédio sexual contra mulheres em transportes públicos do Espírito Santo. Primeiro, por ser um espaço frequentado por mulheres “desconhecidas”, suas vozes estariam sendo ouvidas pela mídia? Elas têm coragem de denunciar os assédios? A repercussão na mídia pode contribuir para a diminuição dos assédios ou para a elaboração de políticas públicas de combate a esse tipo de crime?

De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Patrícia Galvão em parceria com o Instituto Locomotiva (2019), 97% das 1.081 mulheres brasileiras entrevistadas afirmaram ter sido vítimas de assédio em meios de transporte. A pesquisa do Act!onaid (2016) indica ainda que a mulher brasileira é a que mais sofre assédio nos locais abertos à população. No estado do Espírito Santo, segundo a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (SESP, 2022) dos 1.771 boletins de ocorrência sob o registro de “Crimes contra os Costumes: Assédio Sexual”, 81,8% foram cometidos contra pessoas do sexo feminino.

Ao tomar conhecimento dessas pesquisas, assim como verificar se havia um corpus de pesquisa na mídia do Espírito Santo sobre o assédio sexual contra mulheres e estabelecer critérios de seleção, decidi analisar notícias sobre assédio sexual contra mulheres em transporte público.

É importante pontuar aqui que entendo por transporte público àquele que serve à população de forma massificada, como um direito social, conforme Art. 6 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Assim, os transportes públicos podem ser definidos como os meios de transporte coletivos gerenciados pelo poder municipal, também responsável pela segurança do espaço, ou por uma rede privada sob regime de concessão. Exemplos podem ser mencionados: metrô, ônibus e trem.

Somada à relevância social do tema está a necessidade de contribuição acadêmica sobre o assédio sexual contra mulheres, principalmente sob o viés da Análise Crítica do Discurso (ACD) e o entrelaçamento de questões fundamentais da pesquisa: mídia, discurso, poder, ideologia, representação social e cognição. Dessa maneira, o

interesse pelo tema foi reforçado pelas discussões estabelecidas no Grupo de Estudos sobre Discursos da Mídia (GEDIM), sob coordenação da Profa. Dra. Micheline Mattedi Tomazi.

Os trabalhos dos integrantes do GEDIM versam sobre diferentes problemas sociais. Entre os trabalhos que mais influenciaram o desenvolvimento desta tese estão as discussões de Tomazi (2014; 2019; 2020) sobre direito, discurso, violência contra a mulher e mídia. Também contribuíram a dissertação, artigo e a tese de Raquelli Natale (2015; 2019; 2020), a pesquisadora aborda o femirracídio no Espírito Santo e no Brasil. Ademais, as discussões promovidas por Renata Barreto da Fonseca foram de grande importância para compreender como ocorre a violência de gênero. A tese de Fonseca está em desenvolvimento e investiga objetos deslocados na Arte Postal, mostrando como se dá a relação com a violência contra a mulher no ES, a partir de objetos simbólicos, que não são portadores de violência em si, mas que foram usados para agredir mulheres.

Essas são as justificativas que levaram ao desenvolvimento desta tese. Nesse contexto, o objetivo do trabalho é analisar estratégias linguístico-discursivas² em notícias, publicadas no jornal *on-line A Gazeta*, sobre assédio sexual contra mulheres em transporte público, e se (ou como) as estruturas linguístico-discursivas funcionam como estratégias de ideologia e podem ser usadas por instituições jornalísticas para normalizar ações de violência. Quanto aos objetivos específicos, foram determinadas as ações:

- a) Identificar tópicos, bem como pesquisar se resumem a notícia e se a manchete reflete a macroestrutura;
- b) investigar quais atores sociais são identificados ou não, além de como eles são representados no discurso e qual a implicação social dessa representação;
- c) analisar como as ações sociais de assédio sexual são descritas e representadas;
- d) investigar as fontes das notícias sobre assédio sexual contra mulheres em transporte público e como as informações são relatadas;

² Neste trabalho não tenho por objetivo analisar as imagens que acompanham as notícias, porque a maioria apenas mostra o terminal rodoviário, os ônibus e delegacias. Contudo, destacamos que a análise de aspectos semióticos é relevante para pesquisas na área da Análise Crítica do Discurso.

e) analisar o conhecimento do jornal/jornalistas acerca do assédio sexual, bem como verificar se as notícias reforçam estereótipos sobre a mulher.

Este trabalho está fundamentado na perspectiva teórico-metodológica Sociocognitiva de Análise Crítica do Discurso. Considero, principalmente, a abordagem de Teun A. van Dijk (2012 [2008]; 2017 [2011]), pois sugere a associação entre o estudo da linguagem, da cognição e da sociedade. O autor propõe uma interface cognitiva entre a sociedade e o discurso, ele entende que as pessoas falam a partir da forma como compreendem ou constroem um fato social.

Em vista das exigências para a composição de um quadro teórico, van Dijk (2012 [2008]; 2017 [2011]) sugere noções teóricas importantes, capazes de fornecer instrumentos necessários para o desenvolvimento desta tese, uma vez que esses estudos são de natureza multidisciplinar³. Conceitos de modelos mentais, modelos de contexto, representação social, ideologia, entre outros, serão trazidos à discussão nesta tese por serem extremamente relevantes para o tema em estudo.

Para compor o corpus de estudo, pesquisei manualmente notícias publicadas no jornal *on-line A Gazeta*, veículo de comunicação escolhido devido à maior relevância no cenário midiático, em termos de acesso e alcance, do Espírito Santo (TOMAZI, 2020), local onde ocorre a pesquisa. Além disso, *A Gazeta* é o jornal mais antigo do estado, cuja versão impressa circulou durante 91 anos, até 2019. A empresa lançou, em setembro do mesmo ano, a versão digital do jornal impresso que passou a circular nas plataformas (site, *newsletters*, aplicativos de mensagens e voz). Em setembro de 2019, surgiu o site de notícias *A Gazeta*, substituto do *Gazeta Online*⁴, lançado em 1996 (A GAZETA, 2020).

Anteriormente, realizei uma pesquisa manual de textos do gênero notícia impressa publicados nos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna*, os dois jornais mais representativos do Espírito Santo, sendo o jornal *A Tribuna* ainda apresentado de forma impressa e considerado o segundo jornal de maior relevância do estado (TOMAZI, 2020). Entretanto, os jornais não publicaram uma quantidade significativa de textos sobre o tema. A alternativa encontrada foi pesquisar nas versões *on-line* abertas

⁴ De acordo o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP, 2021), a grafia da palavra é *on-line*, com hífen. Entretanto, reproduzimos o nome do extinto *Gazeta Online* como é utilizado no site.

gratuitamente para os leitores. O jornal *A Tribuna* não apresentou uma quantidade representativa de notícias sobre assédio sexual contra mulheres em espaços públicos. Dessa forma, a pesquisa se concentrou no site do jornal *A Gazeta*.

Além da dificuldade para encontrar as notícias nos jornais impressos, optei pelas notícias publicadas *on-line* por entender a relevância das mídias digitais para o leitor, que vem cada vez mais utilizando a Internet para acessar informações da sua região. Algo mais prático e sem custo, visto que todas as notícias publicadas estavam abertas gratuitamente para leitura. No entanto, por causa da atualização, mesmo os textos selecionados tendo sido mantidos no antigo site (*Gazeta Online*), optei por destacar o nome novo do jornal, *A Gazeta*.

As buscas foram guiadas pelo uso das seguintes palavras-chave: “violência contra mulher”, “violência sexual”, “assédio sexual”, “abuso sexual”, “ato libidinoso”, “ato obsceno” e “importunação sexual”. Esses termos são utilizados para nomear crimes dessa natureza.

Até 2019, as buscas no jornal *A Gazeta* se concentraram no tema assédio sexual contra mulheres em espaços públicos, o que inclui transportes públicos, ruas, universidades, escolas, médico, ambiente de trabalho público e ambiente *on-line*. No processo de busca foram encontradas 77 notícias que citam a mulher vítima de assédio sexual, como é possível observar no quadro a seguir:

Quadro 1 - Relação de notícias sobre assédio sexual contra mulheres no jornal on-line *A Gazeta* (2016-2019)

Anos	Assédio sexual em transporte público	Assédio sexual em ambiente escolar	Assédio sexual médico	Assédio sexual on-line	Assédio sexual em ambiente universitário	Assédio sexual na rua	Assédio sexual laboral
2019	8	27	3	2	2		
2018	4			2	3		6
2017	4	3			1	2	6
2016	1				1	1	1
Total	17	30	3	4	7	3	13

Fonte: quadro elaborado pela autora.

O Quadro 1 - Relação de notícias sobre assédio sexual contra mulheres no jornal *on-line A Gazeta* (2016-2019) mostra que encontramos 17 notícias publicadas em *A Gazeta* entre 2016 e 2019 sobre assédio sexual contra mulheres em transporte

público. As outras 60 notícias encontradas não fazem parte do corpus, pois 37 são sobre o assédio no ambiente de ensino (escolas e universidades), e, portanto, a maioria dos casos envolve menores de idade. Isso foge do objetivo desta pesquisa, porque, nesse momento, não interessa pesquisar pedofilia e a relação de poder aluna/professor.

Outras três (3) notícias sobre assédio sexual contra mulheres no ambiente médico público foram encontradas, assim como três (3) no ambiente *on-line*⁵ (e-mail, Facebook, WhatsApp, Instagram, etc) e três (3) na rua. O assédio sexual laboral em instituição pública é abordado em 13 notícias. Desse modo, sem desconsiderar a importância de outros tipos de assédio sexual, acredito na contribuição desta pesquisa ao tratar do assédio sexual contra mulheres em transporte público.

Outrossim, é possível observar que a diferença estabelecida entre formas de assédio no quadro se dá também pela relação de poder entre vítima e agressor, não apenas pelo local. O assédio sexual laboral, por exemplo, pode acontecer via Internet ou em ambiente médico praticado pelo chefe contra funcionária. Contudo, em alguns casos noticiados, como o assédio médico, a violência é praticada pelo profissional contra a paciente ou no ambiente *on-line* por pessoas desconhecidas, diferente do assédio sexual laboral. Assim, nos casos de assédio médico e assédio *on-line*, a relação de poder é estabelecida pelo gênero (homem sobre a mulher) e pelo discurso profissional (médico sobre paciente).

Posteriormente, às buscas realizadas até 2019, foram encontradas mais seis (6) notícias, publicadas em 2020 e 2021. As 23 notícias foram selecionadas por obedecerem aos seguintes critérios: a) relatam um acontecimento que envolve o assédio sexual contra mulheres em transporte público; b) a mulher assediada é uma personagem da notícia; c) o crime ocorreu no Espírito Santo; d) a publicação se deu entre 2016 a 2021 no jornal *on-line A Gazeta*.

Os critérios a, b e c foram adotados porque estão de acordo com os objetivos da pesquisa, por sua vez o critério d foi estabelecido pela crescente presença de movimentos feministas em manifestações e na mídia nos últimos anos. Além disso,

⁵ O espaço virtual da Internet transita entre a esfera pública e a esfera privada. Ela é entendida como ambiente social, assim como a praça, cidade ou escola, um espaço de exercício de cidadania onde os internautas podem expor publicamente posicionamentos. Entretanto, há limites de privacidade, liberdade e segurança, inclusive estabelecidos por leis (MIGUEL; MEIRELLES, 2021).

observamos o aumento de notícias publicadas sobre o tema estudado no jornal *A Gazeta*, possivelmente influenciado pela promulgação da Lei de importunação sexual nº 13.718, de 24 de setembro de 2018 (BRASIL, 2018).

Para ilustrar o aumento na publicação de notícia desenhamos o quadro, a seguir:

Quadro 2 - Relação de notícias que compõem o corpus

Notícia	Data	Link
Homem é preso por ato obsceno em ônibus na Serra	06/02/2016	https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2016/02/homem-e-presos-por-ato-obsceno-em-onibus-na-serra-1013927627.html
Professora denuncia abuso sexual dentro de Transcol na Serra	20/07/2017	https://www.gazetaonline.com.br/eu_aqui/2017/07/professora-denuncia-abuso-sexual-dentro-de-transcol-na-serra-1014079906.html
Polícia procura acusado de abusar sexualmente de mulher no Transcol	20/07/2017	https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/07/policia-procura-acusado-de-abusar-sexualmente-de-mulher-no-transcol-1014080112.html
Estudantes de Psicologia fazem campanha contra assédio no Transcol	22/09/2017	https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/09/estudantes-de-psicologia-fazem-campanha-contra-assedio-no-transcol-1014101052.html
Tarado é detido ao se masturbar para filha de sargento no Transcol	22/09/2017	https://www.gazetaonline.com.br/noticias/policia/2017/09/tarado-e-detido-ao-se-masturbar-para-filha-de-sargento-no-transcol-1014101047.html
“Não gosto de mulher”, diz homem que ejaculou em passageira	26/10/2018	https://www.agazeta.com.br/es/policia/nao-gosto-de-mulher--diz-homem-que-ejaculou-em-passageira-1018
Justiça mantém prisão de homem que ejaculou em passageira no ES	26/10/2018	https://www.agazeta.com.br/es/policia/justica-mantem-prisao-de-homem-que-ejaculou-em-passageira-no-es-1018
Após homem ejacular em mulher, passageiras relatam outros casos	26/10/2018	https://www.agazeta.com.br/es/policia/apos-homem-ejacular-em-mulher-passageiras-relatam-outros-casos-1018
Idoso é preso por importunação sexual dentro de ônibus em Cariacica	06/11/2018	https://www.agazeta.com.br/es/policia/idoso-e-presos-por-importunacao-sexual-dentro-de-onibus-em-cariacica-1118
Passageiro é preso por assediar professora de inglês em coletivo	20/01/2019	https://www.agazeta.com.br/es/policia/passageiro-e-presos-por-assediar-professora-de-ingles-em-coletivo-0119
Professora de inglês desabafa sobre assédio dentro de coletivo	20/01/2019	https://www.agazeta.com.br/es/policia/professora-de-ingles-desabafa-sobre-assedio-dentro-de-coletivo-0119
Passageira denuncia assédio em Transcol e acusado é detido em Vila Velha	17/02/2019	https://www.agazeta.com.br/es/policia/passageira-denuncia-assedio-em-transcol-e-acusado-e-detido-em-vila-velha-0219
Idoso de 78 anos é preso acusado de assédio dentro do Transcol	03/04/2019	https://www.agazeta.com.br/es/policia/idoso-de-78-anos-e-presos-acusado-de-assedio-dentro-do-transcol-0419
Mulher denuncia importunação sexual dentro de ônibus no ES	17/09/2019	https://www.agazeta.com.br/es/policia/mulher-denuncia-importunacao-sexual-dentro-de-onibus-no-es-0919
Homem é preso por importunar sexualmente	25/09/2019	https://www.agazeta.com.br/es/policia/homem-e-presos-por-importunar-sexualmente-passageiras-

passageiras em Transcol		em-transcol-0919
“A mulher vive com medo” desabafa vítima de importunação em ônibus	25/09/2019	https://www.agazeta.com.br/es/policia/a-mulher-vive-com-medo--desabafa-vitima-de-importunacao-em-onibus-0919
Homem é detido por esfregar pênis em mulher dentro de Transcol no ES	12/12/2019	https://www.agazeta.com.br/es/policia/homem-e-detido-por-esfregar-penis-em-mulher-dentro-de-transcol-no-es-1219
Homem é preso por assediar universitária dentro de ônibus em Vila Velha	04/03/2020	https://www.agazeta.com.br/es/policia/homem-e-preso-por-assediar-universitaria-dentro-de-onibus-em-vila-velha-0320
Universitária compra arma de choque para se defender de assédio em ônibus	11/03/2020	https://www.agazeta.com.br/es/gv/universitaria-compra-arma-de-choque-para-se-defender-de-assedio-em-onibus-0320
Homem é detido após se masturbar em Transcol e usar a Bíblia para esconder o ato no ES	01/09/2020	https://www.agazeta.com.br/es/policia/homem-e-detido-apos-se-masturbar-em-transcol-e-usar-biblia-para-esconder-o-ato-no-es-0920
Homem é detido por assediar mulher no Terminal de Jardim América	01/09/2020	https://www.agazeta.com.br/es/policia/homem-e-detido-por-assediar-mulher-no-terminal-de-jardim-america-0920
Homem volta a ser flagrado por importunação sexual e acaba preso no ES	02/09/2020	https://www.agazeta.com.br/es/policia/homem-volta-a-ser-flagrado-por-importunacao-sexual-e-acaba-preso-no-es-0920
Homem se masturba em ônibus do Transcol e passageira denuncia a polícia	15/07/2021	https://www.agazeta.com.br/es/policia/homem-se-masturba-em-onibus-do-transcol-e-passageira-denuncia-a-policia-0721

Fonte: quadro elaborado pela autora a partir do corpus.

O quadro chama a atenção para alguns aspectos das 23 notícias, entre eles o fato de uma (1) ter sido publicada em 2016, quatro (4) em 2017, quatro (4) em 2018, oito (8) em 2019, cinco (5) em 2020 e uma (1) em 2021. Os números podem indicar o aumento do interesse pelo tema assédio sexual contra mulheres em transporte público de 2016 para 2017, o que foi mantido nos dois anos seguintes com aumento considerável no ano de 2019, mas diminuíram em 2020 e 2021.

A diminuição de casos noticiados pode estar relacionada com a diminuição do interesse da mídia ou com a pandemia de COVID-19 causada pelo Coronavírus. Após os primeiros meses de 2020, o governo estadual estabeleceu medidas de restrição como proibição de ônibus circulando durante algumas semanas na Região Metropolitana de Vitória, proibição de aglomerações e redução de atividades essenciais do comércio. Isso pode ter diminuído o número de passageiros e influenciado no número de boletins de ocorrência.

As quatro primeiras notícias, de 2016 a setembro de 2017, foram publicadas nas seções⁶ “Eu Aqui” e “Notícias (Cidades)” do jornal *A Gazeta*. Na primeira seção foi publicada apenas uma notícia, a “Eu Aqui” é destinada a relatar curiosidades. Outros temas presentes são bichos, sócias, romance, desaparecidos e conteúdo enviado pelo leitor. Na seção “Notícias (Cidades)”, foram publicadas três notícias, a seção do jornal abrangia os últimos acontecimentos das cidades do Espírito Santo. Ambas as seções foram extintas em 2019 no período de reformulação da versão *on-line* do jornal *A Gazeta*. A partir dessas quatro notícias todas as outras foram publicadas na subseção “Polícia”, destinada a abordar crimes nacionais e internacionais.

Posteriormente à seleção, apresento a descrição das notícias feita a partir de um processo de leitura minucioso e individual dos textos. Essas ações contribuíram com as análises, realizadas a partir da abordagem sociocognitiva de Análise Crítica do Discurso de van Dijk (2012 [2008]; 2017 [2011]) associada a postulados de Hall *et al.* (1993), Resende e Ramalho (2009), Da Silva e Borges (2016), Traquina (2008), Tuchman (1983), entre outros.

As categorias linguístico-discursivas para análise das notícias foram escolhidas com base na proposta de van Dijk (2017 [2011], 2012 [2008], 2016c, 2011, 2005, 2001, 1999, 1992, 1990, 1980). Como se pode conferir no capítulo quatro (4), a partir da tríade discurso, cognição e sociedade, o autor sugere categorias para compreensão do funcionamento do discurso, no caso, o midiático. As categorias utilizadas estão dispostas no quadro, a seguir:

Quadro 3 - Categorias de análise linguístico-discursivas

Categorias	O que será analisado	Justificativa/relevância	Referências
Tópicos	O que o enunciador considera mais relevante na informação do discurso como um todo.	A macroestrutura não deve afetar a construção dos modelos mentais de evento, da experiência do leitor diante do tópico/assunto da notícia.	Van Dijk (1980, 1990, 1992, 2005, 2012 [2008], 2017 [2011]).

⁶ *Gazeta Online* contava com as seções “Notícias” (Cidades, Polícia, Economia etc.), “Opinião”, “Divirta-se”, “Esportes”, “Bem estar e saúde”, “Revista AG”, “Eu Aqui” e “Especiais”. Atualmente, *A Gazeta* têm as seções “Destaques”, “Capixaba” (Polícia), “Regiões”, “Opinião”, “Geral”, “Concursos e empregos”, “HZ”, “Esportes” e “Mídia”. A subseção “Polícia” faz parte do seção “Capixaba”.

Representação de Atores sociais	Aspectos identitários como gênero, etnia, idade, ocupação ou profissão, posição, entre outros.	A maneira como atores sociais são representados pode indicar qual o posicionamento da mídia em relação a eles.	Van Dijk (1999, 2001, 2011); Resende e Ramalho (2009).
Representação de Ações sociais	A descrição da violência estudada e quais termos são utilizados. Ademais, quais as causas/justificativas/explicações do assédio sexual.	Na escrita de uma notícia o(a) jornalista pode se engajar e implicitamente (ou não) criticar ações de um grupo social ou instituição e persuadir o público de sua opinião. Além disso, as ações podem ser intencionais e com objetivos conscientes.	Van Dijk (2011)
Fonte	A voz dada (ou não) a fontes de informação e como as fontes relatam (ou não) uma visão semelhante à do jornal sobre o evento.	Os relatos das fontes de informação contribuem para que a mídia construa uma realidade. É, também, a partir da fonte e da sua legitimidade que o jornal irá determinar se um evento deve se tornar uma notícia.	Van Dijk (2011); Hall <i>et al.</i> (1993); Traquina (2008); Da Silva e Borges (2016); Tuchman (1983); Calsamiglia e Ferrero (2003).
Conhecimento	Os possíveis conhecimentos suscitados pelas notícias sobre o tema de pesquisa.	O conhecimento tem consequências fundamentais em todos os níveis da produção e compreensão do discurso. Instituições, como a comunidade do conhecimento, por exemplo, legitimam o conhecimento social.	Van Dijk (2012 [2008], 2016c, 2017 [2011]).

Fonte: quadro elaborado pela autora a partir das categorias de análise.

Conforme os aspectos das categorias expostos no quadro, o trabalho consiste em uma pesquisa descritiva, interpretativa e explicativa a partir da análise linguístico-discursiva dos dados. Segundo, Charaudeau (2005, p. 5), “[...] a análise do discurso é empírico-dedutiva. Isto significa que o analista parte de um material empírico, a linguagem, que já está configurada numa certa substância semiológica (verbal)”.

O trabalho realizado é ainda de cunho qualitativo. A pesquisa qualitativa, consonante Bauer e Gaskel (2005), lida com interpretações das realidades sociais e possibilita compreender/explorar processos sociais e discursos. O procedimento de coleta de dados foi documental, notícias selecionadas na mídia *on-line*. De acordo com Flick (2009), a pesquisa documental deve se basear nos documentos como fonte de pesquisa, observando quais são suas características e em que condições foram usados.

Além desta introdução, considerada capítulo um (1), a tese está estruturada em outras quatro partes.

O capítulo dois (2) aborda o tema principal da pesquisa, “assédio sexual contra mulheres em transportes públicos”. Dessa forma, refletimos sobre: a emergência da discussão sobre o assédio sexual contra mulheres; violência contra mulheres nos espaços públicos; características do assédio sexual contra mulheres em transporte público; legislação nacional e internacional; dados do Brasil e do Espírito Santo. Justifico assim, a necessidade de analisar o discurso midiático de um jornal do Espírito Santo sobre o assédio sexual contra mulheres em transportes públicos. Para propor a discussão, fundamentamos o capítulo nos estudos⁷ de Scott (1995), Saffioti (2004), Bourdieu (2002), Biroli (2018), Paul (2016), Butler (2003), Santos (2016), entre outros.

No capítulo três (3), apresento características do gênero midiático estudado, a notícia *on-line*, tal como aspectos do jornal *A Gazeta* percebidos em outros trabalhos acadêmicos, principalmente sobre a violência de gênero presente no Estado do Espírito Santo. Autores como Bakhtin (2011), Lage (1993), Hall *et al.* (1993) Traquina (2008); Jorge (2013), Xavier (2010) e outros foram fundamentais para abordar o gênero discursivo e as características do jornalismo *on-line*. Para tratar da violência contra a mulher no jornal *A Gazeta*, selecionei os trabalhos de Souza (2015), Natale (2015; 2019; 2020) e Tomazi (2019; 2020), pois as três (3) pesquisadoras fundamentaram suas análises na abordagem sociocognitiva de análise crítica do discurso.

No capítulo quatro (4), discorro sobre a Análise Crítica do Discurso, com base, principalmente, nas concepções teóricas de van Dijk (2017 [2011], 2016a, 2016b, 2012 [2008], 2011, 2005, 1999, 1990). O autor aborda uma perspectiva sociocognitiva, ao afirmar que a relação entre a sociedade e o discurso não é direta, mas perpassada por uma interface cognitiva social e individual. Abordo também a noção de contexto e modelos mentais, conceitos importantes, pois indicam o caráter cognitivo e situacional da manifestação discursiva.

⁷ Estudos como os de Falabella Fabrício (2022) e Moita Lopes (2002; 2003), sob o prisma da Linguística Aplicada, pesquisam questões relacionadas a temáticas de gênero, raça e sexualidade. Entretanto, o caráter multidisciplinar dos Estudos Críticos permite que essas discussões sejam trabalhadas por meio do diálogo entre a ACD e a Filosofia, a Sociologia, a Ciência política e outras áreas do conhecimento.

Neste capítulo, exponho ainda as categorias selecionadas para análise, elas foram escolhidas com base na proposta teórica de van Dijk (2017 [2011], 2012 [2008], 2016c, 2011, 2005, 2001, 1999, 1992, 1990, 1980). Como citado anteriormente, a partir da tríade discurso, cognição e sociedade, o autor sugere categorias para compreensão do funcionamento do discurso, no caso, o midiático.

No capítulo cinco (5), realizo as análises propriamente ditas, em que são apresentados os resultados das análises qualitativas. Os resultados das análises das notícias indicam aspectos positivos, como: topicalizar, nas manchetes, o assediador e o crime; representar mulheres como vítimas e identificar a ação social estudada, assédio sexual, como crime de importunação sexual; dar voz às vítimas; e abordar conhecimentos feministas e jurídicos. Contudo, os aspectos negativos são maioria: tendência de usar manchetes com macroproposições na passiva que apagam agentes importantes e enfatizam os locais onde ocorreram o assédio sexual, o que pode influenciar o leitor a associar o tipo de violência estudada às mulheres das classes menos privilegiadas, mesmo que o assédio ocorra em outros espaços; A representação das mulheres está associada aos lugares para onde estavam indo. Assim, há uma representação menos negativa para as mulheres que frequentam o espaço de trabalho, andam acompanhadas, buscam conhecimento e se armam para tentar reagir ao crime; os representantes homens da Justiça e Segurança Pública recebem mais espaço para falar nas notícias, isso sugere que para as representantes mulheres receberem voz o cargo de valor hierárquico precisa ser superior. Além disso, o jornal deixa de promover um debate sobre o tema quando legitima a opinião de um professor de Direito ao escolher excluir da notícia informações jurídicas. Dessa maneira, esses aspectos negativos podem influenciar na construção, manutenção e reprodução de ideologias machistas e de nenhuma contribuição para prevenir e/ou acabar com a violência de gênero.

No final desta tese, apresento considerações finais a partir de uma síntese dos resultados dos dados coletados, bem como reflexões sobre as descobertas que fizemos sobre o discurso do jornal *on-line A Gazeta* acerca do assédio sexual contra mulheres em transporte público e como é possível melhorá-lo em diálogo com o “Manual Elas no ônibus: abordagem noticiosa da importunação sexual de mulheres” de Borges (2022), propomos alguns pontos para apresentar as vítimas com maior dignidade.

CAPÍTULO 2 MULHERES E ESPAÇOS PÚBLICOS: assédio sexual em transportes públicos

Neste capítulo buscamos apresentar os mecanismos sociais, históricos, culturais, econômicos e religiosos que influenciam o tratamento diferenciado de homens e mulheres, e, por consequência, acarretam graves índices de violência contra mulheres no Brasil e no Espírito Santo. Dentre as diferentes formas de violência já previstas nas leis⁸, o foco deste trabalho está direcionado para um tipo específico de violência que, muitas vezes, é silenciado e omitido: o assédio sexual contra mulheres em espaços públicos, em especial os ocorridos no transporte coletivo.

A discussão é iniciada com uma síntese do que tem sido desenvolvido no âmbito acadêmico no Brasil e na América Latina sobre o assédio sexual contra mulheres. Posteriormente, abordamos a violência de gênero, porque o estudo dessa categoria contribui para compreender que a subordinação das mulheres em relação aos homens e a naturalização da violência contra elas são legitimadas por crenças sobre o feminino e o masculino. Para isso, fundamentamos a pesquisa com base nos trabalhos de Saffioti (2004), Scott (1995), Carneiro (1994), Bourdieu (2002), Biroli (2018), Butler (2003), Santos (2016), entre outros.

No tópico seguinte, apresentamos dados e reflexões sobre o assédio sexual contra mulheres. Baseamo-nos em aspectos socioculturais indicados pelos dados disponibilizados pelo Instituto Patrícia Galvão em parceria com o Instituto Locomotiva (2019; 2021), pela pesquisa da ONG Internacional Act!onAid (2016), e por dados da pesquisa Tolerância social à violência sexual contra a mulher divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (OSÓRIO; FONTOURA, 2014). Essas contribuem para evidenciar, também, a necessidade de estudar a temática.

Ademais, citamos avanços na legislação, como a criação da Lei de importunação sexual nº 13.718, de 24 de setembro de 2018 (BRASIL, 2018) no Brasil, além de citar as legislações de outros países, com o objetivo de indicar o que tem sido feito

⁸ Referimo-nos às leis que abarcam a violência sexual contra mulheres: Lei dos Crimes contra a dignidade sexual nº 12.015, de 7 de agosto de 2009 (BRASIL, 2009); Lei Maria da Penha nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (BRASIL, 2006); e Lei do Assédio sexual nº 10.224, de 15 de maio de 2001 (BRASIL, 2001).

para diminuir, via legislação, essa forma de violência sexual. Discutimos, ainda, em oposição à opinião de juristas que defendem que a criação de leis sobre o tema é dispensável, a necessidade da criminalização do assédio sexual contra mulheres.

Por fim, complementamos a discussão sobre o assédio sexual contra mulheres em espaços públicos, neste capítulo, a partir de dados registrados no Espírito Santo pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (SESP, 2022). Além disso, abordamos o Programa de Combate ao Assédio Sexual no Transporte Coletivo do município de Serra (2017) e políticas do Estado para evitar o tipo de violência estudada, pois as notícias analisadas nesta tese são publicadas em um dos jornais de representatividade no Estado em termos de acesso e alcance: o jornal *A Gazeta*.

2.1 A EMERGÊNCIA DA DISCUSSÃO SOBRE O ASSÉDIO SEXUAL CONTRA MULHERES EM ESPAÇOS PÚBLICOS: escolhas teóricas e metodológicas para análise dos dados

A fim de justificar a escolha do tema proposto, ou seja, uma análise crítica discursiva sobre os discursos que surgem no campo jornalístico ao noticiar, tratar ou informar sobre o assédio sexual sofrido por mulheres em espaços públicos, procuramos, primeiro, empreender uma pesquisa sobre o estado da arte relacionado ao tema no âmbito dos estudos discursivos ou textuais-discursivos.

Ressaltamos que, neste trabalho, compreendemos o espaço público tanto em uma dimensão material (física), quando nos referimos, por exemplo, ao espaço da rua, da praça e do transporte público, quanto em uma dimensão imaterial, de sentido social e político em referência à interação entre indivíduos e o acesso a direitos (SANTOS, 2018).

Diante deste desafio, pesquisamos trabalhos acadêmicos (artigos, teses, dissertações, livros) sobre o tema assédio sexual contra mulheres em espaços públicos no entrelaçamento com os estudos críticos do discurso, da mídia, do direito e de estudos socioculturais. Para isso, utilizamos as palavras-chave: assédio sexual, *sexual harassment*, *acoso sexual*, *acoso callejero*, discurso sobre assédio sexual,

notícias sobre assédio sexual, assédio sexual em transporte público, assédio sexual em espaço público.

As buscas foram realizadas nos Bancos de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), nos sites *ResearchGate* e *ScientificElectronic Library Online (SciELO)*, no Google Acadêmico e em revistas especializadas⁹.

Não encontramos trabalhos sobre o problema do assédio sexual em espaços públicos desenvolvidos sob o viés da Análise Crítica do Discurso, mas encontramos o capítulo de livro “Violência de gênero e polarização discursiva” de autoria de Tomazi e Natale (2018) fundamentado nos estudos críticos do discurso, proposta de polarização discursiva de Teun A. van Dijk (2017 [2011]), e da noção de face de Erving Goffman. No capítulo, as autoras analisam carta aberta de retratação escrita por José Mayer e publicada no dia 4 de abril de 2017, após o famoso ator ser acusado de assédio sexual no trabalho pela figurinista Susllem Tonani.

Como resultado da análise, as pesquisadoras afirmam que, na carta, o ator tenta criar um discurso em que se coloca como uma vítima de machismo ao argumentar que reproduziu comportamentos machistas naturalizados na sociedade contra Su Tonani, a fim de recuperar sua imagem perante a sociedade. Logo, transmite uma falsa impressão de que houve uma redenção. Além disso, houve, por parte da mídia, uma tentativa de descredenciar a acusação ao focar o possível relacionamento entre o ator e a figurinista, por meio de notícias publicadas em diferentes sites, informação que, para Tomazi e Natale (2018), não atenua as ações de violência de gênero. As autoras sugerem, por fim, que “[...] o agressor se coloca em posição de superioridade quando, sucessivamente, reafirma [...] um comportamento que é reflexo paradoxal da própria violência” (TOMAZI; NATALE, 2018, p. 143).

Apesar de não encontrarmos pesquisas sobre assédio sexual em espaços públicos desenvolvidos sob o viés da Análise Crítica do Discurso, encontramos 23 pesquisas que tratam da temática assédio sexual associada aos estudos discursivos, à mídia,

⁹ Revistas pesquisadas: Revista da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN); Cadernos de Linguística; Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL); Cadernos de Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Revista de Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada (DELTA); entre outras.

ao direito e aos estudos socioculturais, publicadas entre 2016 e 2019, o que indica a atualidade do assunto. As quatro dissertações, os 18 artigos e um capítulo de livro foram desenvolvidos por pesquisadoras do Direito, Design Gráfico, Psicologia, Sociologia, História, Educação, Comunicação Social/Jornalismo, Ciência da Linguagem e Ciência da Informação. Diferentes áreas, mas afins à Linguística.

Dentre esses estudos, destacamos o artigo publicado na Revista Cadernos de Saúde Pública em 2018, cujo título é “Taca cachaça que ela libera: violência de gênero nas letras e festas de forró no Nordeste do Brasil”. Nesta pesquisa, o enfoque teórico seguiu os princípios da linha francesa de Análise do Discurso (AD). Brilhante, Nations e Catrib (2018) intentaram compreender os sentidos atribuídos à violência sexual contra a mulher expressa nas letras de forró por homens residentes na periferia de Fortaleza, Ceará, Brasil. Os resultados demonstraram, no que se refere ao assédio sexual, que comportamentos como frequentar o forró e consumir bebidas alcoólicas são compreendidos como consentimento para o assédio. Estas mulheres não têm a opção de recusar, pois fogem do estereótipo de recato. Logo, não são vítimas de atos de violência sexual, mas culpabilizadas por consentirem o assédio após serem (“drogadas” pelo álcool) alcoolizadas.

As músicas apresentam ainda discursos de alívio cômico, o que contribui para atenuar e naturalizar o assédio, como a “Levanta o Copo” da banda Aviões do Forró:

Começou, aumenta o som, quero ver quem aprendeu/Pode chamar o garçom/Enche o seu que eu encho o meu/É só levantar o copo. É muito fácil/Gatinha mamadinha vai, corre pro abraço/Eu quero ver/Levanta o copo/Dá uma rodadinha/Dá um golinho/Tá facinho/**Taca cachaça que ela libera/Se você tá com medo de pedir um beijo pra ela/Taca cachaça que ela libera** (BRILHANTE, NATIONS E CATRIB, 2018, p. 3, grifo nosso).

Comentários analisados pelas pesquisadoras sobre os indícios de violência nessa letra evidenciam que os entrevistados não reconhecem nas mulheres que vão a festas que tocam músicas de forró como possíveis vítimas de assédio, acreditam inclusive que “[...] a criatura tá num forró, bebendo todas, sai do forró com o cara e depois diz que não queria! Ah, faça-me o favor, né?” (BRILHANTE, NATIONS E CATRIB, 2018, p. 5).

Outro artigo, fundamentado na Análise do Discurso (AD) de vertente foucaultiana, foi publicado por Ferreira e Tavares (2017) nos anais do V Seminário Internacional:

Entrelaçando Sexualidades. O trabalho, “Disciplina, corpo e memória: o assédio sexual contra as mulheres e a culpabilização das vítimas nas mídias”, teve por objetivo investigar discursos que culpam mulheres vítimas de assédio sexual, em comentários, de matérias publicadas na Internet sobre a acusação da figurinista Su Tonani contra o ator José Mayer. Como resultado da análise, as pesquisadoras concluíram que a culpa atribuída às mulheres pelo assédio sexual sofrido está relacionada, historicamente, ao patriarcado que possibilita um poder simbólico de dominação do homem sobre o corpo da mulher, algo sustentado na e pela mídia.

Além dessa, outra pesquisa se propôs a investigar o discurso midiático. No artigo “Da vergonha à visibilidade: Feminismo *hashtag* e violência sexual no Brasil”¹⁰, publicada na Revista Latinoamericana, Almeida (2019) analisa as campanhas contra assédio sexual que tomaram as redes sociais no Brasil entre 2013 e 2018, com foco nas campanhas “Chega de Fiu Fiu” de 2013 e “Meu Primeiro Assédio” de 2015, vinculadas à ONG *Think Olga*. Almeida (2019) coletou 82 notícias e 500 tweets. Os resultados demonstraram como as mídias alternativas (blogs feministas e sites não comerciais) e as mídias sociais (Facebook e Twitter) podem contribuir para a desconstrução de discursos que naturalizam a violência sexual, enquanto as mídias tradicionais (hegemônicas como a *Rede Globo*) enfatizam as características dramáticas dos casos relatados e não o problema em si.

Da Sociologia, a contribuição de Santos (2016) evidencia a importância de investigar essa forma de violência em um local pouco estudado, se comparado aos estudos sobre o assédio no ambiente de trabalho. Na pesquisa “Corpos em trânsito, um estudo sobre o assédio sexual nos transportes coletivos de Aracaju”, a autora discute como as diferenças de gênero são articuladas para produzir desigualdades no compartilhamento do espaço público. Em sua pesquisa, Santos (2016) utiliza relatos de mulheres que passaram por experiências de assédio sexual em transportes públicos de Aracaju para demonstrar como a naturalização desse tipo de violência pode afetar a vida e o psicológico das vítimas. Logo, a problemática é encarada como uma questão de segurança e de saúde.

Quanto aos trabalhos produzidos na América Latina, eles nos deram uma visão da forma como diferentes sociedades, próximas territorial e culturalmente, lidam com a

¹⁰ “*From shame to visibility: Hashtag Feminism and Sexual Violence in Brazil*” (ALMEIDA, 2019, p. 20).

problemática do assédio sexual. Por meio de pesquisa no sistema de buscas *Google.com* e no site *SciELO*, encontramos 54¹¹ trabalhos publicados nos países: Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, México, Peru e Uruguai. As palavras-chave utilizadas foram *acoso sexual callejero*, *sexual harassment*, *harcèlement sexuel*, *speech on sexual street harassment*, *discurso sobre acoso sexual en la calle*, *acoso en el transporte público*.

Os 27 artigos, 11 dissertações, 12 trabalhos de conclusão de curso e três (3) capítulos de livros foram publicados entre 2007 e 2020, o que indica que a discussão desse tema recebe atenção há mais tempo em países como Peru e Chile. Alguns trabalhos se sobressaem pela relação estabelecida com os objetivos desta tese, como os citados nos próximos parágrafos.

Na pesquisa de Gonzalez (2018, tradução nossa), “Experiências de assédio sexual na rua: visões da interação simbólica”¹², são apresentadas entrevistas com vítimas de assédio sexual em espaços públicos com o objetivo de conhecer as principais reações e sentimentos das mulheres. A investigação se distingue por discutir a Lei do Uruguai referente ao assédio sexual definido pela Lei nº 19.580, de 22 de dezembro de 2017 como “[...] ato de natureza ou conotação sexual exercida em espaços públicos [...] contra uma mulher sem o seu consentimento, gerando [...] intimidação, hostilidade e humilhação”¹³ (GONZALEZ, 2018, p. 2, tradução nossa).

Os resultados da pesquisa indicam que, diante das várias situações de assédio sexual vividas em espaços públicos, a imagem inicial de assediadores como monstros e não pessoas normais com desvios de caráter e problemas psicológicos muda. Os horários dos assédios não se restringem à noite ou à madrugada, inclusive ocorrem em maior número no período do dia. Ademais, essa forma de violência influencia mulheres a frequentarem determinados espaços e a vestirem roupas que escondam o corpo.

¹¹ A busca por pesquisas realizadas em outros países da América Latina não teve a intenção de ser exaustiva. O objetivo foi encontrar um número representativo e significativo de pesquisas que nos ajudassem a compreender o que tem sido estudado nas nações latino-americanas sobre o assédio sexual contra mulheres em espaços públicos relacionado aos outros pontos desta tese, discurso, direito, mídia e estudos socioculturais.

¹² “*Experiencias de acoso sexual callejero: miradas desde el interaccionismo simbólico*” (GONZALEZ, 2018).

¹³ “[...] acto de naturaleza o connotación sexual ejercida en los espacios públicos [...] en contra de una mujer sin su consentimiento, generando [...] intimidación, hostilidad, degradación y humillación” (GONZALEZ, 2018, p. 2).

Outra pesquisa que indica dados relevantes, apesar de não ter como tema central o assédio sexual, é a “Insegurança no transporte público da Região Metropolitana de Buenos Aires. Experiências e percepções de mulheres e homens”¹⁴ (PEREYRA *et al.*, 2018, tradução nossa). As pesquisadoras indicam, a partir de dados da pesquisa “Ella se mueve segura” (ALLEN *et al.*, 2017), que 72% das mulheres se sentem inseguras ao utilizar o transporte público na capital argentina. Enquanto a porcentagem de homens com medo é inferior, 58%.

O assédio sexual é apontado como um dos principais motivos para a insegurança por 11,3% das mulheres entrevistadas e por 7,3% dos homens. Ademais, 71% dos usuários do transporte público afirmaram já terem testemunhado situações de assédio, a diferença baseada no gênero é pequena, eles representam 48% dos entrevistados e elas 47%.

Todavia, somente 44% das mulheres que viram situações de assédio ou foram assediadas no transporte público alertaram sobre o ocorrido: à polícia (34%), ao motorista ou outro funcionário da empresa (32%), e para outras(os) passageiras(os) ou para familiares (9%). Isso significa que mais da metade das mulheres não notificaram ou comentaram o que aconteceu. A reação mais frequente é ir para outro espaço do transporte ou descer. Os motivos apontados para esse comportamento foram vergonha, nojo, sentir-se mal, humilhada, etc.

2.2 VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES EM ESPAÇOS PÚBLICOS

Hodierno, a violência é entendida popularmente como “[...] a ruptura de qualquer integridade da vítima” (SAFFIOTI, 2004, p. 17). Dessa forma, há o entendimento de que a violência não é apenas um ato físico. Esse conceito remete à violência contra mulheres, um problema presente no cotidiano brasileiro, o qual é abarcado pela legislação nacional via promulgação da Lei Maria da Penha nº 11.340, de 6 de agosto de 2006 (BRASIL, 2006). Essa Lei

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do Art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação

¹⁴ “La inseguridad en el transporte público del Área Metropolitana de Buenos Aires. Experiencias y percepciones de mujeres y varones” (PEREYRA *et al.*, 2018).

contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências (BRASIL, 2006).

Diante do que é destacado no excerto, entende-se que a atenção está voltada para as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, são elas: física; psicológica; moral; econômica; e sexual. Desse modo, a referida Lei destaca-se por pontuar agressões que marcam não apenas o corpo, mas influenciam na saúde da mulher, como insultos, ameaças, difamação, violação do patrimônio, etc. A violência sexual, por exemplo, é definida como

[...] qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos (BRASIL, 2006).

Assim, ações como forçar uma mulher a se casar, a abortar, a manter relações sexuais ou a se prostituir, mesmo no casamento, é crime. Contudo, analogamente à violência sexual no âmbito doméstico, os abusos também ocorrem nos espaços públicos por pessoas conhecidas ou desconhecidas das vítimas. Percebemos, assim, que no momento da criação da Lei, que é um marco no combate à violência contra a mulher no país, esse ponto foi negligenciado. De acordo com Baggio e Luz (2019)¹⁵, especificamente sobre o assédio sexual contra mulheres em espaços de uso público e coletivo, há um vácuo jurídico, sustentado pela cultura machista e patriarcal.

Isto posto, é necessário entender o que contribui para perpetuar as ações e, por consequência, provocar os altos índices de violência contra mulheres nos espaços públicos. Mais do que críticas destinadas a um sistema jurídico, a discussão volta-se, neste tópico, para as relações desiguais de gênero entre homens e mulheres.

Segundo Scott (1995), o termo gênero passou a ser utilizado pelas feministas americanas para se referir à organização social da relação entre os sexos. A divisão nasce da necessidade de compreender os sexos de uma maneira integrada, por

¹⁵ Ver mais na seção 2.4 As leis nacionais e internacionais sobre o assédio sexual contra mulheres em espaços públicos.

entender que a discussão seria limitada caso ocorresse de forma separada. Para Scott (1995), “[...] estudar as mulheres de maneira isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tenha muito pouco ou nada a ver com o outro sexo” (SCOTT, 1995, p.75).

Apesar de homens e mulheres serem socialmente constituídos de diferentes formas, as identidades são resultado de um processo histórico, cultural, religioso e psicológico, que se constrói também em oposição ao outro. Todavia, isso se torna um problema porque, como sugere Carneiro (1994), na cultura ocidental a diferença é tida como inferioridade.

Nesse sentido, a identidade feminina se explicitará em sua diferenciação em relação ao masculino. Culturalmente, a identidade da mulher é construída de maneira negativa para “[...] justificar os diversos níveis de subordinação e opressão a que as mulheres estão submetidas e a promover, nelas, a aceitação de um papel subordinado socialmente” (CARNEIRO, 1994, p.189).

A submissão das mulheres, segundo Paul (2016), é explicada pela retórica da desumanização, que tem raízes na Grécia Antiga com Platão e Aristóteles. A tradição baseia-se na suposição de que o homem é diferente dos animais, e por isso, superior a eles. Guarnecido pela primazia, apenas o homem pode ter razão, controle e contato com um poder superior, Deus.

O dualismo, homem/animal, é sugerido por Paul (2016, p. 149), a partir do que é chamado de “Código Binário”, como uma característica da retórica da desumanização, pois atribui a lados opostos características de bom e melhor *versus* mau e perigoso. Este representa o eu e aquele o outro. O binarismo, por sua vez decorre de um discurso moral ocidental, sustentado pela reprodução na arte, na ciência, no direito, na mídia, na educação e também na religião. Paul (2016) argumenta que

[...] a tradição ideológica ocidental constrói um conjunto de outros, cada um em um eixo diferente de uma oposição dualista, criando uma hierarquia entre a norma superior e o desviante outro: homem/mulher, branco/preto, adulto/criança, Primeiro Mundo/Terceiro Mundo, nacional/estrangeiro, humano/animal, cultura(humana)/natureza, heterossexual/homossexual,

ariano/judeu, cristão/judeu, cristão/mulçumano, saudável/doente, civilizado/primitivo, etc. (PAUL, 2016, p. 151, tradução nossa)¹⁶.

Para negar a certos grupos a capacidade de raciocinar e autogovernar, foi permitido, ao longo da história, tratá-los como sub-humanos. Aristóteles, por exemplo, hierarquizou a ordem social de inferioridade: filósofos no topo, seguido pelos homens e só depois mulheres, escravos e animais.

O gênero, desse modo, pode ser compreendido como uma divisão decorrente da imposição de comportamentos, a homens e mulheres, que se adequem ao discurso moral ocidental, e, portanto, a uma construção social. Enquanto, o entendimento de sexo, geralmente confundido com o de gênero, pertence, segundo Zarankin e Salerno (2010) ao domínio da biologia.

A respeito do tema, Butler (2003) crítica a dicotomia sexo/gênero. Para a filósofa, o sexo não é natural, mas discursivo, cultural e social como o gênero, “[...] talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero se revela absolutamente nenhuma” (2003, p. 25). Assim, não existe um único tipo de mulher, elas se diferem por cor, idade, classe social, etc. Além disso, existem também mulheres transexuais que devem ser respeitadas. Butler (2003), contribuiu, dessa forma, para desdobramentos e fortalecimento das teorias *queer*, de movimentos gays, lésbicas e transgêneros, conforme sugere Rodrigues (2005).

Outra contribuição importante sobre diferenças entre as mulheres é feita por Crenshaw (2015) ao propor o termo interseccionalidade. Para a autora as discriminações contra as mulheres negras são diferentes das discriminações contra as mulheres brancas, pois envolvem interseções de gênero e de cor. Assim, interseccionalidade refere-se ao estudo da sobreposição ou intersecção de identidades sociais e sistemas relacionados de opressão, dominação ou discriminação.

A partir dessa discussão, Crenshaw (2015 p. 1) evidenciou que a invisibilidade dentro da interseccionalidade não são exclusivas das mulheres negras: “Pessoas de

¹⁶ “Western ideological tradition constructs an interrelated set of ‘others,’ each on a different axis of a dualistic opposition”, creating “a hierarchy between the superior norm and the deviant ‘other’: man/woman, white/black, adult/child, First World/Third World, national/foreign, human/animal, (human) culture/nature, heterosexual/homosexual, Aryan/Jew, Christian/Jew, Christian/Muslim, healthy/sick, abled/disabled, civilised/primitive, and so forth” (PAUL, 2016, p. 151).

cor dentro do movimento LGBTQ; mulheres dentro dos movimentos imigrantes; mulheres trans dentro dos movimentos feministas, etc [...]”. Todas enfrentam vulnerabilidades que refletem intersecções de racismo, sexismo, opressão de classes, transfobia, entre outras.

Dessa maneira, o estudo das questões de gênero aborda as relações estabelecidas culturalmente entre homens e mulheres e compreende que a representação tem sido responsável por crenças sobre o feminino e o masculino que prendem tanto mulheres quanto homens em papéis sociais, com o masculino ocupando posição dominante. Contudo, ressaltamos que não existe uma mulher única, elas são atravessadas também por questões de cor, sexo, classe e outras características identitárias que dificultam em menor ou maior grau o acesso à direitos fundamentais como a saúde mental, física, sexual e reprodutiva, por exemplo.

A produção do gênero é ainda resultado dos espaços sociais, Bourdieu (2002) aponta uma diferença entre a contribuição do público e do privado para estabelecer papéis. O espaço privado da casa é atribuído à mulher, assim como o público ao homem. Em concordância, Biroli (2018) pontua que a esfera pública é entendida como âmbito da universalidade e da razão e a esfera privada como âmbito da particularidade e dos afetos. O cuidado com as crianças e com os idosos no espaço privado, por exemplo, é assumido pela mulher. Além disso, há as obrigações domésticas da vida cotidiana, que muitas vezes são somadas à jornada de trabalho remunerado (BIROLI, 2018). Isso não significa que as mulheres dominam o espaço doméstico em uma relação familiar, muito pelo contrário, elas assumem atividades domésticas porque são exigidas socialmente, o que também gera na mulher a ideia de que ela é responsável pelo espaço doméstico, pelo cuidado e zelo do lar.

Ademais, no núcleo familiar, as mulheres, por motivos socioeconômicos e pela construção simbólica da subordinação ao homem, são as mais vulneráveis. Para muitas meninas e mulheres, a residência familiar está longe de ser um espaço de privacidade e proteção, sendo com frequência um ambiente de humilhações, abusos e dor. Existem diferentes obstáculos para que as mulheres deixem relacionamentos e lares violentos: “[...] condições materiais e cotidianas desvantajosas e de maior vulnerabilidade em relação a homens, sobretudo quando têm filhos pequenos”. (BIROLI, 2018, p. 44).

O espaço público não é tão diferente do privado para as mulheres, seu acesso é limitado, porque “[...] a rua é um espaço eminentemente masculino” (SAFFIOTI, 1994, p. 165). Nos locais públicos, como as ruas, praças e ônibus o homem tende a sofrer violência de outros homens, enquanto as mulheres, em sua maioria, não são vítimas de outras mulheres, mas sim dos homens. Dessa forma, mesmo a violência atingindo ambos os gêneros, elas são as principais vítimas, em qualquer período de suas vidas (FACURI *et al.*, 2013).

No espaço público, o corpo da mulher é entendido, por machistas, como sem conhecimentos, habilidades, emoções ou sentimentos. Elas não têm nem mesmo direito de opinar ou protestar. De maneira diferente, nesse mesmo espaço, o homem é compelido a reafirmar sua posição, virilidade, evitar “traços de feminilidade” e demonstrar sua masculinidade com e para os outros homens (BILLI *et al.*, 2014). Nader (2013) ampara o afirmado por Billi *et al.* (2014) ao discutir que a identidade do homem na sociedade patriarcal foi moldada no ideal de virilidade, visto que o homem se definiu como um ser humano privilegiado, o mais forte, inteligente, corajoso, responsável, criativo ou o mais racional.

A posição de Billi *et al.* (2014) é semelhante à de Santos (2016), para quem o corpo da mulher no espaço público é lido socialmente como disponível aos outros, e, por isso, pode ser tocado e interpelado por desconhecidos. De acordo com a autora,

[...] a expressão popular “a rua não é lugar de mulher”, indica uma concepção compartilhada que tem raízes num passado não muito distante que constituía a separação da rua como lugar masculino e da casa, como local feminino. Tudo isso corroborou para a manutenção de uma visão dicotômica e de uma moral conservadora sobre como a mulher deve comportar-se, classificando entre aquelas que são decentes e dignas de respeito e as que são vadias, portando, indignas (SANTOS, 2016, p. 14).

A partir da concepção de Santos (2016), entende-se que respeito é direito apenas das mulheres que se portam de acordo com determinadas normas sociais de gênero e sexualidade.

À vista disso, o assédio sexual em espaços públicos deve ser considerado como uma forma de violência baseada no gênero por dois motivos: porque ocorre predominantemente entre um homem (agressor) e uma mulher (vítima); e porque tende a consolidar relações estereotipadas e hierárquicas entre homens e mulheres,

o que não beneficia a construção de identidades e relações livres e autodeterminadas entre os indivíduos (BILLI *et al.*, 2014).

Em consideração ao que foi salientado neste tópico, assédio sexual contra a mulher pode ser compreendido como uma das consequências da “dominação masculina” (BOURDIEU, 2002), amparada no patriarcado¹⁷, muitas vezes resultado da apropriação simbólica do corpo. Instituições como a Igreja, o Estado, a escola, e a família, por sua vez contribuem para legitimar as relações de autoridade que produzem a subordinação das mulheres aos homens. Algo a ser discutido no próximo tópico com base em dados.

2.3 ASSÉDIO SEXUAL EM ESPAÇOS PÚBLICOS: caracterização

O assédio sexual, apesar de, nos últimos anos, ter recebido destaque na mídia, não é um problema recente, atravessa gerações e subjuga mulheres a ações de violência. Segundo o Instituto Patrícia Galvão (2022), o assédio sexual pode ser definido como

Abordagens grosseiras, ofensas e propostas inadequadas que constroem, humilham e amedrontam. O assédio sexual não tem a ver com desejo sexual, mas sim com uma manifestação de poder e de intimidação. Pode acontecer em espaços e contextos diversos, como em casa, no trabalho ou em espaços públicos, como as ruas e os meios de transporte (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2022).

De acordo com Diniz (2014), o conceito de assédio sexual foi designado pela primeira vez nos anos de 1970, a partir de observações de práticas de conotações sexuais dos homens contra as mulheres no contexto das relações de trabalho, pelas feministas americanas da Universidade de Cornell. Ao discutir o assédio sexual naquele momento, as feministas visavam diminuir a violência contra a mulher e melhorar as condições de trabalho. Inclusive, de acordo com hooks (2018), o feminismo é um movimento para acabar com a exploração, a opressão e a dominação de mulheres.

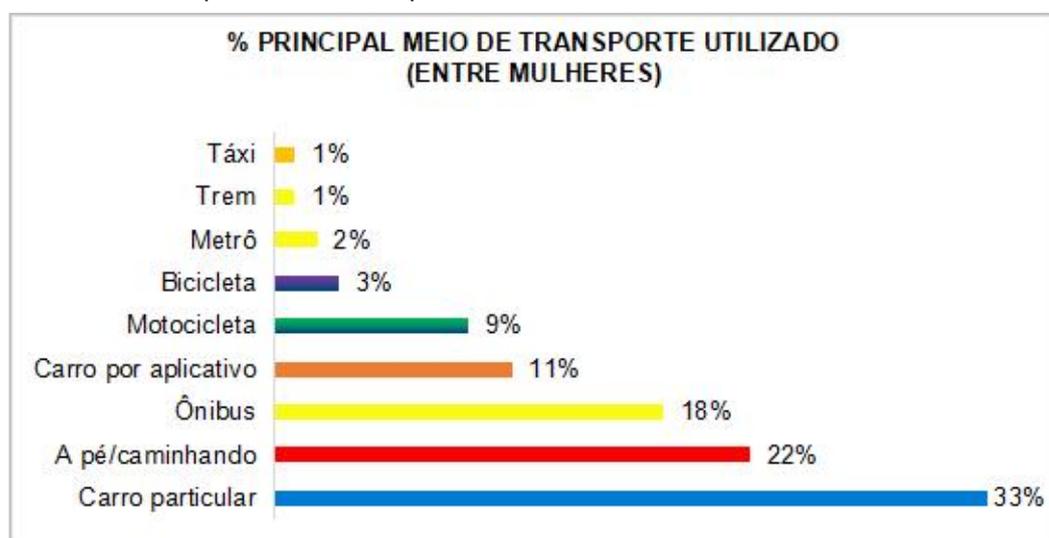
¹⁷ O termo “patriarcado” tem origem nas palavras gregas *pater* (pai) e *arke* (origem e comando). Assim, o seu significado relaciona-se à autoridade do pai e faz referência ao poder e ao domínio dos homens sobre as mulheres (DINIZ, 2014).

Atualmente, Diniz (2014) ressalta que os movimentos feministas se recusam a limitar o assédio sexual exclusivamente às relações de trabalho, pois consideram que a relação de poder entre homens e mulheres está presente e é exercida em outras dimensões.

Um posicionamento que encontra consentimento nos resultados de uma pesquisa de âmbito nacional realizada pelo Instituto Patrícia Galvão em parceria com o Instituto Locomotiva (2019)¹⁸. Os dados da pesquisa sobre violência contra a mulher no transporte indicam que 97% das entrevistadas já foram assediadas sexualmente em meios de transporte e 71% conhecem alguma mulher que já sofreu assédio em espaço público.

Dados semelhantes sobre o assédio foram divulgados dois (2) anos depois pelo Instituto Patrícia Galvão e pelo Instituto Locomotiva (2021). A pesquisa “Segurança das mulheres nos deslocamentos pela cidade: as mulheres e seus trajetos”¹⁹ indica que o ônibus é o meio de transporte público mais utilizado pelas brasileiras, conforme indicado no gráfico 1:

Gráfico 1 - Principal meio de transporte utilizado



Fonte: Gráfico desenvolvido pela autora com base em dados do Instituto Patrícia Galvão/Locomotiva (2021).

¹⁸ Perfil das entrevistadas: 1.081 usuárias de transporte público e por aplicativo com 18 anos ou mais, classes ABCD, nas cinco (5) regiões do país, que utilizaram transporte público e transporte por aplicativo nos últimos três meses (entre dezembro e fevereiro de 2019).

¹⁹ Foram entrevistadas 2.017 pessoas de 18 anos ou mais, de 30 de julho a 10 de agosto de 2021. Homens representam 823 casos e mulheres representam 1.194 casos. Dentre as entrevistadas, 813 são da classe AB e 1.204 da classe CDE.

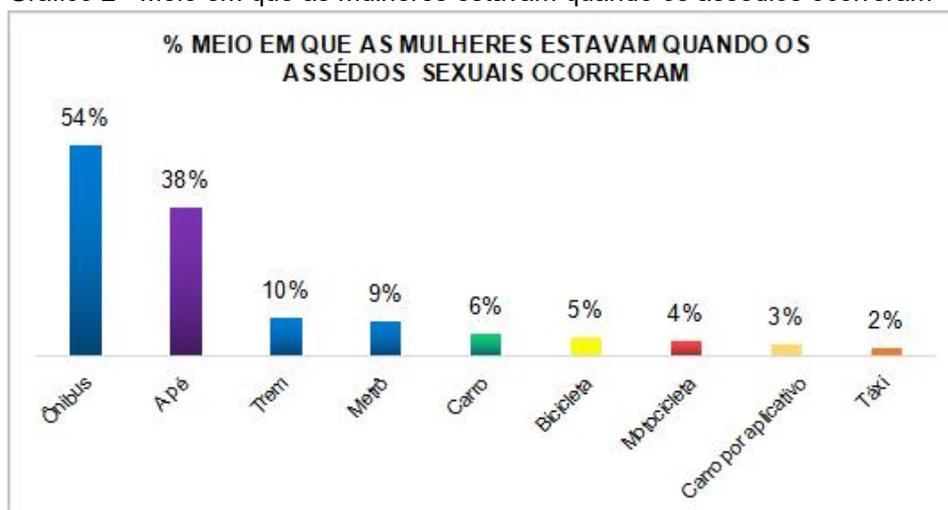
Os dados registrados no gráfico informam que os outros meios de transporte público mais utilizados são o metrô e o trem, respectivamente por 2% e 1% das usuárias. O meio de transporte mais usado pelas entrevistadas é o carro particular citado por 33%, seguido por 22% das mulheres que se locomovem a pé, 11% solicitam carro por aplicativo, 9% usam motocicleta, 3% pedalam bicicleta e 1% pagam para usar um táxi.

A pesquisa indica também que o ônibus é o meio de transporte que transmite menos segurança às suas usuárias, 45% das mulheres responderam que se sentem inseguras ao se locomover pela cidade de ônibus, 39% sentem que o meio de transporte é pouco seguro e apenas 16% se sentem seguras.

De acordo com o Instituto Patrícia Galvão/Locomotiva (2021), o medo entre as mulheres que utilizam ônibus é gerado, principalmente, pelo receio de agressões físicas, importunação sexual e estupro. Outras preocupações citadas são: sofrer racismo (entre mulheres negras); receber olhares insistentes, cantadas inconvenientes; sofrer assalto/furto/sequestro relâmpago; ser atropelada; sofrer acidente de trânsito; e sofrer preconceito ou discriminação, exceto por cor.

A maioria das mulheres entrevistadas já vivenciou situações de violência nos deslocamentos, sobretudo receber olhares/cantadas, importunação/assédio sexual e assalto/furto. Das 429 mulheres que sofreram importunação sexual, ou 36% das entrevistadas, a maioria foi em ônibus, para ilustrar, desenvolvemos o gráfico 2:

Gráfico 2 - Meio em que as mulheres estavam quando os assédios ocorreram



Fonte: Gráfico desenvolvido pela autora com base em dados do Instituto Patrícia Galvão/Locomotiva (2021).

O gráfico²⁰ indica que, depois do ônibus, caminhar é a segunda forma de se locomover que deixa as mulheres mais vulneráveis, 38% já foram assediadas quando estavam a pé, 10% foram assediadas no trem, 9% no metrô, 6% no carro particular, 5% na bicicleta, 4% na motocicleta, 3% no carro por aplicativo e 2% no táxi.

Apesar de a pesquisa do Instituto Patrícia Galvão/Locomotiva (2021) diferenciar cantada de importunação sexual, consideramos essa forma de violência como assédio sexual e representa a principal forma de violência enfrentada por mulheres que se locomovem pela cidade, 69% ou 833 brasileiras entrevistadas responderam já ter enfrentado essa forma de violência.

A cantada tem um alto número de ocorrência também no ônibus²¹, 40% das usuárias sofreram assédio nesse transporte público. Para o coletivo feminista *Think Olga* (2020), a cantada é unilateral, diferentemente da paquera, por isso é uma forma de assédio. Ao contrário, o flerte, parte da paquera, ocorre quando duas pessoas participam do evento, nessa situação um indivíduo compreende que há uma chance de o outro não fornecer consentimento e abertura para uma continuidade. O que, segundo o movimento, não é o caso das cantadas, pois elas estão completas mesmo que a vítima ignore o assediador: a intenção é apenas falar em voz alta o que estava pensando sobre a pessoa.

Dessa forma, a finalidade da “cantada” é a expressão de uma opinião não requisitada sobre outro ser humano, “[...] é algo incômodo e invasivo, pois as mulheres não estão nas ruas em busca de aprovação masculina” (*THINK OLGA*, 2020).

²⁰ As porcentagens citadas no Gráfico 2 - Meio em que as mulheres estavam quando os assédios ocorreram não representam a soma de 100% do número de casos de importunação sexual contra mulheres, porque parte das vítimas sofreram essa forma de violência em mais de um local. Dessa maneira, das 429 mulheres que responderam ter sofrido importunação sexual, 232 estavam em um ônibus, 197 não; 163 estavam a pé, 266 não; 43 estavam no trem, 386 não; 39 estavam no metrô, 391 não; 26 estavam em carro particular, 403 não; 21 estavam de bicicleta, 408 não; 17 estavam de motocicleta, 412 não; 13 estavam em carro por aplicativo, 416 não; 9 estavam em um táxi, 420 não.

²¹ Os outros transportes utilizados por mulheres que foram assediadas por meio de olhares insistentes ou cantadas inconvenientes: 8% de carro, 6% de motocicleta, 5% de bicicleta, 8% de carro por aplicativo, 3% de táxi, 7% de trem, 9% de metrô e 62% a pé (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO/LOCOMOTIVA, 2021).

Se existe uma visão positiva para o que comumente se chama de “cantada” na sociedade, a crença que fundamenta tal ponto de vista baseia-se na naturalização da ação, pois é enxergada como algo comum da conquista. De acordo com Santos (2016, p. 8), essa naturalização contribui para “[...] indicar como as diferenças de gênero são articuladas para produzir desigualdades no compartilhamento do espaço público”.

Além da naturalização, a objetificação do corpo feminino e a exaltação do direito do homem em desejar os corpos de mulheres estimulam comportamentos indevidos. O que acarreta medo, humilhação e constrangimento (SANTOS, 2016).

O medo causado pelo assédio sexual é seguido pelo medo do estupro. Não significa que todo assédio resulta em estupro, mas pode ser compreendido como uma violência que o antecede. Isso causa medo, principalmente se o criminoso estiver armado. Santos (2016, p. 63) defende que “[...] andando na rua, no ponto de ônibus, ou mesmo dentro do transporte coletivo, um estranho que se masturba olhando ou tocando em uma mulher [...] pode sim passar do assédio ao crime de estupro”.

A pesquisa mais recente sobre o tema estudado, cujo o título é “Percepções sobre controle, assédio, e violência doméstica: vivências e práticas”, foi realizada pelo Instituto Patrícia Galvão em parceria com o Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica - IPEC (2022). As entrevistas foram realizadas com 1.200 pessoas (800 homens e 400 mulheres), com 16 anos ou mais, entre 21 de julho e 1º de agosto de 2022.

De abrangência nacional, a pesquisa indica que 45% das mulheres já tiveram o corpo tocado sem seu consentimento em local público; 32% das mulheres afirmam ter passado por situação de importunação/assédio sexual no transporte público; 41% foram xingadas ou agredidas por dizerem “não” a uma pessoa que estava interessada nelas; 22% receberam cantadas que consideraram agressivas, desrespeitosas e/ou ofensivas; 20% foram beijadas à força; e 29% seguidas de forma insistente na rua e/ou em festas e baladas.

Contudo, poucos homens admitem ser autores de práticas invasivas, importunação, assédio e/ou abuso sexual: 5% assumem ter tocado o corpo (ombro, braço, mãos, cabelos, etc.) de alguém sem o consentimento da pessoa em local público; 2%

xingaram ou agrediram depois de receber um “não” de uma pessoa por quem se interessou; 5% deram cantadas consideradas agressivas, desrespeitosas e/ou ofensivas; 2% beijaram alguém à força; 2% seguiram alguém de forma insistente na rua e/ou em festas e baladas; e nenhum declarou ter praticado importunação/assédio sexual no transporte público.

Outra pesquisa sobre o assunto, mas de alcance internacional, foi divulgada pela Act!onaid (2016), cujos dados indicaram que a mulher brasileira é a que mais sofre assédio nos espaços públicos, totalizando 86% de mulheres que já lidaram com esse tipo de violência. Na pesquisa, foram ouvidas 2.518 mulheres, acima de 16 anos: 1.013 na Inglaterra, 503 no Brasil, 500 na Tailândia e 502 na Índia.

Os dados sugerem que o assédio sexual é um problema global, por causa dos números altos em todos os países pesquisados: 86% das mulheres na Tailândia já sofreram assédio em espaço público, 79% na Índia e 75% na Inglaterra. Além disso, 70% das mulheres brasileiras sentem mais medo do assédio nas ruas, assim como 43% das Tailandesas e 62% das Indianas. As inglesas sentem mais medo do assédio no transporte público: 65%.

As brasileiras indicaram diferentes formas de assédio em público: 77% das 503 já ouviram assobio; 74% olhares insistentes; 50% já foram seguidas nas ruas; 37% homens já se exibiram para elas; 57% comentários de cunho sexual; 39% xingamentos; e 8% das 503, depois de serem assediadas, foram estupradas. Além disso, há o alto número de assédios por região: 88% das mulheres entrevistadas do Norte do país já foram assediadas no espaço público, 86% no Nordeste, 92% no Centro-oeste, 86% no Sudeste e 85% no Sul.

De acordo com Diniz (2014), mesmo diante de dados que comprovam o medo das mulheres de sofrerem assédio sexual, a discussão em torno do problema ainda é subvalorizada pelos meios de comunicação, o que pode agravar a discriminação e a violência contra a mulher.

A naturalização do assédio sexual é reforçada assim pela tolerância social à violência sexual contra a mulher, manifestada por meio de comentários destinados às mulheres que não seguem o padrão de gênero esperado. Em 2014, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (OSORIO; FONTOURA, 2014) publicou dados

de uma pesquisa referente à percepção social das famílias acerca das políticas públicas implementadas pelo Estado:

O Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) é uma pesquisa domiciliar e presencial que visa captar a percepção das famílias acerca das políticas públicas implementadas pelo Estado, independentemente de estas serem usuárias ou não dos seus programas e ações. A partir desta 2ª edição, a pesquisa passa a ser realizada em 3.809 domicílios, em 212 municípios, abrangendo todas as unidades da federação. Passa também a ser utilizado o método de amostragem probabilística de modo a garantir uma margem de erro de 5% a um nível de significância de 95% para o Brasil e para as cinco grandes regiões (OSORIO; FONTOURA, 2014, p. 2).

Os resultados da pesquisa, encontrados por meio de entrevistas em maio e junho de 2013, indicam que ainda somos uma sociedade regida pelo modelo patriarcal, e que as crenças construídas nos grupos sociais influenciam o julgamento do outro.

Nesse caso, o elo mais fraco é a mulher que tem sobre o seu corpo regras sociais que regulam as suas vontades, como a forma de se expressar, de agir e de se vestir. Em relação ao comportamento sexual das mulheres, o julgamento social as avalia e as divide entre as que são adequadas para casar e as que são para fazer sexo. Mais da metade dos entrevistados concordou, total (34,6%), ou parcialmente (20,3%), com a afirmação “tem mulher que é pra casar, tem mulher que é pra cama”. Neutros representam 6,8%, discordam totalmente 26,4% e parcialmente 8,9%.

A avaliação ocorre segundo a perspectiva machista que julga e, conseqüentemente, impede mulheres de serem sexualmente livres. Além disso, evidencia o sexismo presente em nossa sociedade. A discriminação fundamentada no sexo ou sexismo é um conceito interligado ao machismo, assim como a misoginia²², os três juntos influenciam a ocorrência da violência contra mulheres (SOUZA, 2015).

O poder sexual sobre a mulher é tão grande que a culpa recai sobre ela, caso ocorra a violência. Quase três quintos dos entrevistados, 58,4%, concordaram, total ou parcialmente, que “se as mulheres soubessem se comportar haveria menos estupros”.

²² A misoginia tem origem na união dos termos gregos “*míseo*” e “*gyne*”, cujos significados são respectivamente ódio e mulheres. Dessa maneira, o léxico misoginia, geralmente, é usado para classificar sentimentos e comportamentos oriundos de aversão, repulsa ou desprezo pelas mulheres e influenciam à violência, à opressão e à dominação de mulheres (AGUIAR; PELÁ, 2020).

Tomazi (2014), no capítulo de livro “Quadrinhos e contexto - Tolerância social à violência contra as mulheres: discurso, ideologia e contexto”, analisa charges jornalísticas sobre violência contra a mulher no Brasil, que retomam os resultados da pesquisa do IPEA (OSORIO; FONTOURA, 2014). Nas análises, Tomazi (2014) sugere os dados como resultado da visão patriarcal e opressora da sociedade em relação às mulheres e à banalização e normalização de problemas sociais e culturais tão violentos como o estupro, reflexão que pode ser estendida ao assédio sexual.

A concepção por trás dessa culpabilização também pôde ser encontrada nas respostas dos entrevistados. Diante da frase “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”, a maioria afirmou discordância, mas, ainda assim, 26% concorda parcialmente ou totalmente com a questão.

A noção de que os homens são biologicamente incapazes de controlar suas vontades sexuais persiste, logo as mulheres provocam a sua própria violação sexual, pois não se comportam como o esperado. A violência, nesse sentido, seria uma correção. O remédio para a mulher aprender a se comportar é ser estuprada e/ou assediada. Esse percentual evidencia o quanto o acesso dos homens aos corpos das mulheres é livre se elas não impuserem barreiras, como se comportar e se vestir “adequadamente”.

Todavia, na pesquisa, cerca de 73% dos respondentes discordaram da afirmação de que “a questão da violência contra as mulheres recebe mais importância do que merece”. É um sinal positivo de que o grande espaço que a questão tem ganhado nos últimos anos na mídia e mesmo na agenda governamental é percebido como condizente com sua relevância para a vida das mulheres.

Os dados expostos neste tópico sugerem que a mulher está sujeita também a ser vítima de assédio sexual por desconhecidos, uma forma de controle fora do âmbito doméstico. Para Santos (2015), é uma violência apoiada na naturalização e na construção histórica das desigualdades sociais entre homens e mulheres. Uma violência que tenta se apropriar do corpo e subtrair sua autonomia, limitando o direito das mulheres ao espaço público. Mesmo que todos lidem com a falta de

segurança no ambiente urbano, homens e mulheres têm vidas diferentes nesse espaço. O medo é ainda maior para elas (SANTOS, 2015).

Essa forma de violência tem um impacto sobre a saúde física e psicológica das vítimas, por isso, é também entendida pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002) como um problema de saúde pública. As consequências para a saúde mental são mais duradouras, acarretam depressão e posteriormente suicídio. A violência sexual, de uma forma geral, pode afetar profundamente o bem-estar social das vítimas; “[...] em consequência dessa violência, as pessoas podem ser estigmatizadas e jogadas ao ostracismo por suas famílias e outras pessoas” (OMS, 2002, p. 147).

Dessa maneira, Diniz (2014) entende o assédio sexual como uma forma de violência contra a mulher, sustentada também pela cultura. A autora acredita que vivemos em um padrão cultural no qual as mulheres devem reprimir a sua sexualidade, enquanto homens são tidos possuidores de uma necessidade de variedade sexual para que mantenham saúde física.

2.4 LEGISLAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL

Em uma sociedade patriarcal e machista é difícil que até mesmo a Justiça reconheça alguns aspectos do assédio sexual como crime. Além da dificuldade do entendimento social que difere a cantada do assédio, há a falta de legislação e de punição adequada que muda de país para país, e até mesmo de cultura para cultura (DINIZ, 2014).

De acordo com o relatório Mulheres, Empresas e Direito (WORLD BANK GROUP, 2018), em 59 países ainda não existem leis contra o assédio sexual no trabalho, o que pode indicar também que não há leis voltadas para a proteção da mulher nos espaços públicos. O relatório informa ainda que as regiões do mundo que menos garantem os direitos das mulheres são: a África Subsariana; a Ásia Meridional; e o Oriente Médio.

No Brasil, o assédio sexual é penalizado com base na Lei nº 10.224, de 15 de maio 2001. A violência é compreendida no Art. 216 como “Constranger alguém com o

intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico [...]” (BRASIL, 2001). Dessa forma, o termo assédio sexual está relacionado, na legislação brasileira, apenas ao exercício do emprego, cargo ou função.

Em alguns casos, o assédio pode ser caracterizado como um crime de estupro, como apontado no Art. 213 da Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009: “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso” (BRASIL, 2009). Há ainda, infrações como a “importunação ofensiva ao pudor” penalizada pelo Art. 61 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 ou Lei das Contravenções Penais (BRASIL, 1941) e do ato obsceno definido como “Praticar ato obsceno em lugar público, ou aberto ou exposto ao público” consoante Art. 233 do Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (BRASIL, 1940).

No dia 24 de setembro de 2018, foi acrescentada a Lei nº 13.718 (BRASIL, 2018) com o objetivo de tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro. A Lei da Importunação sexual é um marco, juntamente com a Lei Maria da Penha.

Segundo o Art. 215, da referida Lei, importunação sexual é definida como “Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro” (BRASIL, 2018). A pena de reclusão varia de um a cinco anos. Um elemento importante da Lei é considerar sua aplicação independentemente do consentimento da vítima ou do fato de ela ter mantido relações sexuais antes do crime.

Previamente a essa Lei, alguns estados criaram o polêmico “vagão feminino”: o Rio de Janeiro (2006), a partir da Lei estadual nº 4.733, em 23 de março de 2006, determinou vagões exclusivos para mulheres nos horários de pico, já em 2017, foi adicionada a norma de acesso também das mulheres transexuais; entre 1995 e 1997, e em 2005 tentativas de implementação do vagão feminino em São Paulo se tornaram frustradas, pois os projetos foram vetados; mas, desde 2013, o vagão exclusivo está em funcionamento em Brasília. O Egito, a Indonésia, o Irã, o México,

as Filipinas, Dubai, o Japão e a Índia também têm vagões exclusivos (SANTOS, 2016).

Diante do conhecimento de todas essas leis, percebemos como o Código Penal está sendo atualizado à medida que questionamentos relacionados à violência contra mulheres se tornam pauta da mídia, das conversas diárias e também do ativismo digital.

Inclusive, defendemos a criação de leis relacionadas aos crimes que ocorrem em decorrência da cultura patriarcal. Como defende Lipovestky (2000), por mais que sejam diferentes, essas leis exprimem a vontade de não mais tolerar procedimentos naturalizados por uma cultura machista, de reprimi-los tanto disciplinarmente quanto penalmente.

Contudo, os dados divulgados por pesquisas, bem como as acusações de que a discussão acerca do assédio sexual quer impor regras sobre as relações sociais ao não permitir a cantada, nos faz questionar se a criação de leis é suficiente para acabar com o problema.

Diferentemente do que muitos pensam, o assédio sexual não é uma criação do movimento feminista. Assim como desenvolver pesquisas acadêmicas e discussões virtuais sobre o problema não é uma tentativa de transformar tudo em assédio. Entretanto, não é incomum ouvir ou ler comentários que questionem a existência de leis de proteção da mulher.

Segundo Bianchini (2002), até mesmo no campo do Direito, a Lei do Assédio Sexual não é consenso. Alguns juristas têm divergido quanto à necessidade da tutela penal do assédio. Para uns, a incriminação do assédio sexual é uma forma de regular o relacionamento de gênero na sociedade atual:

Trata-se de uma reivindicação da mulher moderna, emancipada, daquela que se quer respeitada em casa e no trabalho, no espaço público tanto quanto no privado. Além de acarretar, muitas vezes, em perda do emprego, problemas financeiros e psicológicos (BIANCHINI, 2002, p. 9).

Contudo, para outros juristas, conforme Bianchini (2002), a incriminação do assédio sexual possui caráter moralista. Além disso, enxergam a elevação de penas como um mito criado pelo Estado para acalmar a opinião pública. Isso provoca, na visão

deles, a perda da naturalidade das relações profissionais. Assim, mesmo que seja algo reprovável, não há necessidade de amparo penal.

Essas justificativas fundamentam-se também na existência de enquadramento do assédio sexual no ordenamento jurídico-penal, são citados: o Constrangimento ilegal, Art. 146 da Lei nº 2848; Ameaça, Art. 147 da Lei nº 2848; Injúria, Art. 140 da Lei nº 2848; Ato obsceno, Art. 233 da Lei nº 2848 (BRASIL, 1940); Importunação ofensiva ao pudor, Art. 61 da Lei nº 3688; e Perturbação da tranquilidade, Art. 65 da Lei nº 3688 (BRASIL, 1941). Entretanto, Bianchini (2002) defende, que os tipos penais citados não abarcam, individualmente, a totalidade dos bens jurídicos ofendidos no assédio sexual.

Para Bianchini (2002), o reconhecimento do assédio sexual como uma discriminação de gênero é dificultado pela necessidade de a mulher precisar provar que sofreu assédio, o receio da descrença dos representantes da Justiça, o constrangimento e a naturalização.

Isso evidencia que, simultaneamente à criação de leis, é preciso promover mais discussões sobre o tema, educar homens a conviverem com mulheres na esfera pública e privada. Algo reforçado por Bianchini (2002), a autora sugere que cabe ao Estado a criação de outros mecanismos de controle social. Dessa forma, além da criação de leis, impõe-se o compromisso com a pedagogia da igualdade, por meio de entidades organizadas, educando nos espaços informais.

Além da necessidade de visibilidade do problema das formas de violência contra a mulher na mídia e pelos órgãos públicos, por meio de notícias, pesquisas/estudos e políticas públicas, é necessário o enfrentamento a partir de redes de apoio à mulher. Alguns avanços podem ser notados, principalmente a partir do entendimento de que “[...] a privacidade não pode ser usada para proteger agressores, assim como as relações familiares também devem ser reguladas com o objetivo de garantir a integridade física e mental das pessoas” (BIROLI, 2018, p. 114).

Defendemos, dessa forma, a interferência do Estado, porque este tem o poder de permitir ou limitar a autoridade do homem sobre a mulher. Inclusive, até muito recentemente, o Estado legitimava, por meio de legislação, a ideia da mulher como posse. Apenas em 1962, por exemplo, as mulheres casadas conquistaram, no Brasil,

o direito à capacidade civil plena a partir da promulgação da Lei nº 4.121, 27 de agosto de 1962 (BRASIL, 1962). O marido ainda era chefe da sociedade conjugal, mas com a colaboração da mulher (BIROLI, 2018).

Depois de 15 anos, as mulheres adquiriram os direitos iguais de propriedade e Lei do divórcio, nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977 (BRASIL, 1977). Esta possibilitava a separação, pois antes, mesmo sem o respaldo da Lei, acontecia o desquite, mas um outro casamento não era reconhecido. Além disso, a legislação diferenciava filhos legítimos de ilegítimos.

Somente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, segundo Biroli (2018), o entendimento de que o homem tem autoridade legal sobre a mulher no casamento foi rompido, definindo no Art. 226 que os “direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher” (BRASIL, 1988).

De acordo com Biroli (2018), as leis não alteraram completamente os padrões anteriores, mas contribuem para mudanças no cotidiano e na forma de conflitos e resistências. Dessa maneira, as ações dos órgãos públicos ainda devem ser direcionadas a diminuir as diferentes formas de violência sexual.

Em 2016, foi aprovada na Argentina, Lei que prevê punição para os autores de assédio sexual nas ruas. No Art. 2 da Lei nº 5.742, de 7 de dezembro de 2016:

Entende-se por assédio sexual em espaços públicos ou de acesso público as condutas físicas ou verbais de natureza ou conotação sexual, com base em gênero, identidade e/ou orientação sexual, praticadas por uma ou mais pessoas contra outros que não desejam ou rejeitam esses comportamentos, pois afetam sua dignidade, seus direitos fundamentais, como liberdade, integridade e trânsito livre, criando intimidação, hostilidade, degradação, humilhação ou um ambiente ofensivo em espaços públicos (ARGENTINA, 2016, tradução nossa)²³.

A Lei argentina se diferencia por incluir as mulheres *cis* gêneros, mulheres cujo genitais estão de acordo com a forma como elas se veem, as transgêneros, mulheres cujo sexo biológico não converge com a identidade de gênero e as

²³ “Se entiende por Acoso Sexual en espacios públicos o de acceso público a las conductas físicas o verbales de naturaleza o connotación sexual, basadas en el género, identidad y/u orientación sexual, realizadas por una o más personas en contra de otra u otras, quienes no desean o rechazan estas conductas en tanto afectan su dignidad, sus derechos fundamentales como la libertad, integridad y libre tránsito, creando en ellas intimidación, hostilidad, degradación, humillación o un ambiente ofensivo en los espacios públicos” (ARGENTINA, 2016).

homossexuais (ELISE, 2019). Ademais, a Lei é específica quanto aos tipos de assédio sexual em espaços públicos, no Art. 3 informa:

O assédio sexual em espaços públicos pode se manifestar nos seguintes comportamentos: a. Comentários sexuais, diretos ou indiretos ao corpo. b. Fotografias e gravações não consensuais. c. Contato físico inadequado ou não consensual d. Perseguir ou encurralar. e. Masturbação ou exibicionismo, gestos obscenos ou outras expressões (ARGENTINA, 2016, tradução nossa)²⁴.

No Chile, o assédio sexual em espaços públicos foi acrescentado à legislação em 2019. O Art. 494 da Lei nº 21.153, de 3 de maio de 2019 conceituou:

O assédio sexual é cometido por qualquer pessoa que pratique, em locais públicos e sem o consentimento da vítima, um ato sexual capaz de causar uma situação objetivamente intimidadora, hostil ou humilhante, e que não constitua contravenção ou crime a que seja imposta uma penalidade mais grave, consistindo em: 1. Atos de natureza verbal ou realizados por gestos. Nesse caso, será aplicada uma multa de uma a três unidades fiscais mensais; 2. Condutas que consistem em abordagens ou perseguições, ou atos de exibicionismo obsceno ou de conteúdo sexual explícito. Em qualquer um desses casos, a pena de prisão será aplicada em seu grau médio a máximo e uma multa de cinco a dez unidades fiscais mensais (CHILE, 2019, tradução nossa)²⁵.

O texto faz referência ainda a ações que envolvam gravações, filmagens, fotografias e vídeos que registrem imagens íntimas da pessoa, sem consentimento.

Fora da América Latina, mas ainda no Continente Americano, o assédio sexual, segundo Lipovestky (2000), foi reconhecido e sancionado pela primeira vez nos Estados Unidos em 1977. A noção de assédio sexual na legislação norte-americana não designa apenas o comportamento que ameaça direta ou indiretamente o emprego de uma pessoa por meio de solicitações sexuais, mas também, muito mais amplamente qualquer conduta que tenha por objetivo ou efeito perturbar de maneira

²⁴ “El acoso sexual en espacios públicos o de acceso público puede manifestarse en las siguientes conductas: a. Comentarios sexuales, directos o indirectos al cuerpo. b. Fotografías y grabaciones no consentidas. c. Contacto físico indebido u no consentido d. Persecución o arrinconamiento. e. Masturbación o exhibicionismo, gestos obscenos u otras expresiones” (ARGENTINA, 2016).

²⁵ “Comete acoso sexual el que realizare, en lugares públicos o de libre acceso público, y sin mediar el consentimiento de la víctima, un acto de significación sexual capaz de provocar una situación objetivamente intimidatoria, hostil o humillante, y que no constituya una falta o delito al que se imponga una pena más grave, que consistiere en: 1. Actos de carácter verbal o ejecutados por medio de gestos. En este caso se impondrá una multa de una a tres unidades tributarias mensuales. 2. Conductas consistentes en acercamientos o persecuciones, o actos de exhibicionismo obsceno o de contenido sexual explícito. En cualquiera de estos casos se impondrá la pena de prisión en su grado medio a máximo y multa de cinco a diez unidades tributarias mensuales” (CHILE, 2019).

substancial a prestação de trabalho ou criar um ambiente intimidador, ofensivo ou hostil (LIPOVESTKY, 2000).

No estado de Dakota do Norte (STOP STREET HARASSMENT, 2013), por exemplo, a agressão sexual inclui a ejaculação em público. O que torna possível denunciar agressores que tocam de forma sexualizada em um local público, como a rua, o ponto de ônibus ou um bar, afirma relatório da organização *Stop Street Harassment* (2013) sobre quais leis podem ajudar as mulheres na punição ao assédio sexual em espaços públicos em cada um dos 50 estados norte-americanos.

A mesma organização também diz que, no estado de Minnesota, se um(a) assediador(a) na rua estabelecer contato físico indesejado com as pernas, o bumbum, a parte interior das coxas, os seios, ou debaixo de roupas, se esfregar, tocar sexualmente, ou ejacular em alguém é possível denunciar. O crime é punível com uma multa de até três mil dólares e/ou um ano de prisão.

Na Europa, Portugal criminalizou o assédio sexual em espaço público por meio do Art. 170 da Lei nº 59, de 4 de setembro de 2007. A Lei portuguesa determina punição de até um ano de prisão ou com pena de multa a “Quem importunar outra pessoa, praticando [...] atos de caráter exibicionista, formulando propostas de teor sexual ou constrangendo-a a contato de natureza sexual [...]” (PORTUGAL, 2007).

A Bélgica passou a considerar qualquer tipo de intimidação sexual em local público uma ofensa criminal, desde a entrada em vigor da Lei de 22 de maio de 2014 para combater o sexismo em espaço público. Dessa maneira, os assédios sexuais cometidos em locais públicos são passíveis de punição. A Lei estipula que qualquer pessoa que se comporte ou gesticule, em público ou na presença de testemunhas, com o objetivo de considerá-la inferior ou desprezá-la por causa de seu sexo ou reduzi-la à sua dimensão sexual, pode ser punida (BÉLGICA, 2014).

Em 2018, a Assembleia Nacional Francesa aprovou a Lei nº 2018-703 (FRANÇA, 2018) contra violência sexual e sexista, que alterou a Lei nº 2012-954 (FRANÇA, 2012) sobre assédio sexual e incluiu a violência imposta à vista de outras pessoas em um local acessível ao público. A medida visa punir comentários ou comportamentos com conotação sexual ou sexista que atacam a dignidade por

causa de seu caráter degradante ou humilhante, ou cria contra ela uma situação intimidadora, hostil ou ofensiva.

O assediador será punido com pena de prisão de dois anos e multa de € 30.000. A Lei francesa ainda tipifica o crime de registrar, por meio de foto ou vídeo, imagens de mulheres em ângulos ofensivos. Geralmente essas ações ocorrem em espaços públicos como ônibus e metrô. A punição varia entre € 15.000 e € 30.000 (FRANÇA, 2018).

O Reino Unido, em 2017, começou a tratar as denúncias de estupro e assédio sexual com maior severidade. No ano seguinte, o Comitê de Mulheres e Igualdades publicou o Sexto Relatório da Sessão 2017-18, “Assédio Sexual de mulheres e meninas em locais públicos”²⁶ (REINO UNIDO, 2018, tradução nossa). De acordo com o relatório britânico, cerca de 80% das vítimas não denunciam os ataques. O mesmo documento faz 46 recomendações sobre o assunto, incluindo mudanças na legislação sobre os assédios.

Em caminho contrário aos adotados por Portugal, Bélgica, França, e Reino Unido, a Alemanha criminaliza o assédio sexual de maneira parcial. Em 2016, o Parlamento do país aprovou a seção 184i do Código Penal alemão sobre delitos sexuais que determina sobre o assédio sexual “Quem tocar fisicamente outra pessoa de forma sexualmente determinada e assim assediá-la é punido com pena de prisão até dois anos ou multa”²⁷ (ALEMANHA, 2016, tradução nossa). Dessa forma, a medida é negligente devido à limitação da violência como agressão física.

Localizado na África Mediterrânea, o Egito (KIROLLOS, 2016), que possui fronteira terrestre com a Ásia, adotou em 2014 Lei que pune o assédio sexual. O texto conceitua o problema como crime, a punição para o autor de assédio verbal, físico, comportamental, por telefone ou pela Internet pode chegar à prisão por um período que varia de seis meses a cinco anos, além de uma multa de até 50 mil libras egípcias.

Na Ásia, a Índia, em 2017, criminalizou o assédio sexual em espaços públicos. A seção 354A do Código Penal indiano (ÍNDIA, 2017) define a violência como:

²⁶ “Sexual Harrasment of women and girls in public places” (REINO UNIDO, 2018).

²⁷ “Wer eine andere Person in sexuell bestimmter Weise körperlich berührt und dadurch belästigt, wird mit Freiheitsstrafe bis zu zwei Jahren oder mit Geldstrafe bestraft [...]” (ALEMANHA, 2016).

(1) Um homem que comete um dos seguintes atos. (i) contato físico e avanços envolvendo aberturas sexuais indesejadas e explícitas; ou (ii) uma demanda ou solicitação de favores sexuais; ou (iii) mostrar pornografia contra a vontade de uma mulher; ou (iv) fazer comentários sexuais, será culpado do crime de assédio sexual (ÍNDIA, 2017, tradução nossa)²⁸.

O novo Código Penal da Índia passou a incorporar também a punição a ataques com ácido, *voyeurismo* e perseguição (ÍNDIA, 2017). Após 2017, a Lei do estupro ampliou a definição de violação baseada no preceito de que toda mulher tem direito à integridade de seu corpo e à autonomia sexual, que implica a escolha sobre se e com quem a mulher quer ter relações sexuais.

Diante das legislações citadas, percebemos que há avanços no combate à violência contra a mulher em diferentes países e regiões do mundo. Entretanto, os dados, bem como a lentidão na mudança em outras nações, evidenciam como o assunto ainda é tabu, e por isso, pouco discutido.

Tais informações demonstram um longo caminho a ser percorrido, pois as tradições culturais, familiares, religiosas, sociais e econômicas influenciam a não criação de leis que protegem mulheres em muitos países, como: em 104 economias do mundo, as mulheres ainda não podem atuar em determinadas áreas por serem mulheres; 39 países impedem que elas herdem bens de seus pais; 36 nações proíbem viúvas de receberem bens do marido; e, em 18 países, os maridos podem proibir as mulheres de trabalhar. No total, 2,7 bilhões de mulheres enfrentam restrições legais no mundo (WORLD BANK GROUP, 2018).

2.5 ASSÉDIO SEXUAL NO ESPÍRITO SANTO

Mediante solicitação, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (SESP, 2022) disponibilizou planilha com dados de 2016 a 2021 sobre os registros de boletins de ocorrência realizados na plataforma da Delegacia *On-line* (DEON/BAON), acerca do incidente “C03: Crimes contra os costumes: Assédio Sexual”. O órgão não diferencia os tipos de assédio, logo não há como determinar o número de crimes no trabalho ou em um espaço público, como nos ônibus coletivos.

²⁸ “(1) Aman committing any of the following acts— (i) physical contact and advances involving unwelcome and explicit sexual overtures; or (ii) a demand or request for sexual favours; or (iii) showing pornography against the will of a woman; or (iv) making sexually coloured remarks, shall be guilty of the offence of sexual harassment” (ÍNDIA, 2017).

A primeira informação relevante dos dados é a diferença do número de registros associados ao sexo feminino e ao sexo masculino. As mulheres representam 81% das denúncias registradas nos boletins de ocorrência, isto é, 1.436 assédios de 1.771. Contudo, conforme informado pela SESP (2022), a quantidade de registros pode diferenciar da quantidade de vítimas porque um boletim de ocorrência pode registrar uma situação vivida por mais de uma vítima:

Gráfico 3 - Sexo % das denúncias registradas por vítimas de assédio sexual



Fonte: Gráfico desenvolvido pela autora com base em dados da SESP (2022).

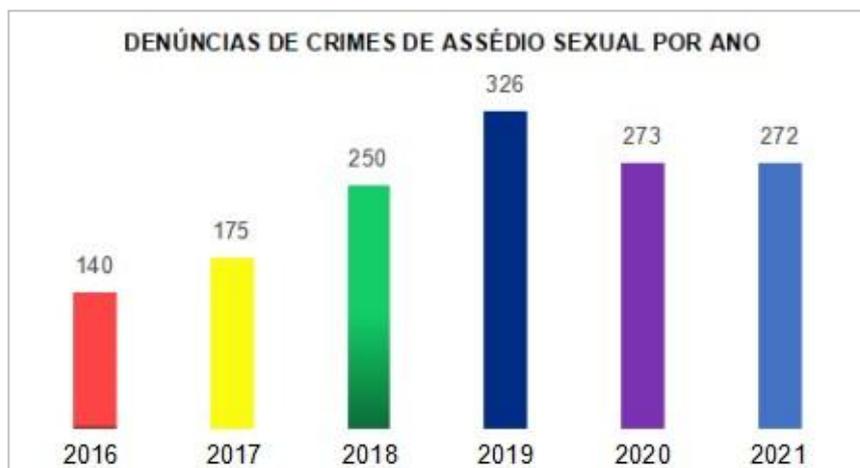
Como demonstrado no gráfico, os homens representam 8% das ocorrências, ou 142 crimes. Assim, os dados indicam que eles também são vítimas desse tipo de violência sexual, mesmo que as mulheres sejam assediadas com mais frequência. A diferença pode ser explicada pelo machismo que subjuga as mulheres a constantes situações de violência por parte dos homens. É necessário pontuar também que ter vergonha de denunciar o assédio é uma característica do machismo, que pressiona os homens a reagirem de outras formas, como rebater com violência física e/ou verbal, e as mulheres a se calarem.

Como nesta pesquisa nos interessa o assédio sexual contra mulheres, os dados mostrados a seguir não contam com a quantidade de vítimas homens. Além disso, como não é possível determinar o sexo dos outros 11%, ou 193 pessoas, que aparecem como “sem informação”, também não contabilizamos.

O segundo dado destacado mostra o aumento da quantidade de registros de assédio sexual dos últimos anos. É possível que os números indiquem que os assédios sexuais aumentaram, mas provavelmente retratam que as mulheres

tiveram mais coragem de denunciar, devido aos constantes debates na mídia, principalmente na Internet, bem como, a promulgação da Lei de importunação sexual em 24 de setembro de 2018. O respaldo da legislação pode diminuir o temor de ser desacreditada e humilhada ao registrar queixa, argumento reforçado pelos dados apresentadas no gráfico, a seguir:

Gráfico 4 - Denúncias de crimes de assédio sexual entre 2016 e 2021



Fonte: Gráfico desenvolvido pela autora com base em dados da SESP (2022).

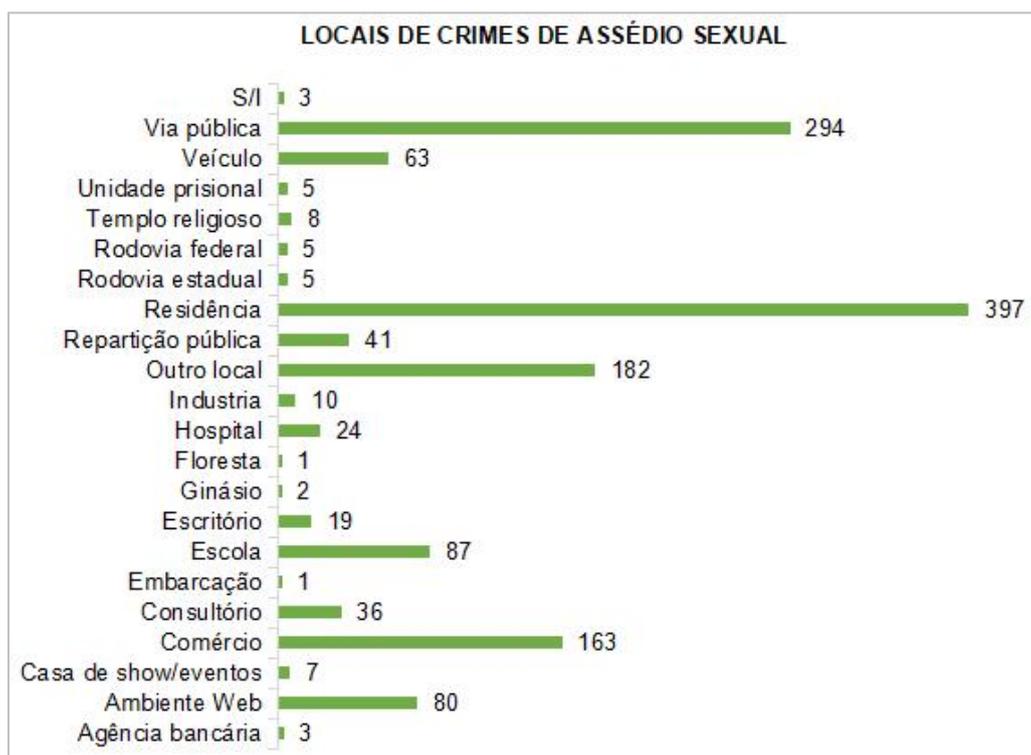
Em 2016, foram registrados 140 boletins de ocorrência, 35 a menos que em 2017, 110 a menos que em 2018, 185 a menos que em 2019. Logo, há um claro aumento do número de casos de assédio sexual no Espírito Santo de 2016 a 2019. Em 2020, foram 273 boletins e, em 2021, foram contabilizadas 272 denúncias de assédio sexual. A diminuição de casos denunciados pode estar relacionada com a pandemia de COVID-19 causada pelo Coronavírus. Após os primeiros meses de 2020, o governo estadual estabeleceu medidas de restrição como proibição de ônibus circulando durante algumas semanas na Região Metropolitana de Vitória, proibição de aglomerações e redução de atividades essenciais do comércio. Isso pode ter diminuído o número de passageiros e influenciado no número de boletins de ocorrência.

Ademais, os crimes registrados ocorreram em 71, das 78, cidades do Espírito Santo. Apenas cinco não contabilizaram nenhum caso: Água Doce do Norte, Apiacá, Divino São Lourenço, Mucurici e São José do Calçado. As outras duas, Dolores do Rio Preto e Rio Bananal não apresentaram nenhuma vítima mulher.

Por consequência, é relevante ressaltar que a plataforma de registros de ocorrência DEON/BAON, fonte dos dados disponibilizados pela SESP (2022) é recente e a sua cobertura atingiu a plenitude do território estadual somente em 2018. Deste modo, os dados registrados antes de 2018 podem não representar a cobertura de todo território estadual. Assim, além das questões já citadas que impedem as vítimas de registrar queixa, o que influencia na quantidade de ocorrências de assédio sexual, há a defasagem técnica do órgão responsável. Desse modo, o número de vítimas é, possivelmente, muito maior do que o assinalado na planilha disponibilizada pela SESP (2022).

Apesar de não diferenciar os tipos de assédio sexual, os registros indicam o local dos crimes. Foram identificados 21 locais:

Gráfico 5 - Locais dos crimes de assédio sexual no Espírito Santo



Fonte: Gráfico desenvolvido pela autora com base em dados da SESP (2022).

A residência é o local onde mais ocorreram assédios sexuais, foram 397, de mil registros. Isso indica que esses crimes poderiam ser enquadrados na Lei Maria da Penha, como violência sexual, em virtude de essa englobar as agressões em ambiente doméstico. Com os assédios sexuais na via pública, acontece algo semelhante. Ocorreram 294 denúncias, que poderiam ser nomeadas de

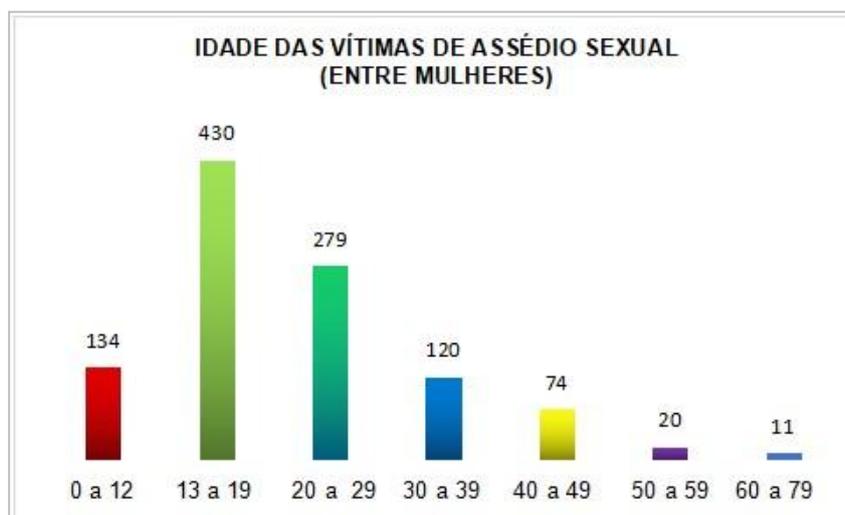
importunação sexual, de acordo com a Lei, pois se encaixam na descrição da violência que essa abarca.

Além dessas duas (2), há 163 boletins de assédios ocorridos no comércio, 87 em escolas, 80 no ambiente web, 63 em veículos, 36 em consultórios, 24 em hospitais, 41 em repartições públicas, 10 na indústria, oito (8) em templos religiosos, sete (7) em eventos, cinco (5) em unidades prisionais, cinco (5) em rodovias federais, cinco (5) em rodovias estaduais, três (3) em agências bancárias, e um (1) em embarcação.

Observamos também os registros nomeados de escritório, 19 ocorrências. A violência referida pode ser compreendida como assédio sexual no ambiente de trabalho. 182 locais foram registrados como “outros locais”, dois (2) casos em ginásios, um (1) caso em floresta e três (3) casos sem local identificado. As demais ocorrências não são possíveis de diferenciar ou enquadrar em uma lei, porque esses locais podem ser públicos ou privados, assim como podem ter acontecido entre conhecidos e desconhecidos.

No que se refere à idade das mulheres vítimas de assédio sexual, nas cidades do Espírito Santo, os dados indicam que muitos registros constam como “sem informação”. Todavia, indicam que o grupo com maior incidência que mais é vítima desse tipo de crime são as adolescentes de 13 a 19 anos, seguidas pelas jovens de 20 a 29 anos. Em terceiro estão as crianças de dois a 12 anos:

Gráfico 6 - Idade das vítimas de assédio sexual, no momento do crime, no ES



Fonte: Gráfico desenvolvido pela autora com base em dados da SESP (2022).

Os dados podem sugerir que, à medida que a mulher envelhece, começa a deixar de ser interesse de desejo dos assediadores, mas, ainda assim, são assediadas como indicam os dados registrados. Foram 120 ocorrências com mulheres de 30 a 39 anos, 74 com mulheres de 40 a 49 anos, 20 com mulheres de 50 a 59 anos e 11 com idosas de 60 a 75 anos.

Além dos dados registrados pela SESP (2022) sobre o crime de assédio sexual de uma forma geral, a ONG *Think Olga* disponibilizou planilha com todos os dados colhidos no “Mapa Chega de Fiu Fiu”. De acordo com o coletivo feminista, a ferramenta foi criada com a intenção de

[...] tornar as cidades brasileiras mais seguras para as mulheres ao relacionar geograficamente os locais e motivos que aumentam a incidência de casos de assédio em determinadas áreas em busca de soluções que mudem essa realidade (*THINK OLGA*, 2013).

A disponibilização da planilha tornou possível filtrar de 2013 a 2019 alguns dados relevantes acerca do assédio sexual contra mulheres em espaços públicos do Espírito Santo, como quais as cidades e bairros citados nos relatos, qual a idade das mulheres quando foram vítimas de assédio, e qual o período do dia em que a violência ocorreu.

As cidades capixabas citadas pelas 89 mulheres vítimas de assédio sexual em espaços públicos indicam semelhança com os dados oficiais, pois a maioria dos ataques aconteceu nas cidades de Serra, Vila Velha e Vitória, três das quatro cidades mais populosas do estado. Os três municípios da Região Metropolitana se destacam, também, pela proximidade e pelo intenso fluxo de estudantes e trabalhadores.

A capital apresenta o maior número de relatos, são 39 em comparação com 19 de Vila Velha e 10 da cidade de Serra. Elas são seguidas por Cachoeiro do Itapemirim com cinco (5); Linhares com três (3); Rio Bananal, Guarapari e Fundão com dois (2); Cariacica, Floriano, Mantenedópolis, São Roque do Canaã, Venda Nova do Imigrante, Colatina e Castelo com um (1) relato.

Quanto aos bairros, destacamos os de Vitória, por esta cidade apresentar o maior número de casos. O bairro com mais assédios sexuais é o de Jardim da Penha com

oito relatos, o Centro e a Praia do Canto aparecem logo em seguida com seis cada um, e Goiabeiras com cinco. Três dos quatro bairros citados, Jardim da Penha, Goiabeiras e Praia do Canto, ficam próximos, apesar de estarem em regiões administrativas diferentes.

A partir do conhecimento dos dados, formulamos a hipótese de que o maior número de relatos de episódios de violência nesses locais decorre, provavelmente, do nível de instrução das mulheres que denunciaram no *Think Olga*, isso porque há um campus da Universidade Federal do Espírito Santo e da Faculdade Multivix no bairro de Goiabeiras.

Nos outros dois bairros, Jardim da Penha e Praia do Canto, moram muitos estudantes de Vitória e de outras cidades e estados. Os bairros, Mata da Praia e Pontal de Camburi, com um caso de assédio cada, ficam na mesma região administrativa do bairro Jardim da Penha. Já Santa Luiza, Barro Vermelho, Santa Lúcia, Praia do Suá, com um caso cada bairro e Santa Helena com dois casos, ficam na mesma região administrativa da Praia do Canto.

De acordo com dados disponibilizados no site da Prefeitura de Vitória (2020)²⁹, essas regiões, que recebem os mesmos nomes dos principais bairros, Jardim da Penha e Praia do Canto, são as de maior renda *per capita*. Renda média de R\$ 2.737,84 e 3.844,97 respectivamente. Isso pode indicar que o poder econômico também influencia no acesso à informação sobre assédio sexual em espaços públicos. Quanto ao Centro, pode ser apontado como um bairro de grande circulação de pessoas e isso pode refletir no número de casos.

Como a pesquisa foi realizada a partir de relatos das vítimas que tomaram conhecimento e se dispuseram ir ao site, não é possível afirmar que esses apontam a totalidade dos casos de assédio sexual na capital capixaba e a realidade da relação número de casos/bairro. Entretanto, ela não perde a sua importância, pois pode indicar como o acesso à informação sobre o tema estudado e a coragem de relatar, na cidade de Vitória, podem estar relacionadas à distribuição econômica e educacional.

²⁹ Renda *per capita* de regiões administrativas de Vitória: Centro 1.425,82; Santo Antônio 649,84; Jucutuquara 1.217,69; Maruípe 806,72; Goiabeiras 946,95; São Pedro 508,84; Jardim Camburi 2.259,37.

Outro dado que se destaca na pesquisa é o período do dia em que os assédios sexuais em espaço público ocorreram. Como é possível observar a seguir, ocorreram com maior incidência pela manhã, à tarde e à noite:

Gráfico 7 - Período do dia em que ocorreram os crimes de assédio sexual



Fonte: Gráfico desenvolvido pela autora com base em dados do *Think Olga* (2020).

Ao contrário do que muitos podem imaginar, o período do dia é o momento em que mais aconteceram os assédios. Pela manhã 32, à tarde 26 e 22 à noite. Em nove relatos não foi possível determinar o período. Esse dado indica que os assediadores não se intimidam diante da possibilidade de serem vistos e punidos, pois a circulação de pessoas é maior durante a manhã e à tarde, devido à abertura de escolas, comércio de imóveis, restaurantes, papelarias e outros tipos de empresas diurnas.

A idade das vítimas sugere preferência dos assediadores por adolescentes e jovens. Os relatos indicam que a maioria dos ataques aconteceram com mulheres entre os 15 e os 20 anos, foram 69 assédios. O restante, 20 sofridos por jovens de 21 a 28 anos. Algo semelhante ao indicado nos dados dos boletins de ocorrência disponibilizados pela SESP (2022).

Na cidade de Vitória, ainda não existe ou foi proposta lei sobre o assédio sexual em espaço público, mas essa iniciativa foi realizada na cidade de Serra, possivelmente pelo aumento significativo de casos nos registros oficiais. De acordo com os dados disponibilizados pela SESP (2022), considerando os boletins de ocorrência registrados por mulheres que sofreram assédio em via pública, em 2016, foram 4 vítimas, no ano seguinte 2 vítimas e, em 2018 o número aumentou para 7 vítimas.

Para evitar a forma de violência estudada, em 2018, a Câmara Municipal de Serra criou o Programa de Combate ao Assédio Sexual no Transporte Coletivo do município de Serra (ES), por meio da Lei 4.776, de 25 de abril de 2018. O objetivo desta Lei é chamar a atenção para o alto número de casos de assédio sexual nos veículos do transporte, coibir o assédio sexual e, também, criar campanhas educativas para estimular denúncias por parte da vítima. O Art. 2 da Lei define o assédio sexual como

[...] todo comportamento indesejado de caráter sexual, sob forma verbal, não verbal ou física, com o objetivo ou o efeito de perturbar ou constranger a pessoa, afetar a sua dignidade ou de lhe criar um ambiente intimidativo, hostil, degradante, humilhante ou desestabilizador (SERRA, 2018).

Ademais, o Art. 3º determina ações que devem ser tomadas pelas empresas de transporte coletivo:

As empresas concessionárias do serviço do transporte coletivo com sede ou não ao município, mas que são responsáveis pelas linhas alimentadoras dos bairros para do sistema de transporte coletivo no município de Serra deverão: I - Criar, no sistema de transporte público, uma ouvidoria para receber denúncias de assédio sexual e encaminhá-las à autoridade policial competente; II - Capacitar à tripulação dos veículos do transporte coletivo para intervir nos casos de assédio sexual às mulheres e para encaminhar as denúncias; III - Em caso de possuir sistema de vídeo monitoramento e sistema de localização via satélite com a tecnologia *Global Positioning System* – GPS, colaborar as ações de investigações para identificação dos assediadores e o exato momento do assédio sexual (SERRA, 2018).

No ano de 2017, o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado dos Transportes e Obras Públicas (Setop) e da Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória (Ceturb-GV), criou a campanha contra assédio sexual dentro dos ônibus do Transcol. A campanha consistiu em: peças de publicidade, que circularam em diversas mídias; três filmes veiculados na televisão e na Internet; distribuição de panfletos; carros envelopados com imagens da campanha; banners, pôsteres e camisetas com gravuras sobre o tema instalados nos dez terminais de integração do Sistema Transcol (ESPÍRITO SANTO, 2017).

Além disso, houve oferecimento de treinamento, por meio de palestras, para orientar motoristas, cobradores, fiscais dos terminais e instrutores de garagens sobre como agir quando ocorrer casos de assédio sexual dentro de algum coletivo. As

orientações foram dadas diretamente a 200 profissionais dos 6.500 trabalhadores do sistema (ESPÍRITO SANTO, 2017).

Em 2019, o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Espírito Santo (SETPES) divulgou o número de telefone 180 para denúncias de casos de assédio sexual nos ônibus que circulam em Vitória, onde mais de 1,9 milhões de passageiros são transportados mensalmente. Além disso, o sindicato chamou atenção para o rigor da lei que tipifica o assédio sexual como crime, por meio de peças publicitárias *on-line* e *off-line* (EFFGEN, 2019).

No âmbito das políticas públicas estaduais, foi implementada, em 2015, a Subsecretaria de Estado de Política para Mulheres - SUBPM, vinculada à então Secretaria de Estado de Assistência Social e Política para as Mulheres - SEASM. No ano seguinte, por meio do Decreto-Lei nº 830, de 6 de julho de 2016 a SUBPM foi incorporada na estrutura organizacional da recém-criada Secretaria de Estado de Direitos Humanos - SEDH (ESPÍRITO SANTO, 2016).

Além disso, foi atualizado em 2019, depois de oito anos de criação, o “Pacto Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres”, fruto de um trabalho realizado pela Câmara Técnica do Pacto, coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos (SEDH, 2019a), por meio da Subsecretaria de Políticas para as Mulheres (SUBPM), e desenvolvido em parceria com prefeituras, secretarias de Estados e órgãos públicos. Juntamente com o “Plano Estadual de Políticas para as Mulheres” - PEPMES (SEDH, 2019b), o Pacto é um documento orientador para a elaboração das políticas públicas voltadas para as mulheres no Estado do Espírito Santo.

O principal objetivo do pacto é “Prevenir, combater e enfrentar formas de violência contra mulheres, a partir de uma visão integral do problema, construindo uma rede de atendimento articulada e garantindo os direitos das Mulheres” (SEDH, 2020).

O PEPMES (SEDH, 2019b), documento norteador para a promoção de políticas públicas para as mulheres no Espírito Santo, decorre de uma organização transversal e intersetorial entre Governo do Estado e mulheres de todas as regiões do Estado com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais.

Voltada à defesa da integridade física, moral, psicológica, econômica e sexual das mulheres, há ainda as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs). O Estado do Espírito Santo conta hoje com 13 implantadas nas cidades de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Viana, Guarapari, Aracruz, São Mateus, Linhares, Colatina, Cachoeiro de Itapemirim, Nova Venécia e Venda Nova do Imigrante (SESP, 2022).

Desse modo, neste capítulo, apresentamos uma síntese do que tem sido desenvolvido no âmbito acadêmico no Brasil e na América Latina sobre o assédio sexual contra mulheres para abordar o tema e para justificar a sua atualidade e relevância. Discutimos também o conceito de gênero como uma construção social para explicar a influencia do patriarcado sobre o comportamento de homens e mulheres em espaços sociais e do conceito de assédio sexual para explicar porque a relação de poder entre homens e mulheres não está restrita aos espaços da casa e do trabalho e entre familiares e conhecidos.

Além disso, apresentamos leis estaduais, nacionais e internacionais que indicam que o assédio sexual em espaços públicos é um problema global e confirmam a necessidade de sua criminalização. Assim como abordamos dados que justificam a a promoção de políticas públicas para diminuir o problema sociocultural, visto que as pesquisas indicam altos índices de assédio sexual contra mulheres no Espírito Santo e no Brasil.

Portanto, toda a discussão promovida neste capítulo sobre o tema assédio sexual contra mulheres em espaços públicos é fundamental para esta tese. Isso porque apresenta conceitos importantes para compreender os mecanismos que influenciam a naturalização desse tipo de violência e tornam relevante o estudo linguístico-discursivo de notícias publicadas no jornal do Espírito Santo, *A Gazeta*.

CAPÍTULO 3 JORNAL *ON-LINE* A GAZETA E A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

No capítulo 3, abordamos características do gênero midiático estudado, a notícia *on-line*, tal como aspectos do discurso midiático no jornal *A Gazeta* apontados em outros trabalhos acadêmicos sobre a violência de gênero presente no Estado do Espírito Santo.

3.1 A GAZETA: história, política e mudanças estruturais

A Gazeta, o mais antigo jornal em circulação no Espírito Santo, iniciou suas atividades em 11 de setembro de 1928, cento e vinte anos após a chegada da imprensa no Brasil e quase noventa anos após a instalação da imprensa no Estado³⁰ (GUERRA, 2018). O jornal vespertino foi idealizado pelo empresário Ostílio Ximenes e o advogado, jornalista e político Thiers Vellozo. Os dois criaram um periódico com o objetivo de comercializar lotes pela Imobiliária Cambury.

Na sua década inicial, de acordo com Guerra (2018), *A Gazeta* publicava manchetes com uma forte oposição ao Governo Federal. Inclusive, nos anos de 1930 a 1940, os donos do jornal são compelidos a vendê-lo devido à oposição governo pré-revolução de 1930 e à morte de Vellozo. Posteriormente, o empreendimento foi adquirido por uma sociedade anônima, que teve como principais acionistas os empresários Oswaldo Guimarães e Pedro Sposito.

Segundo Guerra (2018), na década de 1940 o jornal é usado como instrumento explícito de engajamento político. Em 1945, Oswald Guimarães vendeu o jornal para o latifundiário Elosipo Rodrigues da Cunha. O fazendeiro, ligado à União Democrática Nacional (UDN), adquiriu com a intenção de ter, no Espírito Santo um periódico no âmbito regional de apoio ao candidato à presidência, o Brigadeiro Eduardo Gomes, mas Eurico Gaspar Dutra do Partido Social Democrático (PSD) local foi eleito.

³⁰ “Em 1840 foi fundado *O Estafeta*, primeiro jornal do Espírito Santo, que no ano seguinte foi substituído pelo *Correio da Victoria*” (ZANANDREA; FRIZZERA, 2005, p. 36).

Em 1948 Carlos Lindenberg, eleito governador do Estado no ano anterior, um político de direita, proprietário de terras, criador de gado e plantador de cacau, tornou-se o principal acionista de *A Gazeta* ao adquirir ações de outros proprietários. A partir disso, o jornal passa a ser administrado pela mesma família, posse que dura até hoje (CALDAS, 2018).

A década seguinte é marcada pela atuação política do jornal como um porta voz do governo. O jornal apoiou Carlos Lindenberg ao Senado Federal e Jones do Santos Neves para governador, de 1951 a 1954, ambos foram eleitos. O jornal apoiou também o governo de Getúlio Vargas.

Um momento marcante do posicionamento político de *A Gazeta* ocorreu após Francisco Lacerda de Aguiar, um político do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ser eleito governador do Espírito Santo em 1955. O jornal criticava o adversário político quase que diariamente na primeira página. Além disso, rivalizava com o jornal *O Diário*, de propriedade do governador, que criticava *A Gazeta* e Carlos Lindenberg. O cenário mudou em 1958, quando Lindenberg foi eleito novamente governador (CORRÊA, 2004).

Por consequência da Ditadura Militar, em 1964, o engajamento de cunho político-partidário na imprensa capixaba é forçado a terminar. Guerra (2018), com base em extensa pesquisa, afirma que as redações se resumiam a uns poucos profissionais que se ocupavam de selecionar e ordenar os artigos, poesias, crônicas e outras colaborações gratuitas recebidas e de redigir textos para publicação.

Antes, em 1962, o PSD apoiou a candidatura de João Goulart a vice-presidente do país. Goulart assumiu a presidência após a renúncia de Jânio Quadros, que também era tratado com simpatia por ser amigo pessoal de Carlos Lindenberg Filho (CORRÊA, 2004). Logo após o Golpe de 1964, *A Gazeta*, por seu posicionamento, passou a ser alvo dos militares. Inclusive, o general da reserva Darcy Pacheco de Queiroz assumiu a gerência comercial e a direção do jornal (GUERRA, 2018).

Outro aspecto relevante da história do jornal é a modernização, buscada para manter a empresa como uma forte concorrente midiática no Espírito Santo. Em 1970, *A Gazeta* expandiu as suas plataformas, afiliou-se à *Rede Globo*. Assim, em 11 de setembro de 1976 inaugurou a *TV Gazeta*. No ano de 1979, a empresa passa a ser

chamada de *Rede Gazeta de Comunicações*, nome que leva até 1997, quando muda para *Rede Gazeta*.

Nas décadas seguintes, *A Gazeta* colocou em operação um avançado sistema de fotocomposição, a partir disso o jornal passou a ser inteiramente computadorizado. Em 1992, publicou com fotos coloridas diariamente, inaugurou ainda seu sistema de redação informatizada em 1994. O esforço para se modernizar não impediu a perda de espaço para *A Tribuna*, o jornal concorrente, que terminou a década de 1990 como líder em circulação na Grande Vitória, em número de vendas e em número de leitores, de segunda a sábado.

Em 1996, o grupo passou a transmitir a *Rádio CBN* no Espírito Santo e colocou no ar o *Gazeta Online*. Inicialmente, o site era um portal de notícias que publicava as mesmas matérias das seções do jornal impresso. Isso foi fundamental para o crescimento do *Gazeta Online*, enquanto *A Gazeta* perdia cada vez mais leitores para *A Tribuna*. Nos anos 2000, a *Rede Gazeta* continuou a investir no seu jornalismo com a digitalização dos processos de produção de notícias: fotografia digital para os jornais e recuperação de matérias na pesquisa (GUERRA, 2018).

Em 2000, a *Rede Gazeta* lançou uma alternativa popular, chamada *Notícia Agora (NA)*. O jornal em formato de tabloide³¹ era o oposto dos tradicionais *A Gazeta* e *A Tribuna* e, por isso, vendeu mais que os dois no mês de lançamento. *NA* abordava economia popular, futebol de várzea, política que afetava o dia a dia das pessoas, coluna social que retratava pessoas reais, prestação de serviço, promoções, entretenimento, cobertura policial e as matérias eram mais curtas. Além disso, o preço era considerado baixo, custava R\$ 0,30 nos primeiros meses. Entretanto, Guerra (2018) afirma que a crise da *Rede Gazeta* nos anos 2002 e 2004 somada à pressão da família Lindemberg, que não gostava de ter um jornal com características populares, acabou por influenciar o fim do *Notícia Agora*.

A crise do início dos anos 2000 foi gerada pela cobertura do jornal *A Gazeta* sobre as ações políticas de José Inácio Ferreira no Palácio Anchieta do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB (1999-2003). A gestão do governador recebeu “[...] denúncias de desvio de verbas públicas para financiamento da sua campanha,

³¹ Formato de publicação de jornal, Zappaterra (2007) sugere para o tabloide o tamanho 35,5 x 30,5cm, mas de acordo com Damasceno (2013), no Brasil o mais usado é 32 x 29cm.

superfaturamento de obras, cobranças de propinas e chantagens” (GUERRA, 2018, p. 78). Em represália ao jornal, que publicou as denúncias, o governador cortou verba de publicidade.

De acordo com Guerra (2018), no final de 2003 para retomar o papel de principal do Estado, a empresa começa um processo para tornar o jornal mais útil para o leitor, com uma cara e linguagem mais popular. Essa mudança foi gerada pelo resultado de uma pesquisa focal, os leitores indicaram que enxergavam *A Gazeta*, no que concerne o noticiário de política, como a opinião dos políticos.

As mudanças incluíram criação do “Guia de Serviços” publicado diariamente, canal de participação do leitor, notícias religiosas e previsões meteorológicas. Isso contribuiu para a estabilização financeira do jornal a partir de agosto de 2004, que entre 2005 e 2007 voltou a dar lucro.

No ano de 2005 a *Rede Gazeta* enfrentou um novo problema, dessa vez jurídico. O jornal descobriu e denunciou que estava sendo vítima de “grampo” realizado pelo governo do Espírito Santo e autorizado pela Justiça. O pedido de escuta, justificado pela Secretaria de Segurança Pública como erro, foi anexado ao inquérito que apurava a morte do juiz Alexandre Martins, executado a tiros em março de 2003 (GUERRA, 2018).

Nos anos seguintes, as mudanças continuaram a acontecer, em 2011 o formato *standard* (ou *broadsheet*)³² foi alterado para o que foi chamado de formato compacto. A intenção era publicar textos considerados mais fáceis, ou seja, não tão longos para serem lidos de forma mais rápida, mas com informações importantes e aprofundadas.

No mesmo ano, o portal *G1 Espírito Santo* da *Rede Globo* foi vinculado à *Rede Gazeta*. A partir disso, o *Gazeta Online* não pode mais postar notícias veiculadas nos telejornais locais e nem as reportagens produzidas para a TV. Simultaneamente, a empresa começou a cobrar pelo acesso a alguns conteúdos no *Gazeta Online*, enquanto o *G1 Espírito Santo* pode ser acessado gratuitamente (GUERRA, 2018).

³² Formato de publicação de jornal mais comum no Brasil, Zappaterra (2007) sugere o tamanho de aproximadamente 56 x 43,2cm, mas de acordo com Damasceno (2013), o tamanho mais usado no país é 56 x 32cm.

Na última década, o cenário do jornal se mostrou instável. Para Guerra (2018, p. 98) no mundo todo “[...] as pessoas estão lendo cada vez menos jornais [impressos] e os jovens têm se interessado cada vez menos pela aquisição de informações através do [...] papel”. De acordo com Rebouças e Caldas (2016), as páginas do *A Gazeta* foram diminuindo gradativamente. Em 2012, a edição de quarta-feira tinha 92 páginas, em 2015, passou para 68, em 2016 para 56. Além disso, a média do ano de 2017 foi de 36 páginas para 32.

Guerra (2018) argumenta que a instabilidade gera um jornalismo preocupado em demasia com o anunciante. Dessa forma, a quantidade de leitores passa a ser a moeda de troca. Isto é, o leitor passa a ser o produto, papel antes ocupado pelo jornal, ao mesmo tempo em que deixa de ser o cliente, posto agora ocupado pelos anunciantes. A solução encontrada pelo *A Gazeta* foi apostar no digital, aumentar a assinatura da versão *on-line* do jornal impresso como forma de o jornal sobreviver, independente do suporte em que ele seja publicado.

Quanto ao jornal *Gazeta Online*, de acordo com Caldas (2018), aos poucos foi agregado a ele um espaço para a publicação de “Últimas Notícias”, eram cerca de 10 matérias ao longo do dia. Depois passou a contar com atualizações de minuto a minuto, seguida por seções próprias com a cobertura de eventos e de ensaios fotográficos. Em 2006, dez anos depois do lançamento, ganhou novo *layout* e a navegabilidade do noticiário passou a ser por áreas de interesse.

Em 2008, o *Gazeta Online* agregou podcasts e vídeos às matérias jornalísticas, além de reproduzir no site as reportagens exibidas em programas da *TV Gazeta*. Também foram integrados ao portal a *GTV*, canal a cabo mantido nesse período pela *Rede Gazeta*, bem como conteúdo produzido pelas rádios *CBN*, *Litoral FM* e *Gazeta AM* (CALDAS, 2018).

Na época, o *Gazeta Online* ampliou a seção “Eu Aqui” ao gerar espaço para a participação de leitores, a partir do uso de enquetes, comentários ou através do envio de textos, fotos e vídeos (RELATÓRIO, 2010). O site realizou ainda, entre 2012 e 2016, três reformulações visuais. O foco das mudanças foi melhorar a navegabilidade em outros aparelhos de acesso, além do computador, como tablets e smartphones (RELATÓRIO, 2014; 2016).

Atualmente, sob o nome de *A Gazeta*, o site é dividido por seções de interesse. Há a seção de “Minuto a minuto”, que acompanha os acontecimentos considerados mais importantes. As notícias também podem ser publicadas na seção regional “Capixaba”, subdividida em temas como “Cotidiano”, “Todas Elas”, “Política”, “Economia”, “Polícia”, “Trânsito”, “Clima”, “Agronegócio”, “Capixapédia”, “Obituário”, “Desaparecidos” e “Religião”. Outra seção é a “Geral”, espaço destinado a assuntos do Brasil, incluindo economia nacional e internacional, “Motor” e “Imóveis”.

As notícias regionais também aparecem nas quatro (4) subseções: “Grande Vitória”, “Região Norte”, “Região Sul” e “Região Serrana”. Há ainda a seção de “Esportes”. O jornal conta com gêneros de opinião, nas subseções “Opinião da *Gazeta*”, “Colunas”, “Artigos”, “Um tema”, “Charge” e os espaços para os leitores “Fala, leitor” e “Pensar”.

O site de *A Gazeta* conta com seção de “Utilidades” (Concursos e empregos), seção “Mídia” (Novos recursos tecnológicos: podcasts, fotos e stories), seção destinada para divulgação da marca *A Gazeta* como a “Destaques”. Entretenimento na “HZ” (TV & Famosos, Viver Bem, Moda & Beleza, Gastronomia, Turismo, Agenda Cultural, Pet, Filmes e Series, Cultura) e divulgação dos “Projetos AG” (Made in ES, Marcas de Valor, Recall de Marcas 2021, Orgulho da Terra, Prêmio Biguá Belezas do Sul, Centenário Colatina, *Gazeta* Empresarial Cachoeiro, Anuário 2021, Eventos, Se Cuida). Por fim, há informações sobre a empresa, a “Central de ajuda”, o “Fale com *A Gazeta*” (telefone para contato, Whatsapp para enviar notícia e convite para anunciar.)

Os leitores de *A Gazeta* são, possivelmente, das classes A e B (NATALE, 2015). Essa conclusão ocorre também pela necessidade de apresentação dos dados do cartão de crédito para ter acesso ao jornal digital³³: R\$ 4,90 nos três primeiros meses, o que inclui acesso ilimitado ao site *A Gazeta*, opiniões de especialistas e e-books. Depois só é permitido a quem desembolsar R\$ 19,90 ao mês.

Para ter acesso a mais serviços como eventos do grupo, promoções e descontos em estabelecimentos é necessário pagar R\$ 9,90 nos três primeiros meses, depois o plano para quatro pessoas sobe para R\$ 29,90 por mês. O mesmo plano individual

³³ Ver mais sobre mudança do formato impresso do jornal *A Gazeta* para o digital no Capítulo 1.

libera o primeiro mês grátis, R\$ 5,90 nos segundo e terceiro meses e, a partir do quarto, R\$ 24,90.

3.2 GÊNERO DISCURSIVO NOTÍCIA

Gênero, da raiz latina *generum*, de acordo com Jorge (2013) etimologicamente significa conjunto de espécies com caracteres comuns. Entretanto, a noção de gênero não é utilizada apenas na biologia, mas também na análise literária e linguística. Dessa forma, está presente nas pesquisas sobre o discurso midiático, no qual “[...] aparece acompanhada de qualificativos de acordo com o suporte: gêneros jornalísticos (escrita), gêneros televisivos, gêneros radiofônicos e etc.” (JORGE, 2013, p. 75).

Bakhtin (2011) define gênero discursivo como tipos relativamente estáveis de enunciados, ou seja, enunciados com um propósito que não se perde apesar das mutações ocasionadas pelo contexto de produção como a revolução tecnológica das últimas décadas.

Dito isso, abordamos, nesta tese, especificamente o gênero jornalístico notícia. No português, o termo “[...] notícia deriva diretamente do latim *notítia*, com a mesma raiz em *notio*, conhecimento; a apropriação pelo jornalismo se deu em conjunção com os significados de novo e novidade (JORGE, 2013, p. 125).

Lage (1993, p. 16) define notícia como “[...] o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante ou interessante; e de cada fato, a partir do aspecto mais importante ou interessante”. Assim, é a importância dada aos acontecimentos que irá determinar a hierarquização dos fatos na notícia.

Essa característica da notícia no ocidente é nomeada de pirâmide invertida, um modelo principal de texto. Por isso, no jornalismo nacional, a notícia é compreendida como uma comunicação breve, objetiva e clara (JORGE, 2013).

A pirâmide invertida consiste em apresentar os fatos em ordem decrescente de interesse. Isso pode contribuir para seduzir e captar a atenção do leitor, ele será capaz de reconhecer o gênero independente do suporte, o que facilita a leitura e a

paginação. De acordo com Jorge (2013), as informações que vêm em posição inferior são supostamente menos importantes e podem ser cortadas.

Outra característica da notícia é o lide, geralmente, o primeiro parágrafo do texto jornalístico, classificado por Lage (1993, p. 16) como “[...] o relato do fato principal de uma série, o que é mais importante ou interessante”. No início da notícia, de acordo com Lage (1993), cinco perguntas básicas devem ser respondidas pelo jornalista: o que, quem, como, onde, e por que.

A pirâmide e o lide são sugeridos até hoje pelos manuais de redação porque buscam chamar a atenção do leitor sobre a notícia, facilitando dados para que ele decida se quer seguir ou não lendo. Além disso, o estilo facilita a construção do texto para publicação, torna possível cortar os últimos parágrafos quando está grande ou publicá-la mesmo quando ainda não finalizada (SOUZA, 1992).

Jorge (2013) afirma que a presença do lide, mesmo muito utilizado, não é mais uma exigência, outros tipos foram desenvolvidos no jornalismo escrito como a pirâmide normal e a pirâmide mista. A primeira segue uma ordem cronológica das relações temporais ou causais dos acontecimentos. A segunda inicia com o lide destacando os pontos-chave, como o modelo clássico de lide, posteriormente o relato se desenvolve em ordem cronológica.

O sistema de organização da pirâmide está ancorado também no que Hall *et al.* (1993) nomeia de valor-notícia³⁴. O autor orienta que “boas notícias” são aquelas que relatam acontecimentos que contrariam nossas expectativas acerca da vida social. Para Hall *et al.* (1993), o jornalismo tende a realçar os acontecimentos extraordinários, dramáticos, trágicos para reforçar sua notabilidade. Assim como os acontecimentos de maior pontuação de valores-notícia terão maior potencial noticioso do que outros.

Traquina (2008) afirma que os valores-notícia são ainda um aspecto da cultura profissional, ajudam, por exemplo, a facilitar a rápida elaboração dos textos. O autor ressalta também uma distinção entre os valores-notícia de seleção e os valores-notícia de construção baseado no trabalho de Mauro Wolf.

³⁴ Também chamados critérios de qualidade dos acontecimentos, critérios de noticiabilidade ou fatores de interesse da notícia (JORGE, 2013).

Os valores de seleção, de acordo com o autor, são os critérios utilizados pelos profissionais do jornalismo na seleção dos acontecimentos, ou seja, um motivo para escolher noticiar determinado acontecimento e não outro. Os valores-notícia de seleção estão divididos em dois subgrupos: os critérios substantivos e os critérios contextuais.

Os critérios substantivos se referem à importância ou interesse como notícia, são eles: notoriedade dos envolvidos; proximidade, em termos geográficos e culturais; relevância; novidade; atualidade; notabilidade; inesperado; conflito ou controvérsia; e infração (crime ou escândalo).

Os critérios contextuais são evocados a partir do contexto de produção da notícia, são eles: disponibilidade na facilidade de cobertura do acontecimento; equilíbrio, relacionado à quantidade de notícias sobre um mesmo acontecimento; visualidade, isto é, elementos visuais; concorrência ou exclusividade; e dia noticioso, que pode ser rico ou pobre em acontecimentos.

Os valores-notícia de construção são qualidades da sua construção como notícia e funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário na construção do acontecimento como notícia (TRAQUINA, 2008). Os critérios de construção são: a simplificação ou facilitação da compreensão do leitor; a amplificação do acontecimento, a relevância, a personalização ou acentuação do fator pessoa, a dramatização e a consonância (ou inserção de narrativa para tornar mais interessante).

Os critérios de noticiabilidade chamam a atenção para outra característica do jornalismo, a construção da verdade. Conforme van Dijk (2011), muito do conhecimento que as pessoas têm sobre o mundo é adquirido a partir dos meios de comunicação. Entretanto, a informação passa pelo uso da linguagem e esta não é necessariamente transparente, muito pelo contrário, as mídias usam o espaço que têm para transmitir uma verdade construída baseada em crenças e pressões sociais.

A ideia de que a práxis jornalística é uma construtora da verdade começou a ganhar espaço a partir dos anos 1970 com a chegada das teorias do *newsmaking*. As ideias defendidas pelo *newsmaking* visam combater pressupostos da teoria do espelho que

promove a ideia de que o jornalismo representa ou espelha a realidade (ARAÚJO, 2012).

Essa perspectiva levou autores a tratar os gêneros jornalísticos (notícia, reportagem e outros) como narrativas, o que os jornalistas não abordam ou discordam é que a realidade pode ter diferentes sentidos e a depender da construção narrativa e da adoção de determinadas estratégias discursivas o sentido será atribuído da forma que a mídia quiser.

Para compreender a notícia como uma construção é necessário apresentar o conceito de narrativa. Bremond (2011, p. 118) afirma que “[...] toda narrativa consiste em um discurso integrando uma sucessão de acontecimentos de interesse humano na unidade de uma mesma ação”. Fonseca e Mota (2018) acrescentam que esse discurso é dotado de significação e que pode ou não ser de interesse humano, mas certamente será organizado em uma série temporal.

A necessidade de ressaltar o caráter narrativo da notícia nasce dos efeitos causados sobre o público. As narrativas jornalísticas possuem uma responsabilidade pois apresentam visões construídas dos acontecimentos. Como afirma Araújo (2012, p. 7), “[...] a mídia formata imagens, que funcionam como óculos, a partir dos quais, vemos os fenômenos sociais do nosso cotidiano”.

Para defender essa ideia, muitos estudiosos do tema apontam a impossibilidade de uma linguagem neutra. Isso porque, ao narrar um acontecimento, o jornalista introduz, mesmo sem segundas intenções, marcas da sua subjetividade.

Apontar o caráter narrativo da notícia não é, segundo Tuchman (1999), um modo de rebaixar o gênero e nem acusá-lo de ser fictício. Considerar a notícia como narrativa não nega o valor de a considerar um relato e que a notícia informa. Essa perspectiva alerta-nos para o fato de a notícia, como todos os documentos públicos, ser uma realidade construída possuidora de sua própria validade interna (TRAQUINA, 2008).

Quanto às características estruturais, Jorge (2013) afirma ainda que a notícia pode ser, no Brasil, diferenciada de outros gêneros a partir do tamanho. A nota, por exemplo, é uma notícia curta, de um a três parágrafos (15 linhas) ou até 1,9 mil

caracteres; a notícia por sua vez tem sete parágrafos, 35 linhas ou 2,7 mil caracteres; e a reportagem ultrapassa esse tamanho, sem limite, a depender do veículo.

O próprio jornal, segundo a perspectiva de Bonini (2002), pode ser considerado um gênero, mesmo que ele englobe outros gêneros além da notícia. Bonini (2002) justifica a classificação baseado nos propósitos comunicativos do jornal: comunicar os acontecimentos de uma sociedade e transmitir esta informação como um produto.

Podemos citar também que a narrativa jornalística está imbricada com as tecnologias da informação e que, segundo Fonseca e Mota (2018, p. 42), “[...] dilatam o presente cotidiano em tempo real e expandem o sentido histórico dos acontecimentos”. A mídia nos tempos da web 2.0 usa infográficos, mapas interativos, tabelas e linhas do tempo que tecem e sustentam a consciência histórica.

No próximo tópico, abordaremos as características do gênero discursivo notícia, considerando as mudanças ocorridas por influência das novas tecnologias da informação. Dessa forma, discutiremos sobre a notícia *on-line*.

3.3 MUTAÇÕES DO JORNALISMO IMPRESSO PARA O ON-LINE

De acordo com Jorge (2013), o jornalismo começou com a notícia oral. Posteriormente, foi criado o jornalismo impresso, que se desenvolveu no jornalismo televisivo e radiofônico e depois encontrou a tecnologia da informação e das comunicações (Tics) até chegar ao jornalismo digital mantendo algumas das características e mudando outras.

A autora defende que a principal diferença de uma notícia publicada no papel e em uma página na tela é o uso da Internet, pois essa não necessita de impressão e distribuição em bancas de jornal. Inclusive, de acordo com Jorge (2013), o termo página foi adotado inicialmente com a pretensão de assemelhar-se a um espaço periódico. A autora acrescenta

Na hipótese de mutação, a notícia é o resultado concreto de uma série de intervenções mutacionais sobre o produto do jornalismo, que acabaram transformando-o em um objeto bem diferente daquele dos primeiros tempos da humanidade. Só compreendemos as notícias se as acompanhamos e as integramos em um contexto social. É possível demarcar possíveis sinais de mutação, embora não sejamos capazes de assegurar de que maneira isso

ocorreu ao longo da história ou a extensão das repercussões à época (JORGE, 2013, p. 16).

No trecho destacado, a autora compreende que as mudanças ocorreram não apenas em razão da forma, as modificações são percebidas também em função do meio social, dos atores e dos processos culturais.

Jorge (2013) resume as mutações possíveis de apontar sobre a notícia: a) aceitação da notícia na sociedade; b) implantação e afirmação da pirâmide invertida; c) fundação das agências de notícias; d) estruturação das empresas jornalísticas; e) introdução dos gêneros notícia, reportagem e entrevista.

Quanto à profissão de jornalista, igualmente nomeada de produtora de notícias, passa a ser questionada por outros profissionais da escrita, como pelo público-leitor diante da expansão da comunicação interpessoal pelos blogs, e-mails, mensagens instantâneas via WhatsApp e redes sociais que colocam em questionamento, de acordo com Jorge (2013), o conceito de autoria a que estamos acostumados. Além disso, há a adoção do hipertexto e a disseminação dos sites de busca.

Xavier (2010, p. 208) entende o hipertexto como uma forma híbrida, dinâmica e flexível de linguagem que dialoga com outras interfaces semióticas, adiciona e acondiciona à sua superfície formas outras de textualidades. A representação do hipertexto nas notícias *on-line* são os *links*, vínculos que unem duas ou mais informações textuais.

Essas ligações para outros textos, de acordo com Xavier (2010), representam uma inovação sem precedente no modo de produzir textos. Afetam diretamente a compreensão e influenciam o que deve ser destacado pelo leitor ou ignorado completamente.

O leitor hipertextual, segundo estipulam Salaverría e Noci (2003), tem quatro modelos de leitura: rastreio (*scanning*), exploração (*exploring*), busca (*searching*) e divagação (*wandering*). Para elaborar os modos, os autores consideram a identificação do perfil do leitor e as variáveis presentes em narrativas.

A primeira forma de leitura hipertextual é por rastreio, o leitor olha rapidamente a página, fazendo uma leitura superficial e se prendendo aos itens de maior destaque.

Um exemplo sugerido por Ferrari (2014) ocorre nas leituras de textos publicados em portais, o que inclui os sites de notícias.

A próxima forma de leitura é a busca. Ela é usada por um leitor que tem um propósito muito definido e delimitado, não está interessado em nada além do seu objetivo. De acordo com Ferrari (2014), Google e Wikipédia são exemplos de sites que, geralmente, são buscados com esse propósito.

O terceiro modo de leitura hipertextual, segundo Salaverría e Noci (2003), é a leitura de exploração. Nessa forma, o leitor pretende reconhecer um território amplo, com objetivos não tão específicos, sejam eles em uma navegação horizontal ou vertical, de profundidade. Os exemplos de possíveis sites que requerem essa forma de leitura são comunidades ou fóruns (FERRARI, 2014).

A última forma de leitura por navegação é a divagação, que para Ferrari (2014) pode ser compreendida mais como um movimento. A divagação está relacionada a uma leitura por prazer, que divaga sem objetivos específicos.

A partir de reflexão sobre as formas de leitura hipertextual, Ferrari (2014) afirma que o espaço digital, ao contrário da comunicação realizada por meio do jornal impresso, potencializa o alcance e amplifica as opções de leitura. A autora compreende que o usuário passou a comandar a sua própria leitura, pois é capaz de conduzir, seja pelos recursos tecnológicos seja pelo uso de material multimídia.

Os modelos de leitura hipertextual sugeridos por Salaverría e Noci (2003) indicam também que a narrativa digital é pluralista, capaz de relatar acontecimentos e estruturar informações de diferentes maneiras, indicando outras leituras que podem complementar a compreensão sobre o que está sendo noticiado por meio de hiperlinks, imagens, sons e vídeos.

O leitor pode também compartilhar a notícia publicada na Internet com um amigo, acrescentar dados ou assinar seu nome embaixo. A notícia na Internet pode permitir ou não comentários. Jorge (2013) acredita que esta é uma consequência do ambiente web, a de atenuar as fronteiras entre o usuário e o sujeito da enunciação.

Os jornalistas trabalham com um grande fluxo de informações com atualizações de última hora, eles precisam buscar, pesquisar e checar cada acontecimento sob o

risco de perder credibilidade. Assim, a participação dos leitores pode ser importante como fonte inicial de informação ou de pautas para matérias. Dessa forma, o texto jornalístico presente na tela de computadores possui características diferentes do impresso.

Para Jorge (2013), a pirâmide invertida tornou-se ainda mais importante e usual na web, pois, em concordância com Sallaverría e Noci (2003), há maneiras diversas de leitura hipertextual e muitos internautas não rolam o texto até o final da página. Na maior parte das vezes os leitores se detêm ao início da página. Apenas os leitores muito interessados, ou à procura de informações específicas, usam as setas de rolagem para ir até o fim.

Moura (2002, p. 55) reforça que o leitor do veículo virtual é apressado e recomenda “[...] um bom lide e uma boa amarração de ideias para dar continuidade até finalizar a reportagem [...] ou perdemos o freguês, que vai clicar em outro link e vai embora”. Isso levou os sites de notícias a informarem os minutos necessários para leitura de todo o texto.

3.4 VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO JORNAL A GAZETA

Neste tópico, abordamos resultados de pesquisas realizadas acerca do discurso do jornal *A Gazeta* sobre violência contra mulheres no Espírito Santo, as considerações das autoras Souza (2015), Natale (2015; 2019; 2020) e Tomazi (2019; 2020) foram percebidas por meio da análise linguístico-discursiva de notícias e reportagens. O destaque dado aos trabalhos tem como objetivo reforçar a necessidade desta pesquisa e de explorar ainda mais o discurso midiático no Estado sobre a violência de gênero.

Destacamos primeiro os resultados encontrados por Souza (2015), a pesquisadora publicou “Um estudo crítico do sexismo: modelos mentais em notícias sobre violência contra mulher”. A dissertação visou investigar a maneira como as estratégias linguístico-discursivas funcionam na reprodução do sexismo, na legitimação do poder e do abuso de poder, na manipulação, no papel da mídia, isto é, na produção discursiva da relação de dominação e controle mental que um grupo pode exercer sobre o outro por meio do discurso.

Souza (2015) utilizou como principal abordagem teórica a Análise Crítica do Discurso de Teun A. van Dijk, em diálogo com as teorias de gêneros sociais. Analisou reportagens publicadas no jornal *A Gazeta*, no período de janeiro a dezembro de 2013, cujo tema é a violência contra a mulher em suas relações afetivo-conjugais, o que resultou em um número de 186 exemplares selecionados.

Os resultados demonstram que a ideologia sexista está presente na construção jornalística e pode influenciar diretamente os leitores do jornal *A Gazeta* a partir de modelos mentais privilegiados pela elite simbólica e estratégias de polarização discursiva que representam a mulher numa condição de minoria e de grupo social que não faz parte da elite dominante.

Outro resultado interessante foi abordado por Natale (2015) na dissertação “A representação social da violência de gênero contra a mulher no Espírito Santo” na área de concentração Estudos Sobre Texto e Discurso. O objetivo do trabalho foi analisar como os meios de comunicação ajudam a construir a representação social da violência de gênero contra a mulher no Espírito Santo. O corpus de pesquisa, por sua vez, foi formado por notícias sobre o tema, veiculadas no ano de 2013, nos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna*. A base principal para investigação foi a Teoria Sociocognitiva de van Dijk, assim como abordou os estudos sobre gênero e discurso.

Os resultados das análises indicam que o discurso das notícias reforça estereótipos de vítima e agressor, típicos de uma estrutura social patriarcal, na qual é atribuída à vítima ou aos vícios a responsabilidade da violência sofrida. A pesquisadora também afirma que a violência de gênero é apresentada como um problema individual e associada às classes sociais menos favorecidas. Além disso, o discurso das notícias apresenta grande parte dos crimes de violência de gênero como crimes passionais.

A contribuição de Natale (2019) persiste com o artigo “Femirracídio no Brasil”, uma parte da tese “O *femirracídio* em notícias sobre violência contra mulheres negras no Espírito Santo: um estudo discursivo e sociocognitivo” (NATALE, 2020). Nas pesquisas, a autora defende que a problemática do feminicídio é ainda mais complexa quando observa que as mulheres negras morrem três vezes mais do que as não negras em alguns estados do país, como no Espírito Santo, por isso o corpus de estudo é composto por notícias que tratam especificamente de assassinatos de

mulheres negras no Estado, veiculadas pelos jornais de circulação estadual *A Gazeta* e *A Tribuna*, no ano de 2013.

Os resultados das análises mostraram que o discurso noticioso não representa a violência contra mulheres negras como crime de gênero, de responsabilidade pública, mas descrevem-na como um problema inerente a um grupo social, marcado por preconceitos de gênero, raça e também classe social. Além disso, atribui a violência a comportamentos individuais da vítima e do agressor, como ciúmes, traição, envolvimento com álcool e drogas, que contribuem para a (re)produção de estereótipos sociais e na promoção da crença de que raça, gênero e classe determinam comportamentos.

Podemos abordar ainda os artigos de Tomazi (2019; 2020) fundamentados na proposta teórica-metodológica de caráter multidisciplinar dos Estudos Críticos do Discurso (ECD). Em “(Des)construção de face da mulher nos títulos de notícias sobre feminicídio”, Tomazi (2019) analisa de que maneira três casos de feminicídio se tornaram notícia e como os atores sociais são descritos nos títulos de matérias veiculadas pelos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna* ao noticiarem casos de feminicídio.

Os resultados demonstram que os títulos das notícias reforçam estereótipos e crenças machistas sobre a imagem da mulher na sociedade, pois as escolhas linguísticas para descrição dos atores sociais vítima e criminoso passam por um viés ideológico opressor sobre os gêneros homem e mulher em nossa sociedade. As manchetes contribuem assim para a permanência de modelos mentais que divergem das leis de proteção às mulheres.

No artigo “A agentividade nas manchetes sobre violência de homens contra mulheres”, Tomazi (2020) analisa manchetes de notícias publicadas nos jornais *A Gazeta* (178) e *A Tribuna* (280) sobre violência contra mulher. As análises indicam que o tema tem pouca noticiabilidade enquanto problema social, aparecendo como conflitos sociais individualizados e naturalizados.

Ademais, as ações das mulheres são topicalizadas e representadas como motivações para os casos de agressão e de assassinato, o agressor, na maior parte das vezes é apagado do título ou sua ação minimizada. A mulher é identificada por sua profissão ou sua classe social, geralmente, atribuindo a ela uma visão

desvalorizada sobre sua profissão ou mesmo pelo seu lugar na sociedade como “mulher de alguém”, sendo, dessa maneira, uma propriedade.

A apresentação de resultados de pesquisas realizadas sobre o discurso referente à violência contra mulheres no jornal *A Gazeta* teve a intenção de evidenciar a postura da instituição midiática acerca do tema, pois ele está diretamente relacionado ao assédio sexual em transporte público discutido nesta tese. Assim sendo, Souza (2015), Natale (2015; 2019; 2020) e Tomazi (2019; 2020) desenvolveram trabalhos importantes que sugerem que o jornal *A Gazeta* reproduz discursos baseados em ideologia sexista, racista e classicista ao responsabilizar as mulheres vítimas pela violência sofrida, além de associar o tipo de violência à pobreza, à cor e à passionalidade.

CAPÍTULO 4 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: fundamentação teórico-metodológica

Neste capítulo, apresentamos conceitos importantes da abordagem sociocognitiva de Teun A. van Dijk (2017 [2011], 2016a, 2016b, 2016c, 2012 [2008], 2011, 2005, 2001, 1999, 1990, 1980), como o triângulo de discurso, cognição e sociedade. Associamos esses conceitos a importantes noções da ACD, como representação social, ideologia e poder.

As categorias utilizadas para análise são tópicos; representação de atores sociais, representação de ações sociais nos textos, lugar e tempo, fonte e conhecimento. Elas foram escolhidas porque contribuem para responder às perguntas que deram início a este estudo. Isto é, estão de acordo com as perguntas de pesquisa e objetivos.

Para discutir sobre as categorias de análise, recorreremos também à Resende e Ramalho (2009), Calsamiglia e Ferrero (2003), Gramsci (1978), Hall *et al.* (1993), Da Silva e Borges (2016), Traquina (2008) e Tuchman (1983).

4.1 ABORDAGEM SOCIOCOGNITIVA

O termo Estudos Críticos do Discurso (ECD) é utilizado por van Dijk (2016a) para indicar que existem muitos métodos e abordagens de estudos críticos do texto e da fala, mas o termo Análise Crítica do Discurso (ou Análise de Discurso Crítica) é comumente mais utilizado por pesquisadores.

As pesquisas em ACD não têm um único interesse, os trabalhos desenvolvidos são heterogêneos e voltados para os discursos: institucional, político, de gênero social, de racismo e da mídia, que materializam relações mais ou menos explícitas de luta e conflito (WODAK; MEYER, 2009).

De acordo com van Dijk (2016b), apesar de a ACD não se tratar de um método “especial”, visto que se pode utilizar de quaisquer outros métodos das Ciências Humanas e Naturais, a pesquisa crítica do discurso tem algumas propriedades gerais, como: a) dedicar-se ao estudo de problemas sociais e questões políticas; b)

ser multidisciplinar; c) tentar explicar as estruturas de discurso em termos de propriedades de interação social; e d) evidenciar como a estrutura do discurso contribui para a legitimação das relações de abuso de poder.

Ao contrário de pesquisadores da área, como Fairclough (2001 [1992]; 2003) que foi influenciado pela Linguística Sistêmico Funcional proposta por Halliday (1985), van Dijk (2017 [2011]) desenvolveu a abordagem sociocognitiva do discurso. Essa proposta deriva da tradição dos estudos do texto, inclusive, de acordo com Koch (1997), van Dijk é um dos pioneiros na introdução de questões de ordem cognitiva no estudo da produção, da compreensão e do funcionamento do texto. Van Dijk (2017 [2011]) propõe um triângulo de conceitos: discurso, cognição e sociedade. Para o autor não é possível relacionar estruturas sociais diretamente com as estruturas discursivas, prática comum nos ECD. Ele defende que,

[...] antes, as estruturas sociais são observadas, experimentadas, interpretadas e representadas por membros de grupos sociais em suas interações cotidianas. Isso significa que a compreensão da escrita e da fala só é possível através dos atores sociais e das suas mentes, isto é, através das interpretações mentais ou construções das estruturas sociais e situacionais pelos membros de grupos (VAN DIJK, 2005, p. 193).

Em consequência do que é proposto pelo pesquisador, é possível entender que a representação subjetiva (modelos mentais) de eventos específicos influencia os discursos e outras práticas sociais das pessoas. Nas palavras de van Dijk (2012 [2008], p. 26) “[...] a cognição pessoal e social sempre media a sociedade ou as situações sociais e o discurso”.

A interface sociocognitiva, enfatiza van Dijk (2017 [2011]), dá conta de muitos aspectos da relação entre sociedade e discurso, pois essa relação é pessoal, variável e situacional. As pessoas falam a partir da forma como compreendem ou constroem um fato social. Destarte, o autor compreende que “[...] a força crucial não está na [...] estrutura social [...], mas nas representações [...] que os membros da sociedade fazem dessa estrutura social” (VAN DIJK, 2017 [2011], p. 170). Além dos três pontos da tríade proposta por van Dijk (2012 [2008]), os elementos descritos em cada vértice são exemplos de categorias que podem ser analisadas.

Van Dijk (2016a) ressalta que a cognição pode ser distinguida entre a cognição pessoal e a cognição social, inerente aos usuários da língua como atores sociais. As

memórias, conhecimentos e opiniões pessoais de situações específicas constituem a cognição pessoal. Assim como a cognição social pode ser caracterizada como as memórias, conhecimentos e opiniões compartilhadas com membros do seu grupo ou da cultura como um todo, como as ideologias e as representações sociais (VAN DIJK, 2016b).

Para ele, a cognição pessoal explica as maneiras como os usuários individuais da linguagem, como membros de comunidades linguísticas, epistêmicas e sociais, subjetivamente produzem e compreendem o discurso. Entretanto, essa explicação precisa estar baseada em “[...] representações socialmente compartilhadas de atores sociais individuais como membros de diversas coletividades sociais” (VAN DIJK, 2016a, p. 10). De outro modo, o pessoal e o social no processamento do discurso encontram-se, de maneira indissociável, interligados.

A sociedade é formada por grupos sociais e seus membros, que apresentam uma cognição pessoal e social e compartilham determinados pontos de vista coletivo. São os interesses, objetivos e crenças em comum que guiam o ponto de vista de cada grupo (VAN DIJK, 2016a).

O terceiro conceito, discurso, o autor define “[...] tanto como uma forma específica de uso da língua quanto uma forma específica de interação social, interpretado como um evento comunicativo completo em uma situação social” (VAN DIJK, 1990, p. 2). Van Dijk (2017 [2011]) destaca ainda que os aspectos semióticos relevantes (expressão facial, gestos e outros signos) também são interpretáveis.

Para melhor compreender a interface cognitiva proposta por van Dijk (2012 [2008]), é necessário discorrer sobre os conceitos de micro e macro da ordem social. O uso da linguagem, o discurso, a interação verbal e a comunicação pertencem ao micronível da ordem social, no entanto, o poder, a dominação e a desigualdade entre os grupos sociais estão vinculadas ao macronível. Na vida cotidiana, por meio de interações e experiências individuais, o macro e o micro não estão separados, mas sim unificados.

A análise dos níveis citados, segundo van Dijk (2012 [2008]), contribui para uma análise crítica unificada. As formas indicadas para analisar são os membros-grupos, ações-processos, contexto-estrutura social e a cognição pessoal e a social.

A investigação a respeito dos usuários da língua é sugerida, porque esses são membros de diferentes grupos sociais, organizações ou instituições. Tais aspectos de suas identidades influenciam o discurso, que pode também ser resultado da ação dos grupos por meio de seus membros.

Por conseguinte, as ações sociais realizadas pelos atores individuais são “[...] partes constituintes das ações e dos processos sociais do grupo, tais como a legislação, a produção de notícias ou reprodução do racismo” (VAN DIJK, 2012 [2008], p. 117).

Outra maneira de analisar é por meio do contexto, pois a estrutura social também é constituída por situações de interação discursiva. Os contextos “locais” e os mais “globais” estão relacionados e impõem restrições ao discurso.

Van Dijk (2012 [2008], p. 117) sugere ainda a análise da cognição pessoal e social. O autor compreende que “[...] ambos os tipos de cognição influenciam a interação e o discurso dos membros individuais, enquanto as representações sociais compartilhadas governam as ações coletivas do grupo”.

A seguir, explicaremos melhor como ocorre a intermediação entre o social e o discursivo, por meio da discussão de conceitos importantes para a abordagem sociocognitiva de análise do discurso: modelos de contextos e modelos mentais.

4.2 MODELOS DE CONTEXTO

A noção de contexto é relevante para a abordagem sociocognitiva, inclusive van Dijk (2017 [2011]) dedicou-se a escrever um livro para esclarecer a sua visão sobre o conceito. Essa atenção deve-se à importância do contexto para explicar como o discurso se insere na sociedade, principalmente porque abrange categorias tais como “[...] as identidades e os papéis dos participantes, o lugar, o tempo, a instituição, as ações políticas e o conhecimento político, entre outros” (VAN DIJK, 2017 [2011], p. 17).

O pesquisador diferencia o sentido de *contexto* do sentido de *situação*, pois compreende que algumas propriedades do que nomeia de modelos de situação são irrelevantes nos modelos de contexto. Nesse sentido, “[...] um modelo de contexto é

uma seleção específica ou uma reconstrução de um modelo de situação” (2017 [2011], p. 45).

Assim, contexto ou modelos de contexto é definido como “[...] uma interpretação subjetiva feita pelos participantes das propriedades relevantes de situação (social, interacional ou comunicativa) da qual participam” (2017 [2011], p. 45). Logo, o que os estudos mais antigos nomeiam frequentemente de contexto, van Dijk (2017 [2011]) nomeia situação (comunicativa).

Sendo assim, nosso discurso é estruturado e organizado pelas nossas interpretações de experiências pessoais (modelos de contexto) e adaptado à “comunicativa global”, por isso, são também nomeados de modelos mentais que são armazenados na memória episódica.

Van Dijk (2012 [2008]) sugere também que os modelos de contexto, assim como os modelos mentais, contenham categorias esquemáticas relevantes, tais como: o cenário; os participantes, o que inclui o Eu-mesmo com seus objetivos, intenções e conhecimento; e as ações/eventos comunicativos ou de outra natureza.

O “cenário” organiza a informação acerca das propriedades espaço-temporais, circunstanciais ou ambientais da interação, isto é, formas e meios de comunicação (VAN DIJK, 2011).

Em seguida, os “participantes” gerenciam a identidade social, categorização social, papéis, acordos, crenças, conformidade, intergrupos e outros relacionamentos semelhantes dos atores sociais. Portanto, a atenção está voltada, especialmente, para a identidade social dos participantes da interação comunicativa e as maneiras pelas quais eles controlam o texto e a conversa.

Dessa maneira, o “Eu-mesmo”, apontado por van Dijk (2011, p. 115) como a principal categoria do contexto, tem um papel de orientação. Ela “[...] organiza as relações entre o Eu (no papel de falante, receptor ou outro) e outros participantes”. O “Eu-mesmo” também se aplica a outras categorias contextuais, como o “aqui” (o lugar em que estou), a ação (aquilo que estou fazendo neste momento), o conhecimento e as crenças (o que sei e acredito neste momento) e os objetivos (o

que pretendo). Isso comprova que as categorias não são isoladas, se relacionam e contribuem para a manifestação discursiva.

A terceira categoria enfatiza os “atos dos participantes”, pois para van Dijk (2011) esses representam e controlam as ações (atividades) e interações em que estão envolvidos e, geralmente, são conscientes do que estão fazendo/dizendo em cada momento. As subcategorias sugeridas são: atos de fala (afirmar, perguntar, prometer, etc.); atos de comunicação (contar, protestar, etc.); atos sociais (cooperar, defender, etc.); atos políticos (votar, governar, etc.); e atividade social (visitar o médico, atender a uma conferência, etc.).

4.3 MODELOS MENTAIS

Os modelos mentais são, de acordo com van Dijk (2012 [2008]), representações cognitivas de nossas experiências que podem ser entendidas como interpretações pessoais daquilo que acontece conosco. Essas, por sua vez, são armazenadas na “Memória Episódica”, que faz parte da “Memória de Longo Termo”.

Ao aplicar esse conceito aos estudos linguístico-discursivos o olhar do pesquisador volta-se para a formação de modelos mentais desenvolvidos por leitores, que constroem interpretações, por meio dos conhecimentos de mundo relevantes ativados na leitura, e preenchem o modelo com a informação que está implicada ou pressuposta no texto.

Além disso, é o contexto (ambiente, conhecimento do leitor, objetivos, interesses etc.) que vai determinar o quanto nosso conhecimento geral será ativado e incluído nos modelos mentais.

Diariamente vivenciamos muitas experiências ou vemos/ouvimos/lemos sobre acontecimentos, por isso, não construímos modelos mentais totalmente novos em cada situação. Para van Dijk (2017 [2011], p. 99), somos capazes de compreender os eventos em termos das categorias de um esquema de modelo (organização de nossa memória episódica) previamente aprendidas e, assim, “[...] processar a informação relevante tão rapidamente quanto é necessário, muitas vezes em segundos ou frações de segundos”.

Consideramos os esquemas úteis para organizar nossas experiências diárias, como compreender o discurso, bem como para recuperar em determinados momentos nossas memórias pessoais, ou seja, os modelos mentais. (VAN DIJK, 2017 [2011]).

Os modelos mentais são nomeados, também, de modelos de experiência. Isso acontece quando formam uma estrutura complexa que pode ser organizada de muitas maneiras no cotidiano. As experiências são estruturadas por categorias como o tempo, os lugares, os participantes, a causalidade, o nível (micro e macro eventos), a saliência e a relevância, entre outras dimensões.

Assim, é possível, a partir das representações mentais construídas na experiência cotidiana, inferir possíveis consequências ou causas de eventos, determinar o que é mais ou menos útil e importante, julgar espaços de uma cidade como perigosos ou tranquilos para frequentar, etc.

4.4 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

De acordo com van Dijk (1999, p. 69), “[...] a representação social é um conjunto de crenças socialmente compartilhadas localizados na memória social”. Isto é, as representações sociais são particularizadas nos modelos mentais e com frequência são expressas em textos e nas conversações que se realizam por meio dos modelos mentais.

É por meio das representações presentes no discurso cotidiano, como no discurso midiático, que adquirimos conhecimento de mundo, de atitudes socialmente compartilhadas e de ideologias. Consequentemente, as três formas de representações indicadas por van Dijk (2001) são: conhecimentos, atitudes e ideologias.

Representamos o mundo por meio dessas formas porque os modelos mentais representam crenças pessoais, mas também oferecem uma representação relacionada à estrutura de grupos e organizações, ou seja, social.

O conhecimento será tratado neste trabalho como uma categoria, conforme sugerido por van Dijk (2016c), assim como a ideologia será apresentada como uma categoria guarda-chuva por entendermos que ela está imbricada a todas as demais categorias

de análise. Logo, nesse tópico daremos ênfase maior à forma de representação atitudes. De acordo com o autor,

[...] atitudes são opiniões socialmente compartilhadas, como as opiniões que as pessoas compartilham sobre imigração, aborto ou energia nuclear. Essas atitudes costumam ser complexas, e, em outras palavras, elas são compostas por um conjunto de proposições de avaliação. Da mesma forma que o conhecimento geral pode influenciar modelos mentais, as proposições das atitudes também podem “particularizar-se” como opiniões pessoais específicas presentes com os modelos mentais (VAN DIJK, 2001, p. 169-170).

Desse modo, a partir da perspectiva da abordagem sociocognitiva de análise crítica do discurso, há um conjunto de crenças na memória social que não são tratados em termos de critérios de verdade, e, portanto, não são aceitos como conhecimento. Entretanto, são compartilhados na base de critérios avaliativos, e por isso, nomeados de opiniões. Logo, o que pode ser uma crença factual (conhecimento) para um grupo, pode ser uma crença ou opinião (atitudes) avaliativa organizada em estruturas maiores para outro.

Atitudes são, dessa maneira, sociais e relacionadas ao grupo, pois indivíduos podem ter opiniões pessoais, mas compartilham as atitudes como membros de grupos sociais (VAN DIJK, 2012 [2008]).

4.5 IDEOLOGIA E PODER

Na proposta de van Dijk (1999, p. 72), a noção de ideologia, é entendida como “[...] as crenças sociais gerais e abstratas, compartilhadas por um grupo, que controlam e organizam o conhecimento e as opiniões (atitudes) mais específicas de um grupo” . Nesse sentido, o significado se distancia dos estudos sociológicos e filosóficos, no século XIX, de Karl Marx e Friedrich Engels, pensadores que vinculam ideologia às ideias dominantes de uma época.

No entanto, o conceito se aproxima de uma perspectiva psicológica e sociocognitiva. É necessário para desenvolver uma teoria de ideologia destacar as relações entre cognição, sociedade e discurso, visto que sistemas de crenças precisam de uma abordagem psicológica, mas apenas se entendermos que essas "ideias" também são sociais, políticas e culturais (VAN DIJK, 1999).

Por conseguinte, van Dijk (1999) compreende que as ideologias fazem parte da estrutura social, assim evidenciam e controlam as relações de poder e dominância entre grupos (classes, formações sociais, organizações etc.). Contudo, igualmente à estrutura social, “[...] tal abordagem sociológica só será relevante se entendermos que as ideologias caracterizam a dimensão "mental" da sociedade, dos grupos ou da Instituições” (VAN DIJK, 1999, p. 19).

Ademais, os discursos, por mais que não sejam as únicas práticas sociais baseadas na ideologia, são fundamentais para a formulação de ideologias, bem como em sua reprodução social. Em outros termos, para saber como as ideologias são criadas, como operam, como são expressas ou vividas por atores sociais e qual a sua aparência, é necessário observar e analisar as manifestações discursivas.

Dessa forma, ao investigar e analisar os discursos, por exemplo, de discriminação contra mulheres, negros e LGBTQIA+³⁵, é possível estudar as formas de discriminação sobre minorias, ou seja, manifestações discursivas da ideologia machista, racista e homofóbica. No entanto, de acordo com van Dijk (1999), a discriminação, por si só, não articula essas ideologias.

Para isso, a noção de ideologia da ACD serve como interface entre estrutura social e cognição social. Nessa abordagem, as ideologias são definidas também como a base das representações sociais compartilhadas pelos membros de um grupo. Isto é, “[...] as ideologias possibilitam que as pessoas, como membros de um grupo, organizem as crenças sociais sobre o que acontece, bom ou ruim, certo ou errado, de acordo com eles, e ajam de acordo” (VAN DIJK, 2005, p. 21).

Diante do exposto, a respeito da proposta de van Dijk (2005), o autor sintetiza o conceito de ideologia em três funções: social, cognitiva e discursiva.

A função social visa explicar por que as pessoas desenvolvem e usam ideologias. Van Dijk (2005) indica que elas são usadas na reprodução e legitimação da dominação de um grupo sobre o outro, mas também pelos grupos dominados que necessitam de ideologias para resistir aos grupos detentores do poder. Dessa forma,

³⁵ Termo utilizado para se referir a um grupo que abrange lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, transexuais, *queer*, questionando (pessoas indecisas), intersexuais, aliados, assexuais e pansexuais (SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA, 2020).

não existem ideologias verdadeiras ou falsas, mas “[...] mais ou menos efetivas na promoção dos interesses de um grupo” (VAN DIJK, 2005, p. 189).

A função cognitiva possibilita compreender como as ideologias são constituídas, e a maneira que orientam as práticas sociais. Desse modo, é possível entender essa função, a partir da compreensão de que as ações dos atores sociais, enquanto membros de um grupo, são guiadas pelo que elas pensam: conhecimento, atitudes, normas, valores e ideologias. Decorrente disso, a função cognitiva principal das ideologias é a de organizar as atitudes de um grupo.

Quanto à função discursiva, é uma perspectiva dos modos como as teorias são expressas, adquiridas e reproduzidas pelas estruturas linguísticas.

Nessa perspectiva, as ideologias constituem o esquema cognitivo básico de um grupo e de seus interesses, definido por tais categorias gerais como as identidades, ações, metas, normas e valores, relações com outros grupos e os recursos (de poder) de um grupo. Assim, junto com o conhecimento de grupo socialmente compartilhado, elas são o núcleo cognitivo da coletividade social (VAN DIJK, 2016a, p. 16).

Para compreender melhor a relação entre grupos sociais e as questões referentes às ideologias, é importante discutir a noção de poder na ACD. Van Dijk (2012 [2008]) define poder social em termos de controle, ou seja, um grupo social que controla outro grupo social e seus membros. O pesquisador acrescenta que, se esse controle é contra os interesses de um grupo dominado e a favor do grupo que exerce o poder, há abuso de poder.

Uma das possibilidades de controle recai sobre o discurso, afinal não falamos e escrevemos tudo o que queremos, por exemplo. Nesse sentido, a sociedade é regida por leis e nos adequamos a elas. Outrossim, o controle não se aplica só ao discurso como prática social, mas também às mentes daqueles que estão sendo controlados, isto é, os seus conhecimentos, opiniões, atitudes, ideologias, como também às outras representações pessoais ou sociais. Van Dijk (2012 [2008]) sugere:

Em geral, o controle da mente é indireto, uma intencional, mas apenas possível ou provável consequência do discurso. E uma vez que as ações são controladas por suas mentes (conhecimento, atitudes, ideologias, normas, valores), o controle da mente também significa controle indireto da ação. Essa ação controlada pode de novo ser discursiva de modo que o discurso poderoso possa, indiretamente, influenciar outros discursos que sejam compatíveis com o interesse daqueles que detêm o poder (VAN DIJK, 2012 [2008], p. 18).

Dessa forma, van Dijk (2012 [2008]) indica como ocorre a reprodução de poder por meio do discurso, que pode ser diferenciado pelos recursos utilizados para exercer o poder: poder coercitivo (por meio da violência), o poder econômico, o poder de persuasão (VAN DIJK, 2016b), etc.

O último, o poder persuasivo, pode ser definido como poder simbólico, isso significa que um determinado grupo tem acesso preferencial ao discurso público, ou controle sobre ele. “O controle do discurso público é controle da mente do público [...]. Não há necessidade de coerção se se pode persuadir, seduzir ou manipular as pessoas” (VAN DIJK, 2016b, p. 23).

Assim sendo, todos que têm acesso ao discurso público, como políticos, jornalistas, escritores, professores, advogados, burocratas ou empresários da mídia, podem ser definidos como poderosos em relação a um determinado grupo. Os professores, por exemplo, têm acesso ao poder público por meio do conhecimento, e os políticos têm acesso ao discurso público devido ao seu cargo. Esses grupos são definidos por van Dijk (2012 [2008]) como elites simbólicas.

O poder simbólico pode assumir a forma de hegemonia, conceito utilizado nos ECD, por influência do trabalho de Gramsci (1978) ao analisar o capitalismo ocidental e a estratégia revolucionária na Europa Ocidental. Assim, na vertente crítica de análise do discurso, a hegemonia é compreendida como a dominação econômica, política, cultural ou ideológica de uma elite (grupo social). No entanto essa dominação ideológica³⁶ (ou poder) é atingida parcial e temporariamente, porque os grupos dominados também têm ideologias e podem travar lutas para ascender ao poder (FAIRCLOUGH, 2001 [1992]).

³⁶ Não compreendemos que movimentos feministas, anti-racismo e LGBTQIA+ buscam dominação ideológica. Nesta tese, trabalhamos a hegemonia ideológica ambicionada pelas mídias que travam lutas por poder, a partir da Análise Sociocognitiva do Discurso de van Dijk (2012 [2008]).

4.6 CATEGORIAS DE ANÁLISE LINGUÍSTICO-DISCURSIVAS

As categorias de análise utilizadas nesta tese foram escolhidas com base na proposta teórica de van Dijk (2017 [2011], 2012 [2008], 2016c, 2011, 2005, 2001, 1992, 1990). Como citado anteriormente, a partir da tríade discurso, cognição e sociedade, o autor sugere categorias para compreensão do funcionamento do discurso, no caso, o midiático.

Propomos, dessa maneira, considerando os objetivos de pesquisa e as estratégias metodológicas de análise, as categorias tópicos, representação de atores sociais, representação de ações sociais, fonte e conhecimento.

4.6.1 Tópicos

Na perspectiva de van Dijk (1990), os tópicos, também chamados de temas ou estruturas temáticas, controlam os significados locais, e, conseqüentemente, os possíveis significados das palavras e, portanto, a escolha do léxico. Isso pode ser percebido pela não necessidade do usuário da língua de esperar pelo final de um parágrafo ou discurso para inferir do que trata o texto. É possível que o indivíduo adivinhe o tópico a partir de poucas informações contidas no texto presentes nas primeiras proposições. Desse modo, como sugere o autor, “[...] os títulos, palavras temáticas, sentenças temáticas iniciais, conhecimento sobre possíveis ações ou acontecimentos globais resultantes e informações provindas do contexto sustentaram as previsões” (VAN DIJK, 1992, p. 30).

À vista do que foi sugerido, o efeito de sentido do discurso não reside somente no nível local (semântica local ou microestrutura) de orações adjacentes e conexões de sentenças, mas também, num nível global. De acordo com van Dijk (1992),

A macroestrutura é a informação semântica que fornece unidade global ao discurso. Muitas vezes, essas macroestruturas subjacentes são expressas pelo próprio texto (por exemplo, em anúncios, títulos, sumários, sentenças temáticas) ou pela expressão de planos de ação (VAN DIJK, 1992, p. 51).

Nessa lógica, uma macroestrutura caracteriza-se a partir de conceitos como o tópico, o tema, o assunto, o ponto de vista, ou resumo de um discurso, noções estas que

não se aplicam a sentenças ou proposições individuais. A categoria indica o que o indivíduo, usuário da língua na posição de enunciador, considera mais relevante na informação do discurso como um todo.

Tais macroestruturas são denominadas semânticas porque estamos lidando com sentido e referência e não, por exemplo, com a forma sintática, mecanismos estilísticos ou retóricos. Também não estamos falando de sentido (local) de palavras ou sentenças isoladas, mas do sentido de fragmentos mais amplos de texto, ou de textos inteiros (VAN DIJK, 1992).

Esta categoria se torna relevante para ser investigada nesse trabalho, porque, de acordo com van Dijk (1992, p. 98), “[...] quando se trata de linguagem midiática a opinião deve vir da fonte e não do jornalista e do jornal para que a informação valorativa não afete a opinião do leitor”. Em termos críticos, diríamos que ela não deve afetar a construção dos modelos mentais de evento, da experiência do leitor diante do tópico da notícia.

De acordo com van Dijk (1992), a notícia tem a “estrutura de relevância”, que indica ao leitor qual informação é mais importante ou proeminente no texto. A manchete tem um papel especial na estrutura de relevância porque expressa o tópico mais importante da notícia. Nas análises, para verificar se a manchete revela a macroestrutura da notícia iremos, como sugere van Dijk (2005, p. 42), “[...] para fins práticos [...] fazer uma 'listagem' dos tópicos de um texto sumariando-o”.

É relevante ressaltar que segundo van Dijk (1992), não há apenas um tópico ou sumário possível de um texto, mas vários. A sumarização pode desde deixar de lado apenas alguns detalhes menos essenciais até deixar de fora toda a informação, exceto a mais relevante ou essencial. Além disso, os tópicos que atribuímos a uma notícia são para van Dijk (1990; 1992) subjetivos, isso porque inferimos de um texto o que é relevante ou importante para nós com base nas ideologias.

Alguns princípios são sugeridos por van Dijk (1992) para serem usados para inferir ou derivar tópicos de um texto noticioso: apagamento, generalização e (re)construção. O primeiro princípio, o apagamento, consiste em excluir (apagar) as partes que não são consideradas relevantes, como por exemplo, detalhes locais. O segundo princípio corresponde a substituir uma sequência de proposições por uma

generalização. Já a (re)construção é definida como substituição de uma sequência de “[...] proposições que denotam as condições, componentes ou consequências usuais de um ato ou evento por uma proposição que denota o ato ou evento como um todo” (VAN DIJK, 1990, p. 56).

Esses três princípios sumarizadores são nomeados por van Dijk (1992, p. 132) de macrorregras: “Elas reduzem a estrutura de sentido complexa, detalhada de um texto a um sentido mais simples, mais geral e abstrato”.

Para referir-se à forma global de organização das macroestruturas, van Dijk (1992) propõe o termo superestruturas, que são entendidas como um tipo de esquema constituído de uma série de categorias, cujas possibilidades se baseiam em regras convencionais. O caráter convencional refere-se a uma série de estruturas discursivas utilizadas por uma maioria de falantes de uma comunidade linguística que os reconhece, a partir de uma memória semântica (VAN DIJK, 1992).

As notícias são indicadas por van Dijk (2012 [2008]) como exemplos de esquemas convencionais de gênero. O autor sugere que as notícias são constituídas pelo sumário (manchete e lide), eventos principais, *background* (eventos prévios, contexto, história), comentários e avaliação. Van Dijk (1992) ressalta que esse esquema tem limitações, porque a superestrutura da notícia permite especificar estruturas noticiosas, mas dificilmente aborda as muitas variações e as estratégias dependentes de contexto.

Van Dijk (1980; 1992) também propõe as superestruturas narrativas, argumentativas e conversacionais. O autor diferencia essas estruturas, narração, argumentação e conversação de gêneros discursivos, por isso sugere a classificação “tipos de estruturas discursivas” (VAN DIJK, 2012, p. 209).

4.6.2 Representação de Atores sociais

Consonante ao apontado anteriormente, neste capítulo, utilizamos a compreensão de representação social, a partir da abordagem sociocognitiva de Análise Crítica do Discurso de van Dijk (1999; 2001). Quanto a atores sociais, o autor sugere que

estão entre aqueles que compõem ou definem as situações sociais. Isto é, participantes sociais da situação e do contexto.

Van Dijk (1999; 2001) considera que os atores sociais, enquanto usuários da língua, são membros de vários tipos de grupos sociais. Dessa forma, a análise deve investigar as formas como esses lidam com as afiliações do ponto de vista cognitivo (avaliativo e emocional).

No cotidiano, como membros de grupos sociais, as pessoas adquirem conhecimento sobre outras pessoas, atividades e grupos. Do ponto de vista cognitivo, esses conhecimentos se tornam representações no momento em que automaticamente são associados a pessoas em situações diferentes por meio dos modelos mentais criados. Segundo van Dijk (2011),

Em suas experiências cotidianas e nas várias formas de discurso pedagógico ou midiático, as pessoas adquirem protótipos e esquemas gerais de outras pessoas e membros de atividades sociais. Uma das funções dessas representações esquemáticas é facilitar a percepção, a memória e a reprodução, por exemplo, organizando ou reduzindo informações complexas. Além disso, com a aplicação frequente e repetida, os esquemas tendem a ser aplicados mais ou menos automaticamente. (VAN DIJK, 2011, p. 105).

Compreendemos, por meio da explicação de van Dijk (2011), que os atores sociais podem ser classificados de várias maneiras. Primeiro, tendemos a destacá-los a partir de aspectos identitários como gênero, etnia, idade, ocupação ou profissão, posição ou *status* dos atores sociais. Tais características causam, provavelmente, impacto sistemático nas atividades, nos textos da mídia e nas conversas do cotidiano (VAN DIJK, 2011).

A importância da análise a partir dessa categoria pode ser explicada pela observação de Resende e Ramalho (2009). Para elas, a maneira como atores sociais estão sendo representados pode indicar qual o posicionamento do produtor do texto em relação a eles ou às ações praticadas por eles. Atores sociais podem ser exaltados, apagados ou ofuscados, assim como pré-julgamentos podem ser feitos a partir de suas representações.

4.6.3 Representação de Ações sociais

Os indivíduos, que representam e controlam as ações e interações nas quais estão envolvidas, geralmente, estão cientes do que fazem e dizem. A categoria do modelo de contexto responsável por ressaltar as interações sobre o que fazemos e falamos é a categoria das ações sociais. De acordo com van Dijk (2011), ela controla e fornece informações sobre tudo o que é feito nas interações.

Segundo van Dijk (2011), as ações sociais, como as outras categorias dos modelos de contexto, são movidas por crenças compartilhadas socialmente: conhecimentos, atitudes, ideologias e normas. Além disso, sugere possível investigar as ações sociais no trabalho de um jornalista. Na escrita de uma notícia ou de um editorial, o profissional pode, por exemplo, se engajar e implicitamente (ou não) criticar o governo e persuadir o público de sua opinião. As ações podem ser assim, como no caso do jornalista, membro de uma organização de mídia, de um grupo profissional e de um ou mais grupos ideológicos, intencionais e com objetivos conscientes.

Dessa maneira, como afirma van Dijk (2011), a categoria de ações sociais dos modelos de contexto combina crenças pessoais com crenças socialmente compartilhadas, de uma maneira que permita que os membros do grupo se engajem no discurso como um tipo de ação grupal.

Van Dijk (2011) pondera também que as ações sociais e suas intenções podem ser, dependendo da situação, mais ou menos conscientes. Van Dijk (2011) afirma que

Às vezes pensamos explicitamente na escolha de uma palavra específica e às vezes pensamos nas funções gerais de um discurso, mas esses níveis de consciência não são constantes, mas estrategicamente adaptados a cada momento da interação. De fato, como em qualquer interação, o discurso e, portanto, a análise do contexto, também é e deve ser amplamente automatizado, de modo que recursos cognitivos escassos possam ser usados para prestar atenção explicitamente às dimensões mais importantes, intencionais, tópicas e funcionais da interação (VAN DIJK, 2011, p. 122).

Assim, o caráter dinâmico dos modelos de contexto influenciam nos vários níveis de consciência. Portanto, com base na teoria de van Dijk (2011) sobre a categoria ações sociais, analisaremos a representação das ações sociais considerando como a violência estudada, assédio sexual contra mulheres em transporte público, é

descrita e quais termos são utilizados. Além do mais, discutiremos quais as causas/justificativas/explicações do assédio sexual dadas pelo jornal *on-line A Gazeta*.

4.6.4 Fonte

A maioria das pessoas da sociedade obtém informações sobre eventos, muitas vezes, diretamente da mídia. Em determinadas situações, a mídia é a primeira ou a única fonte acerca de muitas questões relevantes para as pessoas. De acordo com Hall *et al.* (1993), uma das maiores referências quando se trata dos meios de comunicação, “[...] a mídia define para a maioria da população os acontecimentos significativos, que estão tendo lugar, mas também oferece interpretações poderosas acerca da forma de compreender estes acontecimentos” (HALL *et al.*, 1993, p. 314).

A respeito disso, van Dijk (2011) concorda que parte do conhecimento adquirido pelas pessoas ao longo da vida é obtido a partir da mídia. Além disso, o autor argumenta que, por passar pelo uso da linguagem, a informação não é necessariamente transparente. Na verdade, a informação é construída.

Nas interpretações estão implícitas orientações relativas aos acontecimentos e pessoas ou grupos nelas envolvidos. Uma das formas de induzir e mobilizar novos modelos mentais a respeito de eventos é dar voz às fontes de informação que irão relatar uma visão semelhante a do jornal sobre o evento.

No fazer jornalístico, os relatos ouvidos pelas fontes de informação contribuem para que os jornalistas construam uma realidade. É, também, a partir da fonte e da sua legitimidade que o profissional da imprensa irá determinar se um evento deve se tornar uma notícia.

Essa categoria pode ser considerada um dos critérios de noticiabilidade, compreendido por Traquina (2008, p. 68) como um “[...] conjunto de critérios e operações que fornecem aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia”.

O jornalista produz a notícia e seleciona aquilo que será publicado, quais as fontes serão enquadradas no texto informativo, terão vez e voz no que será comunicado.

Trata-se, na maioria dos casos, de um emaranhado de interesses, tanto editorial quanto de quem procura o jornalista (DA SILVA; BORGES, 2016).

Uma das principais fontes, ou que recebem maior credibilidade são as Delegacias, Corte Federal e Prefeitura, justamente por serem instituições públicas. Elas mantêm arquivos de informação, reunidas para uso dos jornalistas. Quanto maior a facilidade de obter documentos por parte da instituição, maior a credibilidade (TUCHMAN, 1983).

Notícias são orientadas por noções de imparcialidade, equilíbrio e objetividade. um produto destas regras é a distinção cuidadosamente estruturada entre “fato” e “opinião” mais importantes: estas regras profissionais dão origem à prática de assegurar que as afirmações das mídias sejam, onde quer que seja, fundamentadas em afirmações “objetivas” e “autorizadas” de fontes “dignas de crédito” (HALL *et al.*, 1993).

Até mesmo as orientações que visam à preservação da imparcialidade, e que se desenvolveram a partir do anseio de maior neutralidade profissional, servem também para orientar a mídia na sua definição da “realidade social”, que é fornecida pelas fontes creditadas. Dessa forma, a mídia reproduz a estrutura de poder existente na ordem institucional. Conforme Hall *et al.* (1993),

[...] há uma probabilidade daqueles que em posições poderosas ou de elevado status na sociedade, e que dão opiniões sobre tópicos controversos, de terem as suas definições aceitas, porque tais porta-vozes são considerados como tendo acesso à informação mais precisa ou especializada em assuntos específicos do que a maioria da população. O resultado desta preferência estruturada dada pelos media às opiniões dos poderosos é que estes “porta-vozes” se transformam no que se apelida de definidores primários de tópicos (HALL *et al.*, 1993, p. 316).

É nessa relação de poder entre as vozes que dão credibilidade à notícia que Hall *et al.* (1993) introduzem a noção do papel ideológico das mídias. Segundo os autores, as vozes dominantes na mídia são as vozes das classes, instituições e grupos dominantes. Isso funciona porque são os grupos dominantes que detém o controle sobre os meios de comunicação. A mídia define ainda quem são os que possuem conhecimento e os ignorantes; reproduz e mantém definições sobre eventos que favorecem os poderosos; e mantém vozes em silêncio.

Nesta tese, compreendemos a presença da voz do outro como uma citação (ou discurso relatado), de acordo com a proposta de Calsamiglia e Ferrero (2003). O trabalho das autoras é influenciado pelo quadro da teoria da enunciação de Oswald Ducrot em combinação com uma visão crítica do discurso “[...] que favorece a visão de que citação significa gerenciar as palavras de outros para transmitir e servir ao propósito do escritor, dando uma inclinação para o que é dito (CALSAMIGLIA; FERRERO, 2003, p. 147).

Dessa maneira, a visão apresentada por Calsamiglia e Ferrero (2003) dialoga com a de van Dijk (2011), mas se diferencia da apresentada na formação em jornalismo que argumenta que a citação não apenas torna o discurso do escritor mais objetivo e credível, mas isenta-o de qualquer responsabilidade. Para alcançar a pretensa neutralidade, o jornalista faz uso dos discursos relatados de diferentes fontes que fornecem pontos de referência para a interpretação dos fatos.

Calsamiglia e Ferrero (2003) assumem que existem outras maneiras de as vozes serem integradas, como indicado por outros estudiosos (Mikhail Bakhtin, Jacqueline Authier-Revuz, Patrick Charaudeau, Dominique Maingueneau, entre outros).

Com base no trabalho das autoras, compreendemos que uma citação direta, geralmente, é sinalizada por marcadores gráficos como as aspas. A citação indireta, ao contrário da direta, não tem uma voz que a introduz, portanto há apenas um discurso parafraseando a voz do outro. Outra maneira de introduzir as vozes é por meio de citação inserida, quando as palavras são trazidas para o discurso principal por meio de marcadores como “segundo”, “nas palavras de”, “de acordo com”, etc.

4.6.5 Conhecimento

Segundo van Dijk (2017 [2011]), o papel do conhecimento, como uma importante categoria dos modelos de contexto, tem consequências fundamentais em todos os níveis da produção e compreensão do discurso. O conhecimento controla a produção de atos de fala como as asserções, as perguntas (quando o falante assume que o receptor tem algum conhecimento que ele próprio não tem). Além disso, estratégias de conhecimento são aplicadas na produção e compreensão dos

pronomes, dos demonstrativos, das expressões definidas e indefinidas. O autor considera também que

[...] uma abordagem mais linguística do conhecimento examina as múltiplas maneiras em que tanto o conhecimento antigo quanto o novo e o terreno comum "estão implícitos, pressupostos, sinalizados e expressos em vários aspectos. Na entonação (por exemplo, dando força especial para o novo, destacando informações); na sintaxe (enquanto as informações conhecidas são frequentemente expressas no início da frase); em artigos e pronomes definidos (expressando informações conhecidas); evidenciais apresentadas (referindo-se a fontes de conhecimento), bem como em muitos aspectos da semântica, como níveis, graus, precisão e outras características de criptografia (VAN DIJK, 2016c, p.14-15).

Logo, é imprescindível para a pesquisa destacar quais os possíveis conhecimentos suscitados pelas notícias sobre assédio sexual contra mulheres em transportes públicos do Espírito Santo e como isso acontece no e pelo discurso.

Desde a Antiguidade, as diferentes áreas de estudo tentam distinguir o conhecimento de simples crenças e opiniões. Assim, tradicionalmente, o conhecimento tem sido definido como crenças verdadeiras justificadas. Entretanto, van Dijk (2016c, p. 16) propõe se concentrar em noções mais pragmáticas e critérios empíricos que foram usados em diferentes períodos, situações sociais e culturas “[...] para justificação, aquisição, pressuposto, expressão, comunicação e circulação de crenças como conhecimento”.

A partir dessa percepção, principalmente considerando o discurso como um meio de transmitir e adquirir conhecimento, o autor define o conhecimento social como

[...] crenças compartilhadas por uma comunidade epistêmica justificada por critérios (epistêmicos) de confiabilidade histórica. Isso implica que uma comunidade pode usar, pressupor e definir como conhecimento, como crenças verdadeiras, algo que membros de outra comunidade ou período podem considerar como crenças, ideologias, preconceitos ou superstições "meras ou falsas". Em outras palavras, o conhecimento natural é relativo, isto é, relativo aos critérios epistêmicos de uma comunidade. O conhecimento pessoal pode então ser definido como crenças justificadas de membros individuais, adquiridas por meio da aplicação dos critérios epistêmicos de sua comunidade às suas experiências e inferências pessoais (VAN DIJK, 2016c, p. 36-37).

O conceito de van Dijk (2012 [2008]) diferencia-se da maioria das abordagens filosóficas e psicológicas do conhecimento. O autor propõe a distinção entre dois tipos de conhecimento: o conhecimento cultural geral compartilhado entre muitos

diferentes grupos na sociedade e o conhecimento compartilhado por um grupo específico.

O primeiro é o conhecimento de base comum, geralmente pressuposto no discurso e não controverso. São as crenças “factuais” compartilhadas e aceitas como conhecimento na sociedade, inclusive ensinadas na socialização e na escola. O segundo refere-se a crenças que são aceitas como verdadeiras apenas por determinados grupos, como cientistas, profissionais, membros de religiões e membros de um partido. Fora do grupo, o conhecimento pode ser chamado de crença ou opinião, como o conhecimento político, conhecimento de feministas, conhecimento de grupos ambientalistas, etc. (VAN DIJK, 2012 [2008]).

Outra distinção proposta por van Dijk (2012 [2008]) é do conhecimento social e pessoal. O pessoal é “[...] uma crença garantida adquirida em eventos de experiência pessoal e é representado em modelos mentais na memória episódica”. (VAN DIJK, 2016c, p. 69). O social é

[...] adquirido, alterado e confirmado através de processos mentais que envolvem a generalização, abstração e descontextualização de modelos mentais de experiências, por um lado, e a comunicação de conhecimentos gerais, por outro (VAN DIJK, 2016c, p. 69).

Instituições, sejam da sociedade ou da comunidade do conhecimento (academias, universidades, laboratórios, imprensa de qualidade, tribunais, a administração e o governo), legitimam o conhecimento social.

Dessa maneira, é possível inferir que existe uma relação entre o conhecimento e o poder, visto que quem tem maior acesso a essas instituições detém um poder (mais ou menos conhecimento). Nesse contexto, o conhecimento é definido como um “recurso simbólico” (VAN DIJK, 2016c) que é adquirido, vendido ou, de outra forma, fornecido pelos meios de comunicação de massa e grupos de elite.

CAPÍTULO 5 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Neste capítulo, são analisadas as notícias sobre assédio sexual contra mulheres em transporte público no Espírito Santo publicadas no jornal *on-line A Gazeta* entre 2016 e 2021. As análises foram realizadas com base nas categorias linguístico-discursivas sugeridas por van Dijk (2017 [2011], 2012 [2008], 2016c, 2011, 2005, 2001, 1999, 1992, 1990, 1980), são elas: tópicos, representação de atores sociais, representação de ações sociais, fonte e conhecimento. O estudo foi dividido em cinco seções.

Na primeira seção, identificamos os tópicos considerados pelo jornal *A Gazeta* relevantes para abordar o assédio sexual contra mulheres em transporte público no Espírito Santo. Na seção seguinte, investigamos aspectos identitários dos atores sociais “vítima” e “assediador” e as implicações dessa representação. Na terceira seção, analisamos as descrições e representações das ações sociais nas notícias, principalmente da ação assédio sexual. Na penúltima seção, apresentamos as vozes das fontes que narram as notícias sobre assédio sexual e como os acontecimentos são relatados. Por fim, na última seção analisamos o conhecimento do jornal acerca do assédio sexual, bem como verificamos se as notícias reforçam estereótipos sobre a mulher.

5.1 TÓPICOS: o que é relevante para o jornal *on-line A Gazeta* dizer sobre o assédio sexual contra mulheres em transporte público no Espírito Santo

Ao analisar a categoria tópicos, estamos interessados em apontar quem ou o que, na posição de enunciador, o jornal considera mais relevante na informação do discurso como um todo. O interesse está voltado, portanto, para a retirada do sentido de fragmentos mais amplos de texto, ou de textos inteiros (VAN DIJK, 1992).

Van Dijk (1992; 2005) recomenda que o início da análise do corpus a partir da categoria tópicos comece pela sumarização, isto é, pela listagem de tópicos de um texto e, deste momento em diante, podemos verificar se as manchetes estão de acordo com a macroestrutura.

Na análise, primeiro apresentamos a manchete da notícia por entender que esse é o tópico principal proposto pelo jornal *A Gazeta*, conforme defendido por van Dijk (1992), posteriormente, resumimos os tópicos dos parágrafos. Ao listar os tópicos da primeira notícia, N1³⁷, do corpus encontramos:

(N1) Homem é preso por ato obsceno em ônibus na Serra (*A GAZETA*, 06/02/2016)

- T1. Professora foi vítima de ato obsceno;
- T2. A situação constrangedora durou 15 minutos;
- T3. Homem colocou parte íntima para fora e escondeu com a mochila;
- T4. Vítima estava com medo de pedir ajuda;
- T5. Vítima teve coragem de pedir socorro;
- T6. Mulher é julgada como vagabunda por sair de camiseta e short;
- T7. Homem já foi preso pelo mesmo crime;
- T8. Mulher já foi vítima de assédio sexual laboral.

Percebemos que, na manchete de N1, o “homem” e o fato de ser “preso por ato obsceno em ônibus na Serra” recebem foco. Além disso, a manchete apresenta uma macroproposição na passiva. A polícia é o agente, ou seja, quem prendeu o homem, mas não aparece, pois há um apagamento, a ênfase é dada ao ato e aos locais. Ônibus e Serra são informações que podem indicar classe social menos privilegiada.

Quando retomamos os dados da pesquisa “Segurança das mulheres nos deslocamentos pela cidade” do Instituto Patrícia Galvão/Locomotiva (2021, p. 13), observamos que a maioria dos entrevistados, principalmente os de classe DE, acreditam que “[...] pessoas pobres correm maior risco de sofrer violência no deslocamento pela cidade”. Os dados também indicam que, das 2.017 pessoas entrevistadas, as de “[...] menor renda sentem-se mais inseguras”. Quanto à categoria gênero social, o grupo percebido como mais vulnerável à violência em seus deslocamentos pela cidade são as mulheres (ver mais na seção 2.3).

Nesse contexto, podemos interpretar que o grupo considerado mais vulnerável é formado por mulheres pobres, assim a ênfase dada ao ato e aos locais ônibus e Serra pelo jornal *A Gazeta* na manchete pode contribuir para aumentar a associação do assédio sexual a locais mais frequentados por pessoas menos privilegiadas. Não desconsideramos a realidade dos dados, mas essa associação pode influenciar o leitor a construir o modelo mental de assédio sexual como um tipo de violência que

³⁷ A opção por nomear as notícias abreviando a primeira letra e adicionando um número (N1, N2, N3...) foi feita por um motivo metodológico e para não precisar repetir os títulos. Os nomes seguem a ordem de publicação, da notícia mais antiga (N1: 2016) para a mais recente (N23: 2021).

afeta somente as mulheres mais pobres, quando sabemos que o assédio sexual ocorre em outros espaços públicos e também em espaços privados, conforme dados da SESP (2022) sobre locais dos crimes de assédio sexual no Espírito Santo: residência, via pública, templo religioso, escola, veículos, entre outros.

Outro elemento da notícia é o subtítulo, por meio dele somos informados de que a “Passageira foi vítima do ato. Suspeito foi agredido após mulher gritar”. Nessa primeira parte, em voz passiva, a mulher “passageira” é colocada como informação mais importante da oração, mas observamos que “do ato” faz referência ao assédio citado na manchete. Na segunda parte do subtítulo há novamente uma estrutura passiva com apagamento do agente, não se sabe quem agrediu, apenas pressupomos que tenham sido pessoas que estavam no local. Essa informação é pressuposta e o termo que aparece introduz uma relação de causa-consequência, para além da relação de tempo e pode ser substituída por “porque” e gerar a interpretação de que o suspeito só foi agredido porque a mulher gritou.

Dessa maneira, o sentido do subtítulo tem potencial para representar a mulher como culpada pelo fato de o homem ter sido agredido de modo a relativizar o assédio sexual.

Observamos também, a partir da estratégia de sumarização que tópicos relevantes para discutir o problema foram considerados, mas deixados em segundo plano como T5. Vítima estava com medo de pedir ajuda e T7. Mulher é julgada como vagabunda por sair de camiseta e short. O medo da vítima foi motivado pelo receio de ser agredida pelo assediador e pela crença de que poderia ser desacreditada e julgada pela roupa que vestia, mas, apesar do medo ela reagiu e pediu socorro. Pela posição dos tópicos na estrutura narrativa da notícia, conforme sugerido por van Dijk (1992) sobre o esquema desse gênero, inferimos que essas informações não foram consideradas as mais relevantes pelo jornal, o que pode ser avaliado como negativo, visto que esses tópicos podem contribuir para uma representação positiva da mulher.

No artigo “(Des)construção de face da mulher nos títulos de notícias sobre feminicídio”, Tomazi (2019) constata, por meio de análise de notícias dos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna*, que a mulher vítima de violência doméstica costuma reagir frequentemente às agressões dos homens, seja por atos físicos como correr, seja

por denúncia à polícia. Contudo, na notícia “Marido bebe e mata mulher a facadas depois da briga” a explicação dada pelo jornal *A Gazeta* na sequência do relato noticioso é de que o crime foi passional, motivado por ciúme e bebida e que a vítima também era culpada porque, mesmo sendo atingida pelo marido depois da primeira discussão, não chamou a polícia (TOMAZI, 2019).

Essas interpretações indicam a relevância do estudo da categoria tópicos, sugerida por van Dijk (1992). O autor afirma que cada tópico estrutura parte do sentido do texto. Entretanto, os tópicos ou (macro)proposições que formam a macroestrutura, nem sempre refletem na manchete, pois o jornal determina qual informação é a mais importante a partir um sistema de valores-notícia ou mesmo questões ideológicas.

Conforme Hall *et al.* (1993), os acontecimentos de maior pontuação de valores-notícia terão maior potencial noticioso do que outros. A respeito disso, Traquina (2008) indica os critérios de proximidade, relevância, novidade, atualidade, notabilidade; inesperado; conflito ou controvérsia; infração (crime ou escândalo), entre outros.

Assim, o jornal capixaba *A Gazeta* pode ter considerado que a notícia N1 é digna de atenção (notabilidade) pelos critérios de local, atualidade e infração, pois o texto foi publicado no mesmo dia do acontecimento, um crime de assédio sexual em um ônibus do sistema de transporte da região metropolitana da capital do Espírito Santo no momento em que passava pela cidade vizinha, Serra. Essa possibilidade torna a interpretação de associação entre o espaço e o assédio sexual na manchete ainda mas negativa para o veículo de comunicação, visto que sugere intencionalidade.

Tomazi (2019, p. 199) ao analisar títulos de notícias publicadas sobre o feminicídio nos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna*, ambos do Espírito Santo, afirma que o título é um elemento importante porque é visualizado em primeiro plano pelo leitor do jornal. Ademais, a instância midiática é constituída por uma elite simbólica que atua como formadora de opinião e, principalmente, como instituição que vende a notícia como mercadoria. Embora o objetivo da notícia seja passar uma informação, Tomazi (2019, p. 199) defende que “[...] a imprensa tem um papel importante na formação da opinião do leitor, bem como na pressão por políticas públicas sobre um tema tão relevante como a violência contra a mulher”.

O destaque dado por Tomazi (2019) a características do tratamento midiático presente nas notícias sobre violência contra a mulher, apesar de se referir, no artigo, à violência doméstica, pode também ser estendido ao assédio sexual, pois alguns dos mecanismos sociais que mantêm a violência doméstica também mantêm o assédio sexual em transporte público. Isso porque são violências de homens contra mulheres que têm uma origem ideológica comum, ou seja, o machismo. Os papéis sociais de gênero prendem os homens e as mulheres a crenças que influenciam o tratamento disponibilizado a cada “grupo”.

As mulheres vítimas de violência doméstica lidam com o machismo presente na sociedade patriarcal que naturaliza a dominação, por parte de homens, do corpo³⁸ da mulher, da sua dignidade e da sua saúde mental. Logo, o assédio sexual é uma violência contra mulheres porque está enraizado nos discursos machistas que incentivam homens a transportar o comportamento naturalizado do espaço privado para o espaço público.

Quanto ao restante do corpus, ao comparar as manchetes das 23 notícias, percebemos que a ação da mulher é topicalizada em oito (8): N2, N8, N11, N12, N14, N16, N19 e N23. Em N11 e N16, apesar de a denúncia não ter sido salientada nas manchetes, as notícias abrem espaço para a vítima “desabafar” sobre as consequências do assédio sexual. Nas outras seis (6) notícias, a vítima é agente da ação de “denunciar”, “relatar” e “comprar arma para se defender” do assédio, conforme os títulos:

- (N2) Professora denuncia abuso sexual dentro de Transcol na Serra;
- (N8) Após homem ejacular em mulher, passageiras relatam outros casos;
- (N11) Professora de inglês desabafa sobre assedio dentro de coletivo;
- (N12) Passageira denuncia assédio em Transcol e acusado é detido em Vila Velha;
- (N14) Mulher denuncia importunação sexual dentro de ônibus no ES;
- (N16) “A mulher vive com medo” desabafa vítima de importunação em ônibus;
- (N19) Universitária compra arma de choque para se defender de assédio em ônibus;
- (N23) Homem se masturba em ônibus do Transcol e passageira denuncia à polícia.

³⁸ Gomes (2013; 2017) propõe a integração da análise discursiva textualmente orientada (FAIRCLOUGH, 2001, 2003) aos estudos sobre identidades de gênero, corpo e sexualidade tal como desenvolvido no âmbito das Ciências Sociais e da Filosofia para compreensão de como a mídia problematiza questões que envolvem e docilizam o corpo. Contudo, nesta tese, não temos como objetivo tratar o corpo como categoria de análise.

Acreditamos que topicalizar a reação das mulheres vítimas de assédio sexual em transporte público em seis (6) manchetes do jornal *A Gazeta* pode ser consequência do olhar social sobre a denúncia imediata, enxergada por pessoas com crenças machistas como indício de verdade. Enquanto isso, a dificuldade para reagir dificilmente recebe ênfase na manchete e é problematizada como medo do assediador e consequência do julgamento social. A “demora” para pedir ajuda, muitas vezes, é interpretada como sinal de que não houve assédio sexual, essa interpretação pode ser consequência de um machismo estrutural, reproduzido de maneira “inconsciente”, ou de um machismo explícito, ambos enraizados na sociedade.

Nesse contexto, apesar de as ações das mulheres serem topicalizadas em oito (8) notícias, os atos criminosos dos assediadores são topicalizados na maioria das notícias. Das 23 notícias, 13 topicalizam o homem como agressor:

- (N1) Homem é preso por ato obsceno em ônibus na Serra;
- (N5) Tarado é detido ao se masturbar para filha de sargento no Transcol;
- (N6) “Não gosto de mulher”, diz homem que ejaculou em passageira;
- (N9) Idoso é preso por importunação sexual dentro de ônibus em Cariacica;
- (N10) Passageiro é preso por assediar professora de inglês em coletivo;
- (N12) Passageira denuncia assédio em Transcol e acusado é detido em Vila Velha;
- (N13) Idoso de 78 anos é preso acusado de assédio dentro do Transcol;
- (N15) Homem é preso por importunar sexualmente passageiras em Transcol;
- (N17) Homem é detido por esfregar pênis em mulher dentro de Transcol no ES;
- (N18) Homem é preso por assediar universitária dentro de ônibus em Vila Velha;
- (N20) Homem detido após se masturbar em Transcol e usar a Bíblia para esconder ato no ES;
- (N21) Homem é detido por assediar mulher no Terminal de Jardim América;
- (N22) Homem volta a ser flagrado por importunação sexual e acaba preso no ES;
- (N23) Homem se masturba em ônibus do Transcol e passageira denuncia a polícia.

Como podemos observar nas manchetes listadas, na N23, o “homem” e a “passageira” são topicalizados, algo que também acontece na N12 com a “passageira” e o “acusado”. A diferença é que, na N12, a mulher aparece primeiro na manchete, ela é agente da ação da primeira sentença, e o homem é o paciente, mas não deixa de estar na posição de tópico porque estamos analisando, neste momento, a manchete, o tópico principal, que pode refletir a informação mais importante de uma notícia, ou seja, a macroestrutura semântica abordada por van Dijk (1992; 2005). Na N23, é o homem quem aparece primeiro, como agente da ação da

primeira sentença e a mulher agente da segunda sentença. Em ambas, as manchetes, a mulher denuncia o assédio sexual.

Diante dessas análises da estrutura discursiva observando implicações sintático-semânticas, compreendemos que os homens estão presentes na maioria das manchetes de assédio sexual contra mulheres em transporte público no Espírito Santo publicadas em notícias do jornal *on-line A Gazeta*. Entendemos isso como algo positivo para o jornal, pois consideramos os resultados discutidos por Tomazi (2020) no artigo “A agentividade nas manchetes sobre violência de homens contra mulheres” onde a autora analisa manchetes que reportam violência doméstica de homens contra mulheres publicadas nos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna*.

As análises de Tomazi (2020) indicam que a maioria dos criminosos estão ausentes das manchetes de violência contra mulher e há topicalização do motivo do homem para cometer a agressão, que age discursivamente para justificar a ação agressora, algo que não foi observado nas manchetes das notícias que compõem o corpus desta tese. Assim, Tomazi (2020) conclui que, para promover uma conscientização social e coletiva sobre a erradicação da violência de homens contra mulheres, na construção estrutural das manchetes, os jornais deveriam topicalizar o agressor como agente da agressão e não colocar a mulher como tópico da manchete.

As propostas de Tomazi (2020) vão ao encontro do que afirma van Dijk (1992, p. 50), sobre o controle e a seleção dos tópicos, pois, de acordo com o autor os tópicos serão responsáveis por determinar um conteúdo global do discurso ou os “[...] sentidos gerais mais lembrados pelos leitores” (VAN DIJK, 2016a, p. 23). No caso das manchetes elaboradas pelo jornal *A Gazeta*, é relevante e positivo enfatizar o assediador “homem” e o ato criminoso.

As outras três notícias que compõem o corpus de 23 textos são N3 “Polícia procura acusado de abusar sexualmente de mulher no Transcol”, N4 “Estudantes de Psicologia fazem campanha contra assédio no Transcol” e N7 “Justiça mantém prisão de homem que ejaculou em passageira no ES”. Dessa maneira, as (macro)proposições (ou tópicos) valorizam como relevantes para serem noticiadas, respectivamente, as ações da “polícia” de procurar o assediador, dos “estudantes de psicologia” de promoverem campanha contra assédio e da “Justiça” de manter o

assediador preso, o que sugere a valorização dos agentes “Polícia”, “Estudantes de Psicologia” e “Justiça”.

A respeito da N4, a sua publicação é justificada pelo jornal no lide, os estudantes de Psicologia foram “mobilizados pelos frequentes casos noticiados pela mídia sobre assédio sexual” e por isso, segundo *A Gazeta*, é relevante falar sobre o assunto. Entretanto, ao sumarizar os tópicos da notícia percebemos que apenas um aspecto do problema é destacado no corpo da notícia e nos faz questionar se a macroestrutura reflete na manchete, como demonstramos, a seguir:

(N4) Estudantes de Psicologia fazem campanha contra assédio no Transcol (*A GAZETA*, 22/09/2017)

- T1. Estudantes informam como denunciar assédio sexual;
- T2. Informação é importante para evitar impunidade;
- T3. Mulheres que não denunciam dão cobertura para o assédio;
- T4. Mulheres denunciarem assédio é raro;
- T5. A vergonha da vítima em denunciar impede a punição;
- T6. As vítimas devem denunciar o crime de assédio;
- T7. Meios para denunciar;

Os tópicos parecem indicar que a campanha dos estudantes de psicologia não é “contra o assédio no Transcol”, como destacado na manchete. Para ser contra o assédio, a mensagem do cartaz (“Não mexa com as mina no busão”) poderia ter sido colocada em evidência na notícia, visto que é direcionada para os homens assediadores, mas o cartaz é apenas citado pelo jornal, assim como as consequências para as vítimas. Dessa maneira, essas informações são relegadas a segundo plano. Ademais, a notícia não trata do assédio sexual em transporte público como um problema de gênero, como consequência do machismo.

A denúncia e a punição via denúncia são tratadas como principal objetivo da ação dos estudantes de psicologia. O jornal parece sugerir que se as mulheres denunciassessem mais, o assédio sexual acabaria. Isso porque o homem receberia punição e conseqüentemente não cometeria o crime de novo, tanto que essa perspectiva aparece em todos os tópicos listados. Acreditamos que a responsabilização apenas da mulher pelo fim do assédio sexual via denúncia é consequência do machismo, que está tão impregnado na sociedade que, mesmo quando uma ação busca ajudar as mulheres, elas são o alvo a ser educado a reagir e a se proteger.

Para van Dijk (1992), como as manchetes expressam as informações consideradas pelo jornal mais importantes sobre um evento, elas podem influenciar a compreensão dos leitores. Dessa maneira, mesmo que a manchete não defina o tópico da notícia, ela funciona como um guia, o que irá ativar conhecimentos de leitores antes mesmo de toda a notícia ser lida, mesmo que não necessariamente represente o que é abordado nas notícias.

Isso pode significar que, se o consumidor da notícia N4, fizer uma leitura por rastreio, rápida, superficial e se prendendo aos itens de maior destaque, como argumenta Salaverría e Noci (2003) sobre o leitor hipertextual, ele dificilmente construirá modelos mentais sobre causas do assédio sexual em transporte público e não refletirá sobre ações sociais ou políticas públicas mais efetivas para combater o tipo de violência sexual estudada, como por exemplo, educação nas escolas sobre o patriarcalismo e as suas consequências.

5.1.1 Mesmo acontecimento, tópicos diferentes

Ao analisar as notícias N2 e N3 do jornal *A Gazeta* sobre assédio sexual contra mulheres em transporte público, percebemos que as duas apresentam os mesmos tópicos no decorrer da estrutura narrativa, isso ocorre porque as duas notícias abordam o mesmo acontecimento e são escritas de maneira rigorosamente igual. Entretanto, as manchetes e os subtítulos têm tópicos diferentes:

(N2) Professora denuncia abuso sexual dentro de Transcol na Serra
Professora de 24 anos foi assediada dentro de um coletivo na Serra; homem tirou o pênis da bermuda e fez insinuações para ela (*A GAZETA*, 20/07/2017).

(N3) Polícia procura acusado de abusar sexualmente de mulher no Transcol
Crime ocorreu dentro de um coletivo que fazia a linha 892 (*A GAZETA*, 20/07/2017).

- T1. Mulher pediu ajuda ao motorista, mas não foi socorrida;
- T2. Homem mostrou partes íntimas;
- T3. Homem negou o assédio;
- T4. Homem ameaçou a vítima e fugiu após ela ligar para o marido e para a polícia;
- T5. Motorista e passageiros não fizeram nada para ajudar;
- T6. Mulher interceptou viatura para pedir ajuda à polícia;
- T7. Mulher procurou suspeito junto com a polícia;
- T8. Homem tinha piercing no nariz e vestia roupas pretas;
- T9. Ceturb atribui responsabilidade à segurança pública.

Observamos que, na N2, a vítima “professora” é topicalizada, bem como sua denúncia, ou seja, o fato de reagir à ação merece ser destacada quase como uma defesa da imagem da mulher que não pode ser responsabilizada pelo assédio, mas o assediador é apagado. No subtítulo, a professora, mais uma vez é topicalizada “Professora de 24 anos” juntamente com o “homem”, e os seus papéis no acontecimento. A vítima como agente passiva “foi assediada dentro de um coletivo na Serra” e o assediador como o agente da ação, inclusive, o jornal descreve o ato “homem tirou o pênis da bermuda e fez insinuações para ela”.

Na N3, a ação da polícia é topicalizada na manchete: “Polícia procura acusado de abusar sexualmente de mulher no Transcol”. O subtítulo topicaliza e classifica o assédio sexual sofrido pela mulher como um crime e também faz menção ao local do acontecimento “Crime ocorreu dentro de um coletivo que fazia a linha 892”.

A N2 foi publicada na seção “Eu Aqui”, que é dividida nas subseções: “É o Bicho” apresenta matérias sobre animais, principalmente os domésticos; “Sócias” abarca matérias sobre pessoas fisicamente semelhantes; “Dona Encrenca” trata de temas como namoro e amor; e “Desaparecidos” divulgava fotos de pessoas sumidas e histórias de familiares em busca de entes queridos.

Além disso, a seção “Eu Aqui” ainda conta com um espaço para os leitores enviarem conteúdo. Todas essas subseções sugerem que a seção onde foi postada a notícia N2 “Professora denuncia abuso sexual dentro de Transcol na Serra” aborda acontecimentos informados pelos leitores ou acontecimentos que o jornal julga ser “curiosidade” do leitor alvo.

Assim, o jornal pode ter interpretado o acontecimento como relevante para os leitores do “Eu Aqui”. As subseções podem ser associadas por pessoas com crenças machistas somente às mulheres, pois apresentam sentido emocional/social (“Desaparecidos”), romântico (“Dona Encrenca”) e de curiosidade (“Sócias” e “É o Bicho”). Comportamentos culturalmente apontados como femininos. À vista disso, essas características da seção “Eu Aqui” podem ter influenciado uma escrita com base nas palavras da mulher e, que teve a intenção de deixar claro que a professora é vítima e reagiu ao assédio, em uma tentativa de representar a mulher de maneira positiva.

A N3, ao contrário da N2, foi publicada na subseção “Cidades” da seção “Notícias”, que também apresenta as subseções “Polícia”, “Economia”, “Concursos e empregos”, “Ciência e tecnologia”, “Imóveis”, etc. As seções podem indicar que a manchete da notícia N3 “Polícia procura acusado de abusar sexualmente de mulher no Transcol” foi elaborada para se adequar à seção “Cidades”. Essa interpretação é reforçada pela informação de que a N3 foi publicada horas depois da N2. Além disso, a escolha em modificar os sentidos da manchete e do subtítulo pode ter sido feita em razão de crenças machistas que associam o interesse em assuntos de “Polícia” unicamente aos homens.

Dessa maneira, compreendemos que *A Gazeta* se preocupou em topicalizar a ação da polícia na manchete, mesmo a sumarização dos tópicos da notícia sugerindo que a participação da polícia no acontecimento tenha sido “pequena” em comparação com a participação da vítima para reagir, denunciar e procurar o agressor. Diante disso, é possível dizer que a N3 não topicaliza, na manchete, a macroestrutura do texto, visto que “Polícia procura acusado de abusar sexualmente de mulher no Transcol” não é a informação mais importante do ponto de vista de quem acredita no caráter social do jornalismo. Como sugere van Dijk (1992), as (macro)proposições são expressões mais ou menos diretas de princípios de uma ideologia.

Portanto, compreendemos, ao sumarizar os tópicos da N2 e da N3 e analisar as suas respectivas manchetes e subtítulos, que os tópicos escolhidos pelo jornal para representarem a macroestrutura das notícias foram influenciados pelas seções em que os textos foram publicados, possivelmente pela intenção do jornal de chamar a atenção e agradar o leitor alvo das seções. Isso sugere pouco comprometimento social e educativo do jornal *A Gazeta* com a questão de gênero que influencia o assédio sexual contra mulheres.

As próximas notícias analisadas são a N10 e a N11, que têm o mesmo acontecimento de origem, mas tópicos diferentes. Ao contrário do que ocorre com a N2 e a N3, os tópicos dos parágrafos não são rigorosamente iguais, pois a N10 e a N11 seguem uma sequência narrativa, a última dá continuidade ao assunto.

A N10 “Passageiro é preso por assediar professora de inglês em coletivo” topicaliza, na manchete, a prisão do homem e a mulher como vítima. A N11 “Professora de

inglês desabafa sobre assédio dentro de coletivo”, diferente da N10, topicaliza a reação emocional da vítima “professora de inglês” após o assédio sexual.

Ao comparar a sumarização de tópicos dos textos, percebemos que apesar das notícias tratarem do mesmo acontecimento, a última notícia publicada, a N11, traz informações novas, como sugerido no T2. Professora está revoltada, sente vergonha e medo; e no T6. Vítima prestou queixa porque amigos a incentivaram e por homem negar crime, conforme o quadro 4.

Quadro 4 - Sumarização de tópicos das notícias N10 e N11

N10	N11
T1. Passageiro foi preso por importunação sexual em Vila Velha; T2. Professora estava acompanhada de três amigos; T3. O assédio foi favorecido por passageiros estarem em pé; T4. Professora tentou se afastar do homem; T5. Professora chorou após perceber assédio; T6. Amiga da professora percebeu o assédio; T7. Passageiros se revoltaram e pediram para parar o ônibus na polícia; T8. Polícia autuou homem em flagrante.	T1. Passageiro foi preso por importunação sexual em Vila Velha; T2. Professora está revoltada, sente vergonha e medo; T3. Professora tentou se afastar do homem; T4. Professora chorou após perceber assédio; T5. Professora não conseguiu pedir ajuda, mas passageiros e amiga pediram para parar o ônibus na polícia; T6. Vítima prestou queixa porque amigos a incentivaram e por homem negar crime.

Fonte: quadro elaborado pela autora a partir da análise das notícias.

Os tópicos no quadro parecem indicar que, apesar de as notícias tratarem do mesmo acontecimento e serem publicadas no mesmo jornal, subseção “Polícia” e seção “Capixaba”, a abordagem é diferente. A N11 topicaliza mais as emoções³⁹ da professora em comparação com N10 e isso possivelmente reflete na manchete da N11. A N10 destaca, na manchete, a prisão do homem pelo crime de importunação sexual a uma professora de inglês. Ademais, a N11 se diferencia por conter perguntas e respostas de uma entrevista que aparentemente também gerou a maior parte das informações relatadas na N10, isto é, foge parcialmente do esquema da notícia proposto por van Dijk (1992).

É relevante ressaltar na análise dessas duas notícias que as manchetes não enfatizam a localização do terminal onde a professora de inglês pegou o ônibus, ao contrário do percebido na N1 “Homem é preso por ato obsceno em ônibus na Serra”. A N10 “Passageiro é preso por assediar professora de inglês em coletivo” e a N11

³⁹ A categoria emoções é analisada por outras correntes dos estudos do discurso, como a Semiolinguística de Charaudeau (2007). Entretanto, nesta tese, não estabelecemos como objetivo analisar as emoções como categoria.

“Professora de inglês desabafa sobre assédio dentro de coletivo” localizam o assédio sexual no ônibus, mas apagam a cidade “Vila Velha”. Assim o jornal *A Gazeta* não teve a intenção de associar nessas duas notícias o assédio sexual em transporte público à Vila Velha, como fez na N1 com a cidade de Serra.

Outra notícia importante para análise da categoria tópicos é a N15. Nessa notícia, é relatado que a polícia não prendeu o homem porque ele aparentava ter “problemas psiquiátricos”. No final da notícia, a polícia justificou o assédio sexual cometido pelo homem e não o prendeu. O delegado não relacionou o assédio sexual a um problema de gênero e encaminhou o assediador para uma clínica psiquiátrica:

(N15) Homem é preso por importunar sexualmente passageiras em Transcol (A *GAZETA*, 25/09/2019);

T1. Cobradora acionou polícia;

T2. Homem resistiu à prisão;

T3. Vítima estava indo para treinamento em Jardim Camburi;

T4. Mulher avisou cobradora e ligou para polícia;

T5. Mulher tinha medo de ser assediada novamente no ônibus;

T6. Mulher se sente impotente e desrespeitada;

T7. Mulher espera por justiça e ter a liberdade de usar a roupa que quiser;

T8. Homem não foi preso por aparentar ter problemas psiquiátricos.

Pela análise da manchete e dos tópicos dos parágrafos, compreendemos que preso, no contexto da notícia, pode não ter o sentido de “Indivíduo encarcerado num presídio” (MICHAELIS, 2022), mas de “Prisioneiro detido ou capturado por agentes da autoridade policial para averiguações” (MICHAELIS, 2022), pois o jornal não informa, mas pressupomos que o homem foi encaminhado para um espaço onde será avaliado por um profissional adequado, um hospital psiquiátrico.

Diante disso, percebemos que não há, na N15, estruturas discursivas que informem sobre a responsabilidade penal em crimes praticados por pessoas com “problemas psiquiátricos”, algo que também não acontece em nenhuma outra notícia do corpus, mesmo que sejam usados termos que podem suscitar interpretações de ausência de saúde mental dos homens como “psicopata” (N2 e N3), “tarado” (N5 e N15) e “Ele informou que toma remédios controlados” (N20). De acordo com o Art. 149 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de Outubro de 1941, “Quando houver dúvida sobre a integridade mental do acusado, o juiz ordenará [que] seja este submetido a exame médico-legal” (BRASIL, 1941). Entretanto, só será inimputável, segundo o Art. 26 do

Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, o agente que for considerado no momento do crime “[...] inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato [...]” (BRASIL, 1940).

Assim, apesar de não topicalizar a ação da polícia de encaminhar o homem para o hospital psiquiátrico na manchete e não generalizar, o jornal pode influenciar na construção de uma justificativa para o assédio sexual e, conseqüentemente, pode induzir mulheres vítimas de assédio sexual em transporte público e testemunhas a não denunciarem. Isso pode acontecer porque, ao lerem a notícia, os consumidores de informação podem criar o modelo mental de que os assediadores são pessoas com “problemas psiquiátricos” e por isso não serão ou não devem ser punidos.

Além disso, para Ventura (2014), a representação dos agressores como doentes mentais impede que as pessoas compreendam que a violação sexual pode ser, e é praticada por pessoas que não estão associadas a estas características. Inclusive, podem ser pessoas muito conhecidas, poderosas e “normais”. Dessa maneira, o jornal falha ao desconsiderar o seu papel socioeducativo.

A notícia seguinte, (N16) “A mulher vive com medo”, desabafa vítima de importunação em ônibus”, trata do mesmo acontecimento que a N15, mas topicaliza informações diferentes na manchete:

(N16) “A mulher vive com medo”, desabafa vítima de importunação em ônibus” (A GAZETA, 25/09/2019)

T1. Briza foi vítima de importunação sexual;

T2. Briza ficou com medo e constrangida;

T3. Vítima estava indo para treinamento em Jardim Camburi;

T4. Mulher avisou cobradora e ligou para polícia;

T5. Mulher tinha medo de ser assediada novamente no ônibus;

T6. Mulher se sente impotente e desrespeitada;

T7. Mulher espera por justiça e ter a liberdade de usar a roupa que quiser.

A partir da listagem de tópicos, compreendemos que, na N16, a vítima recebe espaço na manchete para falar sobre o assédio que sofreu e as conseqüências do crime para as mulheres, também é observado, na listagem de tópicos dos parágrafos, o apagamento do encaminhamento do assediador a um hospital psiquiátrico pela polícia. Avaliamos, desse modo, que a abordagem do acontecimento pelo jornal da N16 também não tem caráter educativo, mas é melhor do que na N15 por apresentar conseqüências do assédio sexual na voz da vítima.

As últimas notícias que destacamos na categoria tópicos são a N18 “Homem é preso por assediar universitária dentro de ônibus em Vila Velha” e a N19 “Universitária compra arma de choque para se defender de assédio em ônibus”. A sumarização das notícias indica que as duas relatam o mesmo acontecimento de origem, mas o jornal estabelece tópicos diferentes:

Quadro 5 - Sumarização de tópicos das notícias N18 e N19

N18	N19
T1. Homem foi preso novamente por importunação sexual de mesma vítima; T2. Testemunhas relataram assédio à polícia; T3. Universitária se afastou do homem e chorou após importunação; T4. Homem importunou outra mulher no ônibus; T5. Passageiros ficaram desesperados; T6. Jeferson foi preso também por injúria e ameaça;	T1. Universitária carrega arma de choque por medo de novo assédio; T2. Universitária foi vítima do mesmo homem pelo mesmo crime de importunação sexual; T3. Jeferson foi detido; T4. Jovem reconheceu assediador que lhe fez precisar de acompanhamento psicológico; T5. Os passageiros chamaram a polícia após vítima não conseguir reagir e chorar; T6. No segundo assédio passageiros ajudaram a vítima, diferente do primeiro assédio; T7. A culpa não é da vítima; T8. Importunação sexual é crime previsto no Código Penal.

Fonte: quadro elaborado pela autora a partir da análise das notícias.

Como sugerem os tópicos sumarizados no quadro, o sentido da notícia N18 é diferente do sentido da N19, a última utiliza mais discursos relatados da vítima como fonte e por isso há mais traços emocionais suscitados nas estruturas discursivas. Além disso, a N18 sintetiza mais as informações e tem uma construção mais próxima de uma estrutura narrativa policial, o que pode ser explicado pela subseção em que se encontra, subseção “Polícia”.

A N19, por sua vez foi publicada na seção “Todas Elas” do jornal *on-line A Gazeta*. De acordo com Elaine Silva (A GAZETA, 2020), editora chefe da redação *Gazeta/CBN*, o propósito do projeto “Todas Elas” é proporcionar a todos os leitores a reflexão sobre a discriminação de gênero a partir de temas como violência contra mulher, assédio sexual no trabalho e diferença salarial, assim como propor ações para mudar essa realidade dando visibilidade às histórias de mulheres que sofrem abusos e violências de todos os tipos, por meio de notícias, reportagens, podcasts, infográficos e palestras em escolas e empresas. As diretrizes apontadas para tratar dos temas no jornal somam-se à ferramenta “contador de feminicídio”, que registra casos de feminicídio no Espírito Santo e pode, segundo *A Gazeta* (2020), servir para cobrar respostas das autoridades e inibir novos crimes.

As orientações do jornal *A Gazeta* (2020) parecem explicar por que a N19 tem tópicos diferentes da N18 e uma estrutura discursiva que se distancia da narrativa policial. As duas notícias, N18 e N19, são predominantemente narrativas porque apresentam estrutura discursiva narrativa típica sugerida por van Dijk (1980): situação (tempo, lugar, personagens e informações sobre o contexto social ou histórico dos eventos), complicação (evento ou ação considerada por quem narra ou lê/ouve interessante) e resolução (reação ao evento ou à ação). Contudo, na N19, não são usadas vozes de policiais, a vítima é a fonte e a narrativa é conduzida a partir da sua visão.

As diferenças de sentido também foram percebidas nas manchetes: N18 “Homem é preso por assediar universitária dentro de ônibus em Vila Velha”; N19 “Universitária compra arma de choque para se defender de assédio em ônibus”.

A estrutura discursiva da manchete de N18 tem implicações discursivas e sintático-semânticas, pois apresenta uma macroproposição na passiva, a responsável pela prisão (polícia) é apagada e a ênfase é dada ao ato e aos locais. Assim, nessa notícia, ônibus e Vila Velha podem ser associados à classe trabalhadora e à violência como ocorre na N1.

A N19 apresenta, na manchete, uma estrutura discursiva de ênfase da tentativa da vítima de se defender, ao topicalizar o agente “universitária”, o ato “comprar arma para se defender” e o local “ônibus”. O leitor, diante dessa manchete, pode compreender o ônibus como espaço violento, utilizado por pessoas menos favorecidas economicamente que precisam de armas para se sentirem seguras.

Dessa maneira, com base na análise comparativa de N2 e N3, N10 e N11, N15 e N16, N18 e N19, podemos interpretar que, no jornal *A Gazeta*, os sentidos dos tópicos podem variar de acordo com a seção em que a notícia é publicada, o que pode indicar que a matéria é enxergada, principalmente, como mercadoria, porque busca “agradar” o leitor alvo. Além disso, o jornal coloca em segundo plano ou apaga, em algumas notícias, informações relevantes sobre as consequências do assédio sexual para as mulheres e sobre a responsabilidade penal em crimes praticados por pessoas com “problemas psiquiátricos”. Por consequência, podemos inferir que o jornal está comprometido parcialmente em destacar estruturas

discursivas relevantes sobre o assédio sexual contra mulheres em transporte público para diminuir ou sanar o problema social.

5.2 REPRESENTAÇÃO DE ATORES SOCIAIS: como as vítimas e os assediadores são identificados nas notícias

Na análise da categoria representação social, identificamos e descrevemos os atores sociais “vítima”, “assediador”, “representantes da Justiça e da Segurança Pública” (“guarda municipal”, “polícia”, “advogado”, “juíza”), “estudantes de Psicologia”, “passageiros(as)” e “motoristas”, com o intuito de analisar como é construída essa representação. Identificamos os atores sociais com base na visão já apresentada de van Dijk (1999; 2001), o ator social ou participante é aquele que exerce papéis sociais, institucionais e interacionais com outros participantes de grupos sociais. Na verdade, provavelmente não definiríamos as situações como sociais sem atores sociais.

O foco nesta análise está direcionado para as representações discursivas de vítima e de agressor nas notícias, em consonância com nossos objetivos nesta tese. Isso significa que os demais atores, participantes, assumem função importante, mas são trazidos para as notícias como fontes informativas sobre o acontecimento e, por isso, serão mais abordados na categoria “fonte” utilizada na construção da notícia.

Dessa maneira, começamos pelas vítimas de assédio sexual em transporte público que são representadas a partir da idade, da profissão, do nome próprio e da relação com o agressor. Ao utilizar os termos no feminino (“garota”, “professora”, “universitária”, etc.) e substantivos social e culturalmente atribuídos às mulheres (“Briza”, “Aline”, “Milena” etc.), o jornal também representa por gênero. Para van Dijk (2011) identificar as pessoas em termos de gênero, ocupação/profissão e idade é uma tendência dos usuários da língua, outra tendência é identificar por etnia, algo que não encontramos na análise da linguagem verbal das notícias.

O quadro, a seguir, foi desenvolvido com a intenção de demonstrar a frequência com que as representações das vítimas ocorrem nos textos.

Quadro 6 - Representação social de vítimas de assédio em transporte público

Faixa etária	Quant. de notícias	Papel de acordo com a faixa etária	Profissão da vítima	Nome próprio	Papel na relação com o agressor
18 a 29	10	Jovem Mulher Garota	Professora Professora de inglês Estudante de Psicologia Filha de sargento da PM Universitária Estudante	Geise Paula Borges	Vítima
30 a 40	4	Mulher	Vigilante Operadora de Telemarketing Estudante de segurança do trabalho	Briza Moreira	Vítima
41 a 54	1		Jornalista	Lilian Barros	Vítima
Sem idade	8	Mulher		Aline, Brunela e Milena	Vítima

Fonte: quadro elaborado pela autora a partir do corpus de análise.

O quadro indica que a maioria das vítimas têm entre 18 e 29 anos, o que está de acordo com os dados da SESP (2022) sobre a faixa etária das vítimas. As mulheres são representadas no texto pelo termo “jovem” ou pelo termo “garota”, estabelecendo uma relação de proximidade com a idade. A segunda faixa etária das vítimas compreende mulheres de 30 a 40 anos de idade, representadas pelo substantivo “mulher”. Em oito (8) notícias, a idade das vítimas não é informada e elas são identificadas de forma genérica como “mulher”. Além dessas construções lexicais para identificação das mulheres que sofrem assédio sexual, o uso do termo “passageira” depende da relação que a vítima estabelece com os outros passageiros e pelo lugar onde o crime ocorre, um transporte público. Conseqüentemente, o termo “passageiras” sugere que a “relação” entre vítima e assediador é de desconhecidos, apenas estão ocupando o mesmo espaço.

Todas são identificadas como vítimas e recebem essa representação em algum momento nas notícias. Quanto ao lugar profissional ocupado pelas mulheres, em muitas notícias, a profissão é citada como forma de representação que indica seu lugar social e, portanto, a “validade” de sua fala de mulher que sofreu uma agressão desse tipo.

A seguir, destacamos excertos da N10 para exemplificar a construção da representação social de uma vítima:

(N10) Passageiro é preso por assediar **professora de inglês** no coletivo

A **professora** estava acompanhada de um grupo de mais de três amigos e seguia do Centro de Vila Velha para se divertirem na praia de Setiba em Guarapari.

O passageiro de um ônibus foi preso após ser acusado de importunar sexualmente uma **professora de inglês**, de 18 anos, dentro de um coletivo, na Rodovia do Sol, em Vila Velha, na manhã deste domingo (20).

Havia muitos passageiros em pé no coletivo, entre eles **a professora de inglês** e o criminoso, oportunidade que ele aproveitou para cometer o crime. [...] O suspeito ficou roçando na **vítima**, até que um outro passageiro que estava sentado cedeu lugar à **professora**. “Eu comecei a chorar, pois não tinha reação. Não acreditava que aquilo estava acontecendo”, contou a vítima (A GAZETA, 20/01/2019, grifos nossos).

No excerto de N10, a categoria profissional (professora de inglês) na qual se insere a mulher em situação de violência é destacada, topicalizada junto a outras informações que se considera mais importante: o assediador (passageiro), o lugar onde ocorreu o fato e a ação explicativa que levou o passageiro à prisão.

Observamos assim, que a representação da vítima é relacionada já na manchete a sua profissão, portanto, um lugar que pode lhe conferir certo grau de credibilidade por pertencer a um grupo social, de professoras. Inclusive, segundo van Dijk (2012 [2008]), professores são considerados representantes de elite simbólica, como jornalistas e advogados, por ter acesso ao poder público por meio do conhecimento.

Nesse sentido, a voz de uma professora seria mais crível para o que se quer dar valor como notícia, ou seja, o assédio sexual cometido em ônibus do transporte público. Contudo, há um qualificador que imprime ainda mais legitimidade e poder de fala a ela, já que é uma professora “de inglês”, ou seja, ela ensina uma segunda língua considerada um idioma de prestígio.

Essa representação social é repetida ao longo do corpo da notícia e apenas em uma parte final há o uso lexical da palavra “vítima”, momento em que essa professora de inglês é recategorizada como ator social que sofreu um crime e denunciou.

Algumas outras informações na notícia ajudam a construir uma imagem dessa professora. Já nas primeiras linhas da N10, o leitor pode entender que a professora estava indo à praia acompanhada de “mais de três amigos”, isto é, não estava sozinha, além de a notícia indicar sua idade, 18 anos. A “retórica dos números” não nos parece aleatória, pois será justamente “uma amiga” da professora, referenciada também como “estudante” que irá ajudá-la a tentar se livrar daquele momento:

(N10) “**Minha amiga** disse para mim que ele estava encostando demais. Eu estava em pé, mas saí do lugar onde eu estava, fiquei mais para o meio do ônibus, e minha amiga se aproximou de mim, deixando um espaço confortável entre ela e o acusado. Mesmo assim, ele se aproximou novamente e voltou a encostar na minha amiga”, contou uma passageira, uma estudante de **18 anos**, que acompanhava a professora de inglês (A GAZETA, 20/01/2019, grifos nossos).

Nesse relato em discurso direto, é interessante observar que “minha amiga” está se referindo à professora de inglês, indicando que houve uma tentativa de afastamento dentro do coletivo do acusado. Só que o “espaço” aparentemente “confortável” para que não houvesse contato físico foi desrespeitado pelo homem que busca nova aproximação para se “encostar” na professora.

O verbo “contou” imprime ao discurso uma narração dos fatos pela voz de uma terceira pessoa, uma fonte ouvida pela jornalista. No entanto, enquanto há uma generalização na representação social dos “passageiros”, incluindo todos (professora, acusado, amiga, estudante), existe uma marcação avaliativa para o lugar assumido pela professora e o lugar da “estudante” que a chama de “minha amiga”, numa proximidade maior, indicando uma relação de amizade entre uma professora, de 18 anos, e uma estudante, também de 18 anos, que estavam indo se divertir em uma praia no domingo (N10: “Havia muitos passageiros em pé no coletivo, entre eles a professora de inglês e o criminoso, oportunidade que ele aproveitou para cometer o crime”).

Para nós, essas construções não são aleatórias, pois já imprimem um juízo de valor sobre a interação, que pode estar relacionada ao modo como elas estavam vestidas, uma vez que há uma marca quantificadora, “muitos passageiros”, mas apenas a professora chamou atenção do acusado, talvez por estarem indo para a praia e por pertencerem a um país machista e sexista, já que como pontua Tomazi (2014), há uma visão estereotipada e machista de que, dependendo da roupa que está vestindo, a mulher é “culpabilizada” por ter seu corpo objetificado sexualmente pelo homem (TOMAZI, 2014).

Há ainda um outro julgamento social sobre nossas relações e interações quando ocupamos determinado lugar na sociedade, se pode ou não ser estabelecida entre o lugar social da professora e o da estudante uma relação de amizade. Além disso, ambas possuem a mesma idade, são jovens, mas quem pediu ajuda e destacou e

alertou os demais passageiros foi a estudante (N10: “Quando a estudante olhou para o suspeito, percebeu pelo volume da calça que ele estava com o pênis ereto devido o contato com a professora de inglês”).

Vejamos a construção dos atores sociais em outra notícia que, a princípio, pareceu-nos reforçar o que foi discutido em N10:

(N12) Passageira denuncia assédio em Transcol e acusado é detido em Vila Velha

A **vítima, que seguia para a igreja**, conta que o homem passou a mão nas nádegas dela.

Uma jornalista de 54 anos denunciou ter sofrido assédio sexual dentro de um ônibus do sistema Transcol na manhã deste domingo (17), em Vila Velha. A vítima que seguia para a igreja, conta que o homem identificado como Flávio Soares dos Santos insistiu em ficar atrás dela dentro do veículo e passou a mão nas nádegas da passageira. Ao perceber, **ela pediu ajuda dos passageiros e o acusado foi levado à delegacia**.

De acordo com **a jornalista Lillian Barros**, era por volta de 8h50 quando ela entrou no Trascol da linha 503, no Terminal de Vila Velha. O trajeto do ônibus segue até o Terminal Laranjeiras. Lillian pretendia ir à igreja, mas os planos foram interrompidos após ela perceber que estava sendo vítima de assédio sexual (A GAZETA, 17/02/2019, grifos nossos).

A representação da mulher nesta notícia é construída de forma a dar credibilidade a sua fala, principalmente porque apresenta o nome próprio da vítima, “Lillian Barros”. Essa forma de identificação pode ter sido usada por ela ser jornalista e por ela ter autorizado. Inicialmente, o termo para se referir ao evento é “assédio” e “assédio sexual”, posteriormente cita o local para onde a mulher seguia “para a igreja” e, por último, relata o pedido de ajuda aos passageiros e a denúncia à polícia. Em termos de agentividade, a mulher assume a posição de agente em uma oração que, embora tenha um conector aditivo, pode ser compreendida como uma ideia de sucessão de ações, portanto pode ser substituído por “em seguida”.

Na manchete, há a escolha do verbo “denunciar”, dicionarizado como “apontar alguém ou a si mesmo como autor de um crime ou delito” (MICHAELIS, 2022). Assim, o verbo pode ser lido com o sentido de delatar e de tornar conhecido o assédio que ocorre e precisa ser discutido em termos de políticas públicas. No entanto, é só no lide da notícia que a identificação da mulher deixa de ser generalizada como “passageira”, talvez para indicar que qualquer mulher deve ter a mesma conduta de denunciar tal crime, e passa a ser identificada por “vítima”.

A indicação de lugar no trecho “A vítima, que seguia para a igreja, conta que o homem passou a mão nas nádegas dela” assume uma referência importante, pois associa a imagem da mulher vítima à imagem da mulher religiosa, já que ela estava indo para a igreja.

Além dessa relação mulher/religiosidade, a vítima nessa notícia é também referenciada pela profissão e a idade, uma jornalista de 54 anos. Em outras palavras, há um grau de autoridade que reforça a denúncia, algo que faz parte do cotidiano do profissional do domínio jornalístico, mas há também a associação de uma imagem de uma mulher mais velha, cuja idade causaria espanto para alguns ao pensar na relação mulher e assédio. Pressupõe-se que a mulher mais velha não despertaria desejo e, portanto, não seria alvo de objetificação sexual.

Como dito anteriormente, as mulheres são representadas como vítimas em todas as notícias, mas a palavra de algumas tem um valor maior e o assédio é compreendido como algo mais grave em algumas notícias do que em outras. O ponto que pode indicar a hierarquização dessa importância é a profissão, como observado na N10 (“professora de inglês” e “jovem de 18 anos”) e na N12 (“jornalista” e “mulher religiosa de 54 anos”) associada aos lugares para onde as vítimas estavam indo e com quem “para a praia acompanhada de amigos” e “para a igreja”.

Para reforçar essa compreensão da representação positiva ao citar a profissão, destacamos a N8:

(N8) Após homem ejacular em mulher, passageiras relatam outros casos
Elas contam que sofrem assédio por contato físico ou por meio de palavras
Após caso do homem que ejaculou em uma mulher dentro de um ônibus do Transcol em Vitória, a reportagem da TV Gazeta foi ao Terminal de Vila Velha, nessa sexta-feira (26), conversar com **mulheres** sobre casos de assédio dentro de coletivos. E não foi necessário muito tempo para encontrar casos parecidos ou que poderiam ter evoluído para a mesma coisa.

Uma passageira chamada Aline relatou que já chegou a ser apalpada dentro do ônibus com o dedo e temeu que algo pior pudesse acontecer [...] (A GAZETA, 26/10/2018, grifos nossos).

As mulheres na N8 são representadas pelo primeiro nome e pelo gênero. Diferentemente de N10 e N12 não é citada a profissão das vítimas ou qualquer outra representação que lhes desse credibilidade além do primeiro nome. Isso pode explicar porque, na N8, há uma hierarquização de gravidade dos tipos de assédio

“algo pior [do que ser apalpada] pudesse acontecer”. O que pode ser interpretado como uma forma de mitigar a violência sofrida por parte das vítimas de assédio sexual.

A indicação do lugar onde a reportagem colheu as fontes é um fator importante para identificação dessas mulheres em seus espaços de “perigo”, o Terminal de Vila Velha. É nesse sentido que o uso no plural de “passageiras”, “mulheres” e do dêitico “elas” reforça uma categoria social para além das profissões: mulheres.

A própria manchete da notícia coloca em evidência uma relação temporal, já que houve um caso anterior de ejaculação de um homem em uma mulher dentro do transporte público. Esse caso, tratado de forma individualizada até então, foi mote para que o jornal investisse em uma ação positiva que é “ouvir as mulheres no terminal”, por isso, a manchete se inicia com o advérbio de tempo “após”.

No entanto, ao trazer a voz de uma mulher em específico, Aline, a notícia parece reforçar a ideia de que os casos, embora tratados como individualizados, precisam ser pensados em termos gerais e não minimizados pela sociedade.

Outro ponto a ser destacado é a representação da mulher em N5, a seguir:

(N5) Tarado é detido ao se masturbar para **filha de sargento** no Transcol
O homem foi levado para a 3ª Delegacia Regional em Laranjeiras e, depois de prestar depoimento, foi liberado
Um homem de 56 anos foi detido após ser flagrado se masturbando dentro de um ônibus, na Serra, na noite de quinta-feira (21). Ele estava sentado ao lado de uma estudante de 18 anos, que assustada ligou para o pai, um **sargento da Polícia Militar**, e avisou sobre o que estava acontecendo (A GAZETA, 22/09/2017, grifos nossos).

A vítima é representada a partir de uma classificação “filha de sargento”. Na notícia em destaque, a credibilidade da palavra é dada ao pai da vítima. Inclusive, a mulher é colocada em segundo plano, o seu pai recebe os créditos pela legitimidade na denúncia e pela ação de fazer justiça:

Assustada, ela imediatamente ligou para o **pai militar** e passou as informações do trajeto do ônibus e as características do suspeito. Quando o coletivo passava próximo ao Batalhão da Polícia Ambiental, na Avenida José Rato, em bairro de Fátima, na Serra, foi parado por militares (A GAZETA, 22/09/2017, grifos nossos).

A representação do pai da vítima ganha destaque pela sua relação com a estudante e pelo papel social, “sargento da Polícia Militar”, indicando que assim como o assédio sexual é sustentado pela relação de subordinação das mulheres aos homens, na N5, a representação positiva da mulher assediada é amparada por um discurso patriarcal.

De acordo com Bourdieu (2002), a subordinação das mulheres aos homens ocorre por meio de discursos proferidos por instituições como a Igreja, o Estado, a escola, a família e a mídia. Na N5, a representação do pai é positiva porque, historicamente, a sustentação da identidade masculina patriarcal foi pautada no ideal de virilidade, na qual a homem se definiu como um ser humano privilegiado, dotado de alguma coisa a mais. Seria o forte, o inteligente, o corajoso, o responsável, o mais criativo ou o mais racional (NADER, 2013).

Algo semelhante acontece na N18, mas em menor proporção porque o pai não é citado como policial e o título não aborda a denúncia:

(N18) Homem é preso por assediar **universitária** dentro de ônibus em Vila Velha

O acusado de 23 anos foi preso por policiais militares e autuado em flagrante pelo crime de importunação sexual

Na época, **ela ligou para o pai** dela aguardá-la no ponto em que desembarcaria, com medo que ele seguisse. “Quando cheguei ao meu ponto, ele agarrou meu braço para eu não descer, saindo do ônibus correndo e encontrei meu pai. Avisei à viatura próxima, que acionaram outra e conseguiram prendê-lo”, detalhou (A GAZETA, 04/03/2020, grifos nossos).

Na N18, a vítima argumenta que para fugir do assediador, precisou se desvencilhar dos seus braços e correr para encontrar o progenitor que a esperava depois que “ela ligou para o pai”. A representação funcional “universitária” também é relevante, porque frequentar uma universidade é um indicativo de prestígio, assim a escolha lexical tem implicações discursivas, visto que pode ser o papel social da vítima que torna importante trazer para a notícia a figura do pai da universitária.

Nesse contexto, para construir uma representação positiva da vítima, o jornal recorre a sua profissão e à relação de proteção de um pai para com uma filha. Além disso, N5 associa o poder do homem a sua profissão. A instituição “polícia” representa a ação do governo, é ela quem deve garantir tranquilidade e proteção à sociedade e manutenção da ordem jurídica e pública.

Dessa maneira, o leitor, além de associar o pai como um ator social de proteção da filha, vai também suscitar o modelo mental de ordem associado a policiais. Logo, a imagem da vítima como frágil e incapaz de reagir sozinha, sem a ajuda do pai, ao assédio é apresentada na notícia por meio da representação relacional “filha de sargento da polícia militar”.

Em N5, também chama a atenção o uso da circunstância advérbial de tempo “imediatamente” para se referir à reação sem demora ao assédio. A nomeação remete a representações das vítimas presente na voz das próprias mulheres. As falas das vítimas destacadas em discurso direto e aspeado têm um propósito, nas vítimas há uma necessidade de justificar o seu comportamento antes do assédio e a sua reação a ele. O jornal, por sua vez, tenta mostrar uma pretensa objetividade utilizando, na fala da mulher, recursos linguísticos que podem indicar isenção diante do evento relatado. Entretanto, a seleção das falas que aparecem nas notícias é argumentativa na medida em que evidencia um ponto de vista sobre o ocorrido.

Há uma necessidade de a mulher justificar a reação não imediata ao assédio sexual, como se ela precisasse ter certeza que está sendo assediada. A necessidade da justificativa é reforçada pelo jornal porque faz questão de colocar o relato semelhante de várias mulheres:

(N1) Homem é preso por ato obsceno em ônibus na Serra
Durante o percurso, **ela tentou alertar outros passageiros sobre a situação**. “Eu olhava para as pessoas, olhava para um rapaz que estava perto, mas ele não percebia o que estava acontecendo. Eu tinha medo de gritar e o homem fazer alguma coisa”, relatou. A situação só terminou no Terminal de Carapina. Assim que o ônibus começou a sair do local, **ela reuniu coragem para pedir socorro** (A GAZETA, 06/02/2016, grifos nossos).

(N2) Professora denuncia abuso sexual dentro de Transcol na Serra
“O homem colocou as partes íntimas para fora da bermuda, duas vezes, e depois roço sua perna em mim”, relata. **“Cheguei a pensar que era coisa da minha cabeça. Não estava acreditando”**, exclama (A GAZETA, 20/07/2017, grifos nossos).

(N6) “Não gosto de mulher” diz homem que ejaculou em passageira
“Na hora você acredita que não está acontecendo” - Vítima. [...] “Você fica sem reação. Fiquei com medo dele estar armado, com faca, sei lá. Avisei ao cobrador e as pessoas que não tinham percebido se revoltaram”, contou (A GAZETA, 26/10/2018, grifos nossos).

(N10) Passageiro é preso por assediar professora de inglês em coletivo
Minha amiga disse para mim que ele estava encostando demais. Eu estava em pé, mas **saí do lugar onde eu estava**, fiquei mais para o meio do

ônibus, e minha amiga se aproximou de mim, deixando um espaço confortável entre ela e o acusado. Mesmo assim, ele se aproximou novamente e voltou a encostar na minha amiga”, contou uma passageira (A GAZETA, 20/01/2019, grifos nossos).

(N12) Passageira denuncia assédio em Transcol e acusado é detido em Vila Velha

“Foi quando comecei a sentir alguma coisa encostando em mim. **Desconfiei, mas logo me reprimi. Pensei: Não é possível, é coisa da minha cabeça, deve ser um trabalhador.** Ele encostou três vezes. Na quarta, ele apertou minhas nádegas com força. Foi quando olhei para trás e vi a mão dele. Ele estava passando a mão em mim”, lembra (A GAZETA, 17/02/2019, grifos nossos).

(N13) Idoso de 78 anos é preso acusado de assédio dentro do Transcol

Em depoimento, a vítima relata **que chegou a pensar que fosse o balanço do ônibus que estava provocando a situação e tento se afastar do idoso.** Porém, o coletivo parou de balançar e que, mesmo assim, o suspeito continuava praticando o ato (A GAZETA, 03/04/2019, grifos nossos).

(N18) Homem é preso por assediar universitária dentro de ônibus em Vila Velha

Na data do crime, porém, a universitária retornava para casa, à noite, após sair da faculdade. O suspeito pedia dinheiro dentro do coletivo e sentou-se ao lado da estudante. “Assim como hoje, ele passou a mão no meu braço e na minha perna. **Eu levantei assustada e sentei em outro lugar,** próximo ao corredor, sem saber o que fazer. Ele levantou, parou em pé ao meu lado e passou a encostar a genitália dele em mim”, descreveu a estudante (A GAZETA, 04/03/2020, grifos nossos).

(N23) Homem se masturba em ônibus do Transcol e passageira denuncia à polícia

Perplexa com a cena, **a mulher disse não acreditar no que acontecia,** ao ponto de “travar” diante da importunação sexual. “Fiquei muito assustada e **não queria acreditar naquilo que estava acontecendo comigo.** Fiquei em choque e sem reação. As pessoas que estavam no ônibus estavam mais à frente e usavam fone de ouvido. Caso eu tentasse algo, ele poderia tentar fazer algo comigo. Fiquei com medo dele até me cortar”, complementou (A GAZETA, 15/07/2021, grifos nossos).

Todas essas falas em primeira pessoa revelam muito da construção identitária da mulher na sociedade. No espaço público, o corpo da mulher é lido como disponível aos outros e, por isso, pode ser tocado e interpelado por desconhecidos se a vítima não tiver comportamentos socialmente esperados (SANTOS, 2016).

Muitas mulheres, como demonstrado nas notícias, têm consciência de que são subjugadas, culpabilizadas pela roupa que vestem, pela reação imediata ou não à violência, pela forma como se expressam, isto é, se falam alto de maneira a chamar a atenção ou se são recatadas e pouco visíveis. Assim, enquanto no espaço público como um transporte coletivo o homem é compelido a reafirmar sua posição de

virilidade e evitar traços de feminilidade, da mulher espera-se o recato, o controle das emoções e dos sentimentos, mesmo que sejam de culpa.

Dessa maneira, a moral conservadora sustentada por ideologia machista sobre como a mulher deve comportar-se acaba por fazer com que as vítimas de assédio sexual em transporte público do Espírito Santo expliquem e justifiquem detalhadamente seu comportamento diante da violência sofrida para que não sejam classificadas como “aquelas que não são decentes e dignas de respeito”. Entende-se, desse modo, conforme Santos (2016), que para os machistas respeito é direito apenas das mulheres que se portam de acordo com determinadas normas sociais de gênero e sexualidade.

A postura diante do assédio e o lugar para onde vão quando sofrem o assédio são colocados em xeque pelo jornal. Há uma representação menos negativa para as mulheres que frequentam o espaço de trabalho, andam acompanhadas, buscam conhecimento e se munem de armas para tentar reagir ao crime. Dito isto, há uma necessidade de a mídia ressaltar que a mulher assediada é digna de apoio ao relacioná-la ao que socialmente é esperado de uma mulher, como demonstrado nos excertos:

(N3) Polícia procura acusado de abusar sexualmente de mulher em Transcol

A jovem garante que chegou em casa do trabalho por volta das 14h30 desta quarta-feira. Em seguida decidiu ir ao DPJ de Laranjeiras, na Serra, para prestar queixa (A GAZETA, 20/07/2017, grifos nossos).

(N10) Passageiro é preso por assediar professora de inglês em coletivo

A professora estava acompanhada de um grupo de mais três amigos e seguia do Centro de Vila Velha para se divertirem na praia de Setiba, em Guarapari (A GAZETA, 20/01/2019, grifos nossos)

(N12) Passageira denuncia assédio em Transcol e acusado é detido em Vila Velha

A vítima que seguia para a igreja, conta que o homem identificado como Flávio Soares dos Santos insistiu em ficar atrás da passageira (A GAZETA, 17/02/2019, grifos nossos).

(N17) “A mulher vive com medo” desabafa vítima de importunação em ônibus

Estava indo para um treinamento em Jardim Camburi. Ele entrou no mesmo ônibus que eu estava já excitado (A GAZETA, 20/09/2019, grifos nossos).

(N19) Universitária compra arma de choque para se defender de assédio em ônibus

No ano passado, a universitária chegou a ser perseguida dentro do ônibus pelo suspeito, **por isso passou a carregar uma arma de choque na mochila** (A GAZETA, 11/03/2020, grifos nossos).

Entretanto, essa representação positiva não é associada às mulheres que não denunciam. Há uma cobrança em relação a essas vítimas que se sentem envergonhadas ao ponto de não denunciarem, inclusive na voz de pessoas entrevistadas que se dizem contra o assédio. Um exemplo pode ser analisado na N4 “Estudantes de Psicologia fazem campanha contra assédio no Transcol”:

“Para a estudante, Nívea Santos, 39 anos, poucas vítimas de assédio se manifestam e o silêncio faz com que esses atos continuem a ser praticados. “Achamos que **a partir do momento que a pessoa sofre esse tipo de assédio e não se manifesta ela está dando cobertura para que isso continue ocorrendo**. A questão é muito mais ampla e envolve também o assédio psicológico, que se não tratado pode render muitos frutos ruins no futuro”, explicou (A GAZETA, 22/09/2017, grifos nossos).

A campanha é necessária, mas as justificativas da sua existência selecionadas pelo jornal para serem divulgadas contribuem para a culpabilização da vítima. Apesar das consequências psicológicas serem citadas, não há uma discussão, na notícia, em torno da dificuldade de a mulher assediada denunciar o caso, devido, muitas vezes ao obstáculo para provar o acontecido.

Todavia, as notícias analisadas (N1, N3 e N9), indicam que nem todas as testemunhas querem ir até à delegacia acompanhar as vítimas no momento do registro de boletim de ocorrência, e nem todos acreditam nas mulheres e reagem à situação com indignação como evidenciado nos seguintes trechos:

(N1) Homem é preso por ato obsceno em ônibus na Serra
Para nós, mulheres, essa é uma situação muito difícil. Só quem passa sabe, você não consegue ter reação. **Até um rapaz que estava no ônibus questionou “mas será que isso aconteceu mesmo”, então fica essa questão da dúvida**. O povo acha que a gente é vagabunda. Você não pode mais sair de casa de camiseta e bermuda que falam que você é vagabunda”, disse a vigilante (A GAZETA, 06/02/2016, grifos nossos).

(N3) Polícia procura acusado de abusar sexualmente de mulher em Transcol
“Quantas e quantas mulheres são assediadas todos os dias e **ninguém fala nada? O motorista não parou o ônibus, ninguém levantou para dizer nada e a viagem seguiu como se nada tivesse acontecido**”, lamenta (A GAZETA, 20/07/2017, grifos nossos).

(N19) Universitária compra arma de choque para se defender de assédio em ônibus

“Já na primeira vez, até **havia pessoas que eu conhecia no ônibus e nada fizeram**. Acho muito importante quem está de fora ajudar, pois quem é vítima fica sem reação.” Universitária, 21 anos. Vítima de importunação sexual (A GAZETA, 11/03/2020, grifos nossos).

Quanto aos assediadores, eles são representados de acordo com a faixa etária, por gênero, na relação social estabelecida com a vítima e com as testemunhas, por nome e de acordo com o papel no assédio sexual. O quadro, na sequência, ilustra as representações.

Quadro 7- Representação social de assediadores sexuais em transporte público

Idade	Quant. de notícias	Papel de acordo com a faixa etária	Papel na relação com a vítima	Nome próprio	Papel no assédio sexual
20 a 23 anos	6	Homem e rapaz		Douglas Dias da Silva Jeferson Bispo dos Santos	Suspeito, acusado, indiciado, criminoso, assediador e abusador
56 anos	1	Homem			Tarado, suspeito e acusado
72 anos	1	Homem e idoso			Suspeito
78 anos	1	Idoso			Acusado e suspeito
Sem idade	14	Homem	Passageiro, indivíduo, cidadão e sujeito	Flávio Soares dos Santos	Suspeito, acusado, agressor, criminoso, executor do ato, tarado, psicopata, e doente

Fonte: quadro elaborado pela autora a partir do corpus de análise.

Observamos, por meio dos dados destacados no quadro que os assediadores são representados em 21 das 23 notícias de forma genérica com o uso do termo “homem”. Essa identificação muda de acordo com a idade, “rapaz”, para se referir a alguém de 20 anos, e “idoso” para assediadores com mais de 70 anos.

O uso excessivo do termo “homem” em comparação com outras classificações como “passageiro” pode evidenciar a não construção de diferentes perfis de assediadores. A construção de perfis de assediadores ocorre com a associação do problema a “loucura” e a idade quando o assediador é idoso, como na N13:

(N13) Idoso de 78 anos é preso acusado de assédio dentro do Transcol
Um **idoso de 78 anos** foi levado para o presídio após ser preso na noite de terça-feira, por assediar uma passageira dentro de um ônibus do sistema Transcol, na orla da Praia de Camburi, em Vitória. A vítima seguia para casa no coletivo da linha 508 (Terminal de Vila Velha x Terminal de

Laranjeiras), quando sentiu o suspeito tocar o seio dela, enquanto manipulava o órgão genital.

[...] Na delegacia, **o idoso** negou o crime e foi autuado por importunação sexual e encaminhado para o Centro de Triagem de Viana. Na Audiência de Custódia, o acusado foi solto após pagar fiança R\$ 1 mil (A GAZETA, 03/04/2019, grifos nossos).

Na notícia destacada, é possível observar que o termo idoso não é usado apenas para retomar o anterior. A idade do assediador é topicalizada no título ao lado da sua representação “Idoso de 78 anos”. Os números são usados para dar um impacto maior na relação entre o evento e a idade do agressor que praticou o assédio.

Entendemos que a generalização na maioria das notícias e a não apresentação de um perfil próprio do criminoso por notícia, 18 de 23, esconde os diferentes perfis dos assediadores. Conforme aponta van Dijk (2016c), embora o agente não seja representado, podemos inferi-lo em nossos modelos de situação, acerca do nosso conhecimento sobre esse tipo de acontecimento que pode ser construído a partir de notícias que apresentam apenas a identidade pessoal de indivíduos classificados como “tarados” e “idosos”.

Das 23 notícias, apenas 5 apresentam o nome do assediador e criam um perfil individual, são elas N7, N6, N12, N18 e N19:

(N6) “Não gosto de mulher” diz homem que ejaculou em passageira
Douglas foi levado para o Centro de Triagem de Viana na manhã desta sexta-feira

O homem que ejaculou em uma mulher dentro do Transcol, em Vitória, **Douglas Dias da Silva**, 20 anos, foi levado para o presídio na manhã desta sexta-feira (26). Na saída da 1ª delegacia Regional de Vitória, ele declarou que “não fez nada” e “que não gosta de mulher”, ao ser questionado pela reportagem da TV Gazeta sobre o que teria feito dentro do coletivo (A GAZETA, 26/10/2018, grifos nossos).

(N12) Passageira denuncia assédio em Transcol e acusado é detido em Vila Velha

A vítima, que seguia para a igreja, conta que o homem passou a mão nas nádegas dela.

Uma jornalista de 54 anos denunciou ter sofrido assédio sexual dentro de um ônibus do sistema Transcol na manhã deste domingo (17), em Vila Velha. A vítima que seguia para a igreja, conta que o homem identificado como **Flávio Soares dos Santos** insistiu em ficar atrás dela dentro do veículo e passou a mão nas nádegas da passageira. Ao perceber, ela pediu ajuda dos passageiros e o acusado foi levado à delegacia (A GAZETA, 17/02/2019, grifos nossos).

(N18) Homem é preso por assediar universitária dentro de ônibus em Vila Velha

O ônibus Transcol da linha 593 seguia no sentido Vitória quando o crime aconteceu. Testemunhas contaram à Polícia Militar que o suspeito, identificado na delegacia como sendo **Jeferson Bispo dos Santos, 23 anos**, estava nos fundos do coletivo quando um rapaz desembarcou e deixou um lugar vazio ao lado da universitária. Ele correu até o assento e ocupou o lugar (A GAZETA, 04/03/2020, grifos nossos).

(N19) Universitária compra arma de choque para se defender de assédio em ônibus

O acusado identificado como sendo **Jeferson Bispo dos Santos, 23 anos**, foi detido por policiais militares da 2ª Companhia do 4º Batalhão da Polícia Militar. Ele foi autuado em flagrante na delegacia e foi levado para o presídio no mesmo dia (A GAZETA, 11/03/2020, grifos nossos).

Compreendemos, como sugerem os trechos ressaltados, que a identificação individual com nome e sobrenome (“Douglas Dias da Silva”, “Flávio Soares dos Santos” e “Jeferson Bispo dos Santos”) pode reforçar a interpretação de que as mulheres que denunciam tentam se defender e têm uma profissão de maior prestígio são representadas de maneira menos negativa. Isso, porque os assediadores não são representados em algumas dessas notícias (N12, N18 e N19) apenas como “suspeitos”, mas distinguidos com identificação pessoal.

A maneira majoritária de *A Gazeta* representar o ator social assediador é identificá-lo de acordo com o papel no assédio sexual, como “suspeito”, 23 vezes. Mesmo nas notícias em que a prisão é definida como “flagrante”, o uso do termo “suspeito” permanece.

Exemplo presentes na N7 e na N9:

(N7) Justiça mantém prisão de homem que ejaculou em passageira no ES
Na decisão, a juíza ressalta que **o suspeito** oferece risco à sociedade; a magistrada também ressaltou que Douglas Dias da Silva já foi detido em outra ocasião por caso semelhante

Preso em flagrante e autuado por importunação sexual após ejacular em uma mulher dentro de um ônibus, em Vitória, na tarde de quinta-feira (25). Douglas Dias da Silva, 20 anos, vai continuar preso por tempo indeterminado. A decisão saiu nesta sexta-feira (26), durante a audiência de custódia do **suspeito**.

A juíza Raquel de Almeida Valinho considerou o **flagrante legal** e converteu em prisão preventiva, quando não há prazo para terminar, alegando que a soltura de Douglas colocaria em risco a segurança social. Isso porque **o suspeito** já havia sido preso em outra ocasião, por caso semelhante. **O suspeito** segue preso no Centro de Triagem de Viana.

“Em pesquisas realizadas nos sistemas judiciais foram encontrados registros criminais do **indiciado** sendo 01 termo circunstanciado por Ultraje Público ao Pudor” ressalta a magistrada em decisão (A GAZETA, 26/10/2018, grifos nossos).

(N9) Idoso é preso por importunação sexual dentro de ônibus em Cariacica
Um idoso, de 72 anos, foi preso **em flagrante** pelo crime de importunação sexual após praticar atos libidinosos dentro de um ônibus, no bairro Jardim América, em Cariacica, nesta terça-feira (06).

Segundo a delegada da Polícia Civil, Danielle Oliveira, passageiros teriam percebido a ação do homem e o constrangimento da vítima e, logo após discutiram com o mesmo. Ao chegar ao terminal rodoviário da região, **o suspeito** teria descido do coletivo e a vítima pediu ajuda a um segurança local, que o deteve e acionou a Polícia Militar.

“As testemunhas não compareceram a delegacia, então foi preciso solicitar a empresa as imagens do interior do coletivo. **Eles cederam as imagens e elas comprovaram a prática delitiva, conforme narrado pela vítima**”, afirmou Danielle Oliveira (A GAZETA, 06/11/2018, grifos nossos).

De acordo com o Art. 302 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, considera-se “prisão em flagrante delito” quem for pego pela polícia no momento em que pratica a infração penal ou logo após ter cometido o crime (BRASIL, 1941). Na N6, que aborda o mesmo assédio sexual que a N7, é relatado que, após perceberem o assédio contra a mulher, os passageiros detiveram o homem até a chegada da polícia. Desse modo, a escolha lexical “o suspeito” pode ser compreendida não apenas como um recurso referencial, mas como uma representação consciente porque outras identificações são usadas e não são tão repetidas como o termo “suspeito”.

Algo semelhante acontece na N9, o homem é identificado como “suspeito” apesar de as imagens cedidas pela Ceturb do interior do ônibus, onde aconteceu o assédio sexual, comprovarem o crime. Além disso, a prisão foi considerada “flagrante”. Identificar o assediador como “suspeito”, mesmo com a prisão em flagrante, pode ser compreendida como uma forma de amenizar o evento. Sabemos que os manuais de escrita jornalística e a precaução para não serem responsabilizadas judicialmente por dar vereditos antes do julgamento formal influenciam as mídias a não identificar o homem como criminoso.

A Empresa Brasil de Comunicação (EBC, 2013), por exemplo, em seu manual de jornalismo adota, desde 2013, uma postura de, no processamento das informações para escrita da notícia, o jornalista considerar os direitos à presunção de inocência como determina o Art. 5, LVII, da Constituição Federal: “[...] ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória” (BRASIL, 1988). O manual da EBC (2013) sugere também evitar a divulgação de nomes e imagens que signifiquem condenação prévia.

Entretanto, não se pode negar que o termo “suspeito” pode suscitar descrédito sobre a fala da mulher assediada, principalmente para o leitor que não tem o costume de ler toda a notícia, pois, nesse tipo de crime, muitas vezes, não há testemunhas ou danos físicos visíveis. O que põe em evidência a relação sobre a palavra da mulher *versus* a palavra do homem. Nessa relação, o jornal *A Gazeta* privilegia discursivamente nas notícias N7 e N9, o assediador ao dar a ele o benefício da dúvida no uso da linguagem, análise possível, sobretudo quando encontramos a recomendação presente desde 1997 no Manual de redação e estilo de *O Estado de São Paulo*: “Nunca atribua um crime a alguém, a menos que a pessoa tenha sido presa em flagrante (e não haja dúvidas a respeito da sua culpa) ou confessado o ato” (MARTINS, 1997, p. 31).

Em 2019, depois da publicação de N7 e N9, a Rede Gazeta (2019; 2020, p. 30), por meio do Código de Ética “Rede de valores”, orienta profissionais do jornalismo a não identificar com nomes os acusados em processos, a menos que tenha ocorrido “[...] indiciamento, prisões em flagrante, preventiva ou temporária, cumprimento de mandados de busca e apreensão, denúncia aceita pela Justiça ou confirmação de envolvimento por informações consistentes apuradas pelo veículo”. Além disso, a Rede Gazeta (2019; 2020) determina que ninguém poderá ser identificado como criminoso até que tenha sido emitida sentença judicial ou que não reste dúvida quanto à autoria do crime.

Entretanto, em janeiro de 2019, o termo “criminoso” é utilizado na N10 (“Passageiro é preso por assediar professora de inglês em coletivo”) uma vez para identificar homem preso em flagrante, na mesma notícia “suspeito” é usado quatro (4) vezes. Nas notícias seguintes, N13 e N14 de 2019, os homens são identificados como suspeitos, apesar de um ser preso em flagrante e o outro também ser acusado por testemunhas. Na N20 “Homem é detido após se masturbar em Transcol e usar a Bíblia para esconder o ato no ES” o jornal também utiliza o termo “suspeito” após informar que “o motorista viu toda a situação”.

O uso contínuo do termo “suspeito” pelo jornal *A Gazeta* após divulgação do Código de Ética 2019/2020 sugere que representar os assediadores dessa forma é uma escolha, visto que informações como “preso em flagrante”, “o motorista viu toda

situação” e “testemunha [...] levada para prestar depoimento” se encaixam nos critérios do documento “Rede de valores”.

5.3 REPRESENTAÇÃO DE AÇÕES SOCIAIS: como o jornal *on-line A Gazeta* descreve e identifica o assédio sexual contra mulheres em transporte público

A categoria do modelo de contexto ações sociais, segundo van Dijk (2011), é responsável por ressaltar as interações sobre o que fazemos e falamos. Natale (2020), ao analisar notícias sobre femirracídio afirma que, como as ações sociais são movidas por crenças compartilhadas socialmente, os assassinos podem ter em comum o machismo e o racismo que os influenciam a ter atitudes machistas e racistas. Dessa maneira, podemos inferir que o assédio sexual, um tipo de violência que tem raízes em comum com a violência contra mulheres, também é resultado de crenças pessoais e sociais dos assediadores sobre as mulheres.

Desse modo, ao propor a análise das notícias que compõem o corpus desta tese, nos voltamos, especialmente, para a ação social de assediar sexualmente uma mulher, também identificada como importunar, a partir da promulgação da Lei de importunação sexual nº 13.718, de 24 de setembro de 2018 (BRASIL, 2018).

As cinco primeiras notícias que compõem o corpus tratam a ação “assediar” de maneira um pouco diferenciada das demais, algo que pode ser influenciado pelo ano das publicações, de 2016 a 2017, antes da Lei que criminaliza a importunação sexual ser sancionada.

Destacamos, a seguir, os trechos onde o assédio sexual é identificado na N1:

(N1) Homem é preso por **ato obsceno** em ônibus na Serra
 [...] homem **mostrou as partes íntimas e ficava esfregando a perna nela;**
 Foram 15 minutos de **situação constrangedora;**
 [...] **colocou a parte íntima para fora da bermuda** e escondeu com a mochila;
 Segundo a polícia, ele já havia sido detido [...] por prática de **ato obsceno;**
 Histórico de **Assédio Sexual;**
 A vigilante contou que esta não foi a primeira vez que ela passou por uma **situação constrangedora de cunho sexual;**
 Durante quatro anos ela sofreu **assédio por parte de um chefe** (A GAZETA, 06/02/2016, grifos nossos).

Em um primeiro momento, *A Gazeta* identifica a ação pela qual o homem foi preso de “ato obsceno”, em referência ao Art. 233 do Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que define o crime como “Praticar ato obsceno em lugar público, ou aberto ou exposto ao público” (BRASIL, 1940). O “ato obsceno” pelo qual o assediador foi detido anteriormente não é descrito/detalhado pelo jornal. As outras definições são descrições iniciadas pelos verbos no pretérito perfeito do indicativo “mostrou” e “colocou”. A partir das descrições, inferimos que o jornal considera “ato obsceno” a ação “mostrou as partes íntimas e ficava esfregando a perna nela” e “colocou a parte íntima para fora da bermuda”, o que também é identificado na notícia como “situação constrangedora de cunho sexual”.

Ao ler a parte final da notícia “Histórico de Assédio Sexual”, percebemos que, apesar de considerar “ato obsceno” e “assédio sexual” como “situação constrangedora de cunho sexual”, o jornal diferencia as ações nesta notícia. Assédio sexual é reconhecido e identificado na N1 apenas como o assédio sexual laboral, pois o termo só é usado para detalhar “assédio por parte de um chefe”, como definido na Lei do assédio sexual nº 10.224, de 15 de maio de 2001 (BRASIL, 2001).

Na N2, o jornal identifica o ato criminoso de “abuso sexual” na manchete, termo, geralmente, utilizado para identificar crimes que atentam contra a dignidade sexual. Contudo, como o criminoso não foi preso, não há uma lei como referência e também não há indícios na notícia de que a representação foi feita pela polícia:

(N2) Professora denuncia **abuso sexual** dentro de Transcol na Serra
 (N3) “Polícia procura acusado de **abusar sexualmente** de mulher no Transcol”
 Professora [...] **foi assediada** dentro de um coletivo na Serra.
 [...] homem **tirou o pênis da bermuda e fez insinuações** [...].
 [...] alega ter sido **vítima de abuso sexual por parte de um passageiro**.
 Ela conta que **o homem colocou o pênis à mostra, por entre o zíper da bermuda**.
 Homem **colocou as partes íntimas para fora da bermuda**, duas vezes [...].
 “[...] depois **roçou sua perna em mim**”, relata.
 Segundo a professora, ela gritou para o motorista do coletivo, pedindo para que ele parasse o ônibus, “porque tinha um psicopata **a assediando**”, como a própria classifica (*A GAZETA*, 20/07/2017, grifos nossos).

Aparentemente “abuso sexual” é uma identificação de ação social feita pelo jornal, porque o termo não é utilizado pela vítima no relato direto que descreve a ação do agressor: “por que tinha um psicopata a assediando”, como a própria classifica. No

mesmo trecho, a fala da mulher com o uso de aspas pode reforçar que a identificação do crime como “assédio” é uma sugestão da vítima e indicar a tentativa do jornal de se isentar da responsabilidade de representar a ação descrita e praticada pelo homem como assédio.

A tentativa de se distanciar da identificação do tipo de crime também aparece na nota enviada ao jornal pela Ceturb, que não especifica o tipo de crime cometido, apenas faz referência ao acontecimento: “Casos como o relatado pela vítima estão relacionados à segurança pública, dessa forma, não cabe à Ceturb-GV se posicionar sobre o assunto”.

Ao transferir a responsabilidade para a Segurança Pública, a Ceturb sugere não ter interesse em participar da solução do problema e tão pouco se incomodar com ele, o que é questionável, pois é um órgão público. O jornal *on-line A Gazeta* também não dá muitos sinais de que tem interesse em responsabilizar outros órgãos além da Ceturb, não cobra enfaticamente a Segurança Pública e não cita as Prefeituras das cidades que compõem a região Metropolitana de Vitória, por exemplo. Isso pode ser avaliado como negativo, porque contribui para que a denúncia continue a ser vista como solução e as autoridades não sejam cobradas sobre ações sociais e educativas que previnam situações de violência contra a mulher.

Os sinais de mudança na representação da ação social do assédio sexual se iniciam na quarta notícia (N4) analisada, porque, nessa matéria, o jornal *A Gazeta* reconhece o assédio sexual como crime cometido não apenas no espaço de trabalho, também no transporte público “Transcol”, diferente do que é definido na Lei do assédio sexual (BRASIL, 2001):

(N4) Estudantes de Psicologia fazem campanha contra **assédio** no Transcol Mobilizados pelos frequentes casos noticiados pela mídia sobre **assédio sexual**, estudantes de psicologia [...] decidiram montar um grupo para levar informação sobre como denunciar atos praticados em ônibus do Transcol na Grande Vitória;

Para a estudante Nívea Santos, 39 anos, poucas vítimas de **assédio** se manifestam e o silêncio faz com que esses atos continuem a ser praticados; “Achamos que a partir do momento que a pessoa sofre **esse tipo de assédio** e não se manifesta ela está dando cobertura para que isso continue ocorrendo”;

“A questão é muito mais ampla e envolve também **o assédio psicológico** da pessoa, que não tratado pode render frutos ruins no futuro”;

“Eu já passei por situação de **abuso**, de uma vez um cara **fazer gestos para mim** dentro do Transcol”. (*A GAZETA*, 22/09/2017, grifos nossos).

Como podemos observar nas expressões destacadas, apesar de usar as expressões lexicais “assédio sexual” e “abuso sexual”, o jornal, nessa notícia, não define ou descreve ações sociais que podem ser identificadas como assédio sexual. O jornal cita pela primeira vez “assédio psicológico”, mas também não aprofunda a discussão ou discorre sobre quais são os “frutos ruins no futuro”. Quando descreve uma ação “fazer gestos para mim”, a vítima identifica como “abuso” e não especifica quais gestos o agressor fez.

A representação da consequência do assédio sexual para as mulheres nas notícias é relevante e positiva. Apesar de isso ser feito pelo jornal de maneira parcial na N4, na N1, aborda as consequências de maneira mais aprofundada e a partir do discurso relatado da vítima:

Quando teve coragem para denunciar, o chefe acabou não ficando preso. “Essa pessoa não foi presa, pois tem dinheiro e pagou um bom advogado. Desde então sofri várias ameaças, tive depressão e síndrome do pânico por causa disso. Engordei 14kg, faço tratamento contra a depressão até hoje, e por várias vezes precisei pedir afastamento do meu atual trabalho por causa disso. É muito constrangedor”, falou (A GAZETA, 06/02/2016).

Natale (2020) defende a discussão das consequências da violência para a mulher nas notícias, porque de acordo com a pesquisadora, há muitas implicações sociais, psicológicas e econômicas dessa ação na vida da mulher e, conseqüentemente, das pessoas que fazem parte do seu ciclo familiar e social, como os filhos.

A próxima notícia, N5 “Tarado é detido ao se masturbar para filha de sargento no Transcol” ocorre o contrário do que acontece na N4, A Gazeta descreve a violência “se masturbar ao lado da jovem”, mas não identifica o tipo de crime de acordo com a legislação:

(N5) Tarado é detido ao **se masturbar** para filha de sargento no Transcol. A estudante estava próximo à janela e relata que **o homem durante todo o trajeto tentou puxar assunto com ela**, que não respondeu; Em um determinado trecho da viagem, o homem **abriu o botão da bermuda e passou a se masturbar** ao lado da jovem (A GAZETA, 22/09/2017, grifos nossos).

A falta de uma lei entre 2016 e 2017 que abarcasse o assédio sexual contra mulheres em transporte público pode ter influência sobre a falta de padronização do jornal nas notícias sobre o tema. Uma interpretação que pode ser reforçada pela

dificuldade de encontrar notícias que se encaixem nos objetivos da tese, a próxima notícia encontrada só foi publicada mais de um ano depois.

A demora em publicar novas notícias sobre o assunto ocorre diante de muitas denúncias, de acordo com a SESP (2022), de 22 de setembro de 2017 a 26 de outubro de 2018, foram registrados 44 boletins de ocorrência classificados como “crime contra os costumes: assédio sexual”, considerando mulheres acima de 18 anos em via pública ou veículo, que podem referir-se ao assédio sexual contra mulheres em transporte público.

Muitas denúncias poderiam significar mais notícias, porém a N6 foi lançada em outubro de 2018, o mês posterior à promulgação da Lei de importunação sexual (BRASIL, 2018). Uma observação importante devido a mudanças observadas no tratamento do tema nas notícias seguintes.

A partir da análise da sexta notícia que compõe o corpus, percebemos um padrão em alguns textos na forma de representar a ação social assédio sexual em transporte público. Na N6, o “assédio” é identificado pela primeira vez pelo jornal como “importunação sexual”, uma representação que também ocorre na N17, N22 e N23:

(N6) “Não gosto de mulher” diz homem que **ejaculou em passageira**
Douglas foi autuado por **importunação sexual**, uma nova lei que pode gerar até cinco anos de reclusão (A GAZETA, 26/10/2018, grifos nossos).

(N17) Homem é detido por **esfregar pênis** em mulher dentro de Transcol no ES
Um homem foi autuado por **importunação sexual** na noite desta quarta-feira (11) após ser acusado de **esfregar o pênis** em uma passageira dentro de um ônibus do Sistema Transcol (A GAZETA, 26/11/2019, grifos nossos).

(N22) Homem volta a ser flagrado por **importunação sexual** e acaba preso no ES
Primeiro, o suspeito de 20 anos foi detido na segunda-feira (31), no Terminal de Jardim América, em Cariacica, por **acariciar** uma jovem de 19 anos em uma fila de espera para entrar em um ônibus do Transcol;
Esse mesmo homem voltou a ser detido, nesta terça-feira (1), após **se masturbar** dentro de um ônibus do Transcol, também em Cariacica;
Uma jovem contou à polícia que viu esse homem **fazendo sinal** para ela, chamando a vítima;
A mulher percebeu que ele estava com as **partes íntimas à mostra** (A GAZETA, 02/09/2020, grifos nossos).

(N23) Homem **se masturba** em ônibus do Transcol e passageira denuncia à polícia

Uma mulher sentada na cadeira do coletivo, apenas aguardando chegar ao destino. No meio da viagem [...] um homem **se masturba** para ela, deixando a passageira constrangida, amedrontada e revoltada com a **importunação sexual** [...] (A GAZETA, 15/07/2021, grifos nossos);

A partir dos trechos destacados, percebemos que as quatro notícias identificam o assédio sexual como “importunação sexual” em referência à Lei (BRASIL, 2018). Somente na N22, o termo “importunação sexual” é representado na manchete, as demais descrevem na manchete o ato criminoso (N6 “ejaculou em passageira”, N17 “esfregar pênis em mulher dentro de Transcol” e N23 “Homem se masturba em ônibus”).

A representação da ação social estudada com base na Lei da importunação sexual (BRASIL, 2018) ou utilizando o termo “assédio sexual” como sinônimo pode ser classificada como positiva, porque relaciona o ato a um crime e, em razão disso, evidencia as consequências desse ato para os assediadores, a prisão. Natale (2020) ressalta a importância de destacar a prisão como uma forma de combater à violência de gênero, na medida em que a população compreende que o agressor está sendo punido pelo crime que cometeu.

Assim, isso pode ser destacado como algo positivo, especialmente nos exemplos nos quais essa informação é topicalizada nas manchetes. De acordo com van Dijk (1992; 2005), as manchetes podem ser usadas como sinais adequados para fazer previsões eficazes sobre a informação mais importante de um texto, também chamadas de macroestruturas. Para o autor, na construção cognitiva de macroestruturas, podem operar ideologias.

Dessa maneira, é relevante problematizar também a importância da principal informação (tópico) da notícia N22 “Homem volta a ser flagrado por importunação sexual e acaba preso no ES”. A prisão, ação social, é representada pelos termos “volta a ser flagrado” e “voltou a ser detido”, algo que avaliamos como positivo, assim como os marcadores discursivos de tempo e espaço “detido na segunda-feira (31), no Terminal de Jardim América, em Cariacica” e “nesta terça-feira (1) [...] dentro de um ônibus do Transcol [...] em Cariacica”.

Informar que o assediador foi preso dois dias seguidos sugere que a Justiça e a Segurança Pública não agiram corretamente da primeira vez ao permitir que o

homem fosse solto. Assim como, nesse caso, identificar o espaço contribui para especificar a falta de ação das autoridades responsáveis por proteger as mulheres que utilizam o “Terminal de Jardim América, em Cariacica”. De acordo com Natale (2020), a falta de ação dos órgãos responsáveis por punir os agressores de mulheres podem levar as mulheres a se sentirem desamparadas. Desse modo, a pesquisadora defende como é importante que as notícias também apresentem reflexões sobre o papel do Estado no combate desses crimes.

Na maioria das notícias a partir de 2018, o jornal faz referência à Lei (BRASIL, 2018) ao identificar a ação social como “importunação sexual” e também representar como um sinônimo de “assédio sexual”. No quadro 8 - Representação da ação social assediar e importunar, apresentamos as descrições das ações classificadas pelo jornal *A Gazeta* como importunação e/ou assédio:

Quadro 8 - Representação da ação social assediar e importunar

Ação social	Descrição da ação social contra mulheres	Notícias
- Assediar: Assédio sexual - Importunar: Importunação sexual	- Ejacular em passageira; - Roçar na vítima; - Encostar o órgão ereto; - Passar a mão nas nádegas; - Apertar nádegas com força; - Tocar o seio; - Encarar; - Esfregar o órgão genital no ombro; - Estar excitado; - Passar a mão na coxa; - Olhar para as nádegas; - Tentar encostar em todas que passavam; - Passar a mão no braço e na perna; - Perseguir dentro do ônibus; - Apalpar com o dedo; - Piadas.	N7, N8 N10, N11, N12, N13, N15, N16, N18, N19.

Fonte: quadro elaborado pela autora a partir do corpus de análise

Todas as ações presentes no quadro são tratadas como crime pelo jornal, mas parece haver uma hierarquização de tipos de assédio sexual na oitava notícia analisada, como se uma fosse mais grave do que a outra. O assédio verbal é identificado na N8 como “piadinhas”:

(N8) Após homem ejacular em mulher, passageiras relatam outro caso. A Milena não chegou a ser tocada por nenhum homem, mas **as piadinhas** não param, segundo ela. “Sempre fazem **piadinha** e a gente fica constrangida. Fico com medo de andar de ônibus, principalmente quando

estou sozinha, por que chego tarde do trabalho”, declarou (A GAZETA, 26/10/2018, grifos nossos).

Mediante a leitura do trecho da oitava notícia (N8), percebemos que a descrição do assédio sexual verbal como “piadinha” parte da vítima entrevistada “Milena”. De acordo com Michaelis (2022), piada significa “história cujo objetivo é provocar risos”, mas, na colocação de Milena, parece ironia, assim como o uso do léxico no diminutivo pode também ter por objetivo mitigar a ação sofrida e diminuir a vergonha e humilhação sentida diante do ato criminoso.

A opção por destacar essa fala e ao reproduzir o termo “piadinhas”, tanto no relato direto como no relato indireto, sugere que essa também é a forma como o jornal julga o ato, como uma “piadinha”. Entretanto, como o jornal não é a vítima, não é possível interpretar apenas como uma tentativa de diminuir o ato para também diminuir a vergonha de ter passado por esse tipo de violência. Ao reproduzir o uso da palavra “piadinha”, o jornal abre espaço para a interpretação de que, nessa notícia, o leitor pode considerar o assédio sexual verbal algo menor do que o assédio sexual físico, também porque o machismo estrutural influencia homens e mulheres a enxergar “piadinhas” como normais. Assim, apesar de o jornal demonstrar compreender o assédio sexual como um crime, ele também naturaliza e eufemiza o assédio sexual por meio da reprodução da palavra utilizada pela vítima.

Outra forma de representar a ação social é realizada pelo jornal *A Gazeta*, na N21, quando as ações não são identificadas de acordo com a Lei da importunação sexual (BRASIL, 2018), mas como “assédio sexual” ou “abuso”:

(N21) Homem é detido por **assediar** mulher no Terminal de Jardim América
Um homem de 20 anos foi detido por **assédio sexual** no Terminal de Jardim América, em Cariacica, nesta segunda-feira (31);
Segundo a vítima, uma jovem de 19 anos, ele começou a **acariciá-la** em uma fila de espera do ônibus.
[...] a vítima, uma jovem de 19 anos, estava na fila esperando o ônibus, quando o **abusador**, que estava atrás dela, começou a acariciá-la.
O homem foi levado para a Delegacia do Plantão da Mulher, onde foi autuado pelo crime de **assédio sexual**. Ele assinou um termo circunstanciado se comprometendo a se apresentar ao juiz sempre que for solicitado e liberado (A GAZETA, 01/09/2020, grifos nossos).

Avaliamos como positiva a escolha lexical “assédio” ou “assediar” para identificar o crime sexual cometido contra mulheres em transporte público e estudado nesta tese, inclusive identificadas em oito (8) manchetes somadas com a N21:

- (N4) Estudantes de Psicologia fazem campanha contra **assédio** no Transcol;
- (N10) Passageiro é preso por **assediar** professora de inglês em coletivo;
- (N11) Professora de inglês desabafa sobre **assédio** dentro de coletivo;
- (N12) Passageira denuncia **assédio** em Transcol e acusado é detido em Vila Velha;
- (N13) Idoso de 78 anos é preso acusado de **assédio** dentro do Transcol;
- (N18) Homem é preso por **assediar** universitária dentro de ônibus em Vila Velha;
- (N19) Universitária compra arma de choque para se defender de **assédio** em ônibus.

A visão positiva sobre a escolha do termo assediar, inclusive preferida no título deste trabalho, decorre de dois motivos: 1) Referência à Lei do assédio sexual (BRASIL, 2006), que é mais antiga e reconhece a relação de poder existente entre assediador (homem) e vítima (mulher); 2) O termo importunar, utilizado na Lei da importunação sexual (BRASIL, 2018) para abarcar o tipo de crime estudado nesta tese, não parece sugerir a relação social e cultural de submissão da mulher ao homem.

Os dois motivos citados atribuem um valor semântico maior de violência ao termo assédio em comparação com o termo importunar, que parece um eufemismo. Isso também acontece quando verificamos o significado das palavras no dicionário. Assediar, segundo Michaelis (2022), é “[...] insistir de modo ofensivo, com a intenção de seduzir alguém ou manter relacionamento sexual, servindo-se geralmente do poder que detém”. Importunar é “[...] incomodar ou provocar aborrecimento, sobretudo com pedidos insistentes; ser importuno; agastar, azucrinar, incomodar, torrar” (MICHAELIS, 2022).

Todavia, embora julguemos negativamente o uso de importunar para se referir a toques nas partes íntimas, atos obscenos e violência verbal ao utilizar termos de cunho sexual, etc., reconhecemos a importância de citar a Lei da importunação sexual (BRASIL, 2018) ou referir-se a ela em notícias sobre assédio sexual contra mulheres em transporte público no Espírito Santo.

O jornal *A Gazeta*, em duas notícias, identifica a violência como “importunação sexual” ou “assédio sexual”, mas não descreve o ato criminoso específico praticado contra as mulheres:

(N9) Idoso é preso por **importunação sexual** dentro de ônibus em Cariacica

Um idoso, de 72 anos, foi preso em flagrante pelo **crime de importunação sexual** após **praticar atos libidinosos** dentro de um ônibus, no bairro Jardim América, em Cariacica, nesta terça-feira (06).

Segundo a delegada da Polícia Civil, Danielle Oliveira, passageiros teriam percebido **a ação do homem** e o constrangimento da vítima e, logo após discutiram com o mesmo.

“As testemunhas não compareceram a delegacia, então foi preciso solicitar a empresa as imagens do interior do coletivo. [...] elas comprovaram a **prática delitiva**, conforme narrado pela vítima”, afirmou Danielle Oliveira (A GAZETA, 06/11/2018, grifos nossos).

(N14) Mulher denuncia **importunação sexual** dentro de ônibus no ES

“Fomos abordados pelo motorista do ônibus e os cidadãos que estavam dentro do veículo alegaram que um dos passageiros estava **assediando** uma outra passageira”

Conforme registros da Polícia Civil, essa é a segunda vez que o homem é acusado de **importunação sexual** em um ônibus do transporte público. O primeiro caso aconteceu em 2012 (A GAZETA, 17/09/2019, grifos nossos).

Averiguamos que a nona notícia (N9) apresenta as identificações “importunação sexual” e “atos libidinosos” e faz menção ao crime em “a ação do homem” e “a prática delitiva”. Não há uma descrição que permita ao leitor saber qual a ação cometida, se foi física, verbal ou psicológica. Na N14, ocorre algo semelhante, o jornal classifica o crime como “importunação sexual” e “assédio”, mas não explica como o crime ocorreu.

A não representação de determinadas ações sociais como assédio sexual em transporte público pode influenciar o leitor do jornal *on-line A Gazeta* a criar um modelo mental errado sobre o problema social e cultural estudado nesta tese. A N20, por exemplo, não identifica o crime, apenas o descreve:

(N20) Homem é detido após **se masturbar** em Transcol e usar a Bíblia para esconder o ato no ES

Duas mulheres sentadas próximas ao homem perceberam a **atitude suspeita** e constataram que ele estava **se masturbando**.

“[...] mulher visualizou o indivíduo que estava na cadeira ao lado, **fazendo gestos obscenos** e se masturbando, **olhando firmemente para a vítima**”, contou o agente Luiz Cláudio, da Guarda Municipal.

“[...] tanto a vítima quanto a testemunha afirmam que realmente ele praticou o ato de masturbação, e que foi visto sim no coletivo que **o cinto estava aberto e a calça também**”, contou o agente Luiz Cláudio (A GAZETA, 01/09/2020, grifos nossos).

Por fim, nesta categoria, avaliamos como algo negativo a não identificação do crime noticiado como assédio sexual ou importunação sexual para referir-se ao acontecimento, visto que o jornal também deveria atentar-se para o seu papel social.

Ao não identificar o tipo de crime, *A Gazeta* não informa como o ato é punido via legislação em algumas notícias e, dessa maneira, não cumpre parcialmente o objetivo cívico de formar, e não somente informar. Em termos de ação social é importante reforçar a necessidade de o jornal investir em notícias mais educativas. Assim, o leitor é forçado a criar um modelo mental sobre o tipo de violência sexual por meio de outras leituras ou situações sociais vividas, o que pode levá-lo a criar um modelo mental errado sobre o que é assédio sexual em transporte público. O mesmo pode acontecer quando o jornal não descreve o ato criminoso.

5.4 FONTE: as vozes que narram o assédio sexual em transporte público no ES

As narrativas jornalísticas são construídas nas notícias a partir de fontes, que, muitas vezes, são utilizadas para indicar uma aparente neutralidade e proteger o jornal de possíveis acusações de imparcialidade. Isso ocorre, de acordo com van Dijk (2011), porque as fontes são responsabilizadas pelo jornal por suas palavras, pois a seleção do ator social que irá receber espaço para falar sobre o acontecimento é uma forma de a mídia exercer o seu poder simbólico e construir uma narrativa.

Portanto, nas seções da categoria de análise fonte, abordamos as vozes encontradas nas notícias sobre assédio sexual contra mulheres em transporte público publicadas no jornal *on-line A Gazeta*: as vítimas, os assediadores, os representantes da Justiça e da Segurança Pública, as testemunhas e a Ceturb.

5.4.1 As vítimas como fontes de informação

No corpus selecionado para análise, percebemos que as vítimas são as principais fontes de informação do jornal *on-line A Gazeta* em notícias sobre assédio sexual contra mulheres em transporte público, algo que consideramos positivo, pois as notícias sobre violência contra mulher têm a tendência de apagar a voz da vítima e destacar a do criminoso, como indicam os resultados da pesquisa desenvolvida por Natale (2020) acerca do “Femirracídio em notícias sobre violência contra mulheres negras no Espírito Santo”.

Ao estudar notícias publicadas no jornal *A Gazeta* e no jornal *A Tribuna*, a pesquisadora, verificou que as mulheres não recebem voz porque são assassinadas, e mesmo as que sobrevivem, dificilmente, recebem voz. Logo, predomina a voz da polícia que narra o acontecimento a partir da versão do criminoso, e a voz da família e de testemunhas fica em segundo plano.

Assim, no trabalho de Natale (2020), as fontes policiais atuam como “definidores primários”, de acordo com a perspectiva de Hall *et al.* (1993). Isso significa que a essas pessoas é dada a permissão da definição ou interpretação primária do tópico em questão. A interpretação dessas fontes conduz a narrativa e, a partir dela, poderão ser criados argumentos favoráveis ou argumentos contrários ao tópico principal da notícia. Dessa maneira, nesta tese, as vítimas das notícias analisadas podem ser consideradas como definidores primários. Às mulheres é dada, majoritariamente, pelo jornal, a “interpretação primária do acontecimento”.

Apenas duas (2) notícias não usam as vítimas como fonte de informação, a N7 “Justiça mantém prisão de homem que ejaculou em passageira no ES” e a N14 “Mulher denuncia importunação sexual dentro de ônibus no ES”. No caso da N7, a ausência da voz da vítima como fonte pode ser explicada porque essa notícia dá continuidade a caso narrado pelo jornal em notícia anterior e segue em outra notícia.

As outras 21 matérias apresentam a voz da vítima por citação direta (CD), citação indireta (CI) e/ou citação inserida (CIn). Conforme proposta de Calsamiglia e Ferrero (2003), a citação direta apresenta as palavras da fonte como foram ditas e são marcadas com o uso de aspas, a citação indireta pode ser compreendida como paráfrase da voz da fonte e a citação inserida é sinalizada por meio de marcadores discursivos como, por exemplo, “segundo” e “de acordo com”.

Quanto aos verbos de relato utilizados nas notícias, identificamos 19 variações, apresentadas no quadro, a seguir. Os verbos de relato relacionados aos atores sociais quando são citados são os verbos *dicendi* que, de acordo com Calsamiglia e Ferrero (2003), podem conferir uma tendência orientada para o conteúdo ou uma tendência avaliativa, por isso sugerem interpretações dos verbos de comunicação.

Quadro 9 - Verbos de relato

Verbo de relato	Quantidade de citações	Quantidade de notícias
Contou	17	12
Disse	10	7
Relata/relatou	8	7
Lamenta/lamentou	4	3
Descreveu	3	3
Lembrou	3	3
Garante	4	2
Completou	2	2
Exclama	2	2
Frisa	2	2
Narra	2	2
Desabafa	2	2
Complementou	1	1
Alega	1	1
Afirma	1	1
Declarou	1	1
Destaca	1	1
Detalhou	1	1
Explica	1	1
Falou	1	1

Fonte: quadro desenvolvido pela autora a partir do corpus de análise.

Os verbos de relato destacados no quadro foram usados também em citações indiretas, mas aparecem principalmente para introduzir a citação direta ou para finalizá-la. Independente disso, a imagem da vítima é construída e relacionada com um verbo de relato específico.

Verbos como “descreveu” e “detalhou”, no pretérito perfeito do indicativo, são usados para finalizar a descrição de assédios sexuais. Os verbos “garante”, “exclama”, “frisa”, “alega” “explica”, “destaca” e “afirma”, no presente do indicativo parecem ter um sentido mais incisivo e argumentativo, atribuindo à vítima a responsabilidade pelas suas afirmações, exemplo:

(N2) Professora denuncia abuso sexual dentro de Transcol na Serra
 Uma professora de 24 anos estava dentro de um Transcol da linha 892 na tarde desta quarta-feira (19), saindo do trabalho, quando **alega** ter sido vítima de abuso sexual por parte de um passageiro. O homem estava sentado na frente da jovem. Na hora, a polícia foi acionada, e a mulher **garante** também ter pedido ajuda ao motorista do coletivo, mas **lamenta** não ter sido socorrida (CI da vítima) (A GAZETA, 20/07/2017, grifos nossos).

O verbo “lamentou/lamenta”, por sua vez, carrega um valor semântico que sugere emoção, uma reação por não ter sido socorrida, assim como o verbo “desabafa” que pode ser interpretado como “Manifestação de sentimentos longamente contidos” (MICHAELIS, 2022) é usado na manchete da N16 para finalizar a citação direta (“A

mulher vive com medo”, desabafa vítima de importunação em ônibus). Contudo, a maioria dos verbos (“narra”, “completou”, “complementou”, “relata”, “falou”, “declarou”, “contou” e “disse”) conforme sugere o quadro, foram usados para aparentar uma pretensa objetividade. Algo que de acordo com Hall *et al.* (1993) não ocorre, porque a própria escolha de quais vozes irão aparecer e quais vozes serão silenciadas é ideológica.

5.4.2 Os assediadores

Nas notícias N2, N3, N11 e N12, mesmo que as vozes dos assediadores apareçam na citação direta da voz da vítima com o uso de aspas indicando tal qual foi dito pelo homem para a mulher, são elas, essas vozes, que conduzem nesses excertos a narrativa do acontecimento:

(N2) Professora denuncia abuso sexual dentro de Transcol na Serra

(N3) Polícia procura acusado de abusar sexualmente de mulher no Transcol Nervosa, ela destaca que ligou para o marido e para a polícia. “Quando ele (o acusado) percebeu, rapidamente desceu do ônibus no ponto do bairro Mata da Serra, na Serra, e me ameaçou, dizendo que **‘se algo acontecesse com ele eu iria ver’**”, frisa. (CD da vítima) (A GAZETA, 20/07/2017, grifos nossos).

(N11) Professora de inglês desabafa sobre assédio dentro de coletivo

Ele passou a fingir que nada estava acontecendo e antes de sair do ônibus, por ordem da polícia, ele ainda disse **“misericórdia”** com se não fosse com ele. Isso tudo deixa a gente com medo, desesperados e com vergonha, pois me senti um lixo, horrível. (CD da vítima) (A GAZETA, 20/01/2019, grifo nosso).

(N12) Passageira denuncia assédio em Transcol e acusado é detido em Vila Velha

“Eu que pedi para não agredirem. A gente não pode resolver um crime cometendo outro. Falei que se a lei existe, em que ser cumprida. Que ele tinha era que ser preso. De início, quando comecei a gritar, o abusador me olhou com desdenho. Depois **ele assumiu que praticou o crime e pediu desculpas**. Eu só quero que ele pague pelo que fez, para que nenhuma outra mulher tenha que passar pelo que eu passei”, afirma (CD da vítima) (A GAZETA, 17/02/2019, grifos nossos).

Nos dois primeiros excertos destacados, a voz do criminoso aparece para ameaçar e negar o ato. Tais argumentos podem ser considerados uma outra forma de violência contra a mulher: a violência psicológica. Na N2, há uma ameaça explícita do homem, que indica que algo aconteceria, mas não diz o que, isso pode ter sido interpretado pela mulher como uma ameaça de violência física ou uma outra forma

de violência sexual (estupro). Na N11, o termo “misericórdia” é interpretado pela vítima como isenção de responsabilidade e como uma tentativa de sugerir que a mulher mente quando o acusa de assédio sexual.

O trecho da N12, por sua vez, ressalta a forma de violência antes do pedido de desculpa, o olhar de “desdenho”, que sugere que o agressor esperava não ser punido pelo crime. Todavia, outros passageiros não permitiram que ele deixasse o ônibus e como uma possível tentativa de ser perdoado pela vítima e não denunciado, pede desculpas. As desculpas podem ser classificadas como citação direta porque são relatadas nas palavras da vítima indicada pelo uso de aspas. Na N13, é relatado que o idoso nega o crime aparentemente à polícia:

(N13) Idoso de 78 anos é preso acusado de assédio dentro do Transcol Na delegacia, **o idoso negou o crime** e foi autuado por importunação sexual e encaminhado para o Centro de Triagem de Viana. Na Audiência de Custódia, o acusado foi solto após pagar fiança R\$ 1 mil (CI do assediador) (A GAZETA, 03/04/2019, grifos nossos).

(N6) “Não gosto de mulher” diz homem que ejaculou em passageira O homem que ejaculou em uma mulher dentro do Transcol, em Vitória, Douglas Dias da Silva, 20 anos, foi levado para o presídio na manhã desta sexta-feira (26). Na saída da 1ª delegacia Regional de Vitória, **ele declarou que “não fez nada” e “que não gosta de mulher”, ao ser questionado pela reportagem da TV Gazeta sobre o que teria feito dentro do coletivo.** Douglas foi autuado por importunação sexual, uma nova lei que pode gerar até cinco anos de reclusão. O rapaz ejaculou em cima de uma operadora de telemarketing, de 36 anos, dentro de um coletivo, por volta de meio-dia desta quinta-feira (25), Vitória (CD do assediador) (A GAZETA, 26/10/2018, grifos nossos).

Na N6, o acontecimento foi também divulgado em importantes jornais como *Correio Braziliense*, *UOL* e *Agência Brasil*. A N6 relata o assédio sexual praticado por um homem contra uma mulher no transporte público de Vitória, o homem é identificado por nome próprio e idade “Douglas Dias da Silva, 20 anos”. Além disso, é a única notícia das 23 analisadas em que a voz do assediador é apresentada por meio de citação direta.

A manchete da notícia N6 “‘Não gosto de mulher’ diz homem que ejaculou em passageira” e o trecho “[...] ele declarou que ‘não fez nada’ e ‘que não gosta de mulher’, ao ser questionado [...] sobre o que teria feito dentro do coletivo” indicam o machismo e a misoginia do agressor. O homem expressa a repulsa por mulheres por meio de seu comportamento, (“ejaculou em cima de uma operadora de

telemarketing”). O fato de Douglas ter expressado a aversão por mulheres de maneira verbal, visto que o assédio em si já é um indício da ausência de respeito do homem pela mulher, pode ter causado espanto e um impacto maior na mídia e na Justiça e, por consequência, influenciado a decisão da juíza.

A escolha de trazer a voz do assediador para a manchete é importante, pois não silencia o motivo que levou o homem a cometer o crime. Ademais, a manchete da N7 sugere, mesmo que de maneira implícita, a relação entre o crime de assédio sexual em transporte público e a violência de gênero, ou seja, que as crenças de uma sociedade patriarcal e machista influenciam homens a acreditarem na inferioridade das mulheres e a odiá-las, e, conseqüentemente, eles têm o direito de assediá-las. Inclusive, a afirmação “Não gosto de mulher” na manchete pode ter contribuído para a repercussão do caso na mídia.

Para abordar a relação entre assédio sexual contra mulheres em transporte público e violência de gênero, o jornal poderia relatar explicitamente que o assédio sexual é um crime de gênero e explicar os porquês disso. Além disso, trazer vozes especializadas na mídia para expor e discutir dados sobre assédio sexual.

5.4.3 Os representantes da Justiça e da Segurança Pública como fonte

A segunda maior fonte de informação sobre os acontecimentos relatados nas notícias, depois das vítimas, é a Justiça/Segurança Pública, representada por Guardas Municipais, Policiais Militares e Cíveis, Delegadas(os) e Juíza. A Justiça/Segurança Pública é citada como fonte em oito (8) notícias (N1, N7, N9, N12, N14, N15, N18 e N20) por meio de citação direta (CD), citação indireta (CI) ou citação inserida (CIn). A N7, primeira notícia a não usar a vítima como fonte, relata decisão de juíza sobre caso de assédio sexual noticiado na N6, notícia que apresenta voz da vítima, do criminoso e está relacionada a N7 por *hiperlinks*. Notícia completa, a seguir:

(N7) Justiça mantém prisão de homem que ejaculou em passageira no ES
Na decisão, **a juíza ressalta que o suspeito oferece risco à sociedade; a magistrada também ressaltou que Douglas Dias da Silva já foi detido em outra ocasião por caso semelhante** (CI da juíza).
Preso em flagrante e autuado por importunação sexual após ejacular em uma mulher dentro de um ônibus, em Vitória, na tarde de quinta-feira (25).

Douglas Dias da Silva, 20 anos, vai continuar preso por tempo indeterminado. A decisão saiu nesta sexta-feira (26), durante a audiência de custódia do suspeito.

A juíza Raquel de Almeida Valinho considerou o flagrante legal e converteu em prisão preventiva, quando não há prazo para terminar, alegando que a soltura de Douglas colocaria em risco a segurança social (CI da juíza). Isso porque o suspeito já havia sido preso em outra ocasião, por caso semelhante. O suspeito segue preso no Centro de Triagem de Viana.

“Em pesquisas realizadas nos sistemas judiciais foram encontrados registros criminais do indiciado sendo 01 termo circunstanciado por Ultraje Público ao Pudor” ressalta a magistrada em decisão (CD da juíza) (A GAZETA, 26/10/2018, grifos nossos).

A fonte é a juíza Raquel de Almeida Valinho, representante da instituição Justiça citada na manchete e identificada de maneira individual e com nome e sobrenome, algo que sugere credibilidade da fonte. A juíza ainda é identificada como “magistrada”, termo que faz referência ao seu poder para decidir futuro de criminosos, pois de acordo com Michaelis (2022), o substantivo significa “[...] indivíduo que, na esfera político-administrativa, exerce autoridade delegada, com poderes de julgamento e de execução”.

Além disso, o jornal usou o verbo de comunicação “ressalta/ressaltou” para argumentar sobre o histórico de assédio sexual do criminoso e por isso ele representa um perigo para sociedade e não deve ser solto, algo reforçado também no uso do verbo “alegando”. Para indicar o posicionamento da juíza, acatando aspectos da legislação, o jornal ainda usa o verbo “considerou”.

A N7 se diferencia das demais notícias porque é consequência da repercussão do assédio sexual noticiado na N6. O impacto é indicado também pela publicação da N8 “Após homem ejacular em mulher, passageiras relatam outro caso” no mesmo dia da publicação da N7. A oitava notícia (N8) publicada pelo jornal *A Gazeta* apresenta a voz de outras vítimas de assédio sexual em transporte público no ES.

Outras fontes de informação frequentes da Justiça/Segurança Pública são utilizadas nas notícias, uma dessas fontes são delegadas de polícia, como é possível notar em excertos da N9:

(N9) Idoso é preso por importunação sexual dentro de ônibus em Cariacica
Um idoso, de 72 anos, foi preso em flagrante pelo crime de importunação sexual após praticar atos libidinosos dentro de um ônibus, no bairro Jardim América, em Cariacica, nesta terça-feira (06).

Segundo a delegada da Polícia Civil, Danielle Oliveira, passageiros teriam percebido a ação do homem e o constrangimento da vítima e, logo após discutiram com o mesmo. Ao chegar ao terminal rodoviário da região, o suspeito teria descido do coletivo e a vítima pediu ajuda a um segurança local, que o deteve e acionou a Polícia Militar. (CIn da delegada).

Ainda de acordo com a delegacia, testemunhas não compareceram a delegacia e foi preciso checar as imagens da câmera do ônibus para confirmar o caso. (CI da delegada).

“As testemunhas não compareceram a delegacia, então foi preciso solicitar a empresa as imagens do interior do coletivo. Eles cederam as imagens e elas comprovaram a prática delitiva, conforme narrado pela vítima”, afirmou Danielle Oliveira (CD da delegada) (A GAZETA, 06/11/2018, grifos nossos)

Nos trechos da notícia destacada, é possível perceber que os relatos da delegada descrevem o assédio sexual por meio de citação direta (CD), citação indireta (CI) e citação inserida (CIn), mas a voz da vítima não aparece. Para introduzir a voz da autoridade individual Danielle Oliveira, o jornal usa o marcador de discurso relatado “Segundo a delegada” e “ainda de acordo com a delegacia” que indicam uma citação inserida e fornecem um teor coletivo a voz de Danielle, como representante da Delegacia (Justiça/Segurança Pública). Para Calsamiglia e Ferrero (2003), essa é uma estratégia discursiva para distanciar o relato do jornalista e indicar uma aparente neutralidade, algo que também é observado no uso do verbo “afirmou”. Assim, todo o relato do acontecimento é atribuído à delegada, uma mulher.

Algo semelhante ocorre na N12, a notícia relata o assédio sexual sofrido por uma jornalista de 54 anos, Lilian Barros, em transporte público em Vitória. O jornal usa os marcadores “De acordo” e “segundo” para introduzir a voz de autoridade individual da delegada Silvana Paula Castro. Entretanto, a N12 se diferencia da N9 porque, na segunda notícia, a vítima, que teve as nádegas apertadas pelo homem, recebe voz na maior parte do texto, é ela que relata todos os acontecimentos, exceto a autuação que é feita pela Polícia Militar e por isso a delegada Silvana Paula Castro recebe voz por meio de citação inserida:

(N12) Passageira denuncia assédio em Transcol e acusado é detido em Vila Velha

De acordo com a delegada plantonista, Silvana Paula Castro, do Plantão Especializado da Mulher (PEM), o homem foi autuado pelo crime de importunação sexual. Ele foi encaminhado ao Centro de Triagem de Viana. (CIn da delegada).

Segundo ela, o acusado possui passagem pela polícia pelo crime de estupro de vulnerável, de uma menor de 13 anos. (CIn da delegada) (A GAZETA, 17/02/2019, grifos nossos).

Um aspecto das notícias N7, N9 e N12 que chama a atenção é uma mulher ter sido consultada sobre o caso, isso provavelmente ocorreu pelos cargos que ocupam e porque os casos foram encaminhados para local especializado em violência contra mulher.

A Justiça/Segurança Pública também é representada de maneira coletiva pela Polícia Militar, como na N14, segunda notícia a não usar a vítima como fonte. O relato do acontecimento é feito por meio de citação indireta e citação inserida pela polícia, mas cita, no seu relato, informações que podem ter sido fornecidas pela vítima ou por testemunhas:

(N14) Mulher denuncia importunação sexual dentro de ônibus no ES
A Polícia Militar informou que a mulher avisou o motorista do ônibus, que parou o veículo em frente a Rodoviária de Vitória, onde policiais faziam o monitoramento do trânsito na Segunda Ponte (CI da Polícia Militar).

“Fomos abordados pelo motorista do ônibus e os cidadãos que estavam dentro do veículo alegaram que um dos passageiros estava assediando uma outra passageira. Solicitamos que esse cidadão descesse do veículo, assim como a vítima e uma testemunha. O sujeito pode responder pelo crime, pois temos a vítima, a testemunha e outros cidadãos que poderão testemunhar”, disse o capitão Sandro, da PM (CD).

Conforme registros da Polícia Civil, essa é a segunda vez que o homem é acusado de importunação sexual em um ônibus do transporte público. O primeiro caso aconteceu em 2012 (CIn da Polícia Civil) (A GAZETA, 17/09/2019, grifo nosso).

Os trechos destacados da N14 indicam que o verbo de relato usado para introduzir a voz coletiva da Polícia Militar é o “informar” na citação indireta, um verbo que, segundo Calsamiglia e Ferrero (2003), também sugere a busca pela neutralidade. Contudo, o jornal parece diferenciar o poder da voz da PM da voz das testemunhas. Tanto que nessa notícia a voz das testemunhas não aparece por meio de citação direta, por meio do relato direto do Capitão Sandro (identificação individual) nós sabemos que “[...] os cidadãos que estavam dentro do veículo alegaram que um dos passageiros estava assediando uma outra passageira”. Assim, o verbo que pode sugerir dúvida “alegaram” é atribuído à polícia e não ao jornal.

Outro elemento da N14 que fornece a interpretação da Justiça/Segurança Pública por meio da identificação coletiva é a referência aos registros policiais. Iniciada com o marcador discursivo "conforme", a citação inserida indica que a Polícia Civil

informou que essa não é a primeira vez que o homem é acusado de assédio sexual, em 2012, ele “importunou sexualmente” uma passageira em um ônibus.

Outra notícia que introduz a voz coletiva da polícia é a N1, dessa vez, apenas para relatar o histórico de assédio sexual do criminoso:

(N1) Homem é preso por ato obsceno em ônibus na Serra
O homem foi levado para o Departamento de Polícia Judiciária (DPJ) da Serra. **Segundo a polícia**, ele já havia sido detido antes por prática de ato obsceno. “Ele estava muito tranquilo, como se já tivesse acostumado a fazer aquela cena”, lembrou a vítima (A GAZETA, 06/02/2016, grifos nossos).

Na N1, o marcador discursivo utilizado é o de comunicação “segundo” que também sugere neutralidade e indica que a citação é inserida. Assim como na N14, na N18, a voz da Polícia Militar é usada como fonte para relatar e confirmar o assédio sexual sofrido pela universitária:

(N18) Homem é preso por assediar universitária dentro de ônibus em Vila Velha
Outros passageiros perceberam a situação e pediram ajuda a uma viatura da Polícia Militar que passava no sentido oposto. **“Seguimos para atender outra ocorrência, mas percebemos o ônibus parado e passageiros desesperados. Realizamos a abordagem no coletivo. Entramos e o localizamos sentado ao lado de uma passageira, o detivemos e conduzimos para a Delegacia Regional”**, descreveu o soldado Alex Oliveira, da 2ª Companhia do 4º Batalhão da Polícia Militar (CD de Alex Oliveira, PM).
Jeferson prestou depoimento e foi autuado em flagrante pelo delegado de plantão pelos crimes de injúria, ameaça e importunação sexual. Ele foi encaminhado para o Centro de Triagem de Viana, segundo informações da assessoria da Polícia Civil (CI da PC) (A GAZETA, 04/03/2020, grifos nossos).

Destacamos para análise também trechos da N15 e da N16 porque o relato da Polícia Militar se difere do relato fornecido pela vítima, apesar de as notícias se referirem ao mesmo acontecimento. A PM afirma que foi a motorista que chamou a Polícia, mas a mulher diz que foi ela quem chamou, após a motorista não avisar, o que indica a importância da citação direta da voz da vítima:

(N15) Homem é preso por importunar sexualmente passageiras em Transcol
Segundo parágrafo
Segundo a Polícia Militar, que atendeu a ocorrência, **a cobradora da Transcol acionou a Polícia após relatos de passageiros de que o homem estaria excitado dentro do coletivo. Ainda de acordo com o**

boletim de ocorrência, uma vítima desceu do coletivo pois o acusado teria esfregado seu órgão genital no ombro dela.

Último parágrafo

O que diz a PM

A Polícia civil informou que após as partes envolvidas serem ouvidas, decidiu que não tinha como autuar o conduzido. **O delegado concluiu** que o rapaz, embora tenha, em tese, praticado a conduta descrita no art. 215^a do CPB, demonstrou sinais de problemas psiquiátricos, aparentando não estar em plena capacidade mental para responder por seus atos. Foi solicitado o apoio do SAMU na delegacia e os socorristas também tiveram a mesma percepção, sendo o detido encaminhado para o hospital psiquiátrico Adalto Botelho (A GAZETA, 25/09/2019, grifos nossos).

(N16) “A mulher vive com medo”, desabafa vítima de importunação em ônibus

O que você fez?

Levantei incomodada com aquilo e fui até a cobradora e **disse que tinha um tarado incomodando todo mundo, que era para ela avisar o motorista, mas ela não avisou**. Desci no ponto que tive que descer e quando cheguei no local comecei a ligar para a Polícia, que foi me buscar (A GAZETA, 25/09/2019, grifos nossos).

Ambas as notícias abrem espaço para a voz da vítima por meio de entrevista, entretanto, a N15 apresenta a voz da polícia no segundo parágrafo, e depois da entrevista, no último parágrafo, a voz da polícia retorna no subtítulo “O que diz a PM”. Na N15, para introduzir a voz da PM, o jornal utiliza o marcador “segundo” e, para introduzir a voz da Polícia Civil, o verbo de comunicação “informou”. Contudo, a citação que mais chama a atenção é a do delegado. O discurso indireto é iniciado pelo verbo “concluiu”, o que sugere reflexão da parte do delegado sobre se o homem praticou ou não assédio sexual. Interpretação reforçada pelo uso de “em tese” antes de citar o artigo Art. 215 do Código Penal, Lei 13.718, de 24 de setembro de 2018: “Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro” (BRASIL, 2018).

Dessa maneira, o uso de “em tese” coloca em dúvida se o homem pode ser punido ou não, pois o comportamento do assediador foi confrontado com o “diagnóstico” do delegado, corroborado pela “percepção” dos socorristas do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). Ao dar voz ao relato da PM, o jornal pode tentar parecer objetivo ao noticiar o ocorrido, mas contribui para que o crime de gênero seja ignorado nessa notícia e o ato seja relacionado apenas ao “problema psiquiátrico” do homem.

A N16, ao contrário da N15, dá voz unicamente à vítima desde a manchete, por meio de citação direta (“A mulher vive com medo”) para falar sobre as consequências dos crimes de gênero no espaço público. É importante destacar que a jornalista Briza Moreira, vítima do assédio, não entende o problema como algo isolado, mas um problema que afeta as mulheres como grupo social. Dessa maneira, o espaço destinado à voz da jornalista na N16 pode ser compreendido como algo positivo.

A próxima notícia analisada é a N20, a principal fonte de informação dela é o representante da Justiça/Segurança Pública identificado individualmente pelo “agente Luiz Cláudio”, da Guarda Municipal:

(N20) Homem é detido após se masturbar em Transcol e usar a Bíblia para esconder o ato no ES

Um homem foi detido e levado para a delegacia depois de se masturbar dentro de um ônibus Transcol. Segundo testemunhas, o ato se deu em um ônibus da linha 501 desde a Reta da Penha, em Vitória, até o Terminal de Carapina, na Serra, onde ele foi abordado. **De acordo com a Guarda Municipal de Serra**, o homem utilizou uma Bíblia para esconder a masturbação no coletivo (CI da Guarda Municipal).

Ainda **segundo a Guarda**, duas mulheres sentadas próximas ao homem perceberam a atitude suspeita e constataram que ele estava se masturbando (CI da Guarda Municipal).

“A vítima informou que embarcou no coletivo 501, na Reta da Penha, e que, ao chegar próximo ao prédio da Petrobras, uma outra mulher entrou e sentou ao lado da vítima. Essa mulher visualizou o indivíduo que estava na cadeira ao lado, fazendo gestos obscenos e se masturbando, olhando firmemente para a vítima”, **contou o agente Luiz Cláudio, da Guarda Municipal** (CD do agente Luiz Cláudio, da GM).

“Ele informou que toma remédios controlados, que precisava chegar em casa, e que não tinha feito nada, ele nega. Mas tanto a vítima quanto a testemunha afirmam que realmente ele praticou o ato de masturbação, e que foi visto sim no coletivo que o cinto estava aberto e a calça também”, **contou o agente Luiz Cláudio** (CD do agente Luiz Cláudio, da GM).

De acordo com o agente, “ele abriu a Bíblia e tentava esconder o ato. Tinha também uma sacola que estava escondendo o ato que ele estava fazendo”, afirmou (CD do agente Luiz Cláudio, da GM) (A GAZETA, 01/09/2020, grifos nossos).

Na N20, por meio do discurso direto do agente da Guarda Municipal, é relatado que o criminoso “negou o ato”, assim como atribui o assédio a problemas de saúde psiquiátricos “informou que toma remédios controlados”, por isso consideramos que, na N20, o assediador influencia a narrativa da notícia, pois há espaço para o homem justificar o motivo do assédio, mesmo que negue o crime.

A vigésima notícia (N20) se diferencia das demais pelo contexto religioso, a associação ocorre já na manchete com uma crítica implícita ao suscitar a contradição do criminoso, que se esconde atrás da Bíblia (representação material da religião cristã) para cometer o ato. Entretanto, assim como na N15, não há, na fala do agente público de segurança uma relação entre a ação do homem de assediar e um crime de gênero. Nessa notícia, as vozes coletivas são introduzidas por marcadores discursivos “Segundo”, “de acordo com”, enquanto a individual identificada por nome e função é introduzida pelo verbo “contou” e pelo marcador discursivo “de acordo com”.

Compreendemos, a partir da análise das vozes dos representantes da Justiça e Segurança Pública, que a identificação coletiva e individual funciona como uma forma de atrelar credibilidade à fonte de informação por meio da profissão. Percebemos também que as representantes mulheres serem identificadas como fonte de informação individual é relevante e positivo para o jornal, mas elas não são usadas majoritariamente nas notícias.

Como representantes da Justiça e da Segurança Pública, os homens recebem mais espaço no jornal *on-line A Gazeta* para falar sobre o assédio sexual em transporte público nas notícias. As mulheres são identificadas como voz representante individual na N7 (“Juíza Raquel Almeida de Valinho”), na N9 (“Delegada da Polícia Civil, Danielle Oliveira”) e na N12 (“Delegada plantonista, Silvana Paula Castro”) e os homens na N14 (“Capitão Sandro, da PM”), na N15 (“O delegado”), na N18 (“Soldado Alex Oliveira, da 2ª Companhia do 4º Batalhão da PM”) e na N20 (“Agente Luiz Cláudio, da Guarda Militar”). Um representante da Justiça e Segurança Pública ainda é identificado individualmente na N6 (“delegado Guilherme Sodré”), mas não recebe voz.

Nas N7, N9 e N12, as representantes da Justiça foram identificadas individualmente e com o cargo de valor hierárquico superior. O cargo pode ser o motivo para receber espaço como fonte. No caso da juíza, o assédio sexual teve repercussão e foi acompanhado pelo jornal até essa instância. Nas N14, N15, N18 e N20, os representantes são homens, eles não precisam de um cargo superior hierárquico para receber voz, inclusive “o delegado” recebe voz e é identificado individualmente pelo cargo na N15, não é identificado pelo nome próprio.

Natale (2019) defende que a voz policial é uma voz legitimada e destacada pelos jornais e por isso um dos discursos mais ouvidos e creditados pela população. A relação entre a mídia e a polícia, de acordo com a pesquisadora, aponta para o papel ideológico dos meios de comunicação, que não é transmitir a ideologia da ‘classe dirigente’ num figurino conspiratório, mas reproduzir ideias dominantes por meio de hierarquia e seletividade de fontes.

Assim, o discurso policial que coloca em dúvida o discurso da vítima ao afirmar que o assédio aconteceu “em tese”, que usa verbos de relato com sentido argumentativo como “alegaram”, e não relacionam o assédio sexual a um crime de gênero, apenas ressaltando um possível problema psiquiátrico do criminoso, é o discurso predominante e de maior prestígio nas notícias analisadas, depois da voz das vítimas.

5.4.4 As testemunhas e a Ceturb

As testemunhas, também identificadas como passageiros, apesar de não receberem tanta credibilidade como a Polícia Militar, são citadas coletivamente como fontes de informação na N6, N18 e N20:

(N6) “Não gosto de mulher” diz homem que ejaculou em passageira
Em meio ao desespero, **um outro passageiro viu a situação e disse para a vítima pedir ajuda ao cobrador** (CI do passageiro) (A GAZETA, 26/10/2018, grifos nossos).

(N18) Homem é preso por assediar universitária dentro de ônibus em Vila Velha
Outros passageiros perceberam a situação e pediram ajuda a uma viatura da Polícia Militar que passava no sentido oposto (CI dos passageiros) (A GAZETA, 04/03/2020, grifos nossos).

(N20) Homem é detido após se masturbar em Transcol e usar a Bíblia para esconder o ato no ES
Um homem foi detido e levado para a delegacia depois de se masturbar dentro de um ônibus Transcol. **Segundo testemunhas, o ato se deu em um ônibus da linha 501 desde a Reta da Penha, em Vitória, até o Terminal de Carapina, na Serra, onde ele foi abordado** (CIn das testemunhas) (A GAZETA, 01/09/2020, grifos nossos).

Nas N6 e N8, os relatos das testemunhas são tão curtos que podem ser confundidos com a narração do jornal. Apenas na N20 há o uso do marcador discursivo “segundo” para explicitar a citação inserida das testemunhas. Assim, suas vozes só

aparecem para reforçar a palavra das vítimas e indicar a veracidade dos fatos, mas sem nenhum detalhe sobre suas identidades. Não recebem nome, idade e dificilmente são diferenciados por gênero. Apenas uma notícia utiliza a voz direta de uma testemunha e a identifica a partir da idade (“estudante de 18 anos) e da sua classificação perante a vítima (“amiga”), na N10 “Passageiro é preso por assediar professora de inglês em coletivo”.

A próxima voz acionada pelo jornal *A Gazeta* para falar sobre os casos de assédio sexual em transporte público denunciados nas notícias é a Companhia Estadual de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado do Espírito Santo (Ceturb/ES). As N2 e N3 relatam o mesmo acontecimento, por isso a nota, gênero enviado pela Ceturb ao jornal, é igual nas duas notícias. Assim, a fonte é institucional por ser enviada por um órgão do governo e o discurso é direto:

(N2) Professora denuncia abuso sexual dentro de Transcol na Serra

(N3) Polícia procura acusado de abusar sexualmente de mulher no Transcol
Acionada pela reportagem, a Ceturb enviou a seguinte nota:

“Casos como o relatado pela vítima estão relacionados à segurança pública, dessa forma, não cabe à Ceturb-GV se posicionar sobre o assunto. Com relação à conduta do motorista, a empresa responsável pelo veículo que fazia a viagem no horário relatado pela vítima irá apurar os fatos e, se necessário, repassar as imagens gravadas pelo sistema interno do coletivo para as autoridades competentes” (*A GAZETA*, 20/07/2017, grifos nossos).

No excerto selecionado, identificamos que a voz de *A Gazeta* é publicada depois de ser informado que a Ceturb só se pronunciou sobre o caso após ser “acionada” pelo jornal. A Ceturb, por sua vez, atribui a responsabilidade de se posicionar sobre o ocorrido à segurança pública, além disso, não confirma a má conduta do motorista, apenas sugere que vai investigar. Entretanto, como o caso não foi mais noticiado, não há informações sobre possíveis punições ao motorista ou se a polícia utilizou as imagens do sistema de segurança do ônibus.

Na notícia seguinte, em que a voz da Ceturb é mais uma vez “questionada”, a companhia dá uma resposta mais contundente como a que se espera de um órgão estadual, por meio de verbos de comunicação como “afirmou”, “disse” e “destacou”:

(N8) Após homem ejacular em mulher, passageiras relatam outro caso
Questionada pela reportagem da *Gazeta Online*, a **Companhia Estadual de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado do Espírito Santo**

(CETURB) afirmou que uma nova campanha contra assédios nos coletivos vai ser veiculada nos meios de comunicação em breve. O órgão disse que faz ações parecidas “visando a estimular tanto vítimas quanto usuários do sistema Transcol a denunciarem casos de assédio dentro dos ônibus”.

A companhia também destacou que os motoristas e cobradores são orientados a procurarem a polícia para que a vítima possa registrar um boletim de ocorrência (A GAZETA, 26/10/2018, grifos nossos).

Na nota, a companhia retoma o assunto orientação de motoristas e, dessa vez, chama a atenção para o que é pedido aos motoristas para fazerem quando um caso de assédio sexual ocorrer no transporte público. Quanto à informação divulgada pela Ceturb sobre uma nova campanha contra o assédio sexual em transporte público, não encontramos nenhuma informação sobre isso depois da campanha de 2017, anterior à notícia. Todavia, em 2019, o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Espírito Santo (Setpes) divulgou o número de telefone 180 para denúncias e chamou atenção para o rigor da Lei que tipifica o assédio sexual como crime, por meio de peças publicitárias *on-line* e *off-line* (EFFGEN, 2019).

Na N23, não há escolha lexical que indique se a Ceturb se pronunciou voluntariamente ou se o jornal solicitou as informações, mas as informações são expostas por meio de discurso indireto e são as mesmas da N18, apenas com outras palavras:

(N23) Homem se masturba em ônibus do Transcol e passageira denuncia à polícia

Sobre este caso, a Companhia Estadual de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado do Espírito Santo (CETURB) **informou que orienta os motoristas a ficarem atentos e, sempre que ocorrer algo neste sentido dentro de um ônibus, a orientação é que procurem a polícia mais próxima para que a vítima possa ser amparada imediatamente. Além disso, as imagens das câmeras internas dos coletivos ficam à disposição das autoridades (A GAZETA, 15/07/2021, grifos nossos).**

Na N23, a responsabilidade, novamente, é atribuída, pela Ceturb, à segurança pública. Contudo, na última notícia analisada, o órgão divide a responsabilidade pela segurança do coletivo com as “autoridades” ao informar que orienta os motoristas a prestarem atenção em casos de assédio e notificarem a polícia.

Dito isto, ao comparar a abordagem do jornal as falas de representantes da polícia e as falas da Ceturb, percebemos que *A Gazeta* parece não cobrar da polícia da mesma forma que cobra a Ceturb. Enquanto a polícia é fonte de informação do

acontecimento e responsável pelas prisões, a Ceturb deve explicações sobre o porquê dos casos de assédio sexual em transportes públicos no Espírito Santo. Ações da Justiça/Segurança pública não parecem necessárias para prevenir o crime de gênero e nem são devidamente cobradas pela instituição jornalística.

5.5 CONHECIMENTO: as crenças compartilhadas nas notícias do jornal *on-line A Gazeta* sobre assédio sexual contra mulheres

De acordo com van Dijk (2016c), para compreender uma notícia os leitores devem ter e ativar um vasto conhecimento sobre o mundo. Em adição ao conhecimento antigo e pressuposto, a notícia ainda apresenta conhecimento novo. Logo, nesta análise nos interessa saber quais os conhecimentos que o jornal *on-line A Gazeta* quer compartilhar com os seus leitores sobre assédio sexual contra mulheres em transporte público.

5.5.1 Discurso feminista como conhecimento

O discurso feminista está presente e é identificado nas notícias sobre assédio sexual contra mulheres em transporte público publicadas no jornal *on-line A Gazeta*. O conhecimento de feministas é classificado por van Dijk (2012 [2008]) como conhecimento compartilhado por grupo específico, não pode ser considerado cultural geral porque é contestado por outros grupos que compartilham crenças diferentes sobre temas defendidos por feministas, como os machistas e conservadores.

De acordo com hooks (2018, p. 119), o movimento feminista é engajado, atualmente, em determinadas pautas: igualdade salarial entre homens e mulheres; igualdade de participação política; direito ao aborto; enfrentamento à violência contra mulheres; liberdade sexual, etc. Além disso, existe uma vertente do feminismo que busca ressaltar e corrigir injustiças contra mulheres negras ao considerar uma abordagem interseccional.

Em relação a alguns temas, como o aborto, conforme hooks (2018), o movimento tem enfrentado uma reação antifeminista organizada de posicionamento político de direita que se baseia em interpretações fundamentalistas da religião. Acreditamos

que o discurso de base feminista é fundamentado em conhecimento, ao contrário do que pensam os machistas, para eles o conhecimento feminista não passa de opinião.

Observamos, em todas as notícias dos excertos destacados, com exceção da N1, que a vítima está atrelada a uma “posição de conhecimento”, seja por ser “estudante” e “universitária”, seja por ser “jornalista” e “professora”:

(N1) Homem é preso por ato obsceno em ônibus na Serra
 “Para **nós mulheres**, essa é uma situação muito difícil. Só quem passa sabe, você não consegue ter reação. Até um rapaz que estava no ônibus questionou ‘mas será que isso aconteceu mesmo?’, então fica essa questão de dúvida. **O povo acha que a gente é vagabunda. Você não pode mais sair de casa de camiseta e bermuda que falam que você é vagabunda**”, disse a vigilante (A GAZETA, 06/02/2016, grifos nossos).

(N16) “**A mulher vive com medo**”, desabafa vítima de importunação em ônibus
 O que você espera daqui para frente?
 Espero que as mulheres denunciem mais e que seja feita justiça. Quero que **a mulher tenha liberdade de ir e vir com a roupa que quiser e na hora que quiser** (A GAZETA, 25/09/2019, grifos nossos).

Nas N1 e na N16 as vítimas, “vigilante de 38 anos” e “estudante de segurança do trabalho, Briza Moreira, de 40 anos”, respectivamente, abordam o problema social assédio sexual contra mulheres recorrendo a uma perspectiva coletiva. Não se limitam a abordar apenas o seu caso específico.

Na N1, a vítima utiliza o pronome na terceira pessoa do plural “nós” para se referir ao assédio sexual como um problema de grupo, na N16, essa associação é feita pelo artigo definido antes do substantivo indicador de gênero “A mulher”. Outro ponto em comum entre o discurso feminista presente nas duas notícias é a associação entre a roupa e o assédio feito por quem tem um discurso machista, que aparece implicitamente, porque o jornal não descreve a roupa usada pelas mulheres, mas abre espaço para que as mulheres critiquem e justifiquem o uso da roupa “camiseta e bermuda”.

Nas notícias N2, N3, N12 e N19, as mulheres vítimas também recebem voz e falam por meio de discurso direto sobre o assédio sexual a partir de uma perspectiva coletiva:

(N2) Professora denuncia abuso sexual dentro de Transcol na Serra
 (N3) Polícia procura acusado de abusar sexualmente de mulher no Transcol

“Quantas e quantas mulheres são assediadas todos os dias e ninguém fala nada? O motorista não parou o ônibus, ninguém levantou pra dizer nada e a viagem seguiu como se nada tivesse acontecido”, lamenta. (A GAZETA, 20/07/2017, grifos nossos).

(N12) Passageira denuncia assédio em Transcol e acusado é detido em Vila Velha

Todo dia **a gente vê mulheres e crianças sendo assediadas e abusadas**. Fiz isso não só por mim, mas com todas as mulheres. Que os homens tenham mais cuidado porque **agora as mulheres têm mais força para falar**. Ele me olhava com desdém e eu me senti um lixo. A gente acha que nunca vai acontecer com a gente”, afirmou. (A GAZETA, 17/02/2019, grifos nossos).

(N19) Universitária compra arma de choque para se defender de assédio em ônibus

A jovem também deixou um recado para outras mulheres que são vítimas de crimes sexuais dentro de coletivos. **“A culpa não é sua. E para as pessoas que estão em volta, se perceberem o que está acontecendo, se coloquem no lugar do outro, pois hoje fui eu, mas amanhã pode ser a filha, a esposa ou a mãe de um deles**. Não desejo o que passei ninguém, mas todas estamos sujeitas. Por isso, sejam solidários e ajudem”, completou (A GAZETA, 11/03/2020, grifos nossos).

A N2 e a N3 utilizam o plural para se referir “às mulheres” como categoria social. A vítima, “professora de 24 anos”, utiliza expressão de tempo para indicar a frequência com que os assédios acontecem “todos os dias”, algo que se repete na N12, quando a “jornalista” afirma “Todo dia a gente vê mulheres e crianças sendo assediadas e abusadas”. Além disso, acrescenta as crianças porque sabe que os assédios e abusos se estendem às mais novas e que a violência contra elas tem a mesma origem, o patriarcado.

Outra referência ao tempo acontece no uso do advérbio “agora” na N12, ele sugere uma mudança observada pela vítima no comportamento das mulheres “agora as mulheres têm mais força para falar”. De acordo com van Dijk (2017 [2011]), as expressões dêiticas, como “agora”, “hoje” ou “na quinta” fazem referência à dimensão temporal da situação atual e são utilizadas como um ponto de referência para localizar temporalmente os eventos acerca dos quais se fala. Assim, a fala da jornalista sobre “força” pode se referir às leis atuais que abarcam a violência contra a mulher.

Na N19, o discurso de conhecimento feminista aparece no momento em que a vítima “universitária de 21 anos” direciona para outras mulheres a afirmação “A culpa não é sua”. Uma ideia muito defendida nos últimos anos por feministas com o

objetivo de modificar a tendência social de culpabilizar a vítima pela própria violência sofrida e mitigar os atos do agressor.

Na mesma notícia, a vítima convoca outras pessoas a ajudarem mulheres no momento do assédio sexual. O argumento se baseia no gênero de pessoas conhecidas das testemunhas “se coloquem no lugar do outro, pois hoje fui eu, mas amanhã pode ser a filha, a esposa ou a mãe de um deles”.

Apesar de não ser necessário para um homem ter relação familiar com mulheres para ajudar desconhecidas em uma situação de assédio sexual, o jornal on-line *A Gazeta* selecionar a afirmação “A culpa não é sua” é importante e necessária. Isso porque, conforme resultado de pesquisa do IPEA (OSORIO; FONTOURA, 2014) sobre a percepção social das famílias acerca das políticas públicas implementadas pelo Estado, um número significativo de entrevistados, 58,4%, concordam que “se as mulheres soubessem se comportar, haveria menos estupros” e, conseqüentemente, menos assédios sexuais. A noção de que as mulheres provocam a sua própria violência, nasce da crença de que os homens são biologicamente incapazes de controlar suas vontades sexuais.

Por intermédio das análises dos discursos fundamentados em pautas feministas encontrados nas notícias, compreendemos que o conhecimento das mulheres nas notícias analisadas pode ser considerado social porque é legitimado por instituições acadêmicas como universidades, mas também um conhecimento pessoal, adquirido em eventos de experiência pessoal ao observar ou vivenciar situações de violência contra mulheres.

5.5.2 Discurso jurídico como conhecimento

O segundo conhecimento identificado nas notícias foi o jurídico. Podemos classificá-lo a partir das distinções propostas por van Dijk (2012) [2008]) como um conhecimento compartilhado por um grupo específico porque leis podem ser modificadas, extintas e atualizadas, assim como para serem sancionadas precisam de uma maioria de votos.

O conhecimento jurídico foi percebido nas N4, N6, N9 e N19:

(N4) Estudantes de Psicologia fazem campanha contra assédio no Transcol
Canais de denúncia

Assédio sexual é crime e as vítimas devem procurar o **Distrito Policial de Atendimento à Mulher** mais próximo, para que a denúncia seja formalizada para que o caso possa ser investigado e executor do ato punido.

Outros meios para denúncia são: ligar para o telefone do **Centro Integrado de Defesa Social (Ciodes) pelo número 190**, ou para a **Central de Atendimento à Mulher pelo número 180** (A GAZETA, 22/09/2017, grifos nossos).

A N4 informa que a violência sofrida é crime, algo positivo para avaliação do jornal. Outras notícias informam a lei usada para prender o assediador, mas a N4 se diferencia, nesse aspecto, porque, além de afirmar que o assédio é considerado crime antes da promulgação da Lei de Importunação sexual, a notícia sugere canais de denúncia, desde o ambiente físico “Distrito Policial de Atendimento à Mulher” a números de telefone para pedir ajuda.

As outras notícias informam que existe uma nova lei (N6: “Lei da importunação sexual, 13718/2018”), qual a compreensão dessa lei sobre o crime (N19: “Caracteriza-se pela prática de ato libidinoso na presença de alguém de forma não consensual, com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro”), qual a punição para o criminoso (N9: “penas previstas de um a cinco anos de reclusão”) e como era tratado o crime antes da referida Lei ser sancionada (N6: “o crime era tratado como contravenção penal, sem previsão de detenção quando preso em flagrante”):

(N6) “Não gosto de mulher” diz homem que ejaculou em passageira
 Douglas foi **autuado por importunação sexual, uma nova lei que pode gerar até cinco anos de reclusão.**

Prisão

O acusado Douglas Dias Silva, 20 anos, foi autuado em flagrante pelo **crime de importunação sexual se tornou infração penal em 24 de setembro deste ano, ao entrar em vigor a lei 13718/2018, com penas prevista de 1 a 5 anos de reclusão** (A GAZETA, 26/10/2018, grifos nossos).

Antes, o crime era tratado como contravenção penal, sem previsão de detenção quando preso em flagrante.

(N9) Idoso é **preso por importunação sexual** dentro de ônibus em Cariacica

LEI DE IMPORTUNAÇÃO SEXUAL

A Lei de Importunação Sexual - 13.718 de 2018 - foi sancionada no dia 24 de setembro com penas previstas de um a cinco anos de reclusão.

Antes o crime era tratado como contravenção penal, sem previsão de detenção quando preso em flagrante (A GAZETA, 06/11/2018, grifos nossos).

(N19) Universitária compra arma de choque para se defender de assédio em ônibus

O crime de importunação sexual integra o artigo 215-A do Código Penal e entrou em vigor em 2018. Caracteriza-se pela prática de ato libidinoso na presença de alguém de forma não consensual, com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro. A pena base prevista para este delito é de 1 a 5 anos de reclusão (A GAZETA, 11/03/2020, grifos nossos).

Os trechos sugerem que o jornal opta por abordar a Lei da importunação sexual nas notícias N4, N6, N9 e N19 por meio de conhecimento jurídico e não de opiniões. Percebemos também que o jornal *A Gazeta* não apresenta, nas notícias que compõem o corpus, dados sobre o assédio sexual contra mulheres no Espírito Santo, antes da promulgação da Lei ou depois. Assim, o leitor adquire conhecimento sobre a nova Lei, mas não sobre o que a torna necessária: os altos índices de assédio sexual contra mulheres no Estado.

5.5.3 O conhecimento do advogado

Uma fonte de conhecimento que aparece é a de um professor de Direito, isto é, uma voz legitimada pela profissão. Ele não é testemunha ou lidou diretamente com o caso noticiado, mas seus conhecimentos profissionais foram suscitados pelo jornal. Destacamos, a seguir, a extensa parte da N8 que apresenta a voz do advogado:

(N8) Após homem ejacular em mulher, passageiras relatam outro caso
IMPORTUNAÇÃO SEXUAL

Casos como o do rapaz que ejaculou em uma mulher dentro do Transcol são considerados importunação sexual. Há um ano a legislação nova entrou em vigor, incluindo atos como apalpar a pessoa, “encoxar” alguém dentro do coletivo ou ejacular sobre alguém. A pena é de até cinco anos de prisão.

Segundo o professor de Direito Israel Jório, em entrevista ao Bom Dia Espírito Santo, antes o Código Penal não previa para esses tipos de crimes.

Antes era considerado importunação ofensiva ao pudor, que tinha prevista a pena de, no máximo, multa. Poderia ser considerado também ato obsceno, com pena muito baixa também. Israel Jório, professor de Direito.

ESTUPRO

O professor lembra que desde 2009 existe uma alteração na legislação sobre o estupro. Atos que utilizam violência, mesmo nem sempre tendo a penetração vaginal, também são colocados como estupro. A pena varia de 6 a 10 anos de prisão. **“Não é só o sentimento de temor que a pessoa sentiu, mas o uso de grave ameaça”**, pontuou.

Ao ser questionado sobre o beijo à força, no entanto, o professor lembra que casos assim não são caracterizados estupro, mesmo com o uso da força da violência.

“O beijo à força pode ser considerado constrangimento ilegal. Mesmo havendo o uso da força, tem que ter cuidado para não relacionar com atos como o coito anal ou o coito oral. Não tirando por menos, mas o contato com a boca é momentâneo e acho exagerado caracterizar como estupro”, declarou.

DENÚNCIA FEITA NA HORA

O professor lembra que é importante quando a vítima faz a denúncia logo após o crime acontecer, por causa da maior possibilidade de apuração dos fatos.

Não é recomendável fazer o boletim depois porque é possível encontrar vestígios gritantes do crime logo após acontecer e também ouvir testemunhas que viram alguma coisa e podem ajudar. Israel Jório, professor de Direito (A GAZETA, 26/10/2018, grifos nossos).

A primeira parte destacada apresenta conhecimento jurídico sobre a Lei de importunação sexual, o tempo que a Lei entrou em vigor “há um ano” e o que pode ser classificado como crime de importunação sexual “apalpar a pessoa”, “encoxar” e “ejacular sobre alguém” dentro do coletivo. Ademais, informa o tempo previsto de detenção do criminoso.

A análise da primeira parte “Importunação sexual” indica tratamento de prestígio do jornal quando “o professor de Direito Israel Jório” é identificado e introduzido a partir de artigo definido seguido de profissão. A voz de Israel informa que o Código Penal não considerava os atos de assédio como crime, pois a pena consistia em multa, o que é considerado por Israel “pena muito baixa”. Logo, além do conhecimento há nessa primeira parte, uma opinião do advogado.

A segunda parte “Estupro” apresenta a informação dada pelo professor de que o crime de estupro, uma forma de violência sexual, existe desde 2009. Israel informa, com base na Lei, que não é necessário a penetração vaginal para ser considerado estupro, o medo gerado na vítima e a grave ameaça também indicam o tipo de crime “Não é só o sentimento de temor que a pessoa sentiu, mas o uso de grave ameaça”.

Até esse trecho, o advogado está se baseando na Lei, mas, ao ser questionado sobre o beijo à força, ele esboça uma opinião que pode ser baseada em experiência (conhecimento pessoal) porque a descrição dada por Israel de estupro também pode ser aplicada ao beijo à força, pois, nessa ação, pode ser usada força, ameaça e gerar medo. A mulher pode aceitar a violência e não reagir ou denunciar porque tem medo do que o agressor pode fazer após o beijo.

Ademais, ao contrário do que diz o advogado sobre as mudanças na Lei de Crimes Sexuais, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (2015), argumenta que o novo texto transforma em delito grave outras ações como os beijos forçados. Logo, são agressões sexuais e podem ser penalizadas como estupro. Dessa forma, o jornal demonstra não conhecer a lei ou deliberadamente força discursos que amenizam a violência sexual. Em outros termos, o jornal não informa, nessa parte, ele legitima a opinião de um advogado homem ao escolher excluir da notícia informações jurídicas, além de deixar de promover um debate sobre o tema e informações importantes que podem ajudar a diminuir ou a erradicar o problema social.

De acordo com van Dijk (2017 [2011]), o léxico empregado expressam opiniões que estão no modelo mental semântico do autor ou das atitudes socialmente compartilhadas que o autor tem quando faz referência a outras pessoas. Assim, ao falar, o autor também sinaliza algo de sua própria identidade e ideologia. Acontece provavelmente com todas as expressões de opinião: dizem algo sobre a pessoa que expressa a opinião, mas também sobre a que se faz referência.

Na terceira parte destacada da notícia “Denúncia feita na hora”, o advogado informa que é melhor realizar o boletim de ocorrência logo depois do ocorrido, mas não informa sobre a dificuldade, vergonha e despreparo da vítima. Assim, o jornal contribui para reproduzir mais estereótipos de mulheres assediadas quanto à reação e, mais uma vez, não apresenta a causa do problema.

Por conseguinte, os leitores podem formar modelos mentais errados sobre o assédio sexual em transportes públicos e suas vítimas e serão induzidos a suscitar essas interpretações construídas quando lerem outras notícias. Dessa forma, a oitava notícia analisada (N8) pouco contribui para as informações acerca do tema, a não ser vender o acontecimento como espetáculo na notícia. Assim, o conhecimento, ou sua falta, deixa pressupor um viés ideológico nas notícias que reforçam estereótipos sobre o que é assédio na sociedade.

CAPÍTULO 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestas considerações finais apresentamos uma síntese dos resultados dos dados coletados, bem como reflexões sobre as descobertas que fizemos sobre o discurso do jornal *A Gazeta* acerca do assédio sexual contra mulheres em transporte público e como é possível melhorá-lo. Para isso, dividimos as considerações em três seções, a primeira se detém aos resultados dos dados, na segunda, fazemos ponderações acerca dos resultados das análises e de leitura de notícias que não fazem parte do corpus, mas apresentam aspectos positivos sobre o tema. Por fim, na terceira seção, em diálogo com o “Manual Elas no ônibus: abordagem noticiosa da importunação sexual de mulheres”, propomos alguns pontos para apresentar as vítimas com maior dignidade.

6.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS DOS DADOS ANALISADOS

Esta pesquisa buscou fazer uma análise discursiva de notícias do jornal *on-line A Gazeta* sobre assédio sexual contra mulheres em transporte público no Espírito Santo, por isso os capítulos foram organizados de forma a atender o objetivo da pesquisa que é analisar estratégias linguístico-discursivas, e se (ou como) as estruturas linguístico-discursivas funcionam como estratégias de ideologia e podem ser usadas para normalizar ações de violência.

Assim, nesta seção, iremos sintetizar as descobertas feitas com base nos objetivos específicos.

Na análise dos tópicos, lançamos mão da estratégia de sumarização para identificarmos se resumem a notícia e se a manchete reflete a macroestrutura. Na análise dos tópicos, percebemos a tendência de o jornal *A Gazeta* de usar macroproposições na passiva que apagam atores importantes para compreensão do acontecimento, como a polícia que efetiva a prisão, o homem que assedia e a mulher como vítima. Essa estrutura discursiva pode enfatizar os locais onde ocorreram o assédio sexual e influenciar o leitor a associar o tipo de violência estudada às mulheres mais pobres, mesmo que o assédio ocorra em outros espaços. Além disso, verificamos que o medo da mulher de pedir ajuda foi colocado em

segundo plano, exceto na notícia N16. Essas interpretações sugerem que dificilmente as manchetes apresentam assuntos relevantes para discutir o problema.

Ao comparar as manchetes do corpus, percebemos que uma quantidade significativa topicaliza ações das mulheres e usa da estrutura discursiva para defender as vítimas ou causar emoção/comoção nos leitores. Desse modo, pode indicar a tentativa de valorizar a vítima que denuncia, mas, implicitamente, julga quem não pede ajuda. Em contrapartida, os atos criminosos dos assediadores são topicalizados na maioria das notícias, o que entendemos como algo positivo para o jornal *A Gazeta*, porque as notícias enfatizam o criminoso e não agem discursivamente para justificar a ação agressora.

Percebemos também que, em algumas manchetes, há valorização da ação dos atores sociais “Polícia”, “Estudantes de Psicologia” e “Justiça”. Entretanto, na N4, a manchete “Estudantes de Psicologia fazem campanha contra assédio no Transcol” não reflete a macroestrutura, os sentidos dos tópicos sumarizados indicam que a campanha é a favor das denúncias como forma de combater o assédio sexual, mas não discute o problema como uma questão de gênero. Dessa maneira, ela pode influenciar a compreensão dos leitores sobre causas do assédio sexual em transporte público, mas dificilmente refletirão sobre ações sociais ou políticas públicas mais efetivas para combater o tipo de violência sexual estudada.

Dessa maneira, com base na análise comparativa de N2 e N3, N10 e N11, N15 e N16, N18 e N19, podemos interpretar que, no jornal *A Gazeta*, os sentidos dos tópicos podem variar de acordo com a seção em que a notícia é publicada, enfatizar traços emocionais na estrutura discursiva ou construir uma estrutura narrativa policial. Isso pode indicar que a matéria é enxergada, principalmente, como mercadoria, porque busca “agradar” o leitor alvo. Além disso, coloca em segundo plano ou apaga em algumas notícias informações relevantes sobre as consequências do assédio sexual para as mulheres e sobre a responsabilidade penal em crimes praticados por pessoas com “problemas psiquiátricos”. Por consequência, podemos inferir que o jornal está comprometido parcialmente em destacar estruturas discursivas relevantes sobre o assédio sexual contra mulheres em transporte público para diminuir ou sanar o problema social. O jornal *A Gazeta* parece não se comprometer em topicalizar a informação mais importante do ponto

de vista sócio-educativo e não discute as questões de gênero que influenciam o assédio sexual contra mulheres.

Na análise dos atores sociais, investigamos quais são identificados ou não, além de como eles são representados no discurso e qual a implicação social dessa representação. Dessa maneira, pontuamos a identificação e descrição dos atores sociais “vítima”, “assediador”, “representantes da Justiça e da Segurança Pública” (“guarda municipal”, “polícia”, “advogado”, “juíza”), “estudantes de Psicologia”, “passageiros(as)” e “motoristas”. Entretanto, nos detivemos aos atores sociais “vítima” e “assediador” por entender que os demais podem ser analisados também na categoria fonte.

Sobre as vítimas, são representadas a partir da idade, do gênero, da profissão, do nome próprio e da relação com o agressor. A maioria das mulheres têm entre 18 e 29 anos, algo ressaltado na análise da N10, pois a idade e o lugar para onde estava indo uma mulher (“de 18 anos estava indo se divertir em uma praia no domingo”) sugere juízo de valor sobre a interação, que pode estar relacionada ao modo como estava vestida, pois discursos machistas sustentam que dependendo da roupa que está vestindo, a mulher é “culpada” por ter seu corpo objetificado sexualmente pelo homem.

As profissões das vítimas são citadas como forma de indicar seu lugar social e, portanto, a “validade” de sua fala de mulher que sofreu uma agressão desse tipo. As profissões citadas são de representantes de elite simbólica, consideradas assim por terem acesso ao poder público por meio do conhecimento, como observado na N10 (“professora de inglês” e “jovem de 18 anos”) e na N12 (“jornalista” e “mulher religiosa de 54 anos”). A representação das mulheres está associada aos lugares para onde estavam indo e com quem “para a praia acompanhada de amigos” e “para a igreja”. Isso pode indicar também que a palavra de algumas tem um valor maior e o assédio é compreendido como algo mais grave em algumas notícias do que em outras. Assim, há uma representação menos negativa para as mulheres que frequentam o espaço de trabalho, andam acompanhadas, buscam conhecimento e se munem de armas para tentar reagir ao crime. Entretanto, essa representação positiva não é associada às mulheres que não denunciam.

Outras vítimas que receberam uma representação positiva por associação a algo foram “filha de sargento” e “universitária”. A credibilidade de suas vozes é construída com base na figura do pai, a primeira em maior proporção por causa da profissão do pai “policial”, já a segunda necessita também do qualificador “universitária”. Assim, nessas notícias, a representação positiva da mulher assediada é amparada por um discurso patriarcal.

Além disso, o jornal reforça uma necessidade das vítimas de justificar a reação não imediata ao assédio sexual. Isso ocorre por meio de relatos semelhantes e frequentes de mulheres em diferentes notícias. As falas em primeira pessoa revelam muito certa consciência das vítimas sobre a construção identitária da mulher na sociedade, de que são subjugadas pela roupa que vestem, pela reação imediata ou não à violência e pela forma como se expressam. Entende-se, desse modo, que, para os machistas, respeito é direito apenas das mulheres que se portam de acordo com determinadas normas sociais de gênero e sexualidade.

Quanto aos assediadores, eles são representados de acordo com a faixa etária, por gênero, na relação social estabelecida com a vítima e com as testemunhas, por nome e de acordo com o papel no assédio sexual. Os assediadores são representados em 21 das 23 notícias de forma genérica com o uso do termo “homem”, e o seu uso excessivo em comparação com outras classificações como “passageiro” pode evidenciar a não construção de diferentes perfis de assediadores. A não apresentação de um perfil próprio do criminoso ocorre em 18 de 23 e isso pode esconder os diferentes perfis dos assediadores.

Além disso, o uso contínuo do termo “suspeito” pelo jornal *A Gazeta* após divulgação do Código de Ética 2019/2020 sugere que representar os assediadores dessa forma é uma escolha, visto que informações como “preso em flagrante”, “o motorista viu toda situação” e “testemunha [...] levada para prestar depoimento” presentes em notícias de 2019 e 2020 se encaixam nos critérios do documento “Rede de valores”, que permite a divulgação da identidade dos assediadores nessas circunstâncias. Dessa maneira, acreditamos que o termo “suspeito” pode suscitar descrédito sobre a fala da mulher assediada, principalmente para o leitor que não tem o costume de ler toda a notícia, pois, nesse tipo de crime, muitas vezes, não há testemunhas ou

danos físicos visíveis. O que põe em evidência a relação sobre a palavra da mulher *versus* a palavra do homem.

Quanto às ações sociais assediar e importunar, analisamos como são descritas e representadas. Inicialmente o jornal *on-line A Gazeta* utiliza o termo “ato obsceno” e o diferencia do assédio sexual no trabalho. Depois identifica o ato de “abuso sexual” e enfatiza que o termo “assédio” é usado apenas pela vítima, o que sugere a tentativa de o jornal de se isentar da responsabilidade de representar a ação descrita e praticada pelo homem como assédio. Algo que também aparece na nota enviada ao jornal pela Ceturb, que não especifica o tipo de crime cometido, apenas faz referência ao acontecimento.

Os sinais de mudança na representação da ação social assédio sexual inicia na quarta notícia analisada, porque, nessa matéria, o jornal *A Gazeta* reconhece o assédio sexual como crime cometido não apenas no espaço de trabalho, também no transporte público “Transcol”. Entretanto, não descreve ações sociais que podem ser identificadas como assédio sexual e, na quinta notícia, faz o contrário, descreve a violência, mas não identifica o tipo de crime de acordo com a legislação.

A falta de uma lei entre 2016 e 2017 que abarcasse o assédio sexual contra mulheres em transporte público pode ter influência sobre a falta de padronização do jornal nas notícias sobre o tema. Uma interpretação que pode ser reforçada pela dificuldade de encontrar notícias que se encaixem nos objetivos da tese mesmo diante de muitas denúncias informadas pela SESP (2022).

A partir da análise da sexta notícia que compõe o corpus, percebemos um padrão, em alguns textos, na forma de representar a ação social assédio sexual em transporte público. Na N6, o “assédio” é identificado, pela primeira vez, pelo jornal como “importunação sexual” em referência à Lei, uma representação que também ocorre em outras notícias.

A representação da ação social estudada com base na Lei da importunação sexual ou utilizando o termo “assédio sexual” como sinônimo pode ser classificada como positiva, porque relaciona o ato a um crime e, em razão disso, evidencia as consequências desse ato para os assediadores (a prisão), o que podemos considerar como uma forma de combater a violência de gênero.

Apesar de criminalizar ações sociais de assédio sexual, parece haver uma hierarquização de tipos na oitava notícia analisada, como se uma fosse mais grave do que a outra. Na N8, o crime é identificado como “piadinhas”, essa representação pode levar o leitor a considerar o assédio sexual verbal algo menor do que o físico, também porque o machismo estrutural influencia homens e mulheres a enxergar “piadinhas” como normais. Assim, o jornal também naturaliza e eufemiza o assédio sexual por meio da reprodução da palavra utilizada pela vítima.

Avaliamos como positiva a escolha lexical do jornal on-line *A Gazeta* “assédio” ou “assediar” para identificar o crime sexual cometido contra mulheres em transporte público e estudado nesta tese. A visão positiva sobre a escolha do termo decorre de dois motivos: 1) Referência à Lei do assédio sexual, que é mais antiga e reconhece a relação de poder existente entre assediador e vítima; 2) O termo importunar, utilizado na Lei da importunação sexual para abarcar o tipo de crime estudado nesta tese, não parece sugerir a relação social e cultural de submissão da mulher ao homem. Todavia, reconhecemos a importância de citar a Lei ou referir-se a ela em notícias sobre assédio sexual contra mulheres em transporte público no Espírito Santo.

Por fim, nesta categoria, avaliamos como algo negativo a não identificação do crime em algumas notícias como assédio sexual ou importunação sexual para referir-se ao acontecimento, visto que o jornal também deveria atentar-se para o seu papel social. Ao não identificar o tipo de crime, *A Gazeta* não informa como o ato é punido via legislação em algumas notícias e, dessa maneira, não cumpre parcialmente o objetivo cívico de formar, e não somente informar. Em termos de ação social, é importante reforçar a necessidade de o jornal investir em notícias mais educativas. Assim, o leitor é forçado a criar um modelo mental sobre o tipo de violência sexual por meio de outras leituras ou situações sociais vividas, o que pode levá-lo a criar um modelo mental errado sobre o que é assédio sexual em transporte público. O mesmo pode acontecer quando o jornal não descreve o ato criminoso.

Na análise das fontes, investigamos quais são e como as informações são relatadas: as vítimas, os assediadores, os representantes da Justiça e da Segurança Pública, as testemunhas e a Ceturb. As vítimas são as principais fontes de informação do jornal *on-line A Gazeta* em notícias sobre assédio sexual contra mulheres em

transporte público, e podem ser identificadas como “definidores primários”. Consideramos isso positivo, pois as notícias sobre violência contra mulher têm a tendência de apagar a voz da vítima e destacar a do criminoso, como afirma Natale (2020).

Quanto aos verbos de relato utilizados nas notícias identificamos 19 variações, eles são relacionados à construção da imagem da vítima. Os verbos “descreveu” e “detalhou” são usados para finalizar a descrição de assédios sexuais, já os verbos “garante”, “exclama”, “frisa”, “alega”, “explica”, “destaca” e “afirma” parecem ter um sentido mais incisivo e argumentativo, atribuindo à vítima a responsabilidade pelas suas afirmações. Os verbos “lamentou/lamenta” e “desabafa” sugerem emoção. A maioria dos verbos (“narra”, “completou”, “complementou”, “relata”, “falou”, “declarou”, “contou” e “disse”) foram usados para aparentar uma pretensa objetividade. Algo que não ocorre, porque a própria escolha de quais vozes irão aparecer e quais vozes serão silenciadas é ideológica.

Quanto às vozes dos assediadores, aparecem na citação direta da voz da vítima para ameaçar, negar o ato, sugerir que a mulher mente quando o acusa de assédio sexual e pedir desculpas em uma tentativa de não ser denunciado. A N6 “‘Não gosto de mulher’ diz homem que ejaculou em passageira” é a única notícia em que a voz do assediador é apresentada por meio de citação direta. A manchete indica o machismo e a misoginia do agressor, a verbalização pode ter causado espanto e um impacto maior na mídia e na Justiça e influenciado a decisão da juíza de mantê-lo preso.

A escolha de trazer a voz do assediador para a manchete é importante, pois não silencia o motivo que levou o homem a cometer o crime. Ademais, sugere, mesmo que de maneira implícita, a relação entre o crime de assédio sexual em transporte público e a violência de gênero. Para abordar melhor essa relação, o jornal poderia relatar explicitamente que o assédio sexual é um crime de gênero e explicar os porquês disso, trazer vozes especializadas na mídia para expor e discutir dados sobre assédio sexual.

A segunda maior fonte de informação sobre os acontecimentos relatados nas notícias, depois das vítimas, é a Justiça/Segurança Pública, representada por

Guardas Municipais, Policiais Militares e Cíveis, Delegadas(os) e Juíza. As mulheres receberem voz é algo positivo, além de identificadas de maneira individual e com nome e sobrenome, algo que sugere credibilidade da fonte. Contudo, os homens representantes da Justiça e da Segurança Pública recebem mais espaço para falar nas notícias, isso sugere que, para as representantes mulheres receberem voz, o cargo de valor hierárquico precisa ser superior.

As testemunhas, também identificadas como passageiros(as), apesar de não receberem tanta credibilidade como a Polícia Militar, são citadas coletivamente como fontes de informação. Assim, suas vozes só aparecem para reforçar a palavra das vítimas e indicar a veracidade dos fatos, mas sem nenhum detalhe sobre suas identidades. Não recebem nome, idade e dificilmente são diferenciados por gênero, exceto na notícia N10 em que a “amiga da professora de inglês” recebe voz.

A próxima voz acionada é a Companhia Estadual de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado do Espírito Santo (Ceturb/ES). A partir das análises das notas enviadas pela Ceturb, percebemos que o jornal *on-line A Gazeta* parece não cobrar da polícia da mesma forma que cobra a Ceturb. Enquanto a polícia é fonte de informação do acontecimento e responsável pelas prisões, a Ceturb deve explicações sobre o porquê dos casos de assédio sexual em transportes públicos no Espírito Santo. Ações da Justiça/Segurança pública não parecem necessárias para prevenir o crime de gênero e nem são devidamente cobradas pela instituição jornalística.

Na última categoria, analisamos o conhecimento do jornal/jornalistas acerca do assédio sexual, bem como verificamos se as notícias reforçam estereótipos sobre a mulher. O primeiro conhecimento identificado é o feminista, ele pode ser classificado como conhecimento compartilhado por grupo específico, pois é contestado por machistas e conservadores. Também pode ser considerado social por instituições acadêmicas que o legitimam, mas também um conhecimento pessoal, adquirido ao observar ou vivenciar situações de violência contra mulheres.

Nas notícias em que observamos o conhecimento feminista, as vítimas estão atreladas a uma posição de conhecimento, identificadas como estudante, universitária, jornalista e professora, exceto na N1. As mulheres usam “nós”, “a

mulher”, “as mulheres” para se referir ao assédio sexual como um problema de grupo. A perspectiva feminista também está presente na expressão de tempo para indicar a frequência com que os assédios acontecem “todos os dias”, e no uso do advérbio “agora”, ele sugere uma mudança observada pela vítima no comportamento das mulheres “agora as mulheres têm mais força para falar”. Acreditamos que a “força” pode se referir às leis atuais que abarcam a violência contra mulher.

Um aspecto positivo para o jornal *A Gazeta* é a publicação da voz de “universitária” ao afirmar “A culpa não é sua”. Uma ideia muito defendida nos últimos anos por feministas com o objetivo de modificar a tendência social de culpabilizar a vítima pela própria violência sofrida e mitigar os atos do agressor. A noção de que as mulheres provocam a sua própria violência, nasce da crença de que os homens são biologicamente incapazes de controlar suas vontades sexuais.

O segundo conhecimento identificado nas notícias foi o jurídico, classificado também como um conhecimento compartilhado por um grupo específico porque leis podem ser modificadas, extintas e atualizadas, assim como para serem sancionadas precisam de uma maioria de votos. O conhecimento jurídico foi identificado na citação e explicação da Lei de importunação sexual, o que inclui a punição para o criminoso e como era tratado o crime antes. Portanto, o jornal informa que assédio sexual é crime e sugere canais de denúncia, desde o ambiente físico a números de telefone.

Apesar de não utilizar opiniões para abordar a Lei de importunação sexual, o jornal *A Gazeta* não apresenta, nas notícias analisadas, dados sobre o assédio sexual contra mulheres em transporte público no Espírito Santo, antes da promulgação da Lei ou depois. Assim, o leitor adquire conhecimento sobre a nova Lei, mas não sobre o que a torna necessária: os altos índices de assédio sexual contra mulheres no Estado.

Uma fonte de conhecimento, mas não do acontecimento, que aparece é a de um professor de Direito na N8, isto é, uma voz legitimada pela profissão. Sobre o assédio sexual, o advogado emite uma opinião após informar que o Código Penal não considerava os atos de assédio como crime, pois a pena consistia em multa:

“pena muito baixa”. Sobre o estupro o professor de Direito afirma, com base na Lei, que o crime é penalizado desde 2009 e que não é necessário a penetração vaginal para ser considerado estupro, o medo gerado na vítima e a grave ameaça também indicam o tipo de crime. Sobre o beijo à força, ele esboça uma opinião “acho exagerado caracterizar como estupro”, mas a descrição dada também pode ser aplicada ao beijo à força. Entendemos que, nessa ação, a mulher pode aceitar a violência e não reagir ou denunciar porque tem medo do que o agressor pode fazer após o beijo.

Nesse caso, o jornal demonstra não conhecer a lei ou deliberadamente força discursos que amenizam a violência sexual. Em outros termos, o jornal não informa, nessa parte, ele legitima a opinião de um advogado homem ao escolher excluir da notícia informações jurídicas, além de deixar de promover um debate sobre o tema e informações importantes que podem ajudar a diminuir ou a erradicar o problema social.

Assim, diante do resultado das análises de notícias sobre assédio sexual contra mulheres em transporte público no Espírito Santo publicadas no jornal *on-line A Gazeta*, verificamos aspectos positivos como topicalizar na maioria das notícias o assediador e o crime, identificar as mulheres como vítimas e as ações sociais com base nos verbos assediar ou importunar, dar voz principalmente às vítimas e abordar conhecimentos feministas e jurídicos relevantes sobre o tema. Contudo, os aspectos negativos são maioria e podem influenciar na construção, manutenção e reprodução de ideologias negativas para as vítimas que não contribuem para prevenir e/ou acabar com a violência de gênero.

Portanto, acreditamos que trazer para o centro da análise crítica do discurso o debate deste tema social pode contribuir para mudanças no discurso da mídia e, conseqüentemente, mudanças sociais; assim como para a reflexão dos motivos que levam uma mulher assediada sexualmente em transporte público a não denunciar ou não denunciar imediatamente.

6.2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO JORNAL *ON-LINE A GAZETA*

Na busca por notícias publicadas no jornal *on-line A Gazeta* sobre mulheres vítimas de assédio sexual em transporte público estabelecemos quatro critérios, são eles: a) relatam um acontecimento que envolve o assédio sexual contra mulheres em transporte público; b) a mulher assediada é uma personagem da notícia; c) o crime ocorreu no Espírito Santo; d) a publicação se deu entre 2016 a 2021 no jornal *on-line A Gazeta*.

Apesar de não obedecerem aos critérios, principalmente o de ter “a mulher assediada como uma personagem da notícia”, observamos que elas relatam informações importantes e levantamos a hipótese de serem classificadas como positivas. As notícias são:

1. Falácia imaginar que novo tipo penal acabará com casos de assédio (10/03/2018);
2. 97% das mulheres já passaram por situação de assédio no transporte (19/06/2019);
3. Saiba como agir em casos de importunação sexual dentro do ônibus (02/09/2020);
4. Denuncie aqui casos de violência doméstica, assédios sexual e moral (24/09/2020);
5. Importunação sexual no ônibus, o que a vítima deve fazer (25/09/2019);
6. Assédio no ônibus pode dar até cinco anos de prisão (26/09/2018);
7. Um ano da Lei de importunação sexual, ES registrou mais de 100 casos (27/09/2019);
8. O que fazer ao perceber um caso de assédio especialistas respondem (02/10/2019);
9. A Gazeta cria canal para mulheres denunciarem assédio e violência (04/03/2020);
10. Delegada do ES explica a diferença entre importunação e assédio sexual (28/08/2020).

Por meio de leitura, e não análise, observamos que essas notícias publicadas pelo jornal *on-line A Gazeta* sobre assédio sexual em transportes públicos apresentam alguns aspectos positivos como os observados nas notícias analisadas nesta tese: topicalizam o crime; orientam vítimas a denunciar; indicam canais disponíveis para denunciar; e identificam a ação social como importunação sexual em referência à Lei.

Outras notícias trazem informações relevantes que sugerem um maior compromisso social do jornal *A Gazeta*, como: explicar leis sobre crimes contra dignidade sexual (importunação sexual, assédio sexual e moral, estupro, etc.); utilizar citação direta de pesquisadora da área do Direito e outras especialistas sobre o tema; relacionar crime ao machismo, ou seja, identificá-lo como um problema de gênero; informar dados acerca da importunação sexual no Espírito Santo e no Brasil; e instruir sobre o espaço no jornal para denunciar violência contra mulher.

Dessa maneira, ao comparar as informações presentes nas 23 notícias analisadas e nas 10 notícias que não fazem parte do corpus por não atenderem a todos os critérios de seleção, consideramos a possibilidade de existirem diferenças na abordagem do jornal *A Gazeta*.

Quando o veículo de comunicação trata da violência “assédio sexual contra mulheres em transportes públicos” de uma forma geral, ele informa melhor sobre o problema estudado. Entretanto, quando trata de notícias de assédio sexual em transporte público que relatam o crime cometido contra uma mulher, personagem da estrutura narrativa da notícia, o jornal naturaliza o assédio sexual e reproduz discursos machistas.

Entretanto, não podemos deixar de mencionar e valorizar os aspectos positivos apontados, além da abertura da seção “Todas Elas” que foi criada com o objetivo de proporcionar reflexão sobre a discriminação de gênero por meio de diferentes gêneros jornalísticos.

6.3 PROPOSTAS PARA MELHORAR O DISCURSO MIDIÁTICO SOBRE MULHERES VÍTIMAS DE ASSÉDIO SEXUAL EM TRANSPORTE PÚBLICO

Poucas semanas antes da finalização deste trabalho, Camila Pereira Borges divulgou o “Manual Elas no ônibus: abordagem noticiosa da importunação sexual de mulheres”. O Trabalho de Conclusão de Curso foi defendido no dia 17 de agosto de 2022 como requisito para obtenção do título de jornalista pela Universidade Federal do Espírito Santo. O manual tem por objetivo, segundo Borges (2022), explorar os principais dilemas encontrados na abordagem do crime de importunação sexual

realizada pelo jornalismo e sugerir práticas para melhorar a redação de notícias que relatam casos desse crime.

O trabalho e a iniciativa de Borges (2022, p. 3) são elogiáveis, principalmente por dar visibilidade ao tema e pela tentativa de “[...] promover uma prática jornalística que preze pela igualdade de gênero e pelo respeito à vítima, à integridade física, ao ir e vir e aos demais direitos fundamentais das mulheres”. Além de discutir leis sobre crimes sexuais e dar voz às vítimas de “importunação sexual” por meio da apresentação de alguns relatos. Borges (2020) analisou matérias sobre casos de importunação sexual em ônibus publicadas no noticiário *on-line G1*, entre outubro de 2018 e dezembro de 2021.

Os resultados da pesquisa quantitativa indicam que, das 72 notícias coletadas, 16,6% possuem o termo “assédio” ou “assédio sexual” no título, embora, nas palavras de Borges (2022), relatem um crime de importunação sexual; 45,8% possuem o termo “importunação sexual” no título; e 37,5% possuem outros verbos no título (ex: abusar, masturbar, agarrar). Posteriormente, Borges (2022) excluiu notícias com o termo “assédio sexual” no título por não considerar a nomeação do crime correta e analisou as 60 matérias restantes. Os resultados indicaram que 3,3% dos textos oferecem instruções para denunciar o crime, 10% trazem mulheres como fontes especialistas no assunto e 18,3% definem o crime no corpo do texto.

Apesar de o artigo ser publicado no momento da finalização deste trabalho, justificamos a importância de trazer as considerações de Borges (2022), apresentando um diálogo com suas propostas, indicando pensamentos em comum e discordâncias com base nas reflexões realizadas durante o desenvolvimento desta tese.

Concordamos com Borges (2022, p. 3) quando afirma ser essencial que “[...] o produtor da notícia se atente para a linguagem utilizada [...] e traga orientações básicas para que a mulher tenha ciência dos seus direitos e dos caminhos para denunciar”. Essa afirmação vai ao encontro a defesa de um dos papéis fundamentais do jornalismo na esfera pública: “[...] ser educativo [...] servindo como bom parâmetro para o cidadão que busca se informar” (BORGES, 2022, p. 7).

Além disso, Borges (2022) sugere que as narrativas criadas sobre a mulher e o corpo feminino também podem ser uma forma de violência e que a escolha do léxico pelas mídias pode colaborar (ou não) na atenuação de crimes cometidos contra as mulheres.

No manual, ainda são propostas para jornalistas algumas orientações para que esse crime seja descrito de forma mais justa e digna em relação às vítimas:

- 1) não colocar em dúvida o relato da vítima ou da fonte especialista;
- 2) não usar termos que diminuam a gravidade do crime;
- 3) evitar anunciar o crime na voz passiva;
- 4) conhecer e traduzir termos jurídicos;
- 5) oferecer contatos para denúncia e serviços para vítimas;
- 6) verificar e investigar o cumprimento de deveres do Estado (assistência para as vítimas, erros ou descaso do sistema de segurança e de justiça);
- 7) incentivar e pressionar na criação e implementação de serviços e políticas públicas eficientes no combate à violência contra mulheres;
- 8) utilizar mulheres como fontes especialistas;
- 9) construir, junto às colegas de redação, uma lista com referências de diversas áreas que se posicionem a favor das vidas das mulheres;
- 10) mobilizar oficinas de formação antissexistas e antirracistas periodicamente, lançando mão do auxílio de cartilhas e métodos desenvolvidos por coletivas que atuem nessas lutas.

Concordamos com todas as dez propostas de Borges (2022). Algumas propostas, oito de dez, estão de acordo com resultados desta pesquisa. A respeito da primeira, “não colocar em dúvida o relato da vítima ou da fonte especialista”, é possível relacioná-la com os resultados a partir da análise de escolhas lexicais do jornal *online A Gazeta* para representação de atores sociais. O termo suspeito, por exemplo, para referir-se ao assediador apesar de testemunhas e vídeo de câmera de

segurança do ônibus comprovar o ocorrido. Acreditamos que representar o assediador como suspeito pode levar o leitor a duvidar da palavra da vítima.

Ademais, compreendemos que escolhas lexicais influenciam na compreensão do problema pelos leitores podendo ocasionar a relativização do assédio sexual em comparação com outras formas de violência contra mulheres. Uma das maneiras de relativizar e naturalizar o problema é a reprodução do jornal *A Gazeta* do termo “piadinha” para referir-se à assédio sexual verbal. Dessa maneira, concordamos com a segunda proposta de Borges (2022), “não usar termos que diminuam a gravidade do crime”.

A terceira proposta “evitar anunciar o crime na voz passiva” também merece ser ressaltada, pois os resultados da análise linguístico-discursivas dos tópicos sugerem tendência de o jornal estudado usar manchetes com macroproposições na passiva que apagam agentes importantes e enfatizam os locais onde ocorreram o assédio sexual. Isso pode influenciar o leitor a associar o assédio sexual às mulheres das classes menos privilegiadas, mesmo que o assédio ocorra em outros espaços.

Concordamos ainda com a quarta proposta “conhecer e traduzir termos jurídicos”. Nas análises percebemos que o jornal *on-line A Gazeta* representa a ação sociocultural assédio sexual com base na Lei de importunação sexual. Avaliamos isso como positivo, porque relaciona o ato a um crime e em razão disso evidencia as consequências desse ato para os assediadores (a prisão), o que podemos considerar como uma forma de combater à violência de gênero.

Além disso, compreendemos a quinta proposta “oferecer contatos para denúncia e serviços para vítimas” como adequada. Como argumentamos na análise das notícias do jornal *on-line A Gazeta*, por meio da categoria linguístico-discursiva tópico, a denúncia é importante, assim como instruir e apoiar as vítimas a procurar as autoridades. Acrescentamos, que apesar disso, o foco da notícia não deve ser a denúncia, porque ela não pode ser enxergada como a melhor ação para acabar com o assédio sexual. O argumento baseia-se na defesa da vítima que não pode ser responsabilizada e cobrada pelo fim do problema sociocultural. Acreditamos que a melhor ação é educar a sociedade sobre o assédio sexual como uma violência de gênero.

As três propostas seguintes não são abarcadas ou abarcadas parcialmente pelo jornal *on-line A Gazeta*. A sexta “verificar e investigar o cumprimento de deveres do Estado” ocorre somente na N7, pois esta relata o que acontece depois da prisão do assediador. A sétima proposta “incentivar e pressionar na criação e implementação de serviços e políticas públicas eficientes no combate à violência contra mulheres” não foi verificada nas vinte e três notícias que fazem parte do corpus, mas o jornal afirma fazer isso na seção Todas Elas. A oitava proposta “utilizar mulheres como fontes especialistas” não é realizada pelo veículo de comunicação pesquisado. O corpus apresenta apenas uma voz especialista, a de um professor de Direito. Essa voz é classificada na análise como fonte de conhecimento. As vozes de mulheres aparecem como fontes de informação, são de juíza e delegadas.

Contudo, discordamos de Borges (2022, p. 7) quando defende que “[...] o assédio sexual é apenas um dos crimes de cunho sexual previstos no Código Penal, e não deve ser [...] usado como sinônimo de outros crimes”. Ademais, ao interpretar e comparar as leis, Borges (2022, p. 6-7) afirma que diferente do que “[...] ocorre no caso do crime de assédio sexual [...] a questão hierárquica não é necessária no crime de importunação sexual, que pode ocorrer entre [...] desconhecidos”.

Como apontamos na análise da representação das ações sociais “assédio sexual” e “importunação sexual”, presente no capítulo 5 desta tese, o termo “assédio sexual” suscita sentidos importantes sobre o crime. Ademais, a argumentação de Borges (2022) parece reforçar que o termo importunação sexual e o próprio texto da Lei não abarcam esses sentidos.

Quando a Lei do assédio sexual cita a relação hierárquica entre as partes, ela traz os sentidos de poder, ideologia e gênero social. De acordo com os resultados das análises e discussões propostas neste trabalho, o poder do homem, naturalizado por crenças machistas, é exercido sobre a mulher tanto em espaços privados como a casa e o trabalho como em espaços públicos onde circulam pessoas com quem não têm qualquer vínculo familiar ou social.

Além disso, Borges (2022, p. 7) diferencia estupro de importunação com base nas respectivas leis, para ela a diferença essencial é que “[...] a importunação não exige o uso de violência nem de grave ameaça”. Desse modo, Borges (2022) sugere

considerar apenas a violência física como importunação sexual, pois não cita os sentimentos de medo, humilhação e constrangimento da violência verbal manifestada por xingamentos e palavras de cunho sexual, assim como a violência psicológica percebida pelas consequências do assédio sexual em transportes públicos na vida das mulheres.

Portanto, reforçamos que é positivo um veículo sério de comunicação jornalística, detentor de poder simbólico, com responsabilidade social e influência educacional relacione ou use o termo assédio sexual para identificar crimes definidos pela legislação de importunação sexual. A defesa dessa escolha lexical também ocorre por considerar, conforme postulado por van Dijk (2012 [2008], 2016c, 2017 [2011]) sobre conhecimentos, que leis podem ser revogadas, modificadas ou melhoradas.

REFERÊNCIAS

A GAZETA. **No combate à violência contra a mulher A Gazeta lança projeto Todas Elas.** Publicado em 01 jan. 2020. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/gv/no-combate-a-violencia-contra-a-mulher-a-gazeta-lanca-projeto-todas-elas-0120>. Acesso em: 08 jan. 2021.

A GAZETA. **Homem é preso por ato obsceno em ônibus na Serra.** Publicado em 06 fev. 2016. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2016/02/homem-e-preso-por-ato-obsceno-em-onibus-na-serra-1013927627.html>. Acesso em: 08 jan. 2018.

A GAZETA. **Professora denuncia abuso sexual dentro de Transcol na Serra.** Publicado em 20 jul. 2017. Disponível em: https://www.gazetaonline.com.br/eu_aqui/2017/07/professora-denuncia-abuso-sexual-dentro-de-transcol-na-serra-1014079906.html. Acesso em: 08 jan. 2018.

A GAZETA. **Polícia procura acusado de abusar sexualmente de mulher no Transcol.** Publicado em 20 jul. 2017. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/07/policia-procura-acusado-de-abusar-sexualmente-de-mulher-no-transcol-1014080112.html>. Acesso em: 08 jan. 2018.

A GAZETA. **Estudantes de Psicologia fazem campanha contra assédio no Transcol.** Publicado em 22 set. 2017. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/09/estudantes-de-psicologia-fazem-campanha-contra-assedio-no-transcol-1014101052.html>. Acesso em: 08 jan. 2018.

A GAZETA. **Tarado é detido ao se masturbar para filha de sargento no Transcol.** Publicado em 22 set. 2017. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/policia/2017/09/tarado-e-detido-ao-se-masturbar-para-filha-de-sargento-no-transcol-1014101047.html>. Acesso em: 08 jan. 2018.

A GAZETA. **“Não gosto de mulher”, diz homem que ejaculou em passageira.** Publicado em 26 out. 2018. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/policia/2018/10/nao-gosto-de-mulher--diz-homem-que-ejaculou-em-passageira-1014153582.html>. Acesso em: 01 dez. 2019.

A GAZETA. **Justiça mantém prisão de homem que ejaculou em passageira no ES.** Publicado em 26 out. 2018. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/policia/2018/10/justica-mantem-prisao-de-homem-que-ejaculou-em-passageira-no-es-1014153682.html>. Acesso em: 01 dez. 2019.

A GAZETA. **Após homem ejacular em mulher, passageiras relatam outros casos.** Publicado em 26 out. 2018. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/policia/2018/10/apos-homem-ejacular-em>

[mulher-passageiras-relatam-outros-casos-1014153587.html](https://www.gazetaonline.com.br/noticias/policia/2018/11/idoso-e-presos-por-importunacao-sexual-dentro-de-onibus-em-cariacica-1014153587.html). Acesso em: 01 dez. 2019.

A GAZETA. **Idoso é preso por importunação sexual dentro de ônibus em Cariacica.** Publicado em 06 nov. 2018. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/policia/2018/11/idoso-e-presos-por-importunacao-sexual-dentro-de-onibus-em-cariacica-1014155002.html>. Acesso em: 01 dez. 2019.

A GAZETA. **Passageiro é preso por assediar professora de inglês em coletivo.** Publicado em 20 jan. 2019. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/policia/2019/01/passageiro-e-presos-por-assediar-professora-de-ingles-em-coletivo-1014164271.html>. Acesso em: 30 fev. 2019.

A GAZETA. **Professora de inglês desabafa sobre assédio dentro de coletivo.** Publicado em 20 jan. 2019. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/policia/professora-de-ingles-desabafa-sobre-assedio-dentro-de-coletivo-0119>. Acesso em: 30 fev. 2019.

A GAZETA. **Passageira denuncia assédio em Transcol e acusado é detido em Vila Velha.** Publicado em 17 fev. 2019. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/policia/2019/02/passageira-denuncia-assedio-em-transcol-e-acusado-e-detido-em-vila-velha-1014168569.html>. Acesso em: 30 fev. 2019.

A GAZETA. **Idoso de 78 anos é preso acusado de assédio dentro do Transcol.** Publicado em 03 abril 2019. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/policia/2019/04/idoso-de-78-anos-e-presos-acusado-de-assedio-dentro-do-transcol-1014175040.html>. Acesso em: 26 set. 2019.

A GAZETA. **Mulher denuncia importunação sexual dentro de ônibus no ES.** Publicado em 17 set. 2019. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/policia/mulher-denuncia-importunacao-sexual-dentro-de-onibus-no-es-0919>. Acesso em: 26 set. 2019.

A GAZETA. **Homem é preso por importunar sexualmente passageiras em Transcol.** Publicado em 25 set. 2019. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/policia/homem-e-presos-por-importunar-sexualmente-passageiras-em-transcol-0919>. Acesso em: 26 set. 2019.

A GAZETA. **“A mulher vive com medo” desabafa vítima de importunação em ônibus.** Publicado em 25 set. 2019. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/policia/a-mulher-vive-com-medo--desabafa-vitima-de-importunacao-em-onibus-0919>. Acesso em: 26 set. 2019.

A GAZETA. **Homem é detido por esfregar pênis em mulher dentro de Transcol no ES.** Publicado em 12 dez. 2019. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/policia/homem-e-detido-por-esfregar-penis-em-mulher-dentro-de-transcol-no-es-1219>. Acesso em: 01 abril 2020.

A GAZETA. **Homem é preso por assediar universitária dentro de ônibus em Vila Velha.** Publicado em 04 mar. 2020. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/policia/homem-e-preso-por-assediar-universitaria-dentro-de-onibus-em-vila-velha-0320>. Acesso em: 01 abril 2020.

A GAZETA. **Universitária compra arma de choque para se defender de assédio em ônibus.** Publicado em 11 mar. 2020. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/gv/universitaria-compra-arma-de-choque-para-se-defender-de-assedio-em-onibus-0320>. Acesso em: 01 abril 2020.

A GAZETA. **Homem é detido após se masturbar em Transcol e usar a Bíblia para esconder o ato no ES.** Publicado em 01 set. 2020. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/policia/homem-e-detido-apos-se-masturbar-em-transcol-e-usar-biblia-para-esconder-o-ato-no-es-0920>. Acesso em: 20 set. 2020.

A GAZETA. **Homem é detido por assediar mulher no Terminal de Jardim América.** Publicado em 01 set. 2020. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/policia/homem-e-detido-por-assediar-mulher-no-terminal-de-jardim-america-0920>. Acesso em: 20 set. 2020.

A GAZETA. **Homem volta a ser flagrado por importunação sexual e acaba preso no ES.** Publicado em 02 set. 2020. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/policia/homem-volta-a-ser-flagrado-por-importunacao-sexual-e-acaba-preso-no-es-0920>. Acesso em: 20 jul. 2021.

A GAZETA. **Homem se masturba em ônibus do Transcol e passageira denuncia a polícia.** Publicado em 15 jul. 2021. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/policia/homem-se-masturba-em-onibus-do-transcol-e-passageira-denuncia-a-policia-0721>. Acesso em: 20 jul. 2021.

ACT!ONAIID. **Brasil lidera assédio de mulheres em espaço público.** Publicado em 25 maio 2016. Disponível em: <http://actionaid.org.br/noticia/brasil-lidera-assedio-de-mulheres-em-espaco-publico/>. Acesso em: 08 jan. 2019.

ALEMANHA. **Seção 184i do Código Penal.** Assédio sexual. Disponível em: https://www.gesetze-im-internet.de/stgb/_184i.html. Acesso em: 07 ago. 2019.

ALLEN *et al.* **Ella se mueve segura, mujeres & transporte:** Área Metropolitana de Buenos Aires, Argentina. FIA Foundation: Paper 10, 2017. Disponível em: <https://www.fiafoundation.org/media/vnodxsnz/esms-case-study-buenos-aires-esp.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

ALMEIDA, Heloisa Buarque de. Da vergonha à visibilidade: *Hashtag* Feminismo e Violência Sexual no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 33, p. 19-41, 2019.

ARAÚJO, Bruno Bernardo de. A narrativa jornalística e a construção do real - Como as revistas *Veja* e *IstoÉ* trataram a manifestação dos estudantes da Universidade de São Paulo. **BOCC. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**, v. Online, p. 1-27, 2012.

ARGENTINA. **Lei nº 5.742, de 7 de dezembro de 2016.** Prevenção do Assédio Sexual em Espaços Públicos. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/provincial/ley-5742-123456789-0abc-defg-247-5000xvorpyel/actualizacion>. Acesso em: 07 jan. 2019.

ASSEDIAR. *In*: **MICHAELIS Modernos Dicionário da Língua Portuguesa.** São Paulo: Melhoramentos, 2022. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/assediar/>. Acesso em: 04 jul. 2022.

AZEVEDO, Erika Ferreira de. A polícia e suas polícias: clientela, hierarquia, soldado e bandido. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 37, n. 3, p. 553-564, 2017.

BAGIO, Adriana Tulio; LUZ, Nanci Stanchi da. A impunidade do assédio sexual de rua: um vácuo jurídico sustentado pela cultura da violência contra a mulher. *In*: **Gênero e resistência, volume 2**: memórias do II encontro de pesquisa por/de/sobre mulheres. BERTOTTI, Bárbara Mendonça et al. (Org.). Porto Alegre: Editora Fi, 2019. p. 331-352.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal.** 6. ed. São Paulo: Martins fontes, 2011.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 6. ed. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2005.

BÉLGICA. **Lei de 22 de maio de 2014.** Combate o sexismo no espaço público e altera a Lei de 10 de Maio de 2007 para combater a discriminação entre mulheres e homens a fim de penalizar o ato de discriminação. Disponível em: https://igvm-iefh.belgium.be/sites/default/files/downloads/loi_sexisme_fr.pdf. Acesso em: 20 jan. 2019.

BIANCHINI, Alice. A legitimação do processo de incriminação do assédio sexual. *In*: JESUS, Damásio E. de; GOMES, Luiz Flávio (Coordenadores). **Assédio Sexual.** São Paulo: Saraiva, 2002. p. 1-21.

BILLI, Marco; GUERRERO, Maria José; MENICONI, Lilette; MOLINA, Mónica; TORREALBA, Felipe. Masculinidades y legitimaciones del acoso sexual callejero en Chile. *In*: LAMADRID, Silvia (Coord.). **Relaciones de género en el siglo XXI**: Cambio y continuidades. Grupo de trabajo llevado a cabo en el 8º Congreso Chileno de Sociología, 2014. p. 1-12.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

BONINI, A. **Gêneros textuais e cognição.** Um estudo sobre a organização cognitiva da identidade dos textos. Florianópolis: Insular, 2002.

BORGES, Camila Pereira. **Manual Elas no ônibus: abordagem noticiosa da importunação sexual de mulheres.** 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. **Decreto-Lei 2.848 de 7 de dezembro de 1940.** Código Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-lei/Del2848compilado.htm. Acesso em: 05 fev. 2019.

BRASIL. **Lei 3.688 de 3 de outubro de 1941.** Lei das Contravenções Penais. Brasília, DF: Presidência da República, 1941. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm. Acesso em: 05 fev. 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941.** Da prisão em flagrante. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em: 05 fev. 2019.

BRASIL. **Lei nº 4.121 de 27 de agosto de 1962.** Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada. Brasília, DF: Presidência da República, 1962. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4121.htm. Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 6.515 de 6 de dezembro de 1977.** Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1977. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6515.htm#:~:text=Art%201%C2%BA%20%2D%20A%20separa%C3%A7%C3%A3o%20judicial,forma%20que%20esta%20Lei%20regula.&text=II%20%2D%20pela%20nulidade%20ou%20anula%C3%A7%C3%A3o,IV%20%2D%20pelo%20div%C3%B3rcio. Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponibiliza o texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm. Acesso em: 10 jun. de 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.224 de 16 de maio de 2001.** Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10224.htm. Acesso em: 19 jan. 2019.

BRASIL. **Lei n. 11.340 de 7 de agosto de 2006.** Lei Maria da Penha. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.015 de 7 de agosto de 2009.** Lei dos crimes contra a dignidade sexual. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm. Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.718 de 24 de setembro de 2018.** Tipifica os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13718.htm. Acesso em: 12 jan. 2019.

BREMOND, Claude. A lógica dos possíveis narrativos. *In*: BARTHES, Roland (*et al.*). **Análise estrutural da narrativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BRILHANTE, Aline Veras Moraes; NATIONS, Marilyn Kay; CATRIB, Ana Maria Fontenelle. “Taca cachaça que ela libera”: violência de gênero nas letras e festas de forró no Nordeste do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, 12 p, 2018. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/static/arquivo/1678-4464-csp-34-03-e00009317.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALDAS, Weber Kirmse. **Mutações no papel dos jornais: estudo de caso da imprensa capixaba**. 2018. 194 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) - Curso de Pós-graduação em Comunicação e Territorialidades, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

CALSAMIGLIA, Helena; FERRERO, Carmen López. Role and position of scientific voices: reported speech in the media. **Discourse Studies**, n. 5, v. 2, 2003, p. 147-173.

CARNEIRO, Sueli. Identidade feminina. *In*: SAFFIOTI, Heleieth Lara Bongiovani; MUÑOZ-VARGAS, Monica (Org.). **Mulher Brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS; Brasília, D.F.: UNICEF, 1994. p. 187-194.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. *In*: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigrid. (Org.) **Da língua ao discurso: reflexões para o ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 11-27. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Uma-analise-semiolinguistica-do.html>. Acesso em: 15 abr. 2019.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. Trad. Ângela Maria da Silva Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. *In*: Mendes Emília; Machado Ida Lúcia. (Org.). **As emoções no discurso**, v. 2, p. 23-56, 2007. Campinas: Mercado Letras, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. Da ideologia aos imaginários sociodiscursivos. *In*: CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Trad. Fabiana Komesu e Dílson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2011. p. 187-208.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. 2. ed. 2. reimpressão. Tradução Ângela Maria da Silva Corrêa. São Paulo: Contexto, 2014.

CHILE. **Lei nº 21.153, de 3 de maio de 2019**. Modifica o Código Penal para tipificar o delito de assédio sexual em espaços públicos. Disponível em: <https://www.diariooficial.interior.gob.cl/publicaciones/2019/05/03/42344/01/1584726.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2019.

CORRÊA, José Carlos. **A Gazeta: do Jornalismo Partidário à Gestão Profissional**. 2004. 81 f. Monografia (Especialização em Estudos Avançados de Comunicação) – Faculdade Cândido Mendes, Vitória, 2004.

CRENSHAW, Kimberlé. **Por que a interseccionalidade não pode esperar**. 2015. Traduzido por: Santiago D’Almeida Ferreira, co-diretor da Ação pela Identidade. Disponível em: <https://apidentidade.wordpress.com/2015/09/27/porque-e-que-a-interseccionalidade-nao-pode-esperar-kimberle-crenshaw/>. Acesso em: 04 jan. 2022.

DA SILVA, Adriana Dias; BORGES, Regilson Furtado. Fontes no jornalismo local maranhense: análise das notícias publicadas no portal imirante.com/imperatriz. **Temática**, João Pessoa, v. 12, n. 12, p. 113-129, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/tematica/article/view/32062>. Acesso em: 07 ago. 2020.

DAMASCENO, Patrícia Lopes. Design de Jornais: projeto gráfico, diagramação e seus elementos. **Rio de Janeiro**, 2013.

DE AGUIAR, Rodrigo Queiroz; PELÁ, Márcia Cristina Hizim. Misoginia e violência de gênero: origem, fatores e cotidiano. **Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais**, Teresina, v.9, n.3, p.68-84, 2020.

DENUNCIAR. *In*: **MICHAELIS Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2022. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/denunciar/>. Acesso em: 04 jul. 2022.

DESABAFA. *In*: **MICHAELIS Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2022. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/desabafar/>. Acesso em: 04 jul. 2022.

DINIZ, Maria Ilidiana. **Mulheres como eu, mulheres como as outras: desvelando o assédio moral e assédio sexual no âmbito do trabalho das comerciárias do Estado do Rio Grande do Norte**. 2014. 338 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Curso de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

EFFGEN, Dídimo. Campanha do Setpes contra o assédio nos ônibus divulga telefone direto para denúncias. **Folha vitória: blog**, mídia e mercado, Vitória, 22 abril.

2019. Disponível em: <http://www.folhavoria.com.br/geral/blogs/midiaemercado/2019/04/22/campanha-do-setpes-contra-o-assedio-nos-onibus-divulga-telefone-direto-para-denuncias/>. Acesso em: 04 jun. 2019.

ELISE, Jacqueline. Travesti, trans, drag, identidade de gênero e mais: entenda a diferença. **Universa Uol**, São Paulo, 29 jan. 2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/01/29/glossario-entenda-a-diferenca-entre-trans-crossdresser-drag-e-mais.htm>. Acesso em: 07 ago. 2019.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO (EBC). **Manual de Jornalismo da EBC**. Brasília, 2013.

ESPÍRITO SANTO. **Decreto-Lei nº 830, de 6 de julho de 2016**. Cria a Secretaria de Estado de Direitos Humanos - SEDH e dá outras providências. Disponível em: https://sedh.es.gov.br/Media/Sedh/DOCUMENTOS%202016/Lei%20Complementar%20830_Cria%C3%A7%C3%A3o%20Secretaria%20Estadual%20Direitos%20Humanos.pdf. Acesso em: 12 jan. 2021.

ESPÍRITO SANTO. **Governo lança campanha contra assédio dentro do ônibus**. Publicado em 13 nov. 2017. Disponível em: <https://ceturb.es.gov.br/Not%C3%ADcia/governo-lanca-campanha-contra-assedio-sexual-dentro-dos-onibus>. Acesso em: 04 outubro 2019.

FACURI, Cláudia de Oliveira *et al.* Violência sexual: estudo descritivo sobre as vítimas e o atendimento em um serviço universitário de referência no Estado de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Brasília, v. 29, n. 5, p. 889-898, 2013.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Coord. trad. revisão e prefácio Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001 [1992].

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse**: textual analysis for social research. Londres: Routledge, 2003.

FALABELLA FABRÍCIO, Branca. Language, gender and sexuality in 2021: hopeful futures amidst sound and fury. **Gender and Language**, v. 16, n. 2, p. 1-31, 2022.

FERRARI, Pollyana. **A força da mídia social**: interface e linguagem jornalística no ambiente digital. 2. ed. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2014.

FERREIRA, F. N. M.; TAVARES, L. H. M. C. Disciplina, corpo e memória: o assédio sexual contra as mulheres e a culpabilização das vítimas nas mídias. *In*: V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades, 2017, Salvador. **Anais**. Salvador: Realize, 2017, p. 1-12.

FIGUEIREDO, Patrícia. Decisão de juiz sobre acusado de ejacular em jovem no ônibus é discutível. **Agência Pública**, São Paulo, 1 set. 2017. Disponível em: <https://apublica.org/2017/09/truco-decisao-de-juiz-sobre-acusado-de-ejacular-em-jovem-no-onibus-e-discutivel/>. Acesso em: 21 de ago. 2020.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Trad. Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, Valéria de Castro; MOTA, Célia Maria Ladeira. Fios narrativos da notícia: uma perspectiva metodológica. *In*: MAIA, Marta; MARTINEZ, Mônica. **Narrativas midiáticas contemporâneas: perspectivas metodológicas**. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2018. p. 42-53.

FRANÇA. **Lei nº 2012-954**. Relativa ao assédio sexual. Disponível em: https://www.legifrance.gouv.fr/loda/id/JORFTEXT000026263463?tab_selection=all&searchField=ALL&query=harcelement+sexuel&page=1&init=true. Acesso em: 07 ago. 2019.

FRANÇA. **Lei nº 2018-703**. Fortalece o combate à violência sexual e de gênero. Disponível em: <https://www.legifrance.gouv.fr/jorf/id/JORFTEXT000037284450>. Acesso em: 07 ago. 2019.

GOMES, Marcus Alan de Melo. **Mídia e sistema penal: as distorções da criminalização nos meios de comunicação**. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

GOMES, Maria Carmen Aires. “Eu não me sinto fora do eixo, fora do tom, fora de nada”: analisando as construções identitárias no discurso midiático. **Cadernos Discursivos**, CatalãoGO, v.1, n. 1, p. 174-188, ago./dez. 2013.

GOMES, Maria Carmen Aires. Violência, intolerância e corpo feminino: analisando as reações discursivas na mídia em torno da prática de amamentação. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 18, n. 2, p. 175-194, 2017.

GONZÁLEZ, Lucía. Experiencias de acoso sexual callejero: miradas desde el interaccionismo simbólico. *In*: XVII Jornadas de Investigación: a 70 años de la Declaración Universal de Derechos Humanos ¿libres e iguales?, Montevideo. **Anais**. Montevideo: Udelar, 2018. p. 1-23.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GUERRA, João Claudio de Santana. **Mudanças estruturais do jornalismo: o caso do jornal A Gazeta ES**. 2018. 121f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) Curso de Pós-graduação em Comunicação e Territorialidades, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

HALL, Stuart; CHRITCHER, Chas; JEFFERSON, Tony; CLARKE, John; ROBERTS, Brian. A produção social das notícias: o *mugging* nos media. *In*: TRAQUINA, Nelson (Orgs.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993. p. 224-248.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. **An introduction to functional grammar**. Londres: British Library Cataloguing in Publication Data, 1985.

IMPORTUNAR. *In: MICHAELIS Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 2022. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/importunar/>. Acesso em: 04 jul. 2022.

ÍNDIA. **Seção 354A do Código Penal Indiano, 2017**. Disponível em: <https://legislative.gov.in/sites/default/files/A1860-45.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2019.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Tipos de violência: assédio sexual**. 2022. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-sexual/tipos-de-violencia/assedio-sexual/>. Acesso em: 20 maio 2022.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO; INSTITUTO LOCOMOTIVA. **Segurança das mulheres no transporte**. 2019. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/seguranca-das-mulheres-no-transporte-instituto-patricia-galvao-locomotiva-2019/>. Acesso em: 20 maio 2022.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO; INSTITUTO LOCOMOTIVA. **Segurança das mulheres nos deslocamentos pela cidade: as mulheres e seus trajetos**. 2021. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/percepcoes-sobre-seguranca-das-mulheres-nos-deslocamentos-pela-cidade-instituto-patricia-galvao-locomotiva-2021/>. Acesso em: 20 maio 2022.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO; INTELIGÊNCIA EM PESQUISA E CONSULTORIA ESTRATÉGICA - IPEC. **Percepções sobre controle, assédio, e violência doméstica: vivências e práticas**. Publicado em 12 set. 2022. Disponível em: https://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2022/09/2022_IPG_Ipec_Pesquisa-Percepcoes-sobre-controle-assedio-e-violenci-domestica-vivencis-e-praticas.pdf. Acesso em: 17 set. 2022.

JORGE, Thaís de Mendonça. **Mutação do jornalismo: como a notícia chega à internet**. Editora UnB, Universidade de Brasília, 2013.

KIROLLOS, Mariam. As filhas do Egito são uma linha vermelha: O impacto do assédio sexual na cultura legal egípcia. **Revista Internacional dos Direitos Humanos** (SUR), São Paulo, v.13 n.24, p. 137-153, 2016.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1993.

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher: permanência e revolução do feminino**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MAGISTRADA. *In: MICHAELIS Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 2022. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/7mz1Y/magistrado/>. Acesso em: 04 jul. 2022.

MARTINS, Eduardo. **Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo**. 3. ed. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Identidades Fragmentadas: a Construção Discursiva de Raça, Gênero e Sexualidade em Sala de Aula**. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Discursos de identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família**. Campinas: Mercado das Letras, 2003.

MOURA, L. S. **Como escrever na rede**. Manual de conteúdo e redação para Internet. Rio de Janeiro: Record, 2002.

NADER, Maria Beatriz. A vida em desunião: violência, gênero e denúncia. *In: XXVII Simpósio Nacional de História-Conhecimento e diálogo social*, 2013, Natal. **Anais**. Natal: Anpuh, 2013, p. 1-27.

NATALE, Raquelli. **A representação social da violência de gênero contra a mulher no Espírito Santo**. 2015. 176 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

NATALE, Raquelli. Femirracídio no Brasil. **Discurso & Sociedad**, Barcelona, v.13, n.2, p. 262-286, 2019.

NATALE, Raquelli. **O femirracídio em notícias sobre violência contra mulheres negras no Espírito Santo: um estudo discursivo e sociocognitivo**. 2020. 308 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Brasília: Centro de Documentação OPAS/OMS; 2002.

OSORIO, Rafael Guerreiro; FONTOURA, Natália. **Tolerância social à violência contra as mulheres**. Brasília: IPEA, 2014.

PAUL, Jobst. Reading the code of dehumanisation: the animal construct deconstructed. **Polifonia**, Cuiabá, v. 23, n. 33, p. 149-178, 2016.

PEREYRA, Leda Paula; GUTIÉRREZ, Andrea; MITSUKO-NEROME, Mariela. La inseguridad en el transporte público del Área Metropolitana de Buenos Aires. Experiencias y percepciones de mujeres y varones. **Territorios**, Buenos Aires, n. 39, p. 71-95, 2018.

PERU. **Lei nº 30.314, de 26 de março de 2015**. Lei para prevenir e sancionar o assédio sexual em espaços públicos. Disponível em: <http://observatoriolegislativocele.com/wp-content/uploads/LEYES/Peru/30314.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2019.

PIADA. *In: MICHAELIS Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 2022. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/piada/>. Acesso em: 04 jul. 2022.

PORTUGAL. **Lei nº 59, de 4 de setembro de 2007**. Disponível em: https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=930&tabela=leis&so_miolo=. Acesso em: 07 ago. 2019.

PREFEITURA DE VITÓRIA, 2020. Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil. Disponível em: <https://www.vitoria.es.gov.br/download.php?tipo=1&id=104>. Acesso em: 04 jan. 2020.

PRESO. *In: MICHAELIS Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 2022. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/preso/>. Acesso em: 04 jul. 2022.

REBOUÇAS, Edgar; CALDAS, Weber Kirmse. Os jornais podem (e já começaram a) desaparecer. *In: XXXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 2016, São Paulo. **Anais Eletrônicos**. Disponível em <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2059-1.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2021.

REDE GAZETA. **Rede de valores**. 2019-2020. Disponível em: https://www.redegazeta.com.br/wp-content/uploads/2019/03/Gazeta_Rede-de-Valores_ed2019-20-C.pdf. Acesso em: 07 set. 2021.

REINO UNIDO. Sixth Report of Session 2017–19, **Sexual Harrasment of women and girls in public places** (HC 701), 23 October 2018. Parliament, 2018. Disponível em: <https://publications.parliament.uk/pa/cm201719/cmselect/cmwomeq/701/701.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2019.

RELATÓRIO de sustentabilidade 2010. **Rede Gazeta**, Vitória, 2011. Disponível em <http://institutocarloslindenberg.org.br/wordpress/wpcontent/uploads/2013/01/Relat%C3%B3rio-de-Sustentabilidade-Rede-Gazeta-2010.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.

RELATÓRIO de sustentabilidade 2014. **Rede Gazeta**, Vitória, 2015. Disponível em http://gazetaonline.globo.com/sustentabilidade/relatorio_sustentabilidade_2014.pdf. Acesso em: 20 fev. 2020.

RELATÓRIO de sustentabilidade 2016. **Rede Gazeta**, Vitória, 2017. Disponível em <https://www.redegazeta.com.br/wp-content/uploads/2015/04/RELATORIO-2016-FINALIZADO-EM-0108.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.

RESENDE, Viviane de Mello; RAMALHO, Viviane Cristina Vieira Sebba. **Análise de discurso crítica e realismo crítico**: implicações interdisciplinares. Campinas: Pontes, 2009.

RIO DE JANEIRO. **Lei nº 4.733 de 23 de março de 2006**. A destinação de espaços exclusivos para mulheres nos sistemas ferroviário e metroviário do Estado do Rio de

Janeiro. Rio de Janeiro: Câmara Municipal, 2006. Disponível em: <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/88243/lei-4733-06>. Acesso em: 17 nov. 2020.

RODRIGUES, Carla. Butler e a desconstrução do gênero. **Estudos feministas**, v.13, n. 1, p. 179-199, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Violência de gênero no Brasil Contemporâneo. In: SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani; MUÑOZ-VARGAS, MONICA (Org.). **Mulher Brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS; Brasília, D.F.: UNICEF, 1994. p. 151-186.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SALLAVERRÍA, Ramón; NOCI, Javier Diaz. **Manual de redacción ciberperiodística**. Barcelona: Editorial Paulus, 2003.

SANTOS, Simone Alves. Assédio sexual nos espaços públicos: reflexões históricas e feministas. **História, histórias**, Brasília, v. 3, n. 6, p. 27-41, 2015.

SANTOS, Maria da Conceição dos. **Corpos em trânsito: um estudo sobre o assédio sexual nos transportes coletivos de Aracaju**. 2016. 147 p. Dissertação (Mestre em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

SANTOS, Priscila Gonçalves. Desculpe incomodar o silêncio de vocês: o transporte coletivo enquanto espaço público. **E-Metrópolis**: Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais, Rio de Janeiro, v. 39, n. 9, p. 44-53, 2018.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA - GOVERNO DO TOCANTINS. Publicado em 18 de jun. 2020. **Orgulho LGBTQIA+: conheça o significado de cada letra e a luta por respeito a diversidade**. Disponível em: <https://cidadaniaejustica.to.gov.br/noticia/2020/6/18/orgulho-lgbtqi-conheca-o-significado-de-cada-letra-e-a-luta-por-respeito-a-diversidade/#:~:text=Para%20entender%20a%20sigla%20LGBTQI%2B,identidade%20de%20g%C3%AAnero%2C%20ou%20seja%2C>. Acesso em 11 jan. 2021

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SESP. 2022. **Crimes contra a dignidade sexual: assédio sexual de 2016 a 2021**. Disponível em: <https://sesp.es.gov.br>. Acesso em: 19 maio 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS - SEDH. 2019a. Disponível em: https://sedh.es.gov.br/Media/sedh/DOCUMENTOS%202019/Pacto%20Estadual%20Pelo%20Enfrentamento%20%C3%80%20Viol%C3%AAncia%20Contra%20As%20Mulheres_Vers%C3%A3o%20Final_2019.pdf. Acesso em: 12 jan. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS - SEDH. 2019b. **Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres do Espírito Santo - PEPMES**.

Disponível em: <https://sedh.es.gov.br/Media/sedh/DOCUMENTOS%202019/PLANO%20ESTADUAL%20DE%20POL%C3%8DTICAS%20PARA%20MULHERES%20-%20REVIS%C3%83O%202019%20-%20ATUALIZADO.pdf>. Acesso em: 12 jan 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS - SEDH. 2020. **Sobre o Pacto Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Disponível em: <https://sedh.es.gov.br/sobre-o-pacto-estadual-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em: 12 jan. 2022.

SERRA. **Lei 4.776, 11 de setembro de 2017**. Cria o Programa de Combate ao Assédio Sexual no Transporte Coletivo. Serra: Câmara Municipal, 2017. Disponível em: <http://www3.camaraserra.es.gov.br/Sistema/Protocolo/Processo2/Digital.aspx?id=55198&arquivo=Arquivo/Documents/PL/PL2112017-11092017111859.pdf#P55198>. Acesso em: 22 nov. 2018.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 399-430.

SOUZA, Pompeu de. A chegada do “lead” ao Brasil. **Revista de Comunicação**, Rio de Janeiro, ano 8, n. 30, p. 24-29, nov. 1992.

SOUZA, Giselle Lopes. **Um estudo crítico do sexismo: modelos mentais em notícias sobre violência contra a mulher**. 2015. 143 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

STOP STREET HARASSMENT, 2013. **North Dakota: Unsafe for Women**. Disponível em: <https://stopstreetharassment.org/?s=dakota>. Acesso em: 07 ago. 2019.

THINK OLGA. **Chega de Fiu Fiu: resultado da pesquisa**. Publicado em 9 set. 2013. Disponível em: <https://thinkolga.wordpress.com/2013/09/09/chega-de-fiu-fiu-resultado-da-pesquisa/>. Acesso em: 02 abril 2019.

THINK OLGA. **Fac chega de fiu fiu**. 2020. Disponível em: <https://thinkolga.com/ferramentas/faq-chega-de-fiu-fiu/>. Acesso em: 02 abril de 2020.

TOMAZI, Micheline Mattedi. Quadrinhos e contexto - Tolerância social à violência contra as mulheres: discurso, ideologia e contexto. *In*: LINS, Maria da Penha Pereira; CAPISTRANO Jr., Rivaldo. (Org.). **Quadrinhos sob diferentes olhares teóricos**. 1. ed. Vitória: PPGEL-UFES, 2014. p. 187-205.

TOMAZI, Micheline Mattedi; NATALE, Raquelli. Violência de gênero e polarização discursiva. *In*: CUNHA, Gustavo Ximenes; OLIVEIRA, Ana Larissa Adorno Marciotto. (Orgs.). **Múltiplas perspectivas do trabalho de face nos estudos da linguagem**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2018, p. 129-146.

TOMAZI, Micheline Mattedi. (Des)construção de face da mulher nos títulos de notícias sobre feminicídio. **Interdisciplinar-Revista de Estudos em Língua e Literatura**, Aracaju, v. 31, n. 15, p. 197-219, 2019.

TOMAZI, Micheline Mattedi. A agentividade nas manchetes sobre violência de homens contra mulheres. **Discurso & Sociedad**, Barcelona, v. 14, n. 4, p. 823-844, 2020.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo Volume II: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2008.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS - TJDF. 2015. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/beijar-a-forca>. Acesso em: 20 jul. 2021.

TUCHMAN, Gaye. **La producción de la noticia**: estudio sobre la construcción de la realidad. Barcelona: Gili, 1983.

TUCHMAN, Gaye. Contando “estórias”. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Insular, 1999, p. 79-84.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Macrostructures**: an interdisciplinary study of global structures in discourse, interaction and cognition. Hillsdale. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1980.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **La noticia como discurso**: comprensión, estructura y producción de la información. Barcelona: Paidós, 1990.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Cognição, discurso e interação**. São Paulo: Contexto, 1992.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Ideologia**: una aproximación multidisciplinaria. Barcelona: Gedisa, 1999.

VAN DIJK, Teun Adrianus. La multidisciplinarietà del análisis crítico del discurso: un alegato em favor de la diversidad. In: WODAK, Ruth.; MEYER, Michael. **Métodos de análisis crítico del discurso**. Barcelona: Gedisa, 2001.

VAN DIJK, Teun Adrianus. Opiniões e ideologias na imprensa. In: PINTO-COELHO, Zara (Tradução). **Discurso, Notícia e Ideologia**. Porto: Campo das Letras, 2005. p. 187-222.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Sociedad y discurso**: Cómo influyen los contextos sociales sobre el texto y la conversación. Barcelona: Gedisa, 2011.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Discurso e poder**. Judith Hoffnagel, Karina Falcone (Orgs.). 2. ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012 [2008].

VAN DIJK, Teun Adrianus. Discurso-cognição-sociedade: estado atual e perspectivas da abordagem sociocognitiva do discurso. **Letrônica**, Porto Alegre, v. 9, n. esp. (supl.), p. 8-29, 2016a.

VAN DIJK, Teun Adrianus. Análise crítica do discurso. *In: Estudos discursivos em diferentes perspectivas*: mídia, sociedade e direito. TOMAZI, Micheline Mattedi; ROCHA, Lúcia Helena Peyroton da; POMPEU, Júlio César. (Org.). São Paulo: Terracota Editora, 2016b. p. 19 - 42.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Discurso e conhecimento**: uma abordagem sociocognitiva. Barcelona: Gedisa, 2016c.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Discurso e contexto**: uma abordagem sociocognitiva. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2017 [2011].

VENTURA, Isabel. Entre Monstros e Anjos Caídos: a violência sexual nos jornais portugueses. *In: MONTEIRO, Leonor. Manual de Boas Práticas para as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo* (e todas as entidades que trabalham em prol dos direitos das crianças), p. 158-182, 2014.

ON-LINE. *In: VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA* (VOLP). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2021. Disponível em: <https://www.academia.org.br/noticias/academia-brasileira-de-letras-disponibiliza-6a-edicao-do-vocabulario-ortografico-da-lingua>. Acesso em: 03 ago. 2022.

WODAK, Ruth.; MEYER, Michael. Critical discourse analysis: history, agenda, theory e methodology. *In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael. (Org.) Methods of critical discourse analysis*. 2. ed. Londres: Sage, 2009. p. 1-33.

WORLD BANK GROUP. 2018. **Women, Business and the Law 2018** (Mulheres, Empresas e o Direito 2018). Washington, D.C.: Grupo Banco Mundial. Licença: Creative Commons Attribution CC BY 3.0 IGO. Disponível em: <https://pubdocs.worldbank.org/en/765311526311864489/WBL-Key-Findings-Portuguese-Print-05-10.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.

XAVIER, Antônio Carlos. Leitura, texto e hipertexto. 207-236 *In: MARCUSCHI, Luiz Antônio et al. Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido*. Rio de Janeiro: 3. ed. Lucerna, 2010.

ZANANDREA, Andressa; FRIZZERA, Luciano. Os primórdios da imprensa no Espírito Santo. **Impressões capixabas**, v. 165. 2005.

ZAPPATERRA, Yolanda. (2007). **Art direction + editorial design**. USA: Abrahams Studio.

ZARANKIN, Andres; SALERNO, Melisa . Sobre bonecas e carrinhos: desconstruindo as categorias feminino e masculino no passado. **Especiaria**: cadernos de ciências humanas, Ilhéus, v. 11 e 12, n. 20 e 21, p. 219-240, jul./dez. 2008 e jan./jun. 2009.

ANEXOS

ANEXO A - Corpus de análise

(N1) Homem é preso por ato obsceno em ônibus na Serra (A GAZETA, 06/02/2016)

Cidades
Prisão

Homem é preso por ato obsceno em ônibus na Serra

Passageira foi vítima do ato. Suspeito foi agredido após a mulher gritar

Compartilhar:   Publicado em 06/02/2016 às 13h00
Atualizado em 06/02/2016 às 13h14

Fonte: Do G1 ES



Entrada + 48x de R\$599

Peugeot

Abrir >

Um homem foi preso por praticar ato obsceno dentro de um ônibus Transcol da linha 506 - Terminal de Laranjeiras x Terminal de Itacibá - na Serra, na noite desta sexta-feira (6). De acordo com a vítima, uma vigilante de 38 anos, o homem mostrou as partes íntimas e ficava esfregando a perna nela. Situação ocorreu no dia do aniversário da mulher.

A vigilante contou que entrou no ônibus no Terminal de Laranjeiras, sentou em uma das poltronas e o homem sentou ao lado dela. Foram 15 minutos de situação constrangedora.

"Assim que o ônibus fechou a porta e começou a andar, ele já colocou a parte íntima dele para fora da bermuda e escondeu com a mochila. Quem estava no corredor não conseguia ver, mas eu conseguia ver toda a situação do meu lado. Ele estava com um cheiro ruim, ficava esfregando a perna dele em mim. Fiquei com medo de ele estar armado com uma faca", disse.

Durante o percurso, ela tentou alertar outros passageiros sobre a situação. "Eu olhava para as pessoas, olhava para um rapaz que estava perto, mas ele não percebia o que estava acontecendo. Eu tinha medo de gritar e o homem fazer alguma coisa comigo", relatou.

A situação só terminou no Terminal de Carapina. Assim que o ônibus começou a sair do local, ela reuniu coragem para pedir socorro. Nesse momento, o homem saiu do ônibus correndo, mas foi detido por um grupo de passageiros, que o agrediu.

"Para nós, mulheres, essa é uma situação muito difícil. Só quem passa sabe, você não consegue ter reação. Até um rapaz que estava no ônibus questionou 'mas será que isso aconteceu mesmo?', então fica essa questão de dúvida. O povo acha que a gente é vagabunda. Você não pode mais sair de casa de camiseta e bermuda que falam que você é vagabunda", disse a vigilante.

O homem foi levado para o Departamento de Polícia Judiciária (DPJ) da Serra. Segundo a polícia, ele já havia sido detido antes por prática de ato obsceno. "Ele estava muito tranquilo, como se já tivesse acostumado a fazer aquela cena", lembrou a vítima.

Histórico de assédio sexual

A vigilante contou que esta não foi a primeira vez que ela passou por uma situação constrangedora de cunho sexual. Durante quatro anos ela sofreu assédio por parte de um chefe. "Cheguei a sofrer violência por parte dele, mas não tinha coragem para denunciar", disse.

Quando teve coragem para denunciar, o chefe acabou não ficando preso. "Essa pessoa não foi presa, pois tem dinheiro e pagou um bom advogado. Desde então sofri várias ameaças, tive depressão e síndrome do pânico por causa disso. Engordei 14 kg, faço tratamento contra a depressão até hoje, e por várias vezes precisei pedir afastamento do meu atual trabalho por causa disso. É muito constrangedor", falou.

 CAMPAÑA
 INVESTE UNICRED
 SAIBA MAIS
 A gente sabe como conduzir sonhos.
 Com a UNICRED você concorre a um Toyota Corolla Cross Híbrido Okm
 escolha cooperar. escolha UNICRED

(N2) Professora denuncia abuso sexual dentro de Transcol na Serra (A GAZETA, 20/07/2017)

Eu Aqui
Assédio

Professora denuncia abuso sexual dentro de Transcol na Serra

Professora de 24 anos foi assediada dentro de um coletivo na Serra; homem tirou pênis da bermuda e fez insinuações para ela

Compartilhar:   

Publicado em 20/07/2017 às 12h34
Atualizado em 21/07/2017 às 09h49

Fonte: Gazeta Online
www.gazetaonline.com.br

 Pedro Permy
permy@redgizeta.com.br



Entrada + 48x de R\$599
Peugeot



Professora denuncia estupro dentro de Transcol na Serra

Uma professora de 24 anos estava dentro de um Transcol da linha 892 na tarde desta quarta-feira (19), saindo do trabalho, quando alega ter sido vítima de abuso sexual por parte de um passageiro. O homem estava sentado na frente da jovem. Na hora, a polícia foi acionada, e a mulher garante também ter pedido ajuda ao motorista do coletivo, mas lamenta não ter sido socorrida.

Ela conta que o homem colocou o pênis à mostra, por entre o zíper da bermuda. "Sentei na parte traseira do ônibus, no assento individual que fica de costas. O homem colocou as partes íntimas para fora da bermuda, duas vezes, e depois roçou sua perna em mim", relata. "Cheguei a pensar que era coisa da minha cabeça. Não estava acreditando", exclama.

Segundo a professora, ela gritou para o motorista do coletivo, pedindo para que ele parasse o ônibus, "porque tinha um psicopata a assediando", como a própria classifica. "Eu tenho certeza do que aconteceu, e o doente negou o ato", frisa.

Nervosa, ela destaca que ligou para o marido e para a polícia. "Quando ele (o acusado) percebeu, rapidamente desceu do ônibus no ponto do bairro Mata da Serra, na Serra, e me ameaçou, dizendo que 'se algo acontecesse com ele eu iria ver'", frisa.

"Quantas e quantas mulheres são assediadas todos os dias e ninguém fala nada? O motorista não parou o ônibus, ninguém levantou pra dizer nada e a viagem seguiu como se nada tivesse acontecido", lamenta.

OCORRÊNCIA

A jovem garante que chegou em casa do trabalho por volta das 14h30 desta quarta-feira (19). Em seguida, decidiu ir ao DPJ de Laranjeiras, na Serra, para prestar queixa. "No caminho, vi uma viatura e saltei do carro em que estava para contar à polícia o que havia acontecido", narra.

Ela conta que os policiais fizeram uma ronda com ela dentro da viatura para ver se encontravam o suspeito nas redondezas. "Mas não vimos nada. Então, fui com os policiais ao DPJ e, na manhã desta quinta-feira (20), fui à Delegacia da Mulher para completar o depoimento. Ainda hoje vou fazer o retrato falado com a polícia", finaliza.

CARACTERÍSTICAS

A professora conta que o homem saiu do Terminal de Laranjeiras e vestia blusa e bermuda pretas, chinelo e boné preto virado para trás. Ele carregava uma mochila.

Segundo a jovem, o agressor é branco, magro, tem cerca de 1,70m de altura, cabelo preto e liso, e piercing prateado no nariz.

CETURB

Acionada pela reportagem, a Ceturb enviou a seguinte nota:

"Casos como o relatado pela vítima estão relacionados à segurança pública, dessa forma, não cabe à Ceturb-GV se posicionar sobre o assunto. Com relação à conduta do motorista, a empresa responsável pelo veículo que fazia a viagem no horário relatado pela vítima irá apurar os fatos e, se necessário, repassar as imagens gravadas pelo sistema interno do coletivo para as autoridades competentes".



Entrada + 48x de R\$599

Não Perca o 208 DAY com Condições Exclusivas Para Você. Acesse o Site e Confira

Peugeot

Abair >

RECOMENDAÇÃO DO EDITOR

É verdade que peias do Espírito Santo estão infestados de cobras?

Publicado em 20/07/2017 às 19h02

(N3) Polícia procura acusado de abusar sexualmente de mulher no Transcol (A GAZETA, 20/07/2017)

Cidades
Crime na Serra

Compartilhar: [f](#) [t](#) [in](#)

Publicado em 20/07/2017 às 18h15
Atualizado em 20/07/2017 às 22h26



Gazeta Online
on@on.gazeta.com.br



Anhanguera Pós-Graduação e Saraivajur
Anhanguera Pós-Graduação

Polícia procura acusado de abusar sexualmente de mulher no Transcol

Crime ocorreu dentro de um coletivo que fazia a linha 892

A Delegacia Especializada na Proteção e Atendimento à Mulher iniciou uma investigação e está à procura do autor do crime de abuso sexual praticado contra uma professora nesta quarta-feira (19) dentro de um Transcol. A confirmação é da assessoria da Polícia Civil.



Professora denuncia estupro dentro de Transcol na Serra

A professora de 24 anos estava dentro de um Transcol da linha 892 na tarde desta quarta-feira (19), saindo do trabalho, quando foi vítima de abuso sexual por parte de um passageiro. O homem estava sentado na frente da jovem. Na hora, a polícia foi acionada, e a mulher garante também ter pedido ajuda ao motorista do coletivo, mas lamenta não ter sido socorrida.

Ela conta que o homem colocou o pênis à mostra, por entre o zíper da bermuda. "Sentei na parte traseira do ônibus, no assento individual que fica de costas. O homem colocou as partes íntimas para fora da bermuda, duas vezes, e depois roçou sua perna em mim", relata. "Cheguei a pensar que era coisa da minha cabeça. Não estava acreditando", exclama.

Segundo a professora, ela gritou para o motorista do coletivo, pedindo para que ele parasse o ônibus, "porque tinha um psicopata a assediando", como a própria classifica. "Eu tenho certeza do que aconteceu, e o doente negou o ato", frisa.

Nervosa, ela destaca que ligou para o marido e para a polícia. "Quando ele (o acusado) percebeu, rapidamente desceu do ônibus no ponto do bairro Mata da Serra, na Serra, e me ameaçou, dizendo que 'se algo acontecesse com ele eu iria ver'", frisa.

"Quantas e quantas mulheres são assediadas todos os dias e ninguém fala nada? O motorista não parou o ônibus, ninguém levantou pra dizer nada e a viagem seguiu como se nada tivesse acontecido", lamenta.

OCORRÊNCIA

A jovem garante que chegou em casa do trabalho por volta das 14h30 desta quarta-feira (19). Em seguida, decidiu ir ao DPJ de Laranjeiras, na Serra, para prestar queixa. "No caminho, vi uma viatura e saltei do carro em que estava para contar à polícia o que havia acontecido", narra.

Ela conta que os policiais fizeram uma ronda com ela dentro da viatura para ver se encontravam o suspeito nas redondezas. "Mas não vimos nada. Então, fui com os policiais ao DPJ e, na manhã desta quinta-feira (20), fui à Delegacia da Mulher para completar o depoimento. Ainda hoje vou fazer o retrato falado com a polícia", finaliza.

CARACTERÍSTICAS

A professora conta que o homem saiu do Terminal de Laranjeiras e vestia blusa e bermuda pretas, chinelo e boné preto virado para trás. Ele carregava uma mochila.

Segundo a jovem, o agressor é branco, magro, tem cerca de 1,70m de altura, cabelo preto e liso, e piercing prateado no nariz.

GVBUS

Acionada pela reportagem, a GVBus enviou a seguinte nota:

"Casos como o relatado pela vítima estão relacionados à segurança pública, dessa forma, cabe à Ceturb-GV se posicionar sobre o assunto. Com relação à conduta do motorista, a empresa responsável pelo veículo que fazia a viagem no horário relatado pela vítima irá apurar os fatos e, se necessário, repassar as imagens gravadas pelo sistema interno do coletivo para as autoridades competentes".



Entrada + 48x de R\$599

Não Perca o 208 DAY com Condições Exclusivas Para Você. Acesse o Site e Confira.

Peugeot

Abrir >

(N4) Estudantes de Psicologia fazem campanha contra assédio no Transcol (A GAZETA, 22/09/2017)

Cidades
Abuso sexual

Estudantes de Psicologia fazem campanha contra assédio no Transcol

A ação acontece neste sábado (22) no Terminal de Campo Grande, em Cariacica

Compartilhar:   

Publicado em 22/09/2017 às 19h27

Atualizado em 22/09/2017 às 19h28



Sullivan Silva
susilva@redgazeta.com.br



Mobilizados pelos frequentes casos noticiados pela mídia sobre assédio sexual, estudantes de psicologia de uma faculdade particular de Cariacica decidiram montar um grupo para levar informação sobre como denunciar atos praticados em ônibus do Transcol na Grande Vitória. A ação acontece neste sábado (22) no Terminal de Campo Grande, em Cariacica.

Com cartazes com a frase “Não mexa com as minas no busão”, parte de uma música feita por um cobrador de ônibus e a entrega de panfletos com informações sobre a importância de se denunciar e dicas de como fazer, o grupo formado por 20 estudantes acredita o assunto tem que ser abordado nos terminais de ônibus para que os casos não fiquem impune.

Veja vídeo com o funk:



Para a estudante, Nívea Santos, 39 anos, poucas vítimas de assédio se manifestam e o silêncio faz com que esses atos continuem a ser praticados. “Achamos que a partir do momento que a pessoa sofre esse tipo de assédio e não se manifesta ela está dando cobertura para que isso continue ocorrendo. A questão é muito mais ampla e envolve também o assédio psicológico da pessoa, que se não tratado pode render frutos ruins no futuro”, explicou.

De acordo com Geise Paula Borges, 23 anos, uma das integrantes do grupo é raro as vítimas procurarem uma delegacia para registrar um Boletim de Ocorrência. Geise conta que já sofreu abuso dentro de um coletivo em uma viagem, que dependendo da intensidade do abuso pode acarretar consequências ruins para as vítimas.

“Eu já passei por situação de abuso, de uma vez um cara fazer gestos para mim dentro do Transcol. As pessoas tem que se desprender da vergonha e saber que quem pratica esse ato pode ser punido”, disse.

Canais de denúncia

Assédio sexual é crime e as vítimas devem procurar o Distrito Policial de Atendimento à Mulher mais próximo, para que a denúncia seja formalizada para que o caso possa ser investigado e executor do ato punido.

Outros meios para denúncia são: ligar para o telefone do Centro Integrado de Defesa Social (Ciodes) pelo número 190, ou para a Central de Atendimento à Mulher pelo número 180.



Kit Higiene Oral Personalizado Colgate - 12 unid

Composição do Kit: 12 enxaguantes bucais de 60ml; 12 cremes dentais de 30g; 12 necessários personalizadas. Necessários personalizadas com 2 linhas de 24 e 24 caracteres (respectivamente)...

Canal Exclusivo Para Dentistas
Colgate Pro

(N5) Tarado é detido ao se masturbar para filha de sargento no Transcol (A GAZETA, 22/09/2017)

Polícia Violência sexual

Tarado é detido ao se masturbar para filha de sargento no Transcol

O homem foi levado para a 3ª Delegacia Regional, em Laranjeiras, e, depois de prestar depoimento, foi liberado

Compartilhar: [f](#) [t](#) [in](#)

Publicado em 22/09/2017 às 18h43

Atualizado em 22/09/2017 às 20h55

Fonte: Notícia Agora



Mayra Bandeira
mpbandeira@redgazeta.com.br



Foto: Vitor Jubini | Arquivo

Um homem de 56 anos foi detido após ser flagrado se masturbando dentro de um ônibus, na Serra, na noite de quinta-feira (21). Ele estava sentado ao lado de uma estudante de 18 anos, que, assustada, ligou para o pai, um sargento da Polícia Militar, e avisou sobre o que estava acontecendo.

O homem foi levado para a 3ª Delegacia Regional, em Laranjeiras, e, depois de prestar depoimento, foi liberado. À polícia, a vítima contou que seguia no coletivo da linha 515 (Terminal de Itacibá x Terminal de Laranjeiras, quando, por volta das 18 horas, o homem sentou-se ao lado dela.

A estudante estava próximo à janela e relata que o homem durante todo o trajeto tentou puxar assunto com ela, que não respondeu. Em um determinado trecho da viagem, o homem abriu o botão da bermuda e passou a se masturbar ao lado da jovem.

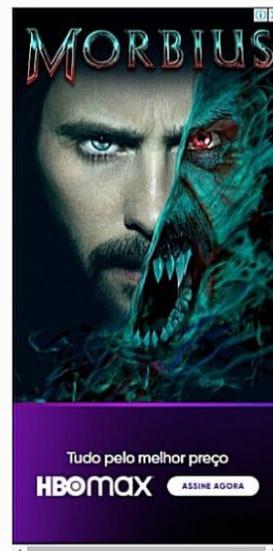
Assustada, ela imediatamente ligou para o pai militar e passou as informações do trajeto do ônibus e as características do suspeito. Quando o coletivo passava próximo ao Batalhão da Polícia Ambiental, na Avenida José Rato, em Bairro de Fátima, na Serra, foi parado por militares.

O acusado foi reconhecido e levado para prestar depoimento. Ele assinou um termo se comprometendo a comparecer em uma audiência do Juizado Especial Criminal da Serra, e liberado em seguida.

LEIA TAMBÉM

Duas mulheres são assassinadas enquanto andavam de moto em Linhares

Sargento da PM é condenado a 26 anos de prisão por matar a esposa



(N6) “Não gosto de mulher” diz homem que ejaculou em passageira (A GAZETA, 26/10/2018)

MENU **A Gazeta**® MINHA CONTA SAIR BUSCAR

Capixaba **Polícia**

Importunação sexual

"Não gosto de mulher", diz homem que ejaculou em passageira

Douglas foi levado para o Centro de Triagem de Viana na manhã desta sexta-feira

[Ouvir a matéria](#)

Publicado em 26/10/2018 às 07h46



O homem que ejaculou em uma mulher dentro de um ônibus do Transcol, em Vitória, Douglas Dias da Silva, 20 anos, foi levado para o presídio na manhã desta sexta-feira (26). Na saída da 1ª Delegacia Regional de Vitória, ele declarou que "não fez nada" e "que não gosta de mulher", ao ser questionado pela reportagem da **TV Gazeta** sobre o que teria feito dentro do coletivo.



Douglas foi autuado por importunação sexual, uma nova lei que pode gerar até cinco anos de reclusão. O rapaz ejaculou em cima de uma operadora de telemarketing, de 36 anos, dentro de um coletivo, por volta de meio-dia desta quinta-feira (25), em **Vitória**.

A vítima embarcou no coletivo da linha 503 (Terminal de Laranjeiras x Terminal de Vila Velha) e sentou em um dos bancos. O acusado, que já estava no **Transcol**, se aproximou e ficou em pé, no corredor, ao lado da vítima.

Ele fechou e abriu a janela várias vezes para encostar em mim, no meu ombro. Cheguei a colocar a sombrinha no ombro pra tentar impedir que ele encostasse, até que senti como se estivesse molhado meu ombro. Na hora você não acredita que aquilo está acontecendo

Vítima

Em meio ao desespero, um outro passageiro viu a situação e disse para a vítima pedir ajuda ao cobrador. "Você fica sem reação. Fiquei com medo dele estar armado, com faca, sei lá. Avisei ao cobrador e as pessoas que não tinham percebido se revoltaram. Dois passageiros pegaram ele até a polícia chegar", contou.



A Polícia Militar foi acionada e conduziu o suspeito à Delegacia Regional de Vitória.

PRISÃO

Douglas Dias da Silva. Crédito: Reprodução

O acusado Douglas Dias da Silva, 20 anos, foi autuado em flagrante pelo crime de importunação sexual.

O ato de importunação sexual se tornou infração penal em 24 de setembro deste ano, ao entrar em vigor a lei 13718/2018, com penas prevista de 1 a 5 anos de reclusão.

Antes, o crime era tratado como contravenção penal, sem previsão de detenção quando preso em flagrante.

Douglas foi autuado pelo delegado Guilherme Sodré, do plantão da Delegacia Regional de Vitória, e deverá ser encaminhado, ainda hoje, para o Centro de Detenção Provisória de Viana.

Com informações de Glaciére Carrareto e de Daniela Carla

(N7) Justiça mantém prisão de homem que ejaculou em passageira no ES (A GAZETA, 26/10/2018)

MENU **A Gazeta** MINHA CONTA SAIR BUSCAR

Capixaba **Polícia**

Assédio sexual

Justiça mantém prisão de homem que ejaculou em passageira no ES

Na decisão, a juíza ressalta que o suspeito oferece risco à sociedade; a magistrada também ressaltou que Douglas Dias da Silva já foi detido em outra ocasião por caso semelhante

🔊 Ouvir a matéria

Ricardo Medeiros

online@redgazeta.com.br

Publicado em 26/10/2018 às 22h12



Douglas Dias da Silva. Crédito: Reprodução

Preso em flagrante e autuado por importunação sexual após **ejacular em uma mulher dentro de um ônibus, em Vitória**, na tarde de quinta-feira (25), Douglas Dias da Silva, 20 anos, vai continuar preso por tempo indeterminado. A decisão saiu nesta sexta-feira (26), durante a audiência de custódia do suspeito.

A juíza Raquel de Almeida Valinho considerou o flagrante legal e converteu em prisão preventiva, quando não há prazo para terminar, alegando que a soltura de Douglas colocaria em risco a segurança social. Isso porque o suspeito já havia sido preso em outra ocasião, por caso semelhante. O suspeito segue preso no Centro de Triagem de **Viana**.

"Em pesquisas realizadas nos sistemas judiciais foram encontrados registros criminais do indiciado, sendo 01 termo circunstanciado por Ultraje Público ao Pudor", ressalta a magistrada em decisão.

(N8) Após homem ejacular em mulher, passageiras relatam outro caso (A GAZETA, 26/10/2018)

MENU **A Gazeta** MINHA CONTA SAIR BUSCAR

Capixaba **Polícia**

Recorrente

Após homem ejacular em mulher, passageiras relatam outros casos

Elas contam que sofrem assédio por contato físico ou por meio de palavras

[Ouvir a matéria](#)

Publicado em 26/10/2018 às 08h38



Terminal de Vila Velha. Crédito: Bernardo Coutinho | Arquivo

Após o caso do homem que ejaculou em um mulher dentro de um ônibus do Transcol em Vitória, a reportagem da **TV Gazeta** foi ao Terminal de Vila Velha, nesta sexta-feira (26), conversar com mulheres sobre casos de assédio dentro dos coletivos. E não foi necessário muito tempo para encontrar casos parecidos ou que poderiam ter evoluído para a mesma coisa.

Uma passageira chamada Aline relatou que já chegou a ser apalpada dentro do ônibus com o dedo e temeu que algo pior pudesse acontecer.

O ônibus estava lotado e ele ficou encostando em mim. O rapaz do lado percebeu e trocou de lugar comigo. Você fica sem saber o que fazer, é chato, e você fica nervosa e com raiva.

Aline, passageira do Transcol

Hoje Aline explica que fica mais atenta. "Procuo alertar através do olhar outras mulheres e, se vejo alguma situação suspeita, vou para outro local. Acontece muito quando o ônibus está cheio, o que é frequente", completou.

A Brunela também passou por uma situação parecida que, segundo ela, é algo frequente de se ver. "Eu estava no ônibus, que não estava muito cheio, e o cara ficava parado atrás de mim. Ele disse que não iria sair quando eu reclamei. Eu falei com outras pessoas, mas ninguém me ajudou", lamentou.

A Milena não chegou a ser tocada por nenhum homem, mas as piadinhas não param, segundo ela. "Sempre fazem piadinha e a gente fica constrangida. Fico com medo de andar de ônibus, principalmente quando estou sozinha, porque chego tarde do trabalho", declarou.

(N9) Idoso é preso por importunação sexual dentro de ônibus em Cariacica (A GAZETA, 06/11/2018)

IMPORTUNAÇÃO SEXUAL

Casos como o do rapaz que ejaculou em uma mulher dentro do Transcol são considerados importunação sexual. Há um ano a legislação nova entrou em vigor, incluindo atos como apalpar uma pessoa, "encoxar" alguém dentro do coletivo ou ejacular sobre alguém. A pena é de até cinco anos de prisão.

>Homem é preso após ejacular em passageira do Metrô do Rio de Janeiro

Segundo o professor de Direito Israel Jório, em entrevista ao Bom Dia Espírito Santo, antes o Código Penal não previa prisão para esses tipos de crimes.

Antes era considerado importunação ofensiva ao pudor, que tinha prevista a pena de, no máximo, multa. Poderia ser considerado também ato obsceno, com pena muito baixa também.

Israel Jório, professor de Direito

ESTUPRO

O professor lembra que desde 2009 existe uma alteração na legislação sobre o estupro. Atos que utilizam violência, mesmo nem sempre tendo a penetração vaginal, também são colocados como estupro. A pena varia de 6 a 10 anos de prisão. "Não é só o sentimento de temor que a pessoa sentiu, mas o uso de grave ameaça", pontuou.

Ao ser questionado sobre o beijo à força, no entanto, o professor lembra que casos assim não são caracterizados estupro, mesmo com o uso da força e da violência.

"O beijo à força pode ser considerado constrangimento ilegal. Mesmo havendo o uso da força, tem que ter cuidado para não relacionar com atos como o coito anal ou o coito oral. Não tirando por menos, mas o contato com a boca é momentâneo e acho exagerado caracterizar como estupro", declarou.

>Homem foge após ejacular em mulher dentro do trem da CPTM

DENÚNCIA FEITA NA HORA

O professor lembra que é importante quando a vítima faz a denúncia logo após o crime acontecer, por causa da maior possibilidade de apuração dos fatos.

Não é recomendável fazer o boletim depois porque é possível encontrar vestígios gritantes do crime logo após acontecer e também ouvir testemunhas que viram alguma coisa e podem ajudar.

Israel Jório, professor de Direito

CETURB VAI REALIZAR CAMPANHA

Questionada pela reportagem do **Gazeta Online**, a Companhia Estadual de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado do Espírito Santo (Ceturb) afirmou que uma nova campanha contra assédios nos coletivos vai ser veiculada nos meios de comunicação em breve. O órgão disse que faz ações parecidas "visando a estimular tanto vítimas quanto usuários do sistema Transcol a denunciarem casos de assédio dentro dos ônibus."

A companhia também destacou que os motoristas e cobradores são orientados a procurarem a polícia para que a vítima possa registrar um boletim de ocorrência.

(N10) Passageiro é preso por assediar professora de inglês em coletivo (A GAZETA, 20/01/2019)

MENU **A Gazeta**® MINHA CONTA SAIR BUSCAR

Capixaba **Polícia**

Vila Velha

Passageiro é preso por assediar professora de inglês em coletivo

A professora estava acompanhada de um grupo de mais três amigos e seguia do Centro de Vila Velha para se divertirem na praia de Setiba, em Guarapari

🔊 Ouvir a matéria

Publicado em 20/01/2019 às 15h:34



Acusado de importunação é levado pela polícia. Crédito: Internauta

O passageiro de um ônibus foi preso após ser acusado de importunar sexualmente uma professora de inglês, de 18 anos, dentro de um coletivo, na Rodovia do Sol, em Vila Velha, na manhã deste domingo (20).

> Professora de inglês desabafa sobre assédio dentro de coletivo

A professora estava acompanhada de um grupo de mais três amigos e seguia do Centro de Vila Velha para se divertirem na praia de Setiba, em Guarapari. Todos estavam no coletivo da linha 672 (Terminal de Vila Velha X Trevo de Setiba).

Havia muitos passageiros em pé no coletivo, entre eles a professora de inglês e o criminoso, oportunidade que ele aproveitou para cometer o crime.

> Homem ejacula na mão de adolescente de 14 anos e é preso em Cariacica

"Minha amiga disse para mim que ele estava encostando demais. Eu estava em pé, mas sai do lugar onde eu estava, fiquei mais para o meio do ônibus, e minha amiga se aproximou de mim, deixando um espaço confortável entre ela e o acusado. Mesmo assim, ele se aproximou novamente e voltou a encostar na minha amiga", contou uma passageira, uma estudante, 18 anos, que acompanhava a professora de inglês.

O suspeito ficou roçando na vítima, até que um outro passageiro que estava sentado cedeu lugar à professora. "Eu comecei a chorar, pois não tinha reação. Não acreditava que aquilo estava acontecendo", contou a vítima.

Quando a estudante olhou para o suspeito, percebeu pelo volume da calça e que ele estava com o pênis ereto devido o contato com a professora de Inglês.

A estudante foi quem deu o alerta para os demais passageiros. Houve uma grande revolta dentro do coletivo e foi solicitado ao motorista que parasse no posto da Polícia Rodoviária Estadual, na altura da Barra do Jucu, ainda em Vila Velha.

Os policiais ordenaram que o suspeito descesse do coletivo. Ele foi levado para a Delegacia Regional de Vila Velha onde foi autuado em flagrante pelo crime de importunação sexual e será encaminhado para o Centro de Triagem de Viana no início da manhã desta segunda-feira.

(N11) Professora de inglês desabafa sobre assédio dentro de coletivo (A GAZETA, 20/01/2019)

MENU **A Gazeta**® MINHA CONTA SAIR BUSCAR

Capixaba **Polícia**

Vila Velha

Professora de inglês desabafa sobre assédio dentro de coletivo

Ainda revoltada com a situação, ela se diz envergonhada e com medo

🔊 Ouvir a matéria

Publicado em 20/01/2019 às 15h51
Atualizado em 06/04/2020 às 21h31



O passageiro de um ônibus foi preso após ser acusado de importunar sexualmente uma professora de inglês, de 18 anos, dentro de um coletivo, na Rodovia do Sol, em Vila Velha, na manhã deste domingo (20).

Ainda revoltada com a situação que passou dentro do coletivo, a professora de inglês de 18 anos disse que nunca passou por nada semelhante e, hoje, sente vergonha e medo.

Como ele se aproximou de você?

Estava eu e minha amiga, uma do lado da outra, em pé no corredor do ônibus, quando eu percebi que tinha alguém encostando em mim. Eu dei um passo para o lado e continuei conversando com minha amiga.

E depois que você se esquivou pela primeira vez, continuou?

Sim. Ele continuou encostando em mim e quando eu olhei o órgão dele estava ereto e eu entrei em desespero. Comecei a chorar, foi quando as pessoas ao redor começaram a perceber o que estava acontecendo. Não vi o pênis dele, mas dava para perceber na calça.

O que você fez?

Eu fiquei sem reação. Não consegui pedir ajuda. É constrangedor e dá medo. Os demais passageiros e a minha amiga que ajudaram a pedir para parar o ônibus na polícia.

Qual a reação dele depois de ser descoberto?

Ele passou a fingir que nada estava acontecendo e antes de sair do ônibus, por ordem da polícia, ele ainda disse "misericórdia" com se não fosse com ele. Isso tudo deixa a gente com medo, desesperados e com vergonha, pois me senti um lixo, é horrível. Meus amigos me incentivaram a prestar queixa. A gente tem que denunciar para que isso mude, que criem coragem de nunciar e que não deixem passar pois essas pessoas vão fazer outras vítimas.

(N12) Passageira denuncia assédio em Transcol e acusado é detido em Vila Velha
(A GAZETA, 17/02/2019)

MENU **A Gazeta**® MINHA CONTA SAIR BUSCAR

Capixaba **Polícia**

Linha 503

Passageira denuncia assédio em Transcol e acusado é detido em Vila Velha

A vítima, que seguia para a igreja, conta que o homem passou a mão nas nádegas dela

🔊 Ouvir a matéria

Elis Carvalho

ycarvalho@redgazeta.com.br

Publicado em 17/02/2019 às 13h46



Lilia Barros, jornalista, foi assediada dentro de ônibus e passageiros impediram que o homem fugisse.
Crédito: Bernardo Coutinho

Uma jornalista de 54 anos denunciou ter sofrido assédio sexual dentro de um ônibus do sistema Transcol na manhã deste domingo (17), em Vila Velha. A vítima, que seguia para a igreja, conta que o homem identificado como Flávio Soares dos Santos insistiu em ficar atrás dela dentro do veículo e passou a mão nas nádegas da passageira. Ao perceber, ela pediu ajuda dos passageiros e o acusado foi levado à delegacia.

De acordo com a jornalista Lilia Barros, era por volta das 8h50 quando ela entrou no Transcol da linha 503, no Terminal de Vila Velha. O trajeto do ônibus segue até o Terminal de Laranjeiras. Lillian pretendia ir à igreja, mas os planos foram interrompidos após ela perceber que estava sendo vítima de assédio sexual.

"Todos os assentos do ônibus estavam ocupados e eu fiquei de pé com outras quatro pessoas. Percebi que um homem ficou atrás de mim e achei estranho, porque havia espaço no veículo. Cheguei a dar um passo para o lado, mas ele foi junto, insistindo em ficar muito perto de mim. Foi quando comecei a sentir alguma coisa encostando em mim. Desconfiei, mas logo me reprimi. Pensei: 'Não é possível, é coisa da minha cabeça, deve ser um trabalhador'. Ele encostou três vezes. Na quarta, ele apertou minhas nádegas com força. Foi quando olhei para trás e vi a mão dele. Ele estava passando a mão em mim", lembra.

A jornalista empurrou o homem e começou a gritar, chamando a atenção de outros passageiros. Nesse momento, o motorista travou as portas do veículo para evitar que o acusado fugisse. Alguns dos passageiros ficaram tão revoltados com a situação que tentaram agredir o homem.

"Eu que pedi para não agredirem. A gente não pode resolver um crime cometendo outro. Falei que se a lei existe, tem que ser cumprida. Que ele tinha era que ser preso. De início, quando comecei a gritar, o abusador me olhou com desdenho. Depois ele assumiu que praticou o crime e pediu desculpas. Eu só quero que ele pague pelo que fez, para que nenhuma outra mulher tenha que passar pelo que eu passei", afirma.

As testemunhas acionaram a Polícia Militar e o acusado foi encaminhado ao Plantão Especializado da Mulher (PEM) para prestar esclarecimentos. Visivelmente abalada, a jornalista contou porque decidiu denunciar.

"Enquanto ele se esfregava em mim eu tive a impressão de que estava errada. Pensei que não era possível, que era coisa da minha cabeça. Que eu poderia prejudicar alguém do bem. Tentei me afastar, mas não adiantava. Fiquei muito nervosa. Denunciei porque estou cansada e com nojo disso. Todo dia a gente vê mulheres e crianças sendo assediadas e abusadas. Fiz isso não só por mim, mas com todas as mulheres. Que os homens tenham mais cuidado porque agora as mulheres têm força para falar. Ele me olhava com desdenho e eu em senti um lixo. A gente acha que nunca vai acontecer com a gente", afirmou.

AUTUAÇÃO

De acordo com a delegada plantonista, Silvana Paula Castro, do Plantão Especializado da Mulher (PEM), o homem foi autuado pelo crime de importunação sexual. Ele foi encaminhado ao Centro de Triagem de Viana.

Segundo ela, o acusado possui passagem pela polícia pelo crime de estupro de vulnerável, de uma menor de 13 anos.

(N13) Idoso de 78 anos é preso acusado de assédio dentro do Transcol (A GAZETA, 03/04/2019)

MENU **A Gazeta**^G MINHA CONTA SAIR BUSCAR

Capixaba **Polícia**

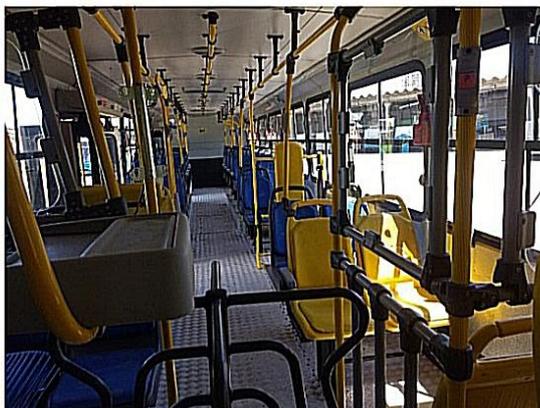
Assédio no Transcol

Idoso de 78 anos é preso acusado de assédio dentro do Transcol

Desde outubro do ano passado, a importunação sexual - como o assédio a mulheres no ônibus - passou a ser crime e resulta em prisão de um a cinco anos

🔊 Ouvir a matéria

Publicado em 03/04/2019 às 15h40



Ceturb testa coletivo maior para o sistema Transcol. Crédito: Internauta

Um idoso de 78 anos foi levado para o presídio após ser preso na noite de terça-feira, por assediar uma passageira dentro de um ônibus do sistema Transcol, na orla da Praia de Camburi, em Vitória. A vítima seguiu para casa no coletivo da linha 508 (Terminal de Vila Velha x Terminal de Laranjeiras), quando sentiu o suspeito tocar o seio dela, enquanto manipulava o órgão genital.

A vítima relatou que estava sentada no meio do ônibus, próximo à janela e ao lado dela estava outra passageira. Já o idoso sentou-se na poltrona da frente. De acordo com a mulher, durante todo o percurso do ônibus, o idoso ficava olhando para ela, a encarando.

Na altura da Praça dos Namorados, em Vitória, a mulher que estava ao lado dela desceu do coletivo. Imediatamente, o idoso aproveitou para ocupar o espaço vago ao lado da vítima. Enquanto passavam pela Avenida Dante Michelini, ela sentiu que o cotovelo direito do suspeito estava encostando no seio dela e que com a mão do mesmo braço, o idoso tocava o próprio órgão genital.

Em depoimento, a vítima relata que chegou a pensar que fosse o balanço do ônibus que estava provocando a situação e tentou se afastar do idoso. Porém, o coletivo parou de balançar e que, mesmo assim, o suspeito continuava praticando o ato.

Incomodada com a situação, a vítima disse que se levantou e pediu ao suspeito que a deixasse passar. Foi então, que o idoso a tocou mais uma vez. Assustada, ela descreveu que começou a chorar e foi amparada por outros passageiros.

Na entrada do bairro Jardim Camburi, os passageiros viram uma viatura da Polícia Militar e pediram ajuda aos militares. O acusado ainda tentou fugir, mas foi impedido pelas testemunhas. O suspeito foi levado para a 1ª Delegacia Regional em Vitória.

Na delegacia, o idoso negou o crime e foi autuado por importunação sexual e encaminhado para o Centro de Triagem de Viana. Na Audiência de Custódia, o acusado foi solto após pagar uma fiança de R\$ 1 mil.

LEI

Desde outubro do ano passado, a importunação sexual - como o assédio a mulheres no ônibus - passou a ser crime e resulta em prisão de um a cinco anos. Antes era uma contravenção penal punida apenas com multa.

(N14) Mulher denuncia importunação sexual dentro de ônibus no ES (A GAZETA, 17/09/2019)

MENU **A Gazeta**® MINHA CONTA SAIR BUSCAR

Capixaba **Polícia**

Cariacica para Serra

Mulher denuncia importunação sexual dentro de ônibus no ES

O suspeito foi encaminhado para o Departamento de Polícia Judiciária (DPJ) de Vitória. Crime teria acontecido na frente de outros passageiros que estavam no ônibus.

🔊 Ouvir a matéria

Publicado em 17/09/2019 às 09h58
Atualizado em 17/09/2019 às 12h38



A Polícia Militar informou que a mulher avisou o motorista do ônibus, que parou o veículo em frente a Rodoviária de Vitória. Crédito: Reprodução/TV Gazeta

Um homem foi preso suspeito de importunação sexual contra uma passageira, em um ônibus do Transcol, em Vitória, na manhã desta terça-feira (17). O veículo havia saído do Terminal de Campo Grande, em Cariacica, e seguia para Carapina, na Serra.

A Polícia Militar informou que a mulher avisou o motorista do ônibus, que parou o veículo em frente a Rodoviária de Vitória, onde policiais faziam o monitoramento do trânsito na Segunda Ponte.

"Fomos abordados pelo motorista do ônibus e os cidadãos que estavam dentro do veículo alegaram que um dos passageiros estava assediando uma outra passageira. Solicitamos que esse cidadão descesse do veículo, assim como a vítima e uma testemunha. O sujeito pode responder pelo crime, pois temos a vítima, a testemunha e outros cidadãos que poderão testemunhar", disse o capitão Sandro, da PM.

Conforme registros da Polícia Civil, essa é a segunda vez que o homem é acusado de importunação sexual em um ônibus do transporte público. O primeiro caso aconteceu em 2012.

O suspeito foi encaminhado para o Departamento de Polícia Judiciária (DPJ) de Vitória. A vítima e uma testemunha também foram levadas para prestar depoimento. O caso será investigado.

(N15) Homem é preso por importunar sexualmente passageiras em Transcol (A GAZETA, 25/09/2019)

MENU **A Gazeta**® MINHA CONTA SAIR BUSCAR

Capixaba **Polícia**

Jardim Camburi

Homem é preso por importunar sexualmente passageiras em Transcol

Segundo a Polícia Militar, que atendeu a ocorrência, a cobradora do Transcol acionou a Polícia após relatos de passageiros de que o homem estaria excitado dentro do coletivo

🔊 Ouvir a matéria

Publicado em 25/09/2019 às 04h08
Atualizado em 25/09/2019 às 10h00



Um homem foi preso por importunar sexualmente passageiras de um ônibus do Transcol na manhã desta quarta-feira (25) quando o coletivo passava por Jardim Camburi, em **Vitória**.

Segundo a Polícia Militar, que atendeu a ocorrência, a cobradora do Transcol acionou a Polícia após relatos de passageiros de que o homem estaria excitado dentro do coletivo. Ainda de acordo com o boletim de ocorrência, uma vítima desceu do coletivo pois o acusado teria esfregado o órgão genital no ombro dela.

> **Mulher denuncia importunação sexual dentro de ônibus no ES**

Acionados, policiais militares seguiram para o local, mas o homem resistiu à prisão e foi necessário o uso de força moderada para contê-lo. Ele foi detido e encaminhado à Delegacia Regional de Vitória.

ENTREVISTA



Briza Moreira, 40 anos, denunciou o assédio. Crédito: Caique Verli

Vítima do homem preso por importunação sexual, a estudante de segurança do trabalho Briza Moreira, 40 anos, contou como tudo aconteceu.

Como foi o assédio?

Estava indo para um treinamento em Jardim Camburi. Ele entrou no mesmo ônibus que eu e estava já excitado. Ele olhou para uma senhora sentada atrás de mim com a filha e ela, incomodada, questionou o que estava incomodando ele e ele olhando para a filha dela, que deve ter uns 12 anos. Depois, ele arredou para perto de mim e começou a roçar no meu ombro e eu empurrei ele com o ombro. Depois ele foi mais pra frente e começou a ficar mais próximo da roleta que tinha só mulheres. Ele foi atrás de uma outra moça e quase encostava nela. Olhava para as nádegas dela e ficava excitado. Toda mulher que passava ele tentava encostar.

O que você fez?

Levantei incomodada com aquilo e fui até a cobradora avisando que tinha um tarado incomodando todo mundo, para ela avisar o motorista, mas ela não avisou. Desci no ponto que tive que descer e, quando cheguei no local, comecei a ligar para Polícia, que foi me buscar.

Você já andava com medo dentro dos ônibus?

Já. Inclusive sento no corredor por medo, pra não ser assediada. Já tinha sido assediada por um outro homem no passado, que passou a mão na minha coxa. Dei um beliscão nele e levantei. A mulher anda com medo o tempo todo. A gente prefere ficar mais em pé do que sentada e evita ao máximo encostar nos homens porque a gente não sabe o que pode acontecer.

Qual sentimento que fica diante de uma situação dessas?

De impotência total. Nós ficamos constrangidas com uma situação dessas porque não tem necessidade disso. É uma falta de respeito.

O que você espera daqui para frente?

Espero que as mulheres denunciem mais e que seja feita a Justiça. E que a mulher tenha liberdade de ir e vir com a roupa que quiser e na hora que quiser.

O que diz a PM

A Polícia Civil informou que após as partes envolvidas serem ouvidas, decidiu que não havia como atuar o conduzido. O delegado do caso concluiu que o rapaz, embora tenha, em tese, praticado a conduta descrita no art. 215º do CPB, demonstrou sinais de problemas psiquiátricos, aparentando não estar em plena capacidade mental para responder pelos seus atos. Foi solicitado o apoio do SAMU na delegacia e os socorristas, também tiveram a mesma percepção, sendo o detido encaminhado ao hospital psiquiátrico Adalto Botelho.

(N16) “A mulher vive com medo”, desabafa vítima de importunação em ônibus (A GAZETA, 25/09/2019)

MENU **A Gazeta**[®] MINHA CONTA SAIR BUSCAR

Capixaba **Polícia**

Em Jardim Camburi

"A mulher vive com medo", desabafa vítima de importunação em ônibus

A vítima relatou que o suspeito ficou excitado, encostando as partes íntimas no ombro dela

🔊 Ouvir a matéria

Caique Verli

cv50usa@redgazeta.com.br

Publicado em 25/09/2019 às 06h46
Atualizado em 25/09/2019 às 11h43



Briza Moreira, de 40 anos, foi vítima de importunação dentro de um ônibus do Transcol. Crédito: Caique Verli

A manhã desta quarta-feira (25) foi conturbada para a estudante de segurança do trabalho Briza Moreira, de 40 anos. Ela foi uma das vítimas de importunação sexual dentro de um ônibus do Transcol em **Jardim Camburi**. **Um suspeito foi preso e levado para a delegacia.**

Briza relatou à polícia que o suspeito ficou excitado, encostando as partes íntimas no ombro dela. "A mulher vive com medo o tempo todo... Fiquei com um sentimento de impotência total. Nós ficamos muito constrangidas", lembrou em entrevista ao **Gazeta Online**.

Briza contou que esta foi a segunda vez que foi vítima de **importunação em coletivos**. Ela pediu justiça e fez um desabafo: "Espero que um dia a mulher tenha liberdade de ir e vir com a roupa que quiser e na hora que quiser".

Como tudo isso aconteceu?

Estava indo para um treinamento em Jardim Camburi. Ele entrou no mesmo ônibus que eu e estava já excitado. Ele olhou para uma senhora sentada atrás de mim com a filha e ela, incomodada, questionou o que estava incomodando ele e ele olhando pra filha dela, que deve ter uns 12 anos. Depois, ele arredou pra perto de mim e começou a roçar no meu ombro e eu empurrei ele com o ombro. Depois ele foi mais à frente e começou a ficar mais próximo da roleta, onde só tinha mulheres. Ele foi atrás de uma outra moça e quase encostava nela. Olhava para as nádegas dela e ficava excitado. Toda mulher que passava ele tentava encostar.

O que você fez?

Levantei incomodada com aquilo e fui até a cobradora e disse que tinha um tarado incomodando todo mundo, que era para ela avisar o motorista, mas ela não avisou. Desci no ponto que tive que descer e quando cheguei no local comecei a ligar para Polícia, que foi me buscar.

Você já tinha medo dentro dos ônibus?

Já. Inclusive sento no corredor por medo, pra não ser assediada. Já tinha sido assediada por um outro homem no passado, que passou a mão na minha coxa. Dei um beliscão nele e levantei. A mulher vive com medo o tempo todo. A gente prefere ficar mais em pé do que sentada e evita ao máximo encostar nos homens, porque a gente não sabe o que pode acontecer.

Qual sentimento que fica diante de uma situação dessas?

De impotência total. Nós ficamos constrangidas com uma situação dessas porque não tem necessidade disso. É uma falta de respeito.

O que você espera daqui para frente?

Espero que as mulheres denunciem mais e que seja feita justiça. Quero que a mulher tenha liberdade de ir e vir com a roupa que quiser e na hora que quiser.

(N17) Homem é detido por esfregar pênis em mulher dentro de Transcol no ES (A GAZETA, 26/11/2019)

MENU **A Gazeta**® MINHA CONTA SAIR BUSCAR

Capixaba **Polícia**

Importunação sexual

Homem é detido por esfregar pênis em mulher dentro de Transcol no ES

O homem chegou a tentar pular a janela com o ônibus em movimento para fugir da polícia em Vila Velha

🔊 Ouvir a matéria

Publicado em 12/12/2019 às 10h17



Data: 26/11/2019 - ES - Vitória - Ônibus do sistema Transcol. Crédito: Carlos Alberto Silva

Um homem foi autuado por importunação sexual na noite desta quarta-feira (11) após ser acusado de esfregar o pênis em uma passageira dentro de um ônibus do Sistema Transcol. O suspeito chegou a tentar pular a janela do coletivo em movimento para fugir da polícia, mas foi impedido por passageiros.

De acordo com o depoimento da mulher que prestou a queixa contra o suspeito, ela estava em pé dentro do ônibus da linha 662 (que faz o trajeto entre a Praia da Costa e o Terminal de Vila Velha) e encontrava-se perto do espaço destinado aos cadeirantes quando o homem se aproximou.

O coletivo não estava cheio, mas mesmo assim o indivíduo permaneceu parado atrás da mulher de forma muito próxima. A vítima tentou se esquivar, mas ele continuou chegando mais perto. A mulher conta que percebeu quando o homem começou a esfregar o pênis encostando nela.

Veja também

Médico é indiciado por importunação sexual no ES

Importunação sexual no ônibus. O que a vítima deve fazer?

Mulher denuncia importunação sexual dentro de ônibus no ES

A vítima gritou em busca de ajuda. Nesse momento, o homem chegou a pedir para o motorista parar o ônibus para ele descer, mas não foi atendido e as portas permaneceram fechadas. Ele tentou pular a janela, mesmo com o coletivo em movimento, mas foi contido por passageiros.

O coletivo seguiu direto para o Terminal de Vila Velha, onde a Polícia Militar já o aguardava. O homem foi levado para a Delegacia Regional de Vila Velha e foi autuado por importunação sexual.

(N18) Homem é preso por assediar universitária dentro de ônibus em Vila Velha (A GAZETA, 04/03/2020)

MENU **A Gazeta**® MINHA CONTA SAIR BUSCAR

Capixaba **Polícia**

Importunação sexual

Homem é preso por assediar universitária dentro de ônibus em Vila Velha

O acusado de 23 anos foi preso por policiais militares e autuado em flagrante pelo crime de importunação sexual

🔊 Ouvir a matéria

Glacieri Carraretto

gcarraretto@redgazeta.com.br

Publicado em 04/03/2020 às 21h04
Atualizado em 05/03/2020 às 12h12



Data: 19/11/2019 - ES - Vitória - Viaturas da Polícia Militar do ES. Crédito: Fernando Madeira



Um homem foi preso acusado de importar sexualmente uma universitária, 21 anos, dentro de um ônibus, na tarde desta quarta-feira, na Rodovia ES-060, na altura do bairro Coqueiral de Itaparica, em Vila Velha. Esta é a segunda vez que ele é detido pelo mesmo crime e contra a mesma vítima no período de um ano.

O ônibus Transcol da linha 593 seguia no sentido Vitória quando o crime aconteceu. Testemunhas contaram à Polícia Militar que o suspeito, identificado na delegacia como sendo Jeferson Bispo dos Santos, 23 anos, estava nos fundos do coletivo quando um rapaz desembarcou e deixou um lugar vazio ao lado da universitária. Ele correu até o assento e ocupou o lugar.

“Ele não disse nada. Sentou-se ao meu lado, encostou todo o corpo na lateral do meu e passou a mão na minha perna. Ai, levantei e sai de perto. Parei e comecei a chorar compulsivamente”

Universitária, 21 anos

O suspeito mudou de lugar seguindo para os fundos do ônibus e, no trajeto, chegou a ofender outra passageira após passar a mão nas nádegas dela.

Outros passageiros perceberam a situação e pediram ajuda a uma viatura da Polícia Militar que passava no sentido oposto. “Seguimos para atender outra ocorrência, mas percebemos o ônibus parado e passageiros desesperados. Realizamos a abordagem no coletivo. Entramos e o localizamos sentado ao lado de uma passageira, o detivemos e conduzimos para a Delegacia Regional”, descreveu o soldado Alex Oliveira, da 2ª Companhia do 4º Batalhão da Polícia Militar.

Jeferson prestou depoimento e foi autuado em flagrante pelo delegado de plantão pelos crimes de injúria, ameaça e importunação sexual. Ele foi encaminhado para o Centro de Triagem de Viana, segundo informações da assessoria da Polícia Civil.

(N19) Universitária compra arma de choque para se defender de assédio em ônibus
(A GAZETA, 11/03/2020)

MENU **A Gazeta**® MINHA CONTA SAIR BUSCAR

Capixaba Grande Vitória

Importunação sexual

Universitária compra arma de choque para se defender de assédio em ônibus

A estudante de 21 anos sofreu importunação sexual por duas vezes, dentro de ônibus da mesma linha e pelo mesmo criminoso

🔊 Ouvir a matéria

Glacieri Carraretto

gcarraretto@redgazeta.com.br

Publicado em 11/03/2020 às 15h41



Estudante vítima de importunação sexual - Editoria: Cidades. Crédito: Vitor Jubini



Todo dia, ela anda de ônibus. Quase sempre, na mesma linha. Sai cedo de casa para o estágio e volta tarde da noite da universidade. Aos 21 anos, uma universitária passou a ter pânico de usar o transporte público depois de ser vítima de importunação sexual dentro do ônibus por duas vezes no período de um ano. Agora, ela carrega uma arma de choque dentro da bolsa na tentativa de reagir contra um assediador.

A última situação em que foi vítima aconteceu na quarta-feira (04), dentro da linha 593 do Transcol, na Rodovia ES-060, na altura do bairro Coqueiral de Itaparica, em Vila Velha. "Ele (o assediador) não disse nada, sentou ao meu lado, encostou todo o corpo na lateral do meu e passou a mão na minha perna. Comecei a chorar sem parar", descreveu a universitária.

O acusado identificado como sendo Jeferson Bispo dos Santos, 23 anos, foi detido por policiais militares da 2ª Companhia do 4º Batalhão da Polícia Militar. Ele foi autuado em flagrante na delegacia e foi levado para o presídio no mesmo dia.

"A culpa não é da vítima. Se quem estiver à volta perceber o que está acontecendo, se coloque no lugar do outro, seja solidário e ajude"

Universitária, 21 anos
Vítima de importunação sexual

Uma triste coincidência, porém, assustou ainda mais a estudante. Jeferson já responde a crime de importunação sexual, cometido há um ano, contra a mesma vítima. Na época, o acusado também sentou-se ao lado da estudante, passou a mão na perna e no braço dela. Ela se levantou, foi para os fundos do ônibus e foi acompanhada pelo criminoso. Antes que a garota descesse, o suspeito chegou a puxá-la pelo braço. A universitária acredita que foi reconhecida pelo assediador.

"Eu mesma só o reconheci porque vi que há um ano ele tinha um ferimento na barriga. Agora, tem uma cicatriz. Não sei descrever o que é passar por isso uma vez, quanto mais duas. É desesperador, eu não conseguia sequer ficar em pé direito", desabafou a jovem, que faz acompanhamento psicológico desde o primeiro crime.

No ano passado, a universitária chegou a ser perseguida dentro do ônibus pelo suspeito, por isso passou a carregar uma arma de choque na mochila. "Eu queria era não ter que ter passado por isso de novo, ainda mais com a mesma pessoa. Porém, eu não consegui ter nenhuma reação, não consegui pegar a arma de choque, eu só chorei e as pessoas ao redor perceberam e pediram ajuda à polícia que passava na hora", disse.



Estudante vítima de importunação sexual - Editora: Cidades. Crédito: Vitor Jubini

AJUDA FEZ A DIFERENÇA

As duas situações causaram danos psicológicos para a estudante, porém, ela descreveu uma diferença entre elas. "Na segunda vez que fui vítima, os outros passageiros foram solidários, uma moça na minha frente pediu ajuda, um rapaz também colaborou e outra mulher tentou chamar a polícia no telefone antes da viatura aparecer", contou a estudante de pedagogia.

"Já na primeira vez, até havia pessoas que eu conhecia no ônibus e nada fizeram. Acho muito importante quem está de fora ajudar, pois quem é vítima fica sem reação"

Universitária, 21 anos

vítima de importunação sexual

A jovem também deixou um recado para outras mulheres que são vítimas de crimes sexuais dentro de coletivos. "A culpa não é sua. E para as pessoas que estão em volta, se perceberem o que está acontecendo, se coloquem no lugar do outro, pois hoje fui eu, mas amanhã pode ser a filha, a esposa ou a mãe de um deles. Não desejo o que passei ninguém, mas todas estamos sujeitas. Por isso, sejam solidários e ajudem", completou.

O crime de importunação sexual integra o artigo 215-A do Código Penal e entrou em vigor em 2018. Caracteriza-se pela prática de ato libidinoso na presença de alguém de forma não consensual, com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro. A pena base prevista para este delito é de 1 a 5 anos de reclusão.

Veja também

Assédio no trabalho: saiba como denunciar e o que fazer

A Gazeta cria canal para mulheres denunciarem assédio e violência

A cada 20 minutos, 1 menina é vítima de estupro no país

(N20) Homem é detido após se masturbar em Transcol e usar a Bíblia para esconder o ato no ES (A GAZETA, 01/09/2020)

MENU **A Gazeta**® MINHA CONTA SAIR BUSCAR

Capixaba **Polícia**

Na Serra

Homem é detido após se masturbar em Transcol e usar Bíblia para esconder o ato no ES

Duas mulheres sentadas próximas ao homem perceberam a atitude suspeita e constataram que ele estava se masturbando

🔊 Ouvir a matéria

Publicado em 01/09/2020 às 09h10



O homem teria utilizado uma Bíblia para esconder a masturbação no coletivo. Crédito: Reprodução / TV Gazeta

Um homem foi detido e levado para a delegacia depois de se masturbar dentro de um ônibus do Transcol. Segundo testemunhas, o ato se deu em um ônibus da linha 501 desde a Reta da Penha, em Vitória, até o Terminal de Carapina, na Serra, onde ele foi abordado. De acordo com a Guarda Municipal da Serra, o homem utilizou uma Bíblia para esconder a masturbação no coletivo.

Ainda segundo a Guarda, duas mulheres sentadas próximas ao homem perceberam a atitude suspeita e constataram que ele estava se masturbando.

“A vítima informou que embarcou no coletivo 501, na Reta da Penha, e que, ao chegar próximo ao prédio da Petrobras, uma outra mulher entrou e sentou ao lado da vítima. Essa mulher visualizou o indivíduo que estava na cadeira ao lado, fazendo gestos obscenos e se masturbando, olhando firmemente para a vítima”, contou o agente Luiz Cláudio, da Guarda Municipal.

O homem continuou se masturbando até chegar no Terminal de Carapina, na Serra. Uma das vítimas foi até a porta do meio para tentar sair e viu que o homem estava indo atrás dela. O motorista viu toda situação, fechou as portas, saiu do ônibus e foi pedir ajuda.

**Veja
também**

Homem é detido por assediar mulher no Terminal de Jardim América

Delegada do ES explica a diferença entre importunação e assédio sexual

O suspeito até tentou fugir, mas pessoas que estavam no terminal seguraram ele até a chegada da Guarda. Para os agentes, ele negou que tenha feito algo de errado.

"Ele informou que toma remédios controlados, que precisava chegar em casa, e que não tinha feito nada, ele nega. Mas tanto a vítima quanto a testemunha afirmam que realmente ele praticou o ato de masturbação, e que foi visto sim no coletivo que o cinto estava aberto e a calça também", contou o agente Luiz Cláudio.

De acordo com o agente, "ele abriu a Bíblia e tentava esconder o ato. Tinha também uma sacola que estava escondendo o ato que ele estava fazendo", afirmou.

O homem foi levado para o DPJ da Serra para prestar depoimento.

(N21) Homem é detido por assediar mulher no Terminal de Jardim América (A GAZETA, 01/09/2020)

MENU **A Gazeta**® MINHA CONTA SAIR BUSCAR

Capixaba **Polícia**

Em Cariacica

Homem é detido por assediar mulher no Terminal de Jardim América

Durante a ocorrência, os policiais descobriram que o homem de 20 anos já está sendo investigado por estupro de vulnerável

🔊 Ouvir a matéria

Publicado em 01/09/2020 às 07h25



Terminal do Transcol em Jardim América, Cariacica. Crédito: Secom/ES

Um homem de 20 anos foi detido por assédio sexual no Terminal de Jardim América, em Cariacica, nesta segunda-feira (31). Segundo a vítima, uma jovem de 19 anos, ele começou a acariciá-la em uma fila de espera do ônibus. O homem ainda tentou fugir dos policiais que estavam no local, mas acabou alcançado e detido. Durante a ocorrência, os agentes descobriram que ele está sendo investigado também por estupro de vulnerável.

De acordo com informações da **TV Gazeta**, a vítima, uma jovem de 19 anos, estava na fila esperando o ônibus, quando o abusador, que estava atrás dela, começou a acariciá-la. Diante da situação, a jovem acionou uma viatura que estava no terminal. Os policiais foram atrás do homem, que ainda tentou correr, mas sem sucesso. Ele foi detido e, durante a ocorrência, os militares descobriram que o abusador está sendo investigado também por estupro de vulnerável.

Veja também

Delegada do ES explica a diferença entre importunação e assédio sexual

Universitária compra arma de choque para se defender de assédio em ônibus

O homem foi levado para a Delegacia do Plantão da Mulher, onde foi autuado pelo crime de assédio sexual. Ele assinou um termo circunstanciado se comprometendo a se apresentar ao juiz sempre que for solicitado e foi liberado.

(N22) Homem volta a ser flagrado por importunação sexual e acaba preso no ES (A GAZETA, 02/09/2020)

MENU **A Gazeta**® MINHA CONTA SAIR BUSCAR

Capixaba **Polícia**

No transporte público

Homem volta a ser flagrado por importunação sexual e acaba preso no ES

Na primeira vez, o suspeito assinou um termo circunstanciado na delegacia se comprometendo a se apresentar ao juiz sempre que for solicitado e foi liberado. Depois, voltou a praticar o crime e foi autuado e encaminhado ao presídio

🔊 Ouvir a matéria

Publicado em 02/09/2020 às 08h42
Atualizado em 02/09/2020 às 17h33



Fila de passageiros no Terminal de Campo Grande, onde o homem foi detido pela segunda vez. Crédito: André Rodrigues/Internauta



Um homem foi detido duas vezes – com diferença de um dia – por importunação sexual no transporte público na Grande Vitória. Primeiro, o suspeito de 20 anos foi detido na segunda-feira (31), no Terminal de Jardim América, em Cariacica, por acariciar uma jovem de 19 anos em uma fila de espera para entrar em um ônibus do Transcol.

**Veja
também****Saiba como agir em casos de importunação sexual dentro do ônibus**

O homem ainda tentou fugir dos policiais que estavam no local, mas acabou alcançado e detido. Durante a ocorrência, os agentes descobriram que ele está sendo investigado também por estupro de vulnerável.

**Veja
também****Homem é detido após se masturbar em Transcol e usar Bíblia para esconder o ato no ES****Passageira encontra seringas sujas em ônibus do Transcol em Vila Velha**

O suspeito, no entanto, assinou um termo circunstanciado na delegacia se comprometendo a se apresentar ao juiz sempre que for solicitado e foi liberado. Esse mesmo homem voltou a ser detido, nesta terça-feira (1), após se masturbar dentro de um ônibus do Transcol, também em Cariacica.

Uma jovem contou à polícia que viu esse homem fazendo sinal para ela, chamando a vítima. A mulher percebeu que ele estava com as partes íntimas à mostra. O suspeito, de acordo com relato da vítima, ainda foi em direção a ela, que correu e pediu ajuda a outros passageiros, que contiveram esse homem até que o ônibus chegasse no terminal de Campo Grande, onde foi detido novamente. Desta vez, porém, o homem não foi liberado na delegacia e acabou autuado e encaminhado ao presídio. *Com informações de Daniela Carla, da TV Gazeta*

(N23) Homem se masturba em ônibus do Transcol e passageira denuncia à polícia
(A GAZETA, 15/07/2021)

MENU **A Gazeta**® MINHA CONTA SAIR BUSCAR

Capixaba **Polícia**

Veja vídeo

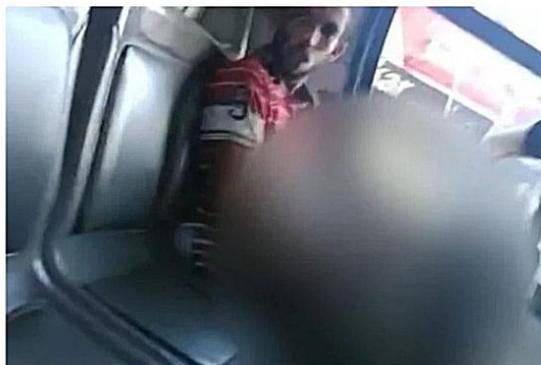
Homem se masturba em ônibus do Transcol e passageira denuncia à polícia

A situação constrangedora ocorreu na última terça-feira (13) e o caso está com a Delegacia de Atendimento à Mulher. Vítima gravou o ato e depois saiu o mais rápido possível de dentro do coletivo

🔊 Ouvir a matéria

Murilo Cuzzuol | Repórter
mcuzzuol@redgazeta.com.br

Vitória / Rede Gazeta
Publicado em 15/07/2021 às 13h28



Na última terça-feira (13), um homem se masturbou para uma mulher nos fundos de um ônibus do Transcol. Crédito: Divulgação

Uma mulher sentada na cadeira do coletivo, apenas aguardando chegar ao destino. No meio da viagem, entretanto, um homem se masturba para ela, deixando a passageira constrangida, amedrontada e revoltada com a importunação sexual que acabara de sofrer. O fato ocorreu nesta semana com uma mulher dentro de um ônibus do Transcol, na Grande Vitória.

O caso foi registrado na última terça-feira (13). Ao se deparar com a cena, **a jovem registrou imagem do ato sexual praticado** pelo homem e, em seguida, deixou o coletivo, apavorada. Ela fez questão de registrar o ocorrido para ter provas do que havia passado. Somente quando chegou ao trabalho, orientada por outros amigos, a mulher denunciou o homem que se masturbava. Em entrevista à **TV Gazeta**, ela contou os momentos terríveis que passou. **Veja vídeo:**

"Ele esperou (o ônibus) ficar vazio, olhou para trás e foi para os fundos já olhando para mim, e começou a se masturbar olhando para mim", disse a jovem, que não será identificada nesta reportagem. Antes de iniciar o ato em si, o homem já havia encostado na passageira, que se afastou e mudou de assento.

SEM REAÇÃO E MEDO

Perplexa com a cena, a mulher disse não acreditar no que acontecia, ao ponto de "travar" diante da importunação sexual. "Fiquei muito assustada e não queria acreditar naquilo que estava acontecendo comigo. Fiquei em choque e sem reação. As pessoas que estavam no ônibus estavam mais à frente e usavam fone de ouvido. Caso eu tentasse algo, ele poderia tentar fazer algo comigo. Fiquei com medo dele até me cortar", complementou.

Veja também

Homem é preso pela PRF por importunação sexual em ônibus no ES

Saiba como agir em casos de importunação sexual dentro do ônibus

Homem volta a ser flagrado por importunação sexual e acaba preso no ES

No trabalho, ela registrou um boletim de ocorrência on-line, por estar abalada com a situação. A passageira relatou ter ficado ainda mais constrangida ao ter de rever o vídeo gravado quando o anexava no preenchimento da denúncia.

CETURB E INVESTIGAÇÃO

Sobre este caso, a Companhia Estadual de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado do Espírito Santo (Ceturb) informou que orienta os motoristas a ficarem atentos e, sempre que ocorrer algo neste sentido dentro de um ônibus, a orientação é que procurem a polícia mais próxima para que a vítima possa ser amparada imediatamente. Além disso, as imagens das câmeras internas dos coletivos ficam à disposição das autoridades.

O caso está com a **Delegacia de Atendimento à Mulher**, na Polícia Civil, mas nenhum detalhe foi repassado sobre o mesmo para preservar a investigação e também a própria vítima.

Com informações de Gabriela Martins, da TV Gazeta

Casos semelhantes

- **Delegada do ES explica a diferença entre importunação e assédio sexual**
- **Indiano é preso por importunação sexual no Aeroporto de Vitória**
- **Um ano da Lei da Importunação Sexual: ES registrou mais de 100 casos**
- **Punição em casos de importunação sexual será mais rigorosa**

